

Serenissimo.
 Der vortrefflichen Königl. Pr. Memoria.
 In dem Namen Ihrer Königl. Hoheit all-
 gnädigster Befehl vom 6ten Dec. 1828, von dem
 Statthalter in dem Fürstenthum Mecklenburg
 von der dirigirten Commission der Land-
 wirthschaftlichen Angelegenheiten, in dem
 Wissen über die Disposition der von dort und aus
 Dornitz nach Brasilien ausgewanderten
 Person nuffallender Art, in dem Wissen
 in der letzten Zeit.

4. 18. Dec. 1828

DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL

Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-
 Schwerin no Rio Grande de São Pedro -
 Oitocentista

1828. Präsidenten August W. Lafere

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO

Caroline von Mühlen

DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL

Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro

Oitocentista

São Leopoldo

2010

Caroline von Mühlen

DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL

Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro
Oitocentista

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
História, pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Martin Norberto Dreher.

São Leopoldo

2010

Ficha Catalográfica

M952e Mühlen, Caroline von

Da exclusão à inclusão social: trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro Oitocentista / por Caroline von Mühlen. – 2010.

276 f. : il. ; 30cm.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, São Leopoldo, RS, 2010.

“Orientação: Prof. Dr. Martin Norberto Dreher, Ciências Humanas”.

1. História – Rio Grande do Sul. 2. Colonização alemã – Rio Grande do Sul. 3. História – Mecklenburg-Schwerin. 4. História – Inserção social. I. Título.

CDU 981.65

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Camila Rodrigues Quaresma - CRB 10/1790

Caroline von Mühlen

DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO SOCIAL

Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro
Oitocentista

Dissertação apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
História, pelo Programa de Pós-Graduação em
História da Universidade do Vale do Rio dos
Sinos (UNISINOS).

Aprovada em _____ de _____ de 2010.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Martin Norberto Dreher (Orientador)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^ª. Dr^ª. Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Prof^ª. Dr^ª. Helga Iracema Landgraf Piccolo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

*Aos meus amados pais Décio
e Nair, pelo exemplo
de vida deixado na minha
formação!*

AGRADECIMENTOS

Existem diversas pessoas a quem devo um agradecimento especial, por terem estado ao meu lado nesse momento tortuoso e solitário que é justamente o último ano de escrita da dissertação. Em primeiro lugar quero agradecer a uma pessoa muito especial na minha vida: meu querido Mestre. Há mais ou menos quatro anos atrás, por indicação da minha colega de graduação, Ângela Löff, com medo e vergonha, procurei no intervalo da aula, o Professor Dr. Martin Norberto Dreher, pois necessitava de um bolsista de iniciação científica. Então pedi-me para deixar uma cópia do meu currículo na secretaria do Programa de Pós-Graduação em História para avaliá-lo e decidir, portanto, quem receberia a bolsa UNIBIC. Na semana seguinte, recebi um telefonema, comunicando que havia sido escolhida para compor a equipe do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros (NETB).

A partir deste momento, passamos a trabalhar intensamente no projeto *A Religião de Jacobina* e a cada dia fazia novas descobertas. A pesquisa, leitura, escrita de textos, apresentação de trabalhos nas Mostras de Iniciação Científica, reuniões semanais e, não podia faltar o *tradicional café da tarde* toda sexta feira, após a reunião, marcaram profundamente a minha trajetória enquanto bolsista do NETB. Professor Dr. Martin Norberto Dreher, obrigada pelo companheirismo, pelas discussões profícuas, pela orientação segura, atenciosa e rigorosa, e pelo exemplo de um excelente historiador. Por tudo isso, jamais vou conseguir retribuir à altura: obrigada por tudo, Martin!

Às professoras Dr^a Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos e Dr^a Helga Iracema Landgraf Piccolo por aceitarem o convite para compor a banca de qualificação deste trabalho. Pela leitura atenta, comentários, debates e sugestões florescentes.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNISINOS que contribuíram significativamente para minha formação. Em especial, Professor Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, excelente historiador e pesquisador, que por diversas vezes, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs), indicou fontes e escutou pacientemente as minhas novas descobertas. Durante a sua estada no Rio de Janeiro, enviou-me diversas fontes documentais acerca dos conflitos na Colônia de São Leopoldo. Paulo, obrigada por tudo!

Outro agradecimento especial vai para o Professor Dr. Cláudio Pereira Elmir pelas excelentes aulas de *Teoria e Metodologia da História* (sobre história social e micro-história), fundamentais para uma nova leitura da Imigração Alemã, além de ceder e indicar gentilmente muita bibliografia. Sempre que encontrava o Prof. Dr. Cláudio Elmir nos corredores, com bom humor dizia: - Tenho indicação de alguns livros que podem ser importantes para a tua pesquisa.

Merece mais do que um agradecimento, a secretária do PPG em História da UNISINOS, Janaína Trescastro. Em certa ocasião brincava com Janaína: *O que seria dos alunos da pós-graduação sem a eficiência da Jana...* Obrigada por resolver todos nossos problemas burocráticos com rapidez e tranquilidade.

Aos colegas do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros: Greisi Fabiane Griesang Jung, Keity Link Seifert e Miquéias Henrique Mügge por me receberem sempre com carinho e alegria no núcleo após o término da bolsa de iniciação científica. Pelas trocas de conhecimentos, conversas, boas risadas e, pelo que não podia faltar, um bom *chima*.

Ao pesquisador Dr. Marcos Antônio Witt pela leitura atenta dos meus textos, por seus comentários agudos e conceder gentilmente a referência de inúmeros inventários das famílias Witt e Bobsin, além de outras indicações de fontes sobre Três Forquilhas, Torres, Osório, Conceição do Arroio. A Nilza Huyer Ely, por ceder gentilmente o Livro de Registros Eclesiásticos de Três Forquilhas.

Aos colegas do curso de mestrado: João Batista Carvalho da Cruz, Ianko Bett, Jônatas Caratti, Mariluci Cardoso de Vargas, Melina Kleinert Perussatto (também colega do crime), Carina Martiny e Sandro Blume, pela amizade, companhia em diversos eventos (inclusive em Fortaleza/CE), boas risadas e histórias depois das aulas. Em especial a Carina Martiny, companheira de arquivo, de trem e de ônibus (Caxiense ou Bento), pelas conversas informais, principalmente na volta para casa.

Outro agradecimento especial vai para minha amiga do peito, Leida Cantanhede que por diversas vezes me concedeu hospedagem na sua casa quando permanecia em Porto Alegre para pesquisar nos arquivos. Amiga, obrigada por tudo; este trabalho só foi possível com o teu apoio e carinho.

Não posso deixar de agradecer à diretora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Cônego Alberto Schwade, do município de Feliz, Herta K. Herter e aos colegas professores, por entenderem minha falta de tempo e ausências em reuniões e eventos promovidos pela escola durante o ano de 2009.

Por último, quero agradecer a minha família que é a base da minha existência. Agradeço aos meus pais Décio e Nair e meus irmãos Carine e Eduardo pelo apoio, carinho, respeito, confiança, por entenderem as minhas ausências, principalmente na tradicional *hora do chima* familiar. Também sou grata pelas palavras certas nos momentos certos e por sempre acreditarem em mim, até mesmo nas horas em que nem eu acreditava. Obrigada por serem os melhores pais do mundo. **AMO VOCÊS!**

Reconstruir uma história com base em documentos pouco discursivos como compras, vendas e testamentos, exerce um fascínio semelhante ao de quebra-cabeça. As coerências e os encaixes, que aos poucos vão sendo encontrados, causam satisfação que talvez não seja automaticamente transmitida ao leitor. De qualquer forma, graças a esses pequenos acontecimentos familiares, é possível observar aspectos relevantes da lógica social [...].

(LEVI, 2000, p. 104)

RESUMO

A presença de mecklenburgueses nas Colônias Alemãs do Rio Grande do Sul/Brasil gerou controvérsias na historiografia. Os mais “conservadores” admitem que os mecklenburgueses chegaram “antes de 1824”, “estabeleceram-se em Santa Catarina” ou “desapareceram devido a sua conduta imoral”, sem de fato analisar o movimento de seus agentes. Com base nessa premissa, a presente pesquisa dedica-se a estudar a composição, a condição social e as estratégias de um grupo de emigrantes provenientes das Casas de Correção, Trabalho e Penitenciárias do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, estabelecidos no Rio Grande do Sul, a partir da primeira metade do século XIX. Além disso, pretende, a partir da genealogia de algumas famílias de ex-prisioneiros, estabelecidos em São Leopoldo, Três Forquilhas ou São João das Missões, a partir de 1824, sob o qualificativo de colonos, enfocar o estabelecimento de laços familiares e a constituição de redes de parentesco. Trataremos especialmente as relações que se firmaram através das estratégias matrimoniais e do compadrio, objetivando ressaltar a importância dessas estratégias, não só como forma de sociabilidade, mas como uma oportunidade de inserção na comunidade local. Utilizaremos como fonte primária dois *corpi* documentais distintos: um refere-se à documentação sob tutela do Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, relativa à emigração de delinquentes de Mecklenburg-Schwerin para o Brasil, nos anos de 1824 e 1825; o outro compõe-se de fontes eclesiásticas, fontes criminais e fontes judiciais das comunidades, nas quais mecklenburgueses se fixaram.

Palavras-chave: Mecklenburg-Schwerin. (E)Imigração. Inserção social.

SUMMARIUM

Das Vorhandensein von Mecklenburger in den deutschen Kolonien von Rio Grande do Sul/Brasilien verursachte Diskussionen in der Geschichtsschreibung. Die "Konservativen" geben zu, daß die Mecklenburger "vor 1824" ankamen, "sich in Santa Catarina niederließen" oder "wegen ihrem unmoralischen Wandel verschwanden" ohne jedoch die Bewegung ihrer Agenten zu untersuchen. Von dieser Voraussetzung ausgehend, widmet sich vorliegende Untersuchung dem Studium der Zusammensetzung, dem sozialen Zustand und den Strategien einer Gruppe Auswanderer aus den Zucht- und Arbeitshäuser und den Gefängnissen des Großherzogtums Mecklenburg-Schwerin, die sich in Rio Grande do Sul, seit der ersten Hälfte des 19. Jahrhunderts niederließen. Weiter, versucht sie, von der Genealogie einiger Familien der vormals Gefangenen, die in São Leopoldo, Três Forquilhas oder São João das Missões, seit 1824, unter der Bezeichnung Kolonisten ansässig gemacht wurden, das Zustandekommen familiärer Beziehungen und die Schaffung verwandschaftlicher Netzgewebe darzustellen. Es werden besonders die sich bildenden Beziehungen der ehelichen Strategien und der Gevatterschaft behandelt, mit der Absicht, die Bedeutung solcher Strategien nicht nur als Ausdruck der Soziabilität, sondern auch als Möglichkeit der Integration in die lokale Gemeinschaft zu unterstreichen. Als Quellen werden zwei dokumentale *corpi* benutzt: zunächst die sich im Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros der Universidade do Vale do Rio dos Sinos befindlichen Dokumentation über die Auswanderung von Sträflingen aus Mecklenburg-Schwerin nach Brasilien in den Jahren 1824 und 1825; sodann die kirchlichen, notariellen und richterlichen Quellen der Gemeinden in denen sich Mecklenburger niederließen.

Key-words: Mecklenburg-Schwerin. Aus/Einwanderung. Soziale Eingliederung.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa da Alemanha	77
Figura 2 - Mapa do trajeto percorrido pelos mecklenburgueses (3ª deportação).	107
Figura 3 - Planta da divisão dos bens da finada Elisabeth Groth para seus herdeiros.....	191

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Origem dos prisioneiros (1824-1825).....	131
Gráfico 2 - Ano da chegada dos prisioneiros à Casa de Correção	139
Gráfico 3 - Sexo dos prisioneiros emigrados (1824 – 1825).....	146
Gráfico 4 - Faixa etária e o sexo dos prisioneiros despachados para o Brasil.....	148
Gráfico 5 - Faixa etária e sexo dos prisioneiros emigrados entre 1824 e 1825.....	149
Gráfico 6 - Faixa etária e sexo dos mecklenburgueses (1824-1825).....	15152
Gráfico 7 - Faixa etária e sexo dos mecklenburgueses.....	155
Gráfico 8 - Sexo dos prisioneiros emigrados	156
Gráfico 9 - Ano da chegada dos prisioneiros à Casa de Correção	163

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento demográfico alemão (1820-1870).....	83
Tabela 2 - Crimes cometidos pelos prisioneiros.....	133
Tabela 3 - Penas pronunciadas aos prisioneiros	138
Tabela 4 - Ano da chegada dos prisioneiros à Casa de Correção.....	140
Tabela 5 - Profissão anterior exercida pelos prisioneiros.....	14142
Tabela 6 - Sexo dos prisioneiros emigrados.....	146
Tabela 7 - Crimes cometidos pelos prisioneiros.....	157
Tabela 8 - Penas pronunciadas aos prisioneiros	16162
Tabela 9 - Ano de chegada à Casa de Correção	163
Tabela 10 - Profissão dos prisioneiros.....	164
Tabela 11 - Filhos de Heinrich Friedrich Johann Groth e Elisabetha J. D. Adam	188
Tabela 12 - Compadrio e matrimônio dos netos do casal pioneiro	205
Tabela 13 - Compadrio e matrimônio dos bisnetos do casal pioneiro.....	208
Tabela 14 - Compadrio de Johann Heinrich Scheck e Mathilde, nascida Schlabrendorff	215
Tabela 15 - População alemã e teuto-brasileira de São Leopoldo.....	223

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

AHRS – Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

ANRJ – Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

APERS – Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

MHVSL – Museu Histórico Visconde de São Leopoldo

NETB – Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros

RAPRGS – Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
<i>PARTE I – “O que se sabia...”</i>	<i>29</i>
2 REPRESENTAÇÕES ACERCA DO IMIGRANTE MECKLENBURGUÊS	30
2.1 Perpetuação de um mito: os mecklenburgueses através das lentes da historiografia clássica	31
2.2 Sob olhar dos viajantes: colônia e imigrante alemão no Rio Grande do Sul	51
2.3 Um novo olhar... e a historiografia recente.....	60
<i>PARTE II - Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin na primeira metade dos Oitocentos</i>	<i>75</i>
3 NEGOCIAÇÃO, TRANSPORTE E TRAVESSIA: PECULIARIDADES DO SISTEMA BUROCRÁTICO ALEMÃO.....	76
3.1 O <i>locus</i> de análise em um contexto em transformações no primeiro quartel dos oitocentos	78
3.2 Autos acerca do processo de recrutamento de prisioneiros mecklenburgueses	992
3.2.1 Transporte: Da Casa de Correção até o porto de Hamburgo	10102
3.2.2 Relatório do Capitão de Cavalaria Hanfft	108
3.3 “As âncoras foram levantadas e os emigrantes deixaram” o Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin: travessia do Oceano Atlântico.....	114
3.3.1 Entre tempestades e ventos favoráveis: verão de 1824	119
3.3.2 A “tragi-comédia” no navio Georg Friedrich	121
4 EXCLUSÃO, CRIMINALIDADE E PRISÃO: PERFIL DOS PRISIONEIROS DE MECKLENBURG-SCHWERIN	126
4.1 Sistema carcerário no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin	126
4.2 Crimes contra a propriedade e contra a vida: furtos, assassinatos, maus tratos	129
4.2.1 Perfil dos envolvidos	141
4.3 Crimes contra a ordem pública: vagabundos, sem pátria, desertores	150
4.3.1 O perfil dos envolvidos e dos crimes	151
<i>PARTE III - Trajetórias de mecklenburgueses no Rio Grande de São Pedro Oitocentista... 168</i>	

5 EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA: ESTRATÉGIAS SOCIAIS E TRAJETÓRIAS FAMILIARES	169
5.1 Viver e sobreviver na Colônia Alemã: razões de sua fundação	169
5.2 Quotidiano e formas de sociabilidade: mobilidade e inserção social dos ex-prisioneiros no Rio Grande do Sul.....	170
5.2.1 Tecendo alianças: cruzando destinos e trajetórias diversas.....	17172
5.2.2 Relações interpessoais: muitos parentes.....	198
5.2.3 Problemas de sociabilidade: crimes e conflitos.....	219
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	228
REFERÊNCIAS	231
ÍNDICE ONOMÁSTICO	253
ÍNDICE DE LOCALIDADE	256
APÊNDICE A - PROFISSÃO ANTERIOR DOS PRISIONEIROs DESPACHADOS PARA BRASIL (1ª DEPORTAÇÃO – 1824).....	257
APÊNDICE B - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROs DESPACHADOS PARA O BRASIL (1ª DEPORTAÇÃO – 1824)	258
APÊNDICE C - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROs DESPACHADOS PARA O BRASIL (2ª DEPORTAÇÃO – 6 DE DEZEMBRO DE 1824).....	259
APÊNDICE D - CRIMES COMETIDOS, POR GÊNERO DOS PRISIONEIROs (2ª DEPORTAÇÃO – 6 DE DEZEMBRO DE 1824).....	260
APÊNDICE E - PROFISSÃO ANTERIOR, POR SEXO, DOS PRISIONEIROs DESPACHADOS PARA BRASIL (2ª DEPORTAÇÃO – 6 DE DEZEMBRO DE 1824)	261
APÊNDICE F - ESTADO CIVIL DOS PRISIONEIROs E LOCAL DA PRISÃO (2ª DEPORTAÇÃO)	262
APÊNDICE G - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROs DESPACHADOS PARA O BRASIL (3ª DEPORTAÇÃO – 1825 - GÜSTROW).....	263
APÊNDICE H - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROs DESPACHADOS PARA O BRASIL (3ª DEPORTAÇÃO – 1825 - BÜTZOW).....	264
APÊNDICE I - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROs DESPACHADOS PARA O BRASIL (3ª DEPORTAÇÃO – 1825 - DÖMITZ).....	265
APÊNDICE J - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROs ENCAMINHADOS PARA O BRASIL DOS PRESÍDIOS DE DÖMITZ, BÜTZOW E GÜSTROW (3ª DEPORTAÇÃO)	266

APÊNDICE K - PROFISSÃO EXERCIDA ANTERIORMENTE DA PRISÃO (GÜSTROW, BÜTZOW E DÖMITZ – 3ª DEPORTAÇÃO / 1825).....	267
APÊNDICE L - CRIMES COMETIDOS PELOS PRISIONEIROS (3ª DEPORTAÇÃO - 1825)	268
APÊNDICE M - “PENA A SER IMPUTADA, NA OPINIÃO DO LOUVÁVEL COLÉGIO CRIMINAL E QUAIS PENAS JÁ FORAM PRONUNCIADAS”	269
APÊNDICE N - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROS DESPACHADOS PARA O BRASIL RELATIVO AS TRÊS DEPORTAÇÕES.....	270
APÊNDICE O - EXTRATO	271
APÊNDICE P - PASSAPORTE	274
APÊNDICE Q - CARTA.....	275

1 INTRODUÇÃO

Silêncio não é, necessariamente, o que foi esquecido, calado ou apagado da memória. [...] silenciar não significa dizer que algo não tenha acontecido, não tenha existido. Há sempre motivos para se silenciar. No entanto, o silenciado existe, está em repouso, esperando para ser despertado, como o sugere a etimologia da palavra silêncio. Até alguns anos atrás, a São Leopoldo do século XIX era pacata, “ordeira e trabalhadora”. Era ordeira e trabalhadora, pois os “maus elementos” haviam sido todos recambiados para São João das Missões. [...] Quando se silencia, se agride e se compromete a identidade dos sujeitos. Também São Leopoldo construiu uma identidade se aproximando ou se diferenciando de pessoas e de situações¹.

As produções e publicação sobre a temática da imigração alemã não são recentes, isto é, muito já se falou e escreveu sobre o imigrante alemão, principalmente idealizando-o como um homem “trabalhador”, “honrado” e “bondoso”. Autores tradicionais e obras clássicas marcaram gerações. Porém, pouco ou nada se falou dos imigrantes recrutados dos presídios de Mecklenburg-Schwerin, bem como acerca do seu destino. O autor Carlos Henrique Hunsche, por exemplo, na sua grande obra genealógica não soube dar informações sobre os empresiários enviados para São João das Missões, pois desapareceram, segundo ele, sem deixar vestígios. No entanto, as informações contidas na documentação do Arquivo Secreto de Schwerin permitem-nos romper com o silenciamento, trazendo à tona informações sobre os “silenciados”, que até então repousavam no silêncio, “esperando para ser despertado”. Nele encontramos informações como: o número de recrutamentos, de levas, informações pertinentes sobre cada indivíduo, bem como o número de prisioneiros enviados para a Colônia do Rio Grande do Sul, como consta na documentação.

Tendo em vista estas lacunas, a presente dissertação estuda a temática da negociação estabelecida entre o Major von Schaeffer e o Grão-Duque de Mecklenburg-Schwerin, o processo de recrutamento de prisioneiros das Casas de Correção, de trabalho e de penitenciárias de Mecklenburg-Schwerin. Analisa também as estratégias² de inserção social

¹ DREHER, Martin Norberto. A Câmara Municipal de São Leopoldo e o Conflito Mucker. In: SILVA, Heike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques. *A história da Câmara e a Câmara na história*. São Leopoldo: Oikos, 2006, p. 117.

² Sobre o conceito de estratégia social, ver MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. 2006. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 2006, p. 27; REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 26-27.

utilizadas por alguns ex-prisioneiros, reconstituindo algumas trajetórias familiares, ao longo do século XIX e início do século XX. O termo *ex-prisioneiro* neste trabalho refere-se exclusivamente a condição social dos indivíduos mecklenburgueses que optaram pela emigração. Dito de outra forma, a partir do momento do embarque dos indivíduos solteiros e/ou famílias no navio brasileiro, ancorado em Hamburgo, os mecklenburgueses perdiam a condição de prisioneiros, recebendo pela emigração, a liberdade e, segundo o Major von Schaeffer, tornar-se-iam pessoas³.

O título *Da Exclusão à inclusão social*, decorre da constatação da condição social dos mecklenburgueses no Estado Alemão⁴ (exclusão) até o estabelecimento na Colônia Alemã do Rio Grande de São Pedro Oitocentista, onde ocorria inclusão social. *Trajetórias de ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande de São Pedro Oitocentista*, o subtítulo do trabalho, refere-se exclusivamente ao exercício realizado no quarto capítulo, no qual o intento é relativizar a historiografia clássica⁵ e comprovar, através de alguns casos, que os mecklenburgueses conseguiram se inserir na comunidade local. Todavia, o estigma⁶ de prisioneiros, ex-prisioneiro e/ou de ladrão de cavalo permaneceu no senso comum da população. Podemos verificar na historiografia clássica a perpetuação deste estigma, bem como o silenciamento e a tese do desaparecimento de alguns mecklenburgueses na história do Rio Grande do Sul.

Em 1924, Theodor Amstad S.J. e Arno Philip, em nome do Verband Deutscher Vereine, publicaram a obra *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*, sendo traduzida, em 1999, por Arthur Blasio Rambo. Nesta obra, os autores transmitem a notícia de que os “apenados de Mecklenburg” teriam chegado ao Rio Grande do Sul *antes* de 1824, juntamente com outros imigrantes alemães. Com intuito de comprovar tal fato, os autores citam alguns exemplos de alemães que “devem ter entrado no país antes de 1824”⁷. Johann Gräbin da Picada dos Portugueses, por exemplo, informou que “seu pai e dois de seus irmãos vieram,

³ Na documentação encontramos a passagem em que os ex-detentos e ex-servos, ao adentrarem o navio que os levaria ao Brasil, passaram a ser tratados por “Sie/Senhor”. Passam a ser pessoa, com dignidade.

⁴ O termo Estado Alemão refere-se exclusivamente ao Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, uma vez que a unificação alemã ocorrerá somente em 1871. Em período anterior o território germânico era formado exclusivamente por diversos Estados, Grão-Ducados e Principados.

⁵ Por historiografia tradicional ou clássica entendemos aquela produção anterior a 1970, em suas três/quatro vertentes principais: a católica, a luterana e aquela ligada ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, como delineado por Dreher no prefácio ao livro de Ferdinand Schröder, *A Imigração Alemã para o sul do Brasil até 1859*.

⁶ GOFFMANN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4 ed. São Paulo: LTC, s.d.

⁷ VERBAND DEUTSCHER VEREINE. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 57

ainda solteiros, ao Rio Grande do Sul, em 1822, procedentes da Bahia.” Outro exemplo é o do coureiro Nicolau Becker, que “aportou aqui em 1797”. Na falta de documentação, os autores se resguardaram, dizendo que obtiveram essas informações de terceiros ou fizeram deduções. No entanto, sua intenção foi a de tirar os mecklenburgueses da “história da imigração propriamente dita”, examinando somente “de perto a vinda dos pioneiros”.

Mesmo sem comprovação, destacam ainda que parte desses “apenados”, reunidos em bandos de ladrões, pilharam igrejas e residências dos fazendeiros. Instalados entre São Leopoldo e Portão, teriam escondido um tesouro em Estância Velha. Os autores finalizam o texto sobre a “lenda dos mecklenburgueses”, alertando o leitor que não é possível saber se é verdadeira essa história. De fato, porém, ao localizarem os mecklenburgueses em período anterior a 1824, quiseram tirá-los da história da imigração alemã.

Já Aurélio Porto, em *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*, acusa Schaeffer de largar na colônia alguns elementos indesejáveis, enviados, posteriormente, para São João das Missões, onde desapareceram miseravelmente. No que se refere à Colônia de São João das Missões, Aurélio Porto define-a ora como um “deserto”, ora como região de “terras férteis, onde a agricultura poderia florescer notavelmente”⁸. Independente das características da colônia, o que interessava às autoridades eram as “incalculáveis vantagens que de semelhante passo resultariam”. Para tanto, em ofício de 23 de novembro de 1824, José Feliciano Fernandes Pinheiro comunicou ao Mosenhor Miranda, responsável no Rio de Janeiro pela imigração, que optou em formar duas colônias; uma em São Leopoldo, formada pelos “escolhidos”, enquanto que a colônia de São João recebeu “o resto mais imoraes” [*sic*], sendo aprovado em 10 de maio o projeto para estabelecer colonos alemães na “deserta missão de São João”⁹.

Carlos Oberacker Jr., na obra *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*, de 1975, na época a partir de fontes novas e desconhecidas, constatou que Schaeffer foi um homem “genial, organizado e angariador” de imigrantes alemães, e que atuou de acordo com as ordens recebidas. Diferentemente de outros autores que trabalham com a mesma temática, Oberacker objetivava amenizar as acusações a Schaeffer, pelo fato de ter recrutado ex-presidiários, dizendo que não foi responsável pela escolha dos imigrantes, uma vez que estas pessoas foram “impingidas” a ele. Não era intenção de Schaeffer recrutar para América do Sul pessoas provenientes das Casas de Trabalho, Casas

⁸ PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934, p. 84.

⁹ *Ibid.*, p. 85.

de Correção de Mecklenburg e Hamburg. Porém a dificuldade de angariar soldados, levou Schaeffer, segundo Oberacker, contra a sua vontade, a enviar para o Brasil pessoas “sem ocupação”¹⁰, sendo este “um dos pontos fracos de Schaeffer na execução de sua missão”¹¹. Para referir-se aos mecklenburgueses, Carlos Oberacker Jr. utiliza os termos qualificativos “vagabundos e povo ocioso”, “comedores pouco úteis”, além de estigmatizá-los como criminosos.

Carlos Henrique Hunsche, no *Biênio 1824/1825 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, baseado em informações de terceiros, discorre acerca da “requisição de delinquentes de Mecklenburgo e o papel do Major Schaeffer”. Comumente, os autores tradicionais, quando tratam dos mecklenburgueses, recorrem à palavra “lenda” (apresentado pelo Padre Theodor Amstad), para “salvar a dignidade da imigração alemã” e porque acreditam que “não pode ser verdadeiro”¹². Além de basear-se nas informações de Amstad, Truda e Porto, Hunsche também cita a tese de doutoramento de Schröder, na qual o autor apresentava, na década de 1930, novas informações acerca dos mecklenburgueses, baseadas na documentação pesquisada no Arquivo Secreto do Grão-Ducado de Mecklenburg. No entanto, autor não fez questão de relativizar suas afirmações a partir dos dados oferecidos por Schröder, uma vez que simplesmente cita as informações com intuito de mostrar que “não há dúvida, por mais que se queira ignorar os fatos”¹³ de que foram recrutados prisioneiros de Mecklenburg.

O autor Jean Roche, diferentemente dos autores até aqui apresentados, era professor e geógrafo francês. Sua obra, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, é um marco na historiografia da imigração. Apesar de seguir a narrativa apresentada pela historiografia clássica (de enaltecer o imigrante pioneiro, trabalhador, honrado, responsável pelo progresso da colônia), seu estudo é uma inovação porque se caracteriza como um estudo influenciado pela geografia (econômica e humana), porém numa perspectiva histórica.

Em relação aos mecklenburgueses, Roche não traz novas informações, visto que a base de suas informações são os estudos de Pellanda, Truda, Amstadt, Willems, Bösche. Não obstante, para ele, os mecklenburgueses eram imigrantes “sem fé nem lei”, foram atraídos

¹⁰ OBERACKER, JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre/Metrópole: Instituto Estadual do Livro, 1957. p.25.

¹¹ *Ibid.*, p.25.

¹² HUNSCHÉ, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p.62.

¹³ *Ibid.*, p. 63.

para o Brasil, porque seriam logo naturalizados, receberiam uma propriedade, receberiam ajuda (em dinheiro, alimentos e animais), bem como gozariam de liberdade religiosa. Como sabemos, a religião oficial do Império era a religião católica, a ajuda financeira e o direito à propriedade continuaram incertos no início da imigração, causando inúmeros conflitos e desentendimentos, já apontados nos estudos de Tramontini e Witt.

Para o autor, os “indesejáveis” foram enviados para a colônia distante de São João e os avulsos incorporados na Companhia de voluntários alemães. Essas medidas adotadas pelo governo foram fundamentais para que a “calma reinasse novamente na colônia”¹⁴. Os autores são unânimes em apontar que tanto os mecklenburgueses, quanto a colônia de São João desapareceram, pelo fato de que a leva por eles formada era composta por criminosos e, principalmente, em decorrência da longínqua e inacessível localização das Missões.

Podemos observar que diversos autores contribuíram para disseminar entre as gerações a ideia do imigrante alemão bom, trabalhador e responsável pelo progresso do Rio Grande do Sul. Dito de outra forma, através de uma “narrativa apologética” objetivou-se enaltecer o colono alemão e seus descendentes, excluindo, no entanto, os imigrantes originários de Mecklenburg. Por muito tempo se pensou que Schaeffer teria angariado presidiários de Mecklenburg porque recebia certa quantia em dinheiro por pessoa, ou para completar a carga dos navios e a possibilidade de esvaziar os presídios dos “maus” elementos. Schaeffer, de fato, recebeu recompensa financeira. Schröder e Cunha, contudo, estudaram a documentação e correspondências alemãs o suficiente para verificar que não houve má intenção do governo de Mecklenburg em promover a emigração, uma vez que nomearam um cônsul que representasse os interesses do Grão-Ducado e, concomitantemente, acompanhasse o cumprimento das promessas feitas por Schaeffer. Marcos Justo Tramontini e Marcos Antônio Witt, por sua vez, analisando a documentação local, constataram que os conflitos, desentendimentos, bebedeira não eram exclusividade dos mecklenburgueses, mas desdobramentos da ineficiência do projeto de colonização e do não cumprimento das promessas feitas aos emigrantes antes do embarque.

Tendo em vista a falta de estudos a respeito da trajetória de mecklenburgueses no Rio Grande do Sul, o presente trabalho se justifica uma vez que se propõe a contribuir para a solução das lacunas existentes na historiografia acerca da imigração alemã, por sua temática não ser devidamente pesquisada e em razão do caráter inédito das fontes. Acreditamos, pois,

¹⁴ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 1, p.159.

que estamos inseridos em um esforço de renovação historiográfica que tem investido no entrecruzamento de fontes documentais e temáticas variadas. Tal renovação só foi possível, em decorrência de uma renovação historiográfica, na qual a história social encontrou condições para aflorar, proporcionando uma nova leitura do social e das classes subalternas numa história vista de baixo¹⁵. Este trabalho não pretende ser uma obra conclusiva acerca da presença de ex-prisioneiros no Rio Grande do Sul e no Brasil, mas dialogar com fontes variadas, possibilitando o surgimento de novos trabalhos que tragam à tona informações sobre o cotidiano, família, crime e punição, condição social das mulheres e crianças, participação de mecklenburgueses no exército.

Ao analisar a condição das mulheres pobres de São Paulo, Maria Odila Leite da Silva Dias, afirma que,

a memória social de suas vidas vai se perdendo antes por um esquecimento ideológico do que por efetiva ausência dos documentos. É verdade que as informações se escondem, ralas e fragmentadas, nas entrelinhas dos documentos, onde pairam fora do *corpus* central do conteúdo explícito. Trata-se de se reunir dados muito dispersos e de esmiuçar o implícito¹⁶.

Conforme o excerto acima e a epígrafe introdutória, o mesmo parece se aplicar aos imigrantes alemães mecklenburgueses estabelecidos no Brasil, uma vez que foram esquecidos e silenciados pela historiografia. Nesse sentido, alguns problemas nortearam a presente pesquisa como:

- a) De que forma os imigrantes mecklenburgueses foram caracterizados ou representados na historiografia?
- b) Quais eram as principais características demográficas (perfil) dos prisioneiros recrutados para o Brasil?
- c) O que o estudo dos autos relativos ao recrutamento pode nos dizer sobre a criminalidade, prisões, exclusão, bem como sobre algumas características e

¹⁵ BARROS, José D'Assunção. História Social: Caminhos de um Campo Histórico. In: *Revista do Mestrado*, nº 10, Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2007, p. 193-220. v. 9; BURGUIÈRE, André (Org.). Social (História). In: *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993, p. 717-724; CASTRO, Hebe. História Social. In: *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59, 11 tiragem.

¹⁶ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 14.

peculiaridades alemãs?

- d) Quais as estratégias acionadas pelos mecklenburgueses para se inserirem na lógica social do século XIX?

A partir desses problemas ou objetivos de pesquisa, algumas hipóteses iniciais foram tecidas. Primeiramente, a crise europeia no século XIX contribuiu consideravelmente para a exclusão, criminalidade e prisão de milhares de indivíduos. Além disso, partimos do pressuposto de que os roubos, rebeliões e desentendimentos, tanto no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin quanto no Brasil, estavam ligados àqueles momentos em que não eram oferecidas condições e meios de sobrevivência adequados. Em relação à historiografia, partimos do pressuposto de que a estigmatização dos mecklenburgueses deveu-se à publicação de inúmeras obras fortemente influenciadas por uma “narrativa apologética”¹⁷. Apesar da estigmatização acreditamos que as famílias e avulsos mecklenburgueses encontraram meios e estratégias para se inserir e sobreviver na colônia, contestando a historiografia que apontou que os mecklenburgueses permaneceram isolados e “desapareceram” da colônia. Diversos autores noticiaram que os “maus imigrantes”, foram enviados para a distante Colônia Alemã de São João das Missões. No entanto, a Colônia Alemã de São João das Missões foi criada sob os mesmos moldes das colônias alemãs de São Leopoldo, Torres, Três Forquilhas. Partimos do pressuposto de que o objetivo do Presidente da província era proteger e assegurar a posse do território das Missões, conquistado em 1801, através da colonização com imigrantes alemães.

O corte temporal a ser abordado neste trabalho corresponde a dois momentos distintos, em decorrência do *locus* de análise e das fontes documentais utilizadas. Ao analisar o Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, os anos balizam entre 1824 e 1828, limitando-se, portanto, ao século XIX, período em que teve início a emigração de alemães para o Brasil. Não só para os mecklenburgueses, mas em relação aos demais emigrantes, esse período foi marcado por grandes transformações, descobertas e novas experiências quotidianas¹⁸. No que tange ao local de destino dos colonos mecklenburgueses, o período compreende os anos de 1824 a 1830. O ano de 1824 é o marco inicial, pois corresponde ao ano de chegada dos primeiros colonos alemães; encerrando-se em 1830, quando ocorreu a migração de inúmeros

¹⁷ GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/ANPUH/RS, 2004, p. 13.

¹⁸ Sobre conceito de cotidiano ver DIAS, Maria Odila Silva. *Hermenêutica do cotidiano na historiografia contemporânea*. Projeto História, São Paulo, 1998, p. 223-258.

mecklenburgueses provenientes do Rio de Janeiro para o sul do Brasil. É lícito destacar que em 1830, os soldados dos batalhões do Exército Imperial foram desincorporados. Destes, alguns permaneceram no Rio de Janeiro, mas o maior contingente migrou para a Colônia Alemã do Rio Grande do Sul, com intuito de dispor das mesmas vantagens concedidas aos demais colonos. Entretanto, a maioria dos ex-soldados do Imperador não recebeu os benefícios aos quais tinha direito, além disso, não podemos deixar de mencionar que, em 1830, o Parlamento brasileiro retirou do orçamento todos os recursos destinados à imigração e colonização estrangeira.

Dois conjuntos documentais distintos foram fundamentais para o desenvolvimento de nossa análise. O primeiro deles são os autos do Arquivo Secreto de Mecklenburg-Schwerin, em cópia, gentilmente cedido pelo Professor Dr. Jorge Luiz da Cunha ao Núcleo de Estudos Teuto-Brasileiros, coordenado pelo Professor Dr. Martin Norberto Dreher. Apesar do caráter inédito das fontes, o próprio Jorge Cunha e Ferdinand Schröder já haviam trabalhado com esse conjunto documental em suas teses de doutoramento, contudo, como já enfatizamos anteriormente, ambos realizaram uma análise mais restrita da fonte. O Prof. Dr. Martin N. Dreher e uma equipe de bolsistas iniciaram, em 2008, o processo de transliteração e tradução desse conjunto documental, composto por cartas, autos, correspondência, relatórios, contratos, pró-memórias, diário de bordo, interrogatórios, listas nominativas dos emigrantes.

Para nossa análise utilizamos amplamente o conjunto documental do Arquivo Secreto de Mecklenburg-Schwerin¹⁹ traduzido pelo Prof. Dr. Martin N. Dreher e não o livro *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, que será publicado em 2010. Cabe destacar que esse conjunto documental é dividido em cinco seções distintas:

1. Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Gabinete I – Vol. 3: Autos relativos à primeira transferência de Casas de Correção Rural para o Brasil.
2. Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin. Gabinete I. Vol. 3^a: Rückwert: Brasilien, 1824(2), 1825(2), 1826, [1828].

¹⁹ Cabe destacar que nosso objetivo, ao longo da pesquisa, não foi questionar a tradução da fonte, mas as informações contidas nas cinco seções.

3. MLHA, Schwerin. Gabinete I. Signatura 54: Autos relativos à segunda deportação de prisioneiros do Presídio e da Casa de Correção para o Brasil.
4. Mecklenburg – Arquivo Secreto e Principal Schwerin. MLHA Schwerin Gabinete I: Autos relativos à transferência de delinquentes e vagabundos de Dömitz, Bützow e Güstrow para o Brasil, pelo Capitão de cavalaria Hanfft.
5. Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin. Kabinett I²⁰.

As informações contidas nessas seções tiveram uma análise quantitativa, qualitativa e, por vezes, reprodução descritiva. As listas de saída dos apenados permitiram traçar um perfil demográfico dos mecklenburgueses que optaram pela emigração para o Brasil²¹. Já em relação aos demais documentos, como os interrogatórios, relatórios, pró-memórias, cartas, etc, fizemos uma análise qualitativa, bem como o cruzamento de algumas informações com obras que abordaram tal assunto, o que raramente foi possível, pelo fato da carência de trabalhos específicos sobre essa temática²².

O segundo conjunto documental utilizado é diversificado, pois é composto por fontes pesquisadas no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, no Museu Visconde de São Leopoldo, e outros. Metodologicamente, realizamos o cruzamento das listas de saída dos apenados com a lista de chegada dos colonos alemães ao Rio Grande do Sul, a partir de 1824, com o intuito de obter a referência nominal dos mecklenburgueses migrados para a Colônia alemã do sul do país. Após esse levantamento, elaboramos um banco de dados com o nome dos mecklenburgueses identificados ao longo do cruzamento das fontes. Para tal análise, fomos inspirados pela metodologia proposta por Carlo Ginzburg, em seu texto *O nome e o como*, na qual reivindica o nome como fio condutor²³ da pesquisa. Segundo Levi,

²⁰ 1. MECKLENBURG GEHEIMES UND HAUPT-ARCHIV SCHWERIN MLHA SCHWERIN KABINETT I – VOL. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend; 2. Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin. Kabinett I. Vol. 3^a: Rückwert: Brasilien, 1824(2), 1825(2), 1826, [1828]; 3. MECKLENBURG GEHEIMES UND HAUPT-ARCHIV SCHWERIN MLHA SCHWERIN KABINETT I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend.; 4. Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend; 5. Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I

²¹ Acerca do perfil demográfico dos apenados, ver especificamente o terceiro capítulo deste trabalho.

²² Mais informações, ver o segundo e quarto capítulo desta pesquisa.

²³ Uma mudança significativa proporcionada pela micro-história foi apresentada em 1979, por Carlo Ginzburg e Carlos Poni, propondo “fazer do nome [...] a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de uma

Apoiados pela enorme jazida arquivística, os autores propunham uma outra “maneira” de conceber a história social acompanhando o “nome” próprio dos indivíduos ou dos grupos de indivíduos. O paradoxo é apenas aparente. Pois a escolha do individual não é considerada contraditória com a do social: torna possível uma abordagem diferente deste último. Sobretudo, permite destacar, ao longo de um destino específico – o destino de um homem, de uma comunidade, de uma obra -, a complexa rede de relações, a multiplicidade dos espaços e dos tempos nos quais se inscreve²⁴.

Geovanni Levi foi outra fonte de inspiração metodológica. Após o levantamento do nome dos indivíduos ou famílias, elaboramos fichas nominativas para cada indivíduo que nos pareceu mais relevante. Nesse sentido, procuramos citações sobre os membros dessas famílias em vários tipos de documentos, livros ou fontes, como fez Levi, em a Herança Imaterial. Para a escrita do último capítulo, escolhemos as famílias (estabelecidas em São Leopoldo e em Três Forquilhas) das quais possuímos mais informações e que permitiam responder ao objetivo proposto (relativizar a tese do desaparecimento e do isolamento dos mecklenburgueses).

Sendo assim, a presente dissertação de mestrado está dividida em três partes. Na primeira parte, intitulada *O que se sabia*, pretendemos analisar como o imigrante mecklenburguês foi representado no Rio Grande do Sul pelo seu próprio grupo, visto que boa parte das referências foi escrita por alemães ou descendentes. Privilegiamos nessa análise, observar como os imigrantes foram representados na historiografia clássica, na historiografia

história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos”. No que tange à pesquisa, “as séries documentais particulares podem sobrepor-se na duração como no espaço, permitindo-nos assim a encontrar o mesmo indivíduo em contextos sociais diferentes” (REVEL, 1998, p. 21-22). GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand Brasil, 1989, p. 169-178; LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992, p. 133-161; LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processo: antes da ‘revolução’ do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 203-224.

²⁴ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 17. Recordando a época de estudante, Fragoso aponta que sua geração se afogava em números, devido à história serial. Depois veio a micro-história italiana com o propósito de enxergar a vida escondida sob os números. O nome passou a ser o método utilizado pelos historiadores. Perceber as relações sociais, as práticas culturais, bem como as experiências e as estratégias, seja pessoal ou grupal, em vários tipos de fontes, permite estudar a lógica de sociedade. Tentando retratar os aspectos do cotidiano de um sujeito ou grupo de indivíduos, Fragoso ressalta que o cruzamento de vários tipos de fontes leva o pesquisador a se afogar em nomes. No entanto, esse método permitiu alguns avanços, como por exemplo, “os grupos sociais deixaram de ser vistos apenas como resultado das relações de produção [...] para serem portadores de experiências socioculturais, das quais saíram estratégias de vida. [...] Enfim, o estudo da reiteração das hierarquias e das relações sociais de produção adquiria mais refinamento”. FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi*. Revista de História do PPG em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro. 2002, p.62-63, v.5.

mais recente e na literatura de viajantes, ou seja, através do relato e descrição do Rio Grande do Sul por alguém “de fora”.

Na segunda parte desta dissertação *Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin na primeira metade dos oitocentos*, serão apresentadas algumas informações sobre o local de origem dos prisioneiros, ou seja, Mecklenburg, seu transporte e seu recrutamento. O segundo capítulo destina-se a abordar a situação econômica e social do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin no início do século XIX, para que se possa compreender por que um significativo número de mecklenburgueses decidiu abandonar seu vilarejo, família, parentes, a fim de se aventurar a emigrar para o Brasil, em busca de trabalho, pátria e melhores condições de vida. Pelo fato da Comissão dirigente das Casas de Correção ser extremamente detalhista, optamos por descrever qual e como foi o trajeto dos apenados até o Porto de Hamburgo. Além disso, por estar anexo nos autos do processo de recrutamento o diário de bordo relativo à primeira deportação, intentamos destacar algumas peculiaridades da travessia. Esse documento é de ímpar importância, justamente pelo fato de não haver trabalhos sobre a emigração alemã, cujo foco de análise seja a travessia dos emigrantes. É lícito destacar que tanto o transporte da Casa de Correção até Hamburgo, quanto a travessia ocorreram sem grandes problemas, o que nos leva a observar que roubos, rebeliões só ocorreram nos navios, quando não foram oferecidas as condições necessárias à sobrevivência do ser humano.

No terceiro capítulo, intitulado *Exclusão, criminalidade e prisão: perfil dos prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin*, abordaremos alguns aspectos do sistema carcerário em Mecklenburg-Schwerin, bem como o perfil dos apenados que deixaram a Casa de Correção. Através de uma análise quantitativa das listas dos emigrantes agraciados com a emigração para o Brasil, tendo como variáveis: idade, sexo, naturalidade, crime, pena, etc, observaremos também o perfil dos mecklenburgueses, classificando-os em dois grupos distintos: aqueles que cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida e os que cometeram crimes contra a ordem pública.

A terceira parte da dissertação documenta o cotidiano das relações sociais estabelecidas entre os mecklenburgueses e a sociedade receptora. Trataremos de acompanhar a trajetória de alguns mecklenburgueses, bem como as estratégias acionadas pelos colonos para dispor de melhores condições de vida, uma vez que é recorrente na historiografia, principalmente na historiografia clássica, afirmar que os mecklenburgueses desapareceram sem deixar vestígios. No quarto capítulo intitulado *Em busca de melhores condições de vida:*

estratégias sociais e trajetórias familiares, o intento é abordar as razões da fundação da Colônia Alemã de São Leopoldo que recebeu, a partir de 1824, colonos alemães das mais diversas regiões germânicas. Trataremos das formas de inserção social, nas quais as alianças matrimoniais e o compadrio são entendidos não como uma simples escolha individual, mas, sobretudo, como um acordo entre duas famílias que visava o fortalecimento econômico, social, bem como uma possibilidade de inserção social na sociedade local. Não perdendo de vista o cotidiano e as formas de sociabilidade, abordaremos também, como exemplos, crimes e conflitos envolvendo mecklenburgueses e seus parentes.

Esta pesquisa não tem a intenção de ser um trabalho conclusivo sobre a presença de ex-prisioneiros mecklenburgueses no Rio Grande do Sul. Sabe que novas pesquisas são necessárias, portanto, nas páginas que seguem, são apresentadas experimentações, muitas perguntas e algumas respostas.

PARTE I – “O que se sabia...”

2 REPRESENTAÇÕES ACERCA DO IMIGRANTE MECKLENBURGUÊS

Dizer o *outro* é anunciá-lo como diferente – é anunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*. [...] Mas a diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que *a* e *b* entram num mesmo sistema. Não se tinha antes senão uma postura e simples não-coincidência. Daí para frente, encontramos desvios, portanto uma diferença possível de ser assinalada e significativa entre os dois termos. [...] Desde quando a diferença é dita ou transcrita, torna-se significativa, já que é captada nos sistemas da língua e da escrita. [...] A partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica da alteridade própria das narrativas que falam sobretudo do outro [...]. Não há mais *a* e *b*, mas simplesmente *a* e o inverso de *a*²⁵.

Desde o início do processo de imigração, no século XIX, verificamos a produção de estudos acerca da situação do Rio Grande do Sul e das colônias alemãs, através de relatos de viajantes²⁶. A partir da década de 1970, o estudo da imigração tem sido recorrente na historiografia clássica. Suas obras caracterizaram-se por uma análise “apologética” que marcou profundamente o senso comum dos teuto-brasileiros, visto que, geralmente, traziam “*impressões negativas*” acerca dos ex-presidiários. Diante do silenciamento da historiografia (sobre nossa temática), vista por alguns como a “*página negra da história do elemento germânico brasileiro*”²⁷, procuramos neste capítulo analisar como o imigrante mecklenburguês foi representado no Rio Grande do Sul pelo seu próprio grupo, uma vez que boa parte das referências foi escrita por alemães ou descendentes.

Em quase todas as obras analisadas, observamos a utilização demasiada de adjetivos qualificativos supervalorativos. Recorrentemente são descritos como agentes responsáveis pelo progresso, pelo trabalho, pela honestidade, pela rápida modernização e industrialização da Colônia Alemã de São Leopoldo. Para Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos, o

²⁵ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999, p. 229-230.

²⁶ “No final dos anos 1870, alguns viajantes descreveram a agora cidade de São Leopoldo (lei 563, de 12 de abril de 1864). Seus olhares, porém, não seriam diferentes dos anteriores. ‘A localidade é muito industrializada. A população consiste principalmente de artífices, operários e fabricantes (...). Comerciantes também existem’ (MÜLLER apud HOFMANN, 1988, p. 237)”. RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. *Cidades e sociabilidades (1822-1889)*. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.; Coord.). *Império*. Passo Fundo: Mérito, 2006. v. 2, cap. 19. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), p. 434.

²⁷ HUNSCHÉ, Carlos Henrique. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul. Província de São Pedro*. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 62.

crescimento da Colônia Alemã intensificou-se em decorrência da elevação da colônia à categoria de vila de São Leopoldo, em 1846, e no ano de 1864, à cidade. “Seu crescimento, a partir da instalação da vila, possibilitou a sua inserção entre as principais áreas de desenvolvimento da Província”²⁸.

Os mais variados ramos profissionais trazidos pelos europeus para a nova pátria contribuíram significativamente para o desenvolvimento da colônia, visto que, paralelamente ao trabalho agrícola, inúmeros alemães exerciam seus ofícios como artífices, operários, comerciantes, alfaiates, marceneiros, etc. Tal constatação não foi verificada somente em relação aos mecklenburgueses (possuíam profissão antes de serem encaminhados para a casa de correção), mas com relação aos demais alemães que chegaram antes e depois dos mecklenburgueses.

A partir de meados do século XX, alguns pesquisadores revisitaram a temática e, sob um “novo olhar”, relativizaram algumas “narrativas apologéticas” e, principalmente, algumas informações acerca da presença de ex-prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin no Rio Grande do Sul. Desde então, sucessivamente novas obras sobre a imigração alemã foram produzidas por pesquisadores de âmbito nacional, no entanto, sobre os mecklenburgueses permanecem inúmeras lacunas.

2.1 Perpetuação de um mito: os mecklenburgueses através das lentes da historiografia clássica.

*Esses prisioneiros, desaparecidos de sua história, têm de ser rastreados no que se diz deles*²⁹.

Analisando a bibliografia referente ao tema proposto, observamos que a primeira obra a tratar do assunto é a obra *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul – 1824-1924*, originalmente publicada em 1924 por Theodor Amstad S.J. e Arno Philip [1924, 1999], como obra comemorativa oficial dos festejos do centenário da imigração alemã, em nome do

²⁸ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.; Coord.). *Império*. Passo Fundo: Mérito, 2006. v. 2, cap. 19. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), p. 434.

²⁹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p.239.

Verband Deutscher Vereine, sob o título original *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul – 1824-1924*, sendo traduzida por Arthur Blasio Rambo, em 1999.

Pretendeu-se através da publicação da tradução da obra original, “trabalhar a auto-estima”, conforme autores, dos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul, mostrando, sobretudo, a importância da imigração e colonização para formação da nação brasileira, a expansão e desenvolvimento ocorrido nas colônias ao longo do centenário da emigração, as conquistas de alemães e descendentes no Brasil, bem como o enraizamento de uma nova cultura europeia no sul do Brasil, na qual destacaram a importância da imprensa, da escola, da religião. Esta obra é fruto de seu tempo, por isso, baseada na história clássica; vemos em seu texto uma preocupação com o enaltecimento da elite teuta e do progresso da cidade de São Leopoldo.

No capítulo em que enfatiza a temática, “*A lenda dos mecklenburgueses*”, o autor transmite a notícia de que *antes* de 1824 teriam chegado ao Rio Grande do Sul, “apenados de Mecklenburg”, juntamente com outros imigrantes alemães. Para comprovar tal constatação, o autor cita exemplos de alemães que “devem ter entrado no país antes de 1824”³⁰. Johann Gräbin da Picada dos Portugueses, por exemplo, informou que “seu pai e dois de seus irmãos vieram, ainda solteiros, ao Rio Grande do Sul, em 1822, procedentes da Bahia”³¹. Outro exemplo é do coureiro Nicolau Becker, que “aportou aqui em 1797”. O autor se defende dizendo que obteve essas informações de outras pessoas ou as deduziu, porém a intenção foi tirar os mecklenburgueses da “história da imigração propriamente dita”, examinando somente

³⁰ VERBAND DEUTSCHER VEREINE. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 57

³¹ A Bahia foi a pioneira na implantação de colônias alemãs no Brasil e os primeiros alemães chegados na Bahia datam de 1500, mais precisamente quando Pedro Álvares Cabral aportou no Brasil. A primeira colônia, entretanto, foi implantada em 1818, isto é, quatro anos antes da formalização da Independência do Brasil. “A Colônia Leopoldina contava, em 1858, com alemães e suíços, os quais utilizavam a mão de obra escrava negra. A utilização do trabalho escravo é uma especificidade dessa colônia, ao contrário das outras que foram criadas nesse Estado, onde a mão-de-obra era familiar”.(p. 212) Além dessa colônia, em 1818, foi fundada a Colônia São Jorge dos ilhéus que não prosperou e acabou fracassando. A terceira colônia foi fundada entre 1820 e 1821 – Colônia Frankental. “Outra tentativa de fixação de alemães na Bahia foi efetivada em 1873, por Policarpo Lopes de Leão e Dr. Egas Moniz de Aragão, com base em um contrato com o Governo Imperial alemão, no qual ficou prevista a entrada de 10.000 colonos originários do norte da Europa, que seriam destinados aos Estados da Bahia e do Maranhão. (...) O que se pode concluir de todas essas tentativas de criação de colônias alemãs na Bahia é que os resultados não foram satisfatórios: a dificuldade dos alemães em adequar-se a um clima tropical, as áreas escolhidas para estabelecer esses imigrantes, a ausência de uma política governamental que garantisse a chegada efetiva de novos contingentes, a insatisfação dos alemães quanto às condições do solo para o plantio, os conflitos com os índios e as doenças que acometiam alguns membros das colônias foram determinantes para que em todo o estado não se possa encontrar um agrupamento predominantemente germânico”. SILVA, Marina Helena Chaves. *Importância da Bahia para a história da colonização alemã no Brasil*. In: História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Wesfália. São Leopoldo: Oikos, 2005, p. 207-217.

“de perto a vinda dos pioneiros”. Theodor Reinecken, do jornal *Deutsche Zeitung*, seguindo o pensamento do autor Amstadt, ressalta que

Os primeiros devem ter entrado em nosso estado pelo final do século XVIII e inícios do século XIX. Pelo visto foram criminosos desterrados da Alemanha do norte, na maioria procedentes da prisão em Güstrow (Mecklenburgo). Foram despachados para o Brasil em navios a vela e desembarcados na Ilha do Desterro em Santa Catarina, cuja capital é Florianópolis, dando provavelmente origem ao nome da ilha. Parece que há alguma coisa de verdadeiro nessa história, pois há dez anos, mais ou menos, um amigo meu em São Nicolau das Missões encontrou um meio caboclo de aproximadamente 35 a 40 anos, que lhe caiu em vista pelos seus olhos azuis. Depois que meu amigo constatou que o homem era portador de um sobrenome muito comum nas colônias alemãs, demorou-se numa conversa com ele. O homem contou que seu tataravô viera da Alemanha em companhia de um grande número de criminosos e que uma parte deles, entre eles seu tataravô, estabeleceu-se na região de São Leopoldo. Uma parte dos desterrados ter-se-ia encaminhado, via Mostardas, para o sul [...]³²

Parte desses “apenados”, reunidos em bandos de ladrões, pilharam igrejas e residências dos fazendeiros. Instalados entre São Leopoldo e Portão, teriam escondido um tesouro em Estância Velha. O morador Jung teria encontrado o tesouro escondido embaixo de uma árvore. Com intuito de fazer uma canoa, o colono comprou a dita árvore e, conseqüentemente, “encontrou debaixo dela o tesouro”. O autor finaliza o texto sobre a “lenda dos mecklenburgueses”, alertando o leitor que não é possível saber se é verdadeira essa história. Porém constatamos que ao localizar os mecklenburgueses em período anterior a 1824 quis silenciá-los e retirá-los da história da imigração alemã.

³² VERBAND DEUTSCHER VEREINE. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 58-59.

Em 1925, por ordem do Governo do Estado, Ernesto Pellanda³³, publicou *A colonização Germânica no Rio Grande do Sul* [1924, 1925], para “render homenagem á laboriosa colônia Germânica do Rio Grande do Sul no centenário da chegada da primeira leva de imigrantes [sic]”³⁴. Sua obra caracteriza-se por ponderar aspectos históricos e estatísticos sobre a colônia. Não faz referência específica aos ex-presidiários, somente menciona a presença de mecklenburgueses em Santa Cruz. No “Mappa Estatístico da população da colônia de Santa Cruz em 1859”, ressalta que de Mecklenburg chegaram 13 pessoas (seis fogos), das quais dez eram homens (três de até 7 anos, um de 7 a 15 anos, um de 15 a 30 anos, cinco de 30 a 50 anos) e três mulheres (uma de 15 a 30 anos e duas de 30 a 50 anos). Do total dos homens, seis eram solteiros e quatro eram casados. No que tange à religião, três eram católicos e sete acatólicos. Das três mulheres, todas eram casadas, duas católicas e uma acatólica. Dante de Laytano³⁵, por sua vez baseou-se nas informações e no mapa estatístico apresentado por Pellanda acerca dos ex-presidiários.

Depois de seis anos, surge a obra *Colonização Alemã no Rio Grande do Sul* [1930, 1930], publicada em 1930, por Francisco de Leonardo Truda. O autor pretende mostrar aos seus leitores os erros em relação à imigração, desmistificando a imagem idealizada que se perpetuou da mesma. “*Nem só de bons elementos, trabalhadores, honestos e tenazes, constituíam as primeiras correntes de imigrantes alemães encaminhados para nossa Pátria [sic]*”³⁶. Truda foi o primeiro autor que não usou demasiadamente uma “*narrativa apologética*”. Pode-se constatar inclusive ao longo da obra, que o autor pensou nos

³³ Para Martin Dreher, durante o período entre guerras, tanto no Brasil quanto no mundo, inúmeros debates acerca da etnicidade, cidadania e nacionalização estavam sendo encetados. Neste período, verificou-se a necessidade de legitimação de um “padrão identitário” e uma “matriz interpretativa”. Aurélio Porto, Francisco de Leonardo Truda e Ernesto Pellanda, contudo, integravam a primeira matriz interpretativa, ligados ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. “Nas obras dos três autores mencionados estão presentes aspectos que serão reproduzidos de forma estereotipada na historiografia sobre a imigração. Os imigrantes alemães são ordeiros, operosos, amantes do progresso, infelizmente não receberam a devida atenção de parte dos governantes. Por isso, isolaram-se, mantiveram seus costumes, seu idioma, não se integraram nem aprenderam o idioma pátrio. Não deram, porém, a importante contribuição que poderiam ter dado para a formação da raça brasileira, mesmo que tenham contribuído enormemente para o progresso econômico das regiões em que habitam”. (DREHER, na apresentação. In: SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo/Porto Alegre: EDIPUCRS/UNISINOS, 2003, p.7). Como fica explícito no excerto acima, os três autores foram responsáveis por disseminar, entre a população do sul do Brasil, a imagem estereotipada do imigrante e descendente teuto, permanecendo no senso comum das gerações futuras.

³⁴ PELLANDA, Ernesto. *A colonização Germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925, p.1.

³⁵ Conforme o autor, os alemães da colônia alemã de Santa Cruz, “pertenciam à Baviera, Prússia, Baden, Binkenfeld, Lueneburg, Württemberg, Holstein, Hamburgo, Saxônia, Oldemburg, Hanover, Mecklenburg e, quanto às províncias, eram do Palatinado, Pomerânia, Thuringia, Wesfália, Polônia, Silésia, Brademburg e Renânia”. LAYTANO, Dante de. *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1948, p.50.

³⁶ TRUDA, Francisco de Leonardo. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930, p. 36.

mecklenburgueses, diferentemente dos outros autores que privilegiaram excluí-los da história da imigração, afirmando, por exemplo, que “*sumiram sem deixar vestígios*”³⁷.

Aurélio Porto foi o mais ferrenho opositor dos ex-prisioneiros. No entanto, não podemos esquecer que Porto é filho da geração de 1930, período em que inúmeros intelectuais estavam sendo influenciados por ideias acerca da etnia, da raça, da nação, eugenia, presentes na Europa e discutidas no Brasil, através da política de Vargas. Todavia, sua obra não poderia deixar de ser fruto de seu tempo, pois em *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*, de 1934, observamos intenções eugenistas. O autor acusa veementemente Schaeffer de largar na colônia alguns elementos indesejáveis, enviados, posteriormente, para São João das Missões. No que se refere a São João das Missões, Aurélio Porto define-a ora como um “deserto”, ora como região de “terras férteis, onde a agricultura poderia florescer notavelmente”³⁸. Independente das características da colônia, o que interessava às autoridades eram as “incalculáveis vantagens que de semelhante passo resultarão”. Para tanto, em ofício de 23 de novembro José Feliciano Fernandes Pinheiro comunicou ao Mosenhor Miranda³⁹, responsável no Rio de Janeiro pela imigração, que optou por formar duas colônias: uma em São Leopoldo, formada pelos “escolhidos”, enquanto que a colônia de São João recebeu “o resto mais imoraes” [*sic*], sendo aprovado em 10 de maio o projeto para estabelecer colonos alemães na “deserta missão de São João”⁴⁰.

Nas sumacas Ligeira e Delfina, despejara Schaeffer, no Rio Grande do Sul, parte dos elementos indesejáveis, que angariara na Alemanha. *Eram indivíduos de toda espécie. Datam daí os atritos e dissídios que convulsionam a família germânica que fundara São Leopoldo. Quando penetra ali essa vasa da colonização, irrompem logo as maiores desordens.* Os primeiros colonos, elementos de ordem e de trabalho, vendo-se, de momento envolvidos em lamentáveis questiúnculas, e quebrada a tranqüilidade que tinha existido até aquele instante, dirigem-se às autoridades apelando, em nome da boa harmonia da Colônia, separem os

³⁷ HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 206.

³⁸ PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934, p. 84.

³⁹ Conforme Theodor Bösche, Monsenhor Miranda é visto como o “protetor de todos os alemães em todo Brasil”, bem como “um homem ambicioso, incansavelmente ativo, muito culto e bastante patriótico.” BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I*. Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. Da Casa Garraux, 1929, p.73.

⁴⁰ PORTO, Op. Cit, p. 85.

recém-vindos, que não lhes mereciam apreço, por serem homens que não sabiam se conduzir.[sic] (grifo nosso)⁴¹

Na citação acima fica explícita a preocupação reinante entre as autoridades, no que tange à instalação de mais colonos alemães em São Leopoldo, visto que inúmeros conflitos estavam ocorrendo na colônia em razão do fornecimento dos subsídios, demarcação e distribuição dos lotes aos colonos. A chegada de mais imigrantes agravaria as “disputas e atritos na organização social dos próprios colonos”⁴², portanto era vantajosa e necessária a fundação de novas colônia, dentre as quais destacamos a colônia alemã de São João das Missões, fundada em 1825.

Conforme aponta Aurélio Porto, nessa colônia dos “imoraes”⁴³,

a embriagues os dominava e a ociosidade lhes havia arrancado os últimos resquícios da vontade. Estavam irremediavelmente perdidos e, quando findasse o ano, no qual recebiam 80 réis diários para subsistência, morreriam, fatalmente, de fome, se não fossem mendigar pelas ruas. E assim foram desaparecendo⁴⁴.

Deve-se, porém, corrigir Porto. Houve aqueles que conseguiram retornar de São João, estabelecendo-se, por exemplo, em São Leopoldo, Três Forquilhas, etc., como veremos no último capítulo dessa dissertação, quando acompanharemos a trajetória de algumas famílias de mecklenburgueses. Cabe destacar que antes da década de 30 chegaram a São Leopoldo mecklenburgueses desincorporados do Exército Imperial, no Rio de Janeiro, em busca de

⁴¹ PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934, p. 86.

⁴² TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p. 135.

⁴³ No que se refere ao perfil do imigrante ideal, Giralda Seyferth, no artigo *Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão*, ressalta que a imagem do imigrante ideal foi construída em 1819. O Brasil necessitava de trabalhadores brancos e saudáveis, agricultores exemplares oriundos do meio rural europeu, com todas as “boas qualidades” do camponês e do artífice, obedientes à lei, dóceis e morigerados de moral ilibada, etc. Por outro lado, ser europeu não bastava: os ‘piores elementos colonizadores’ segundo diretores da colônia, eram comunistas, condenados, ex-soldados e a ‘escória das cidades’ que os governos europeus ‘expeliam’ e que o Brasil devia mandar de volta. Refugiados, deficientes físicos, ciganos, ativistas políticos, velhos, etc., também estavam arrolados inclusive na legislação como ‘indesejáveis’”. SEYFERTH, Giralda. *Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão*. In: *Reportagens: Brasil: migrações internacionais e identidades*. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm>, acesso em 11/05/2008, às 21:07.

⁴⁴ PORTO, op. cit., p. 89.

lotes de terras, prometidos aos soldados após o fim do trabalho militar. Esses soldados foram recrutados por Schaeffer, sob a ordem de José Bonifácio, que entregou em 21 de agosto de 1822, as instruções para a sua atividade na Europa. Analisando a fonte empírica, verificamos que da quarta à oitava instrução, Bonifácio destaca a necessidade de organizar um exército militar no Brasil, bem como os benefícios concedidos aos voluntários. Eram essas as promessas que circulavam na Europa e motivavam a população pobre e prisioneira.

“Instrucçoens particulares para servirem de regulamento ao Snr. Jorge Antonio Schaeffer na missão com que parte desta Corte para a de Vienna d’ Austria, e outras. [...]

4.º

Depois de ter saudado as visitas da Côrte de Vienna, e dos outros Principes da Allemanha, e de ter procurado interessal-os a favor do Brazil passará a outro ponto essencial da sua Missão que vem a ser: *Ajustará uma Colônia rural militar que tenha pouco mais ou menos a mesma organização dos Cossacos do Don e do Vral; a qual se comporá de duas classes. 1ª de atiradores que debaixo do disfarce de Colonos serão transportados ao Brasil, onde deverão servir como Militares pelo espaço de seis annos. 2ª de indivíduos puramente Colonos, aos quaes se concederão terras para seu estabelecimento, devendo porém servirem como militares em tempo de guerra, á maneira de Cossacos, ou Milicia Armada, vencendo no tempo de serviço o mesmo soldo que tem as Milicias Portuguezas quando se acham em campanha.*

5.º

Quanto á 1ª classe composta dos individuos que devem servir como Militares pagos, ou Soldados, pelo espaço de seis annos, logo que expirar esse prazo entrarão na 2ª classe, e receberão terras para cultivarem.

6.º

As terras que o Governo pretende Conceder a ambas as classes para fundarem suas Colonias são no interior de Minas na extrema do Norte da Provincia para o lado da Bahia; e no Rio Caravellas nas vizinhanças do Mar; regulando-se estas concessões pelo mesmo pé das Colonisações inglezas em Nova Hollanda e Cabo de Boa Esperança. *O Governo isentará estes Colonos do dizimo pelo espaço de oito annos, e elles tomarão a seu cargo a abertura das estradas de comunicação com as Provincias visinhas ou Portos de mar, para commodidade reciproca.*

7.º

O maximum de ambas as classes será de quatro mil pessoas, com os Officiaes competentes, que em tempo de paz servirão de Directores e Administradores das Colonias; porém haverá a precaução de não augmentar, digo, multiplicar o numero destes Officiaes, pois devem-se conservar Logares para serem preenchidos por Officiaes Brasileiros, de notoria capacidade, que por serem deste Paiz estão em melhores circumstancias de

dirigir os Colonos, e ilustral-os sobre a topographia, costumes, e legislação deste Reino, Os da primeira classe pódem ser o terço numero total.

8.º

O uniforme dos Colonos que aqui devem militar podem ser como o dos Cossacos do Don, havendo as alteraçõens que este clima exige, conservando porem sempre o sabre, pistola, espingarda e lança. Por este motivo se adverte a V. Mce. que estes Soldados devem vir já armados, e V. Mce procurará comprar o Armamento na Allemanha onde estes objectos são de modico preço dando de tudo isto as participaçoens competentes, e a tempo, por esta Secretaria de Estado.[...]”⁴⁵”

Assim como os colonos, os soldados receberiam os mesmos benefícios que outrora foram concedidos aos colonos. No entanto, marcou o contexto da década de 30, a aprovação de um decreto que proibia os gastos com a imigração e o fechamento dos batalhões do Exército Imperial. É nesse cenário, pois, que desentendimentos, conflitos e reivindicações alicerçaram os primórdios da imigração. Muitos soldados ficaram à deriva e espalhados pelo território brasileiro. No Rio Grande do Sul, desde 1824, o projeto de imigração encontrava dificuldades para a sua concretização, “os factos escandalozos que aqui se tem praticado [...] se reproduzem com frequencia [sic]”⁴⁶” na colônia. Em ofício de 25 de maio de 1852, o secretário do Governo, Antonio José Affonso Guimarães, destaca “o estado de ignorância dos colonos [e] a sua rebeldia contra as leys e authoridades”⁴⁷”.

[...] desde que se deo começo a organização da Guarda Nacional os Brasileiros de origem allemõa appresentarão tão tenaz resistênciã para servirem que até hoje ainda se não pode formar nem o Batalhão que foi criado por Ley, elles tem resistido com armas, tem apredejado officiais, tem insultado a outros, como a pouco aconteceu com o Tenente Tasch que procurou o abrigo das Leys na Authoridade do Delegado de Políciã que condemnou o delinqüente em trinta mil réis de multa a favor da Igreja Protestante!! O facto de terem abandonado a Guarda de Honra que farião ao honrado e prudentissimo Chefe de Divisião Pedro Ferreira d’Oliveira então Presidente da Provincia é de tal natureza insolente que nada mais precisa se dizer”⁴⁸.

⁴⁵ DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. São Leopoldo, 2010, p. 4 e 5 (no prelo).

⁴⁶ ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1578 – Offícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1852-1853.

⁴⁷ ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1578 – Offícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1852-1853.

⁴⁸ ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1578 – Offícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1852-1853.

Diante de tal estado de guerra entre alemães e brasileiros, em 23 de abril de 1852, foram aprovados pela Assembleia Legislativa Provincial sob ordem da Câmara Municipal de São Leopoldo alguns artigos de posturas que “aparecerão [no dia seguinte] a porta, as janellas, e a taboleta das Armas Imperiaes”⁴⁹. Possivelmente, em decorrência do não cumprimento das promessas feitas aos soldados desincorporados, as autoridades locais encontraram dificuldades para a formação de um batalhão com soldados de origem alemã.

Retomando nossa análise bibliográfica, em 1975, Carlos Oberacker Jr., publicou a obra *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. O autor acentua não se tratar de uma biografia de Schaeffer. A partir de fontes novas e desconhecidas, constatou que Schaeffer foi um homem “genial, organizado e angariador” de imigrantes alemães, e que atuou de acordo com as ordens recebidas. Martin Dreher, “remando contra a correnteza”, também destaca que “ele nada promete além do que consta nos decretos e nas instruções”⁵⁰. Diferentemente de outros autores que trabalharam com a mesma temática, Oberacker objetivava amenizar a culpa de Schaeffer por recrutar ex-presidiários, dizendo que não foi responsável pela escolha dos imigrantes, uma vez que estas pessoas foram “impingidas” a ele. Schumacher⁵¹, nesse sentido, diz que no início do recrutamento, os Estados Alemães, Principados e Ducados tinham certo cuidado na seleção das pessoas, mas algum tempo depois passaram a enviar “criminosos de toda espécie”⁵². Em outras palavras, não era intenção de Schaeffer recrutar para América do Sul pessoas provenientes das Casas de Trabalho, Casas de Correção de Mecklenburg e Hamburg. Porém diante da dificuldade de angariar soldados, Schaeffer, segundo Oberacker, contra a sua vontade, teve que enviar para o Brasil pessoas “sem ocupação”⁵³, sendo este “um dos pontos fracos de Schaeffer na execução de sua missão”⁵⁴.

⁴⁹ ANRJ. Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1578 – Ofícios da Presidência da Província do Rio Grande do Sul dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1852-1853.

⁵⁰ DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. São Leopoldo, 2010, p. 9 (no prelo).

⁵¹ Ver: SCHUMACHER, P. H.: Beschreibung meiner Reise von Hamburg nach Brasilien im Juni 1824 nebst Nachrichten über Brasilien bis zum Sommer 1825 über die Auswanderer dahin. Der Wahrheit gemäs und zur Warnung niedergeschrieben. Friedrich Vieweg, Braunschweig, 1826, citado por OBERACKER JR, Carlos Henrique. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória para o Brasil*. Porto Alegre/Metrópole: Instituto Estadual do Livro, 1957.

⁵² Ibid, p.25.

⁵³ “Consta porém, que a grande maioria da gente que Schäffer recebeu de Mecklenburg não eram criminosos, nem sentenciados; tratava-se apenas de gente sem ocupação, ou considerados vagabundos, mendigos e vadios e associaes, portanto de elementos com que naquela época se costumava ‘colonizar’ no próprio Brasil. Entre os sentenciados encontrava-se, por exemplo, indivíduos que tinham cometido delitos de afeto ou pequenos crimes contra a propriedade. De toda a essa gente não houve queixa por parte do Governo Imperial; pelo contrário, D. Pedro mandou diversas vezes elogiar Schäffer pela ‘boa gente’ que lhe mandara. Alguns desses indivíduos

Carlos Oberacker Jr., para referir-se ao mecklenburgueses, utiliza os termos qualificativos “vagabundos e povo ocioso”, “comedores pouco úteis”, além de estigmatizá-los como criminosos. O autor cita o exemplo do ex-presidiário de apelido Thiele⁵⁵, chegado a São Leopoldo após 1830. Thiele era o chefe de uma quadrilha de mais ou menos sessenta ladrões, que assaltavam as casas particulares e igrejas da colônia⁵⁶. Esse exemplo vai ao encontro do que Amstad já afirmava acerca da lenda dos mecklenburgueses (supostamente haviam escondido um tesouro em Estância Velha, conforme apontado anteriormente). Tal fato ocorreu porque os colonos sem “profissão e não sendo aptos para os trabalhos árduos do campo, queriam vingar-se das injustiças de que foram vítimas”. Para amenizar a situação de conflito e desentendimentos na colônia alguns (maus elementos) foram “eliminados por instâncias dos próprios colonos de São Leopoldo e enviados pelo governo sul-rio-grandense à região das antigas Sete Missões, então quase deserta”⁵⁷.

Carlos Henrique Hunsche, no capítulo quatro do *Biênio 1824/1825 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*, baseado em informações de terceiros, discorre acerca da “requisição de delinquentes de Mecklenburgo e o papel do Major Schaeffer”. Comumente os autores clássicos, quando tratam dos mecklenburgueses, recorrem à palavra “lenda” (apresentado pelo Padre Theodor Amstad), para “salvar a dignidade da imigração alemã” e porque acreditam que “não pode ser verdadeiro”⁵⁸. Os autores Amstad, Truda, Porto, forneceram as informações para a construção da narrativa de Hunsche e, como já vimos anteriormente, estes autores são filhos de seu tempo, fato este que explica a posição e discurso dos mesmos, mas não os justifica. Hunsche cita a tese de doutoramento de Schröder, na qual o autor apresenta novas informações acerca dos mecklenburgueses, baseada na documentação pesquisada no Arquivo Secreto do Grão-Ducado de Mecklenburg. Porém o autor não fez questão de relativizar suas afirmações a

chegaram até a prestar serviços extraordinários; outros, de fato, falharam, mas é preciso levar em consideração que houve também entre os indivíduos honrados os que se transformaram no Brasil em vagabundos, bebedores ou até criminosos”. OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957, p.25.

⁵⁴ Ibid, p.25.

⁵⁵ Nos autos relativos à segunda deportação do Presídio e Casa de Correção para o Brasil, encontramos a referência do ex-prisioneiro Johann Tiede, de 39 anos, natural de Dargun, preso, em 12 de junho de 1823, por furto, condenado à prisão perpétua e mantido pela Caixa da Instituição. Antes de seguir para a Casa de Correção, Tiede era comerciante, viúvo e tinha um filho. Sabemos que foram recorrentes problemas com a grafia dos nomes dos colonos alemães, por isso não podemos afirmar se Johann Tiede é o mesmo ex-prisioneiro Thiele, citado por Carlos Oberacker Jr.

⁵⁶ O autor obteve as informações dos relatos de viagem de dois ex-mercenários, Bösche e Trachsler, que informam acerca da suposta formação de uma quadrilha especializada em roubos.

⁵⁷ OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957, p.104.

⁵⁸ Ibid, p.62.

partir dos novos dados oferecidos por Schröder. Simplesmente cita as informações com intuito de mostrar que “não há dúvida, por mais que se queira ignorar os fatos”⁵⁹ que foram recrutados prisioneiros de Mecklenburg.

Para Hunsche, enviar prisioneiros para o Brasil seria duplamente vantajoso para o Grão-Ducado de Mecklenburg. Primeiramente porque o Grão-Ducado se livraria de inúmeros “preguiçosos e vagabundos”, depois porque, era a oportunidade de melhorar de situação, ou seja, de vida no Brasil.

No que concerne aos colonos enviados para São João das Missões, Hunsche baseia-se nas informações e documentação apresentadas por Aurélio Porto. A quarta leva de colonos foi composta por grande quantidade de avulsos, sendo que a maioria foi recrutada em Mecklenburg. Por exemplo, conforme Hunsche, “aproximadamente 30 dos 39 avulsos e uma (de cinco) família de quatro pessoas são do Grão-Ducado de Mecklenburgo”⁶⁰. Essa leva foi identificada pelos autores como a “leva condenada”, porque a maioria dos colonos pereceu, “a pontos de q’hoje não existem aqui mais q’hum homem e huma mulher com duas crianças”⁶¹. Justifica tal tragédia pelo fato de que faltaram os “verdadeiros dirigentes”, os jesuítas, que no século XVIII, com sua devoção e sua religião haviam levado prosperidade para a região das Missões.

Após dois anos da publicação do primeiro tomo da coleção acerca da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul, Hunsche, publicou o segundo livro intitulado, *O ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Nesta obra, algumas informações se repetem e outras relativizou, isto é, algumas fontes e conteúdo são semelhantes ao primeiro livro. No que concerne aos prisioneiros mecklenburgueses e sobre a colônia alemã de São João, o autor dedica sete páginas a essa temática. Por conseguinte, ressalta que nem todos os integrantes da “leva condenada” desapareceram, “depois de seu ‘intermezzo’ em São João das Missões, [...] alguns se dirigiram a São Leopoldo, outros a Torres”⁶². Dito de outra forma, Hunsche está relativizando a “tese do desaparecimento”, recorrente na primeira obra, acerca dos colonos que chegaram ao Rio Grande do Sul entre 1824 e 1825.

⁵⁹ OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957, p. 63.

⁶⁰ *Ibid*, p.147.

⁶¹ *Ibid*, p.149.

⁶² HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano de 1826 na Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Leopoldo)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 293.

Diferentemente dos autores apresentados até aqui, Juvencio Saldanha Lemos, quando escreveu a obra *Mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil* [1993, 1993], não tinha a pretensão de fazer um estudo sobre imigração e colonização, visto que seu objetivo era focalizar os mercenários de D. Pedro I, bem como a revolta que ocorreu em 1828⁶³. Não obstante, assim como os demais autores apresentados, baseou-se nas informações apresentadas por Aurélio Porto. Segundo o autor, São Leopoldo prosperou acidentalmente, uma vez que os colonos foram enviados para o sul como “bucha de canhão” para defender os interesses do Brasil, defendendo a fronteira contra invasão dos espanhóis e lutar na Guerra da Cisplatina. Em relação à Colônia alemã de São João das Missões, enviou-se uma leva de colonos que moralmente perturbavam São Leopoldo. Qualifica-os como a “verdadeira ralé”. No trajeto entre Porto Alegre até as Missões, baseado em Porto, destaca que

homens, mulheres e crianças, numa promiscuidade horrível, quando as carretas paravam à hora das sextas, se engalfinhavam, sob o excesso de bebidas alcoólicas que conseguiam, [...] nas povoações ou vendas que cruzavam nas estradas solitárias [sic].⁶⁴

⁶³ Na 9ª parte do livro *“Os Mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)”*, Juvencio Saldanha Lemos analisa a revolta que ocorreu em 1828, entre os mercenários do Imperador. A insubordinação teria iniciado em decorrência do abuso de poder e maus tratos por parte de alguns oficiais. O Major Drago e o Capitão Pezerat, condenaram um soldado indisciplinado a centenas de chibatadas. Diante tal atitude, os soldados alemães do 2º Batalhão de Granadeiros (localizado em São Cristóvão) queriam se vingar do Major e Capitão, dando início, pois, à desordem. Para Lemos, a combinação de fúria e bebida alcoólica (cachaça e vinho) contribuiu significativamente para piorar a situação. “Aqueles alemães não passavam mesmo de um bando de beberrões e não havia dia em que eles não aprontassem uma baderna...” (LEMOS, 1993, p. 333). No dia 9 de junho, os soldados do 2º Batalhão de Granadeiros, marcharam até o Palácio Imperial, com o propósito de reivindicar “um severo castigo para o Major Drago; o fim dos castigos corporais; uma definição clara e exata do tempo de serviço a que estavam obrigados, e que deveria ser de três anos; e soldo igual ao vencido pelos irlandeses” (LEMOS, 1993, p.334). Não tardou para que os soldados do 28º Batalhão de Caçadores (localizado na Praia Grande), conhecido como o “Batalhão do Diabo” e os irlandeses do 3º Batalhão de Granadeiros (localizado no Campo de Santana) também se rebelassem. Somente após inúmeras mortes, a rebelião foi contida. Entre os dias 12 e 13 de junho os soldados do 2º Batalhão de Granadeiros foram mandados para as presenças “Dom Pedro I” (LEMOS, 1993, p. 363), os irlandeses mais perigosos enviados para fortalezas, outros para a Praia Grande e as famílias recrutadas para a Bahia. Alguns soldados alemães do 2º e 3º Batalhão de Granadeiros foram embarcados para a Alemanha, no entanto, a maioria dos soldados licenciados do serviço militar foram enviados para a colônia Alemã do Rio Grande do Sul. A embarcação “Dom Pedro I zarpou para o Rio Grande do Sul com todo o 28º Batalhão de Caçadores a bordo” (LEMOS, 1993, p. 375). Enfim, através dessas medidas, “a ordem pública, aos poucos, foi sendo restabelecida na Corte” (LEMOS, 1993, p. 365), bem como a desmobilização dos batalhões de soldados. Mais informações ver: LEMOS, Juvencio Saldanha. A revolta dos mercenários. In: *Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1830)*. Porto Alegre: Palmarinca. 1993, p. 328-377.

⁶⁴ Porto apud LEMOS, 1993, p.50.

Lemos acusa veementemente o governo alemão de aproveitar-se da emigração para livrar-se dos criminosos e vagabundos, prática comum na Europa⁶⁵. Destaca que Schaeffer foi obrigado a aceitar as levas de presidiários em troca do reconhecimento da independência do Império brasileiro⁶⁶. É importante destacar que a Europa não permitia a emigração de soldados para o Brasil, portanto Schaeffer recrutou indivíduos das Casas de Correção com o rótulo de colonos⁶⁷. Nem todos permaneceram no Rio de Janeiro⁶⁸. Baseado em Hunsche, Juvencio Saldanha Lemos destaca que diversos soldados “avulsos” foram rejeitados para o serviço militar, sendo enviados para o Rio Grande do Sul, majoritariamente para a colônia alemã de São Leopoldo.

Em relação a essa informação, é pertinente analisar um relatório produzido, em 1828, pelo Estado Alemão de Mecklenburg-Schwerin, referente à prisão de dois desertores do Exército Imperial brasileiro, Johann Friedrich Sichtling e L. H. Günther⁶⁹. Tal documento traz

⁶⁵ O recrutamento e posterior deportação era uma prática comum nos países europeus. Apesar de Mecklenburg-Schwerin ter sido o primeiro país a reconhecer a independência brasileira, isso não quer dizer que o Império do Brasil fosse o único país a receber apenados. Podemos citar o exemplo da Prússia que, em 1801, estabeleceu contrato com a Rússia, com a pretensão de deportar prisioneiros prussianos para Sibéria. No caso de Mecklenburg-Schwerin, em 1803, solicitou a oportunidade de enviar um prisioneiro para a Sibéria. Em 1823, o Grão-Duque de Mecklenburg-Schwerin contatou com o Ministro dos Países Baixos, para que os sem pátria de Güstrow fossem incorporados ao exército holandês, porém a Holanda não estava disposta a receber prisioneiros de outros estados. Entre as alegações para deportação, estava a oportunidade de conceder aos prisioneiros melhores condições de vida, visto que na Casa de Trabalho Rural de Güstrow dificilmente teriam oportunidade de encontrar uma ocupação profissional, isto é, estavam condenados a permanecer “eternamente presidiários”. Cf. ROSENFELD, Ernst. *Verschickung freiwillig auswandernder Insassen der Gefängnisse von Mecklenburg nach Brasilien in den Jahren 1824 und 1825*, in: *Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft*. Band 24. Berlin: J. Guttentag, Verlagsbuchhandlung, 1904, p. 412-413.

⁶⁶ Conforme Dreher, Schaeffer estava encontrando dificuldades para contratar soldados e colonos para a agricultura e o Grão-Duque Friedrich Franz julgou interessante a oportunidade de poder livra-se de alguns prisioneiros. Atendendo os interesses de ambos, em 1824, foram recrutados os primeiros prisioneiros das casas de trabalho e o Grão-Ducado Mecklenburg-Schwerin foi o primeiro Estado europeu a reconhecer a independência do Brasil. DREHER, Martin Norberto. *Degradados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, 2010, (no prelo), p. 3.

⁶⁷ O Congresso de Viena proibia o recrutamento de soldados. Em face dessa determinação, Schaeffer deveria recrutar soldados sob o rótulo de colonos. É sob esta condição que inúmeros imigrantes aportaram no Brasil.

⁶⁸ Cruzando as informações das listas de saída dos apenados e a lista de entrada dos colonos no Rio Grande do Sul, constatamos que majoritariamente famílias migraram para as colônias alemãs do sul, enquanto que os avulsos e/ ou alguns casais permaneceram no Rio de Janeiro, sendo empregados nos batalhões do exército Imperial Brasileiro. Após 1830, verifica-se chegada mais intensa de avulsos, decorrente do fechamento dos batalhões imperiais. O Rio Grande do Sul foi o lugar escolhido por muitos ex-soldados, mas cabe ressaltar, que outros se dirigiram para São Paulo, onde participaram da criação das colônias de Santo Amaro e Itapecerica da Serra, foram para a colônia de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, ou para a colônia de Rio Negro, no Paraná.

⁶⁹ Sichtling e Günther eram ex-presidiários de Mecklenburg e ex-soldados no Rio de Janeiro, que, após permanecer no Brasil por dois anos e três meses, desertaram e retornaram à Alemanha, via Bélgica, sendo capturados pela polícia de Mecklenburg e submetidos a interrogatório, a 18 de setembro de 1828. “Joh. Friedr. Sichtling é o atual depoente; de acordo com a inquirição que se encontra nos autos, serviu por 2 ¼ anos no 2º Batalhão de Granadeiros no Rio de Janeiro e desertou no mês de novembro de 1826” (NETb. MLHA Schwerin. Kabinett I. p. 9. Tradução de Martin Norberto Dreher)

“ 100. J. H. D. Günther é o presente depoente, o qual segundo inquirição hoje feita, esteve empregado no Batalhão de Granadeiros, no qual serviu 2 ¼ anos e depois fugiu novamente para este território”. (NETb. MLHA Schwerin. Kabinett I. p. 13. Tradução de Martin Norberto Dreher)

à tona algumas informações acerca da trajetória dos mecklenburgueses degredados para o Brasil, bem como alguns exemplos acerca da rejeição de avulsos para o serviço militar no Rio de Janeiro. As informações contidas na documentação devem ser lidas com cautela, principalmente por se tratar de um interrogatório. Sabemos que nossa memória é seletiva, por isso não podemos confirmar a veracidade de todas as informações.

A registratura de *Güstrow im Landarbeithause der 12 Septber. 1828*⁷⁰, é um documento acerca do relato do destino das pessoas enviadas para o Brasil, degredadas das Casas de Correção de Güstrow, Dömitz e Bützow, em 1824, 1825 e 1826.

Conforme consta na documentação, a finalidade do interrogatório era

[...] obter, tanto quanto possível, informações acerca do destino dos colonos emigrados daqui, bem como de Dömitz e Bützow, no ano de 1824 e 1825 para o Brasil, foram interrogados, detalhadamente, os dois trabalhadores Günther e Sichtling, que se encontram no momento, nesta instituição, os quais retornaram do Brasil após estada de mais de dois anos ali.⁷¹

Segundo a documentação, “foram passados com eles as listas postas, nominalmente”, e os depoentes informaram aos policiais o destino dos “colonos emigrados, no ano de 1824, de Güstrow”, “referente às pessoas de Güstrow vindas para as colônias em 1825” e “sobre os detentos vindos de Dömitz no dia 6.12.1824 para o Brasil”⁷².

Foram identificados 178 emigrantes, entre “avulsos” e famílias, porém, destes 178, de acordo com os depoentes, 57 foram admitidos como soldados no Rio de Janeiro; 94 enviados para o Rio Grande do Sul como colonos. De 27 não souberam dar informações, isto é, até o momento da deserção não sabiam se essas pessoas eram soldados, diaristas ou possuíam uma colônia própria.

⁷⁰ NETb. MLHA Schwerin. Kabinett I. p. 6. Tradução: Güstrow, na Casa de Correção Rural, 12 de setembro de 1828. No dia 6 de dezembro de 1828, é terminado o interrogatório. No dia 10 do mesmo mês e ano, de Schwerin, é enviada a registratura para o Grão-Duque, conforme atesta a documentação, “De acordo com a mais graciosa ordem de Vossa Alteza Real, de 6 do corrente mês, os subscritos enviam cópia do registro apresentado pela comissão Dirigente da Casa de Correção Rural e que contém algumas notícias a respeito do destino das pessoas emigradas dali e de Doemitz para o Brasil, e permanecem no mais profundo temor. Schwerin, 10 de dezembro de 1828. Mui submissos-fiéis-obedientes.” (NETb. MLHA Schwerin. Kabinett I, p. 5. Tradução de Martin Norberto Dreher) No final da página consta a data de recebimento do registro, dia 18 de dezembro de 1828.

⁷¹ Um über das Schicksal der von hier, so wie von Dömitz und Bützow im Jahr 1824 und 1825 nach Brasilien ausgewanderten Colonisten, so weit als möglich in Kenntnis gesetzt zu werden, sind darüber die gegenwärtig in der hiesigen Anstalt befindlichen beiden Arbeiter Günther und Sichtling, welche von Brasilien nach einem mehr als zweijährigen dortigen Aufenthalt, wieder zurückgekehrt sind, näher vernommen worden. (NETb. MLHA Schwerin. Kabinett I, p. 6)

⁷² NETb. MLHA Schwerin. Kabinett I. p.6.Tradução de Martin Norberto Dreher.

Muitos dos “avulsos” mandados para o Rio Grande do Sul, sob o rótulo de colono, encontraram inúmeras dificuldades. São diversos os casos de bebedeira e outros vícios. De acordo com Emílio Willems,

entre os fatores patogênicos, o alcoolismo tem exercido, desde os começos da colonização alemã, influências seletivas de não pouca importância. ‘O abuso da aguardente é o rochedo em que grande número de europeus no Brasil, mormente alemães, naufragou. Verdade é que a sua maioria pertence às classes operárias, mas há também muitas vítimas do alcoolismo entre as classes mais educadas’⁷³.

Quando o autor ressalta o alcoolismo entre as classes mais educadas, como exemplo, podemos citar o próprio Major Jorge Antônio von Schaeffer. Os qualificativos de ex-oficial da guarda imperial, idade avançada, o fato de ser estrangeiro, ou seja, a marginalização e a tendência depressiva levaram-no a procurar a fuga na bebedeira⁷⁴, perecendo miseravelmente como milhares de imigrantes alemães.

Alguns exemplos podem ser citados

29, 30 e 31. Johann Hackert [veio com] sua esposa e sua criança. Foi empregado, a pedido, no serviço militar, e residia no Quartel no Rio de Janeiro ainda quando nós de lá partimos. Sua esposa têm junto ao quartel um comércio com gêneros alimentícios e bebida e está muito bem, vive no entanto, em constantes brigas com seu marido; principalmente porque quer separar seu marido da bebida.

33. Johann Kursch foi incorporado ao 3º Batalhão de Granadeiros, mas perdeu a vida após 4 semanas; pois em sua bebedeira os negros lhe haviam roubado as roupas e, depois, o haviam jogado em um poço, do qual se o retirou morto⁷⁵.

⁷³ WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p.96

⁷⁴ A observação é feita por Rambo na apresentação da tradução do livro de Schaeffer. SCHÄFER, Georg Anton von. *O Brasil como império independente: analisado sob os aspectos históricos, mercantilístico e político*. Tradução, apresentação, notas e edição de Arthur Bl. Rambo. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007, p. 25.

⁷⁵ “29. 30. und 31. Joh. Hackert, dessen Frau und deren Kind, ist auf sein Verlangen im Militair Dienst angestellt, und hat seinen Aufenthalt in der Caserne bei Rio de Janeiro auch noch zu der Zeit gehabt, als wir von da weggingen. Seine Frau hat bei der Caserne einen Handel mit Eßwaren und Getränk angelegt und steht dabei recht gut, sie lebt jedoch mit ihrem Manne in fortwährenden Streitigkeiten; besonders darum, daß sie ihren Mann vom Trunke abhalten will”. NETb. MLHA. Schwerin. Kabinett I. p. 6-7. “33. Joh. Kursch, ist zwar beim 3^{ten} Grenadier Batallion eingestellt, aber bereits nach 4 Wochen ums Leben gekommen; denn in der Betrunktheit hatten ihm die Neger seiner Kleidungsstücke beraubt und ihn hiernächst in einen Brunnen gestürzt, aus welchem man ihn todt herausgezogen hat”. NETb. MLHA. Schwerin. Kabinett I. p. 7.

A situação só vem a piorar após 1831, quando os batalhões do exército imperial são dissolvidos e os soldados largados a sua própria sorte. Muitos destes radicaram-se no Rio Grande do Sul. Conforme Lemos, “morreram todos miseravelmente, ou então levaram uma vida triste e cheia de privações⁷⁶”.

É pertinente levar em consideração que nem todos os “avulsos”, aportados no Rio Grande do Sul pereceram miseravelmente. Vários são os exemplos de mecklenburgueses que conseguiram prosperar, adquirindo um lote ou uma colônia para produção de alimentos. Peter Frehse era jardineiro e ganhou terras de um seleiro. Segundo Hunsche,

número 119 (1824 III 74) Solteiro, chegado a São Leopoldo em 6/11/1824, passageiro da sumaca Delfina e do veleiro transatlântico Carolina. Jardineiro, evangélico, nascido em Mecklenburg, faleceu, 1834. Assinou Christian Frehse a queixa contra Ehlers e, na petição, figura com 3 cruces, como se não soubesse assinar⁷⁷.

Outro exemplo, a ser citado é Friedrich Voss, provavelmente

Frederico Carlos Voss (1824/25 Missões 62) solteiro, cruzou o Atlântico na “Galera Hamburguesa Georg Friedrich” (1ª viagem), chegou ao RJ em 11/10/1824, seguiu viagem pela sumaca “Delfina” (1ª viagem) para Porto Alegre, onde chegou na segunda metade de novembro de 1824. Não foi levado a São Leopoldo, como ordenado originalmente (Aviso, 23/10/1824), mas seguiram em 26/11/1824, sob o comando do capitão Alexandre José Bernardes, para a nova colônia a ser fundada em São João das Missões, onde chegou só em 6/1/1825. A. Porto, p. 85-89: descrição da “terrível odisséia”. Por ser letrado e ter conhecimentos de agrimensor, Voss foi nomeado “piloto” pela Câmara de Santo Antônio da Patrulha para medir as terras ao redor de Torres para os colonos alemães. Voss, portanto, voltou das Missões e se estabeleceu em São Leopoldo, mas só depois de sua atuação como agrimensor em Torres, especialmente, em Três Forquilhas.

⁷⁶ LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1930)*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993, p. 419.

⁷⁷ HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 227.

Nos anos trinta, encontramos-lo como testemunha e escrevente no juizado da “Capela curada de São Leopoldo”⁷⁸.

A documentação registra os “tipos” de imigrantes que não serviram como soldados no exército imperial. Foram dispensados e enviados para o Rio Grande do Sul: “Christian Hein Gebert, originalmente deveria ser soldado, mas ao ser examinado não foi considerado apropriado, principalmente por causa de sua grande hérnia e porque parecia ser débil mental; por isso foi mandado para a colônia”⁷⁹ de São Leopoldo, e posteriormente, levado para a nova colônia em São João das Missões, em 6/1/1825. “Johann Breitenfeld, não pôde ser aproveitado como soldado, principalmente por causa de um defeito no braço, e foi enviado para a, várias vezes mencionada, colônia como diarista”⁸⁰. “Joachim Christian Haack e esposa. O Haack era coxo, por causa de fratura anterior na perna, e, por isso, não se prestava para o exército. Após seu desembarque foram levados para a Fortaleza Amerson⁸¹, ali permaneceram quatro semanas, e após foram para a Colônia Rio Grande⁸². Segundo Lemos,

De maneira geral, tais indivíduos não tinham pendor para a agricultura, nem cultivavam qualquer admiração por atividade outra que não fosse beber. Evidente que logo se tornaram um pesadelo para os verdadeiros, pacatos e sofridos colonos. A forma encontrada para reduzir os malefícios que esses imprestáveis causavam à comunidade foi arranjar-lhes uma ocupação, naturalmente que compatível com as suas imprestabilidades. Surgiu assim, em 1825, uma folclórica “Força Policial” em São Leopoldo, absolutamente desnecessária [...] Como respeito é bom e os alemães gostam, os integrantes dessa “Força Policial” logo acrescentaram aos seus nomes as respectivas condições de Uhlan (lanceiro) ou Kavallerist (cavalariano). O detalhe é que o nome de todos esses “policias” constam na relação de passageiros do “Georg Friedrich” ou do “Caroline”, que foram justamente os dois navios

⁷⁸ HUNSCHE, Carlos H. *O ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p.587.

⁷⁹ “21. Chr. Hein. Gebert, war früher zum Soldaten bestimmt, ist aber dazu bei näherer Untersuchung nicht brauchbar befunden, besonders wegen eines starken Bruchschadens und weil er schwachsinnig zu seyn schien; man hat ihn daher nach der Colonie befördert”. NETb. MLHA. Schwerin. Kabinett I. p. 5.

⁸⁰ “32. Joh. Breitenfeld, war nicht brauchbar zum Soldaten, besonders wegen eines Schadens am Arm, und ist nach der oft gedachten Colonie als Tagelöhner befördert”. NETb. MLHA. Schwerin. Kabinett I. p. 7.

⁸¹ A Armação ou Fortaleza era o local onde os imigrantes ficavam alojados. NETb. MLHA. Schwerin. Kabinett I. p. 14. Tradução de Martin Norberto Dreher.

⁸² “1. und 2. Jochim Chr. Haack und dessen Ehefrau. Der Haack ist von einem frühern Beinbruch her, lahm gewesen, und war dieserhalb im Militair nicht brauchbar. Sie wurden bei ihrer Landung nach der, von Rio de Janeiro nicht weit entfernten Vestung Ameson gebracht, verblieben dort vier Wochen, und kamen demnächst nach der Colonie Rio Grand. Unter welchen Verhältnissen ist uns nicht bekannt, auch haben wir in der Folge nichts von ihnen gehört”. NETb. MLHA. Schwerin. Kabinett I. p. 19.

que mais vagabundos e presidiários mecklenburgueses trouxeram para o Brasil⁸³.

Percebe-se, claramente, no excerto acima a valorização do imigrante alemão. Em contrapartida, qualifica, veementemente, os mecklenburgueses como imprestáveis, vagabundos, incompatíveis com o perfil do colono ideal para colonizar São Leopoldo. Nesse sentido, os “maus e preguiçosos” mecklenburgueses andam vagando pela colônia para perturbar os bons colonos, enquanto que os “melhores e mais trabalhadores” conseguiram se estabelecer seja pela agricultura ou comércio.

Diferentemente dos autores até então apresentados, Jean Roche era professor e geógrafo francês. Sua obra, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* [1962, 1969], é um marco na historiografia da imigração. Apesar de seguir a narrativa apresentada pela historiografia local (de enaltecer o imigrante pioneiro, cujo mito fundador reside na valorização do colono trabalhador, honrado, responsável pelo progresso da colônia), seu estudo é uma inovação porque se caracteriza como um estudo influenciado pela geografia (econômica e humana), porém numa perspectiva histórica.

Em relação aos mecklenburgueses, Roche não traz novas informações, visto que a base de suas informações é decorrente dos estudos de Pellanda, Truda, Amstadt, Willems, Bösche. Para ele, os mecklenburgueses eram imigrantes “sem fé nem lei”, foram atraídos para o Brasil, porque seriam logo naturalizados, receberiam uma propriedade, receberiam ajuda (em dinheiro, alimentos e animais), bem como, gozariam de liberdade religiosa. Porém a religião oficial do Império era a religião católica, a ajuda financeira e o direito à propriedade continuavam incertos no início da imigração, causando inúmeros conflitos e desentendimentos, já apontados nos estudos de Tramontini e Marcos Antônio Witt. Essas vantagens, mencionadas acima, constavam no Decreto Real de 16 de Março de 1820, que serviu de base para Schaeffer na Europa.

“Decreto sobre a admissão de colonias estrangeiras no Brazil
(Arch. Do Ministerio dos Negocios Estrangeiros.-Copia.)
1820 Março 16

Artigo 4.º

⁸³ LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1930)*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993, p. 169.

As colonias que se estabelecerem por qualquer dos dois modos que ficam apontados, gosarão por tempo de dez annos de isenção de dizimos e de toda e qualquer outra imposição ou tributo, nas terras que lhes forem dadas para o seu estabelecimento. Os colonos, porém, sejam sujeitos a pagar os mesmos tributos ou impostos, que pagarem os nacionaes, nas terras que hajam de comprar já roteadas; assim como os direitos do quinto se se applicarem á mineração do oiro e aos das alfandegas e registos ou passagens, sobre os generos em que commerciareem.

[...]

Artigo 6.º

Os colonos que se estabelecerem no Brazil em terras concedidas gratuitamente, serão desde logo considerados vassallos de Sua Magestade, ficarão sujeitos ás leis e usos do paiz, e gosarão de todas as vantagens e privilegios de que gozam os vassallos Portuguezes.

[...]

Artigo 8.º

Todos os colonos para serem admittidos como taes, devem ser da religião catholica romana, e serem acreditados pelos seus bons principios e costumes por autoridades competentes, e reconhecidas pelos Ministros ou outros empregados em serviço de Sua Magestade.

Palacio do Rio de Janeiro, em 16 de Março de 1820.

Thomás Antonio de Villa Nova Portugal⁸⁴.”

Roche destaca, que os “indesejáveis” foram enviados para a colônia distante de São João e os avulsos incorporados na Companhia de Voluntários Alemães. Essas medidas adotadas pelo governo foram fundamentais para que a “calma reinasse novamente na colônia”⁸⁵. Os autores são unânimes em apontar que tanto os mecklenburgueses, quanto a colônia de São João⁸⁶ desapareceram, pelo fato de que essa leva foi composta por criminosos

⁸⁴ DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, 2010, p.7 e 8 (no prelo/grifos nossos).

⁸⁵ “De 1824, início da imigração alemã, a 1830, ano da suspensão dos créditos para a colonização, entraram ao todo 5350 imigrantes, 4856 dos quais se estabeleceram em São Leopoldo, 422 em Torres – Três Forquilhas e 72 foram enviados para São João das Missões”. ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p.159, v. 1.

⁸⁶ “Lista dos colonos Alemaens chegados a esta cidade na Sumaca Delfina, e os dois últimos na Sumaca Ligeira; e que seguem para Missões a 26 de Novembro de 1824.

1ª família: João Frederico Schmidt; Sofia Dorothea, sua mulher; Frederica Maria filha dos ditos, João Jocker, dº e Caroline, dª.

2ª família: João Rosenau e Maria, sua mulher.

3ª família: João Amstadt e Luiza Frederica, sua mulher.

4ª família: Adão Martinho Marlow; Maria, sua mulher e Carlota, filha dos ditos.

5ª família: Guilherme João Jochen Shek, Dorothea, sua mulher e João, filho dos ditos.

6ª família: João Frederico Klinger, Maria, sua Mulher, Carlos Henrique Eduardo, filho dos ditos e Luiza Augusta, dª.

7ª família: Christovão Goddfredo Lembk: Dorothea Sofia, sua mulher, Joaquim Christiano Gellim, filho da dita em 1º matrimonio, Jorge Theofilo, dº e João Frederico, dº.

e principalmente, em decorrência da longínqua e inacessível localização das Missões. Em relação à trajetória dos colonos, Roche destaca que

Desembarcaram em Rio Pardo a 1º de dezembro. O chefe de escolta perde duas semanas em negociações para obter seis carroças necessárias ao transporte. Durante esse tempo uns tentaram evadir-se, outros trocaram suas roupas pelo álcool, e os mais ajuizados caem doentes. A 14 de dezembro a caravana põe-se em movimento, sobe a borda do Planalto e, depois de inauditas dificuldades, chega a São João em 6 de janeiro. Ao responsável pela instalação custa conseguir gêneros alimentícios, mesmo pagando por eles um preço exorbitante. Os imigrantes vendem suas rações para beber, afundaram na miséria e começaram sumir-se. Diante do insucesso de seu projeto, Pinheiro manda conduzir os últimos a São Borja⁸⁷.

Nesse sentido, após a análise das principais obras que têm abordado a temática da imigração, a formação das colônias alemãs e principalmente, a presença de mecklenburgueses no Rio Grande do Sul, ao longo do século XX, percebe-se claramente que a história dos imigrantes alemães tem sido escrita sob a ótica de que foram responsáveis pelo sucesso econômico e desenvolvimento de alguns núcleos coloniais. Este fato tem sido utilizado comumente para caracterizar um contingente imigratório, enquanto que um grupo de imigrantes alemães, provenientes do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, formada exclusivamente por camponeses que buscaram no Brasil uma oportunidade de vida melhor do que aquela que dispunham na Casa de Correção foi estigmatizado como ex-prisioneiro.

8ª família: Francisco Bohnstedt; Maria, sua mulher, Luiz, filho dos ditos, Dorothea, dª; João, dº e Henrique, dº.

9ª família: Cristiano Frederico Schmidt; Maria Dorothea, sua mulher, João Cristiano, filho dos ditos; Sofia Frederica, dª; Augusto Theodoro, dº; João Frederico, dº; Frederica Dorothea, dª e João Joaquim Ernesto, dº.

10ª família: Felipe Jecke – ficou no hospital; Sofia, sua mulher, o mesmo, Maria Filha da dita do 1º matrimônio o mesmo e Jorge, filho dos ditos, o mesmo.

11ª família: João Brandt, Isabel, sua mulher; Cristiano Henrique Schroeder, filho da dita do 1º matrimônio; Dorothea, dª; Henrique, filho da dita e de seu actual marido e Maria, dª.

12ª família: Carlos Sonnenberg e Dorothea, sua mulher.

13ª família: Frederico Guilherme Schulze, Sofia, sua mulher em terceira núpcias; Sofia, filha do dito e da 2ª mulher; Frederico Guilherme, dº; e Cristiano Frederico, filho do dito e da actual mulher.

Avulsos: Frederico Wagner, Francisco Bom, Joaquim Krun, Joaquim Lange, Henrique Brandt, Frederico Vow, João Mork, João Henrique Eichner, ficou no hospital; João Schuller; Ernesto Cristóvão Meissner, João Daniel Kreiter não apareceu ao embarque e ficou desaparecido; João Frederico Sieck; Frederico Gatta, João Schmer, João Robsin; João Benjamin Behrens e Joaquim Blecker.

Ficou: João Henrique Gutzeit e João Frederico Valfarth morreu na jornada para Missoens.

10ª família: Felipe Jecke; Sofia sua mulher, Maria e Jorge.

Avulsos: João Daniel Kreiter, João Henrique Eichner – voltou doente para o hospital. Ficou a família doentes, e o avulço por não aparecer há dias. (*sic*)

– Porto Alegre, 25 de novembro de 1824 – João Batista Alves Porto. R.A.P.R.G.S. op. cit. p. 29-30.

⁸⁷ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, p. 98.

Assim, os autores destacados contribuíram para disseminar, ao longo das gerações e no senso comum, a ideia do imigrante alemão bom, trabalhador e responsável pelo progresso do Rio Grande do Sul. Dito de outra forma, a utilização da narrativa que caracterizou a historiografia clássica, contribuiu por um lado para enaltecer o colono alemão e seus descendentes e, por outro lado, para excluir e estigmatizar um grupo de imigrantes mecklenburgueses.

No próximo item, tentaremos perceber a descrição das colônias e dos imigrantes produzida por alguns viajantes, no século XIX e cruzá-las com as informações apresentadas na historiografia local e na nova historiografia.

2.2 Sob olhar dos viajantes: colônia e imigrante alemão no Rio Grande do Sul⁸⁸

A narrativa de viagem traduz o outro⁸⁹.

Privilegiamos nessa análise, observar como os imigrantes foram representados na literatura de viajantes, ou seja, através do relato e descrição do Rio Grande do Sul e dos alemães por alguém “de fora”. O relato dos viajantes é uma importante fonte primária, pois é um relato acerca dos imigrantes, da família e cotidiano, do espaço geográfico, além de servir como propaganda para o europeu “da América enquanto fronteira em expansão”⁹⁰. Igualmente, destaca-se por ser um relato de alguém que viu, sentiu e não do que ouviu dizer, isto é, conforme Leite, são “situações testemunhadas”⁹¹.

O que se escreveu nos primeiros séculos da modernidade sobre o Novo Mundo foi o que, em grande parte, se viu com os próprios olhos. Também se

⁸⁸ Quando analisamos a literatura de alguns viajantes, o objetivo não é apresentar informações sobre a trajetória dos mesmos (importância e vida), mas apresentar de que forma descreveram a colônia alemã, bem como os imigrantes.

⁸⁹ HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999, p. 273.

⁹⁰ CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: *Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História UFRGS/IFCH*. Porto Alegre, 2005, n. 21/22, p. 227-269, jan./dez. 2005, v. 12, p. 228.

⁹¹ LEITE, 1997, p. 15 apud CORREA, 2005, p. 232. Semelhantemente a Leite, para Hartog o viajante é aquele que nomeia e descreve o que viu. Não obstante, “descrever é ver e fazer ver: é dizer o que você viu, tudo o que viu e nada mais do que viu. Mas se você não pode dizer senão o que viu, não pode ver senão o que é dito” HARTOG, op. cit., p. 261.

escreveu sobre o que se ouviu de terceiros, geralmente de quem viu e mereceu o crédito do narrador. Além de ver, tem-se um complemento à narração por meio de ouvir. Para François Hartog (1999, p.281), ouvir significa ‘ter se informado, investigado junto de pessoas que dizem, por terem elas próprias visto ou terem ouvido de outros que viram ou que dizem ter visto etc...’⁹²

Os viajantes viram, ouviram, sentiram e se informaram acerca de vários aspectos da sociedade da época. De volta ao seu país de origem, a maioria, publicou suas impressões e “*Descrição da Província do Rio Grande do Sul*”, como por exemplo, Joseph Hörmeier. Correa, citando Miriam Moreira Leite, ressalta a importância desse tipo de fonte, pelo fato do viajante ser alguém de fora e “estar ali de passagem”. O viajante é um observador atento às diferenças, às coisas comuns e, sobretudo, alguém “privilegiado do grupo visitado”, pois seu objetivo é relatar suas percepções acerca do espaço geográfico e de seus (ou não) conterrâneos. No entanto, pondera que para o próprio viajante (narrador-viajante) há a dificuldade ou impossibilidade de expressar e descrever a totalidade de suas experiências ao outro (leitor), visto que o olhar recorre concomitantemente ao diferente e ao familiar, ou seja, deparando-se com o diferente e estranho, o viajante buscou indubitavelmente algum aspecto que remetesse ao familiar. François Hartog, nesse sentido, ressalta que o viajante ao traduzir a diferença recorre à “figura cômoda da inversão”, transcrita na alteridade como um “antipróprio”⁹³.

Concordamos com Sílvio Marcus de Souza Correa quando enfatiza que,

Para os viajantes alemães, a colonização alemã plasmou na paisagem do Brasil meridional uma extensão da *Vaterland*. No exótico brasileiro eles encontraram a sua *Heimat*. E durante suas viagens pelo interior do Sul do Brasil, viram uma Alemanha *no* Brasil e tiveram uma sensação ambígua de algo estranho e familiar ao mesmo tempo. As narrativas desses viajantes também imprimiram imagens na retina de seus leitores. Como guias turísticos, eles informaram sobre paisagens e gentes alhures. Promoveram uma viagem *do* Brasil em que paradoxalmente se apresentava um Brasil alemão ou uma Alemanha brasileira. No que concerne ao teuto-brasileiro, os viajantes fizeram seus leitores alemães verem-se por meio de uma

⁹² CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: *Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História UFRGS/IFCH*. Porto Alegre, 2005, n. 21/22, p. 227-269, jan./dez. 2005, v. 12, p. 229-230.

⁹³ *Ibid*, p. 229.

heterologia que, ao fim e ao cabo, mostrava que o próprio chega de alhures, o mesmo vem de longe⁹⁴.

Nos relatos de viajantes, os mesmos deixaram impressas descrições e impressões de um lugar, até então, desconhecido. Nem sempre, encontramos informações específicas acerca dos mecklenburgueses, no entanto seus textos são importante fonte primária, pois alguns viajantes, como veremos, visitaram as colônias alemãs do sul do Brasil Meridional.

Aos 17 anos de idade, mais precisamente em 1824, Eduardo Theodoro Bösche veio para o Brasil, juntamente com outros imigrantes alemães, “caminhando para um futuro obscuro e incerto”⁹⁵. Chegando ao Brasil, foi incorporado ao Exército Imperial, tornando-se um soldado do Imperador.

No livro *Quadros Alternados* [1836, 1929], Bösche relata a “paixão e o desgosto, com que falla dos sucessos aqui ocorridos [sic]”⁹⁶. Compreendendo os anos de 1825 a 1829, sua narrativa destaca majoritariamente as impressões do Brasil de D. Pedro I.

Todavia, como passageiro do navio *Wilhelmine*, no qual viajaram ladrões, assassinos e presidiários, Theodor Bösche também faz um relato da travessia e do dia-a-dia no navio. Durante a travessia eram constantes os perigos, o autor relata que a bordo do navio *Germânia* eclodiu revolta, sendo oito revoltosos executados e lançados ao mar. Theodor Bösche classificou os que com ele viajaram, dizendo que a sua companhia “compunha-se de operários vadios e andrajosos e de vagabundos, estando a maior parte delles bêbedos. [...] Era composta de criminosos do Mecklenburg, que Schaeffer escolhera para cidadãos da sua nova pátria [sic]”⁹⁷. O autor refere-se aos mecklenburgueses como “refugo da sociedade” e como “ralé”.

O linguajar de Bösche, autor de *Quadros Alternados*, escrito em 1836 e traduzido por Vicente de Souza Queirós, em 1929, se refere aos imigrantes mecklenburgueses com os qualificativos utilizados pela bibliografia produzida no Brasil de Amstad até Aurélio Porto, voltando em Juvêncio Saldanha Lemos.

⁹⁴ CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: *Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História UFRGS/IFCH*. Porto Alegre, 2005, n. 21/22, p. 227-269, jan./dez. 2005, v. 12, p. 266.

⁹⁵ BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I*. Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. da Casa Garraux, 1929, p. 4-5.

⁹⁶ Nota da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. In: *Ibid*, p. XI.

⁹⁷ *Ibid*, p. 8.

Diferentemente de Bösche, a primeira viagem de Avé-Lallemant⁹⁸ ao Brasil teve caráter exclusivamente profissional. Já na segunda viagem, em 1855, interessou-se especialmente em conhecer a colônia alemã de São Leopoldo, ou seja, “viajou decerto para aprender, mas também para, [...] exibir marcas de seu próprio saber”⁹⁹. Em 1953, pelo Instituto Nacional do Livro, foi publicada tradução da obra *Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858* [1859, 1980], originalmente publicada em 1859 em Leipzig, na qual o autor relata inúmeras peculiaridades, especialmente acerca das colônias alemãs e dos alemães e seus descendentes. Ainda em Porto Alegre, o autor surpreendeu-se com a “semigermanização” da colônia. Fato este que contribuiu para dirigir-se à colônia alemã de São Leopoldo em 27 de fevereiro. A viagem pelo rio dos Sinos foi tranquila. “São Leopoldo começa na margem do Rio dos Sinos com uma grande praça verde onde desembocam algumas ruas regulares”. Conforme o autor, as casas próximas ao rio ou na rua principal tinham a aparência “de lugar abastado ou mesmo rico”, contudo, tanto a colônia quanto os colonos, tinham aspectos aldeãos.

Avé-Lallemant é modesto ao apresentar alguns dados acerca da colônia alemã. No que tange a questões de organização, ou seja, dados da polícia, destaca que entre os 13.346 habitantes, no ano de 1858, ocorreram um caso de furto, nove ferimentos (1 por 1.260 habitantes), cinco injúrias (1 por 2.269 habitantes) e dois danos (1 por 6.673 habitantes). Quer dizer, estas ocorrências estavam diretamente ligadas à organização da colônia e majoritariamente, aos “bons compatriotas”.

Parece-me que os nossos bons compatriotas nesta natureza sul-americana livre, onde estão expostos a lutas peculiares contra obstáculos naturais, desenvolvem ainda mais determinação em resolver e em agir. Tiveram os pais de vencer a mata virgem, de arrostar lutas sangrentas com os índios selvagens – os bugres – e de resistir a tropas rebeldes. Por entre dificuldades começaram eles, mas conquistaram o solo e os que na Alemanha eram criados tornaram-se senhores pelo direito do trabalho¹⁰⁰.

⁹⁸ O viajante alemão Roberto Cristiano Bertoldo Avé-Lallemant, nasceu em 1812 e faleceu em 1884, em Lübeck.

⁹⁹ HARTOG apud CORREA, 2005, p. 235.

¹⁰⁰ AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. 1 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p. 107.

“A superabundância de homens em todas as profissões da Europa e a certeza de uma vida precária em seu próprio paiz”¹⁰¹, além da possibilidade de adquirir terras no Brasil e tornarem-se proprietários estimulou vários alemães a optar pela emigração.

No que se refere aos mecklenburgueses, em dois de abril, o autor visitou os Sete Povos das Missões, na qual “quase não se poderia falar aqui de população branca em massa, se numerosos alemães de São Leopoldo não tivessem penetrado”¹⁰². Encontrou um “baixo-alemão” que falava no “dialeto rude” de Mecklenbug-Schwerin. “Tinha, no rosto, algo de selvagem e de desordenado. [...] Seu pai e irmãos moravam na vizinhança; eram todos originários ‘uht datt slott von Mecklenborch’, isto é de Schwerin”¹⁰³. Em torno de 76 pessoas foram enviadas para a colônia alemã de São João das Missões, alguns pereceram, alguns migraram e outros (provavelmente número insignificante) devem ter permanecido na região, possivelmente o “baixo-alemão” seja um sobrevivente. É importante destacar que o estigma de “ladrão de cavalos”, “assaltantes” e etc., permaneceu na região, visto que os colonos “mais perigosos” foram obrigados a seguir para as Missões. Nessa região, segundo relato, constantemente ocorriam assassinatos e crimes contra a vida, principalmente por vingança. Nesse sentido, o autor faz questão de destacar que

O mecklenburguês há longo tempo assassinara um homem, numa briga, com uma faca de magarefe. Com o relatório do Capitão para Cruz Alta, o tribunal mais próximo, a 17 milhas geográficas de São Miguel, foi ele absolvido. Mas o homicídio se estampou de tal modo na cara do homem que não sei ao certo se esse crime foi o último ou o primeiro que cometeu.¹⁰⁴

Não podemos fechar os “olhos” e acreditar que entre os mecklenburgueses não ocorreu tal fato. É lícito encará-lo como consequência de descaso e ineficiência do projeto de colonização. Nesse sentido, Avé-Lallemant noticia que a colônia alemã de São João das Missões, fundada em 1825 com imigrantes alemães, não conquistou êxito em decorrência do descaso das autoridades, contribuindo, pois, para o estado de decadência das Missões.

¹⁰¹ BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I*. Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. da Casa Garraux, 1929, p.3.

¹⁰² Ibid, p 221.

¹⁰³ Ibid, p. 223.

¹⁰⁴ Ibid, p. 223-224.

Como ex-oficial do Imperial Exército Brasileiro, Schlichthorst, traz informações acerca dos costumes e das tropas estrangeiras no Brasil, especialmente do Rio de Janeiro. A primeira edição (em alemão) da obra *Rio de Janeiro como é (1824-1826)*, [1829, 2000], foi publicada em Hannover em 1829, apresentando peculiaridades do Brasil oitocentista.

Ainda em Hamburgo, identificou o trabalho do Major Schaeffer como “uma espécie de traficante de carne humana”¹⁰⁵. Apesar de se tratar de imigrantes alemães, o processo de recrutamento assemelha-se a um “verdadeiro comércio de escravos”, do qual foram recrutados inúmeros emigrantes sob o rótulo de colonos, quando o objetivo específico e necessidade era trazer soldados. Schlichthorst também relata a “rebelião” ocorrida no navio *Germânia*. Conforme o autor, na primavera de 1824, o navio partiu do porto de Hamburgo trazendo para o Brasil colonos e soldados, sobretudo ex-presidiários de Mecklenburg. Devido à longa viagem, (cerca de três meses) o alimento e a água diminuíram gradativamente. As inúmeras restrições causaram reclamações e descontentamentos entre os passageiros. “Assim, houve uma grande revolta no navio”, sendo que “sete pessoas foram condenadas à morte, segundo testemunham as atas. Houve, no entanto, oito fuzilamentos”¹⁰⁶. Em relação a esse incidente, o autor Carlos Hunsche pondera que

Durante a travessia, houve muita discussão e, até mesmo, insultos e injúrias, sob o efeito de grandes doses de aguardente. Os soldados queixavam-se da comida, do tratamento demasiado severo e queriam ser livres como os colonos que, tendo eles mesmos pago suas passagens, eram melhor tratados. Numa noite tempestuosa de sexta-feira, encontrando-se o barco no Golfo de Biscaia – era o dia 2 de julho de 1824 – o descontentamento dos soldados tornou-se tão grande que acabou em revolta. A intenção do chefe dos revoltosos, o ex-guarda Rasch, era a de liquidar os dirigentes do barco, jogando-os ao mar para apoderar-se do navio e dirigir-se a um porto espanhol. Mas, graças à vigilância do caçador Bischoff, o motim foi descoberto. Ao verem o seu plano fracassado e os canos de espingardas dirigidas contra eles, os rebeldes começaram a prometer que futuramente se manteriam submissos. Os demais soldados tiraram-lhes os cacetes, e toda classe de facas e armas, e levaram os insurretos para um camarote, onde permaneceram amarrados durante a noite e o dia seguinte¹⁰⁷.

¹⁰⁵ SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2000, p.12.

¹⁰⁶ Ibid. p. 15.

¹⁰⁷ É interessante observar que o Pastor Ehlers não registrou o óbito dos oito imigrantes executados. Tal atitude suscitou alguns questionamentos, que permanecerão lacunas, pois ainda não encontramos as devidas respostas.

O excerto acima leva-nos a refletir sobre quão difícil foi a travessia do Atlântico. Os revoltosos foram executados. “Seu corpo foi jogado ao mar, experiência que fizeram várias vezes durante a travessia”.¹⁰⁸ Muitas pessoas – pai, mãe, filhos – não suportaram as condições insalubres, a miséria, a falta de alimentos e epidemias que proliferavam entre os imigrantes, levando-os a óbitos.

No que se refere ao recrutamento de indivíduos, o autor alerta que o governo de Mecklenburg ao permitir a emigração “purifica a Alemanha”, pois a permanência dos mesmos no seu país de origem constitui “sempre uma perigosa ameaça à sociedade”, portanto permitiu-se que os prisioneiros optassem livremente por cumprir a pena na terra de origem ou emigrar para o Brasil (conforme consta nos autos de recrutamento, essa era a condição oferecida aos apenados). Destaca ainda que os soldados ou colonos, seja por “espontânea vontade ou seduzidos pelos agentes do Governo Imperial Brasileiro”, encontrariam melhores condições de vida na nova pátria.

Schlichthorst permaneceu somente dois anos no Brasil e durante esse período relata que os colonos que chegavam ao Rio de Janeiro eram enviados para a colônia alemã de São Leopoldo. Todavia, inúmeros colonos retornaram ao Rio de Janeiro, desiludidos com as promessas e a situação que encontravam. “Haviam feito poucos preparativos para sua recepção que os infelizes se viram obrigados a dormir ao relento durante meses até que lhes dessem as terras onde construir suas choupanas”¹⁰⁹. Tal situação de abandono é descrita quase unanimemente pelos autores que estudam a temática da imigração. Após alguns anos de permanência no Brasil, o autor ressalta que o imigrante alemão tornou-se grosseiro e fingido. Perdeu a lealdade alemã, entretanto conservou somente a brutalidade, pois constantemente estava embriagado, além de ser preguiçoso.

Por seu turno, o relato de viagem do alemão Carl Seidler não se distancia muito do que foi apresentado anteriormente pelos viajantes, como Schlichthorst, Bösche, Avé-Lallemant. No livro *Dez anos no Brasil*, o autor Carl Seidler [1835, 2003] – viajante que ficou durante

Por que Ehlers não registrou os óbitos? Qual sua intenção, adotando tal atitude? Objetivou ocultar e esquecer o fato lamentável, assim como ocorreu com os mecklenburgueses no Rio Grande do Sul? Infelizmente não dispomos de fontes capazes de preencher tais lacunas. HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 27-28.

¹⁰⁸ Ibid, p. 158.

¹⁰⁹ SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 293.

dez anos no Brasil – faz uma descrição de como foi sua travessia, seu dia-a-dia como soldado no Rio de Janeiro, sua vinda para o Rio Grande do Sul como soldado, seu contato com os grupos já estabelecidos, com os alemães, bem como características da região sulina e suas desilusões com a política de imigração. Na sua viagem ao Rio Grande do Sul, o autor constata que os colonos dessa província eram altos, fortes, bonitos, hospitaleiros, bondosos, quer dizer, de inúmeras virtudes, diferentemente dos soldados “cor amarelo-pálida” do Rio de Janeiro. Na colônia alemã de São Leopoldo, pondera que alguns colonos tiveram sorte e prosperaram, enquanto que outras famílias não tiveram a mesma sorte.

Aqui existiam a esse tempo operários alemães, como mercenários, alfaiates e sapateiros, em grande número, e todos prosperavam, pois de bom grado pagava-se a um operário alemão o dobro do que se pagava a um nacional, pois aqueles ainda tinham fama de hábeis e infatigáveis. Infelizmente isso não se conservou sempre assim, porque dentro em breve começaram a faltar ao trabalho para se reunirem com demasiada freqüência nos restaurantes alemães, onde em regra esses ajuntamentos profanos terminavam em pancadaria e por isso decaíram muito no comércio dos brasileiros [...]¹¹⁰

Não somente no Rio Grande do Sul havia alemães briguetos e bêbados. Passando por Santa Catarina, o autor observou que os colonos alemães “figurariam entre os mais abastados”, se o governo tivesse prestado assistência. “Acabando o dinheiro, [os colonos de Santa Catarina] começaram a vender as roupas e não tardou que a maior parte desses infelizes andassem andrajosos, [...] a perambular como espectros e a mendigar pelas ruas da cidade”¹¹¹. No relato do viajante Seidler não há descrição específica acerca dos mecklenburgueses. Somente em alguns momentos faz referência aos ex-presidiários, pois privilegiou falar do colono alemão e da imigração e colonização de modo geral, fazendo comparações, apontando sucessos, desilusões, dificuldades e conflitos.

Até o presente momento fizemos uma breve exposição das obras produzidas pelos viajantes Bösche, Avé-Lallemant, Seidler e Schlichtorst para demonstrar a atitude ou conclusão ambígua em relação à imigração de origem germânica. Através de suas narrativas, construíram a imagem dos imigrantes, ora como um grupo trabalhador, harmonioso, coeso,

¹¹⁰ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil*. Senado Federal, 2003, p.164.

¹¹¹ *Ibid*, p.164.

iniciadores do processo de modernização e industrialização da cidade de São Leopoldo, pacíficos e disciplinados; ora como bêbados, briguentos e preguiçosos, isto é, o inverso, o outro, conforme apontou Hartog.

Diferentemente do que foi apresentado pela historiografia clássica (descrito como um povo trabalhador, honesto, coeso), na literatura de viajantes observamos que alemães e descendentes são descritos como incapazes de se integrar no meio social receptor, em alguns casos, apegados à pátria de origem, mantendo o idioma alemão, bem como a preservação de alguns costumes e readaptação de outros na nova pátria.

Com exceção do viajante Avé-Lallemant, os demais viajantes emigraram com as mesmas motivações que os demais emigrantes. Bösche, Seidler e Schlichtorst vieram nas primeiras levas e foram incorporados nos batalhões no Rio de Janeiro. Seus relatos podem ser entendidos como expressões de desilusão, desgosto, abandono. Expressões que também se manifestaram inúmeras vezes entre os colonos. Luiz Sadler¹¹², por exemplo, era solteiro e chegou ao Rio Grande do Sul, em 15 de dezembro de 1827, proveniente do Rio de Janeiro. “Disgostoso da posição em que se achava” deixou a colônia, em 1828, na companhia de mais dois alemães, “sem que tenha dado sinal de vida”¹¹³. Através do ofício de 8 de abril de 1842, direcionado a Manoel Paranhos da Silva Vellozo (Juiz de Direito e Chefe de Polícia desta Província) e ao Coronel Comandante João Daniel Hillebrand, comunicou-se que o alemão Luiz Sadler “foi visto em Montevidéo no anno próximo passado de 1841”¹¹⁴.

O caso do alemão Sadler foi apenas um exemplo dos muitos casos de não-adaptação e migração de alemães que podem ser citados no contexto da fase pioneira da imigração germânica. Alguns retornaram à Europa, mas a grande maioria permaneceu no Brasil. O viajante Schlichtorst foi enfático ao afirmar no título de sua obra: “uma vez e nunca mais”, sendo este o resultado da experiência de uma “vida descuidosa”, entre “tempestades do mar e das paixões, entre perigo e renúncias de toda sorte” no Brasil imperial.

No próximo item, tentaremos perceber como a historiografia recente construiu as representações acerca dos mecklenburgueses. Objetivamos, sobretudo, o cruzamento das

¹¹² Em ofício de 20 de abril de 1841, do Palácio do Governo da Cidade de Porto Alegre, direcionado ao Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Justiça, Sr. Paulino José Soares de Souza, procedeu-se o comunicado de que no dia 12 de março do mesmo ano, iniciaram as averiguações acerca da existência e, posterior, desaparecimento do alemão Luiz Sadler.

¹¹³ ANRJ, Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1574 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1840 e 1842.

¹¹⁴ ANRJ, Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1574 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1840 e 1842.

representações dos mecklenburgueses e alemães, entre a historiografia recente e a historiografia clássica e a literatura de viajantes, apontando as possíveis semelhanças e diferenças.

2.3 Um novo olhar... e a historiografia recente¹¹⁵

A figura do imigrante alemão foi amplamente abordada na historiografia, seja no âmbito local e/ ou nacional e na literatura de viajantes. A imagem que permaneceu no senso comum dos descendentes de alemães é uma imagem estereotipada do bom imigrante *versus* os maus imigrantes, sendo estes representados especialmente pelos mecklenburgueses. Conforme vimos anteriormente, os autores não se preocuparam em fazer uma análise empírica dos fatos, uma vez que a base de suas informações foi encontrada nas obras anteriormente produzidas.

A partir de 1930, versões diversas acerca do elemento germânico e sobre os mecklenburgueses foram publicadas. Além de contestar o mito da “louvação étnica”, a nova historiografia tem a pretensão de inferir a necessidade de ajustes, reivindicações e conflitos por parte dos imigrantes, para viver na cotidianidade. Somente o cruzamento e utilização de fontes inéditas permitiu a autores como Schröder, Cunha, Tramontini, Marcos A. Witt fazer uma releitura dos fatos, apresentando-nos uma colônia alemã com sérios problemas de organização na fase pioneira, a ineficiência da política de colonização, desde o complexo cotidiano e estratégias acionadas por alemães e descendentes para integrar-se no âmbito da política local.

Ferdinand Schröder, em 1931, através da tese de doutoramento intitulada *A Imigração Alemã para o sul do Brasil até 1858* [1931, 2003], foi o primeiro autor que trabalhou com os autos do Arquivo Secreto e Principal de Schwerin e destacou mais informações sobre o recrutamento de ex-prisioneiros alemães oriundos do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin para o Brasil. A partir de informações do Arquivo Estadual de Bremen, o autor pondera que Schaeffer e o Brasil necessitavam somente daquelas pessoas dispostas a se dedicar ao serviço militar, preferencialmente homens com menos de 32 anos de idade¹¹⁶, solteiros e com passaportes legitimados.

¹¹⁵ Influenciados pelas transformações historiográficas da década de 70, essa “nova historiografia”, composta aqui por obras acadêmicas, abriu caminho para o estudo de uma história social da imigração alemã.

¹¹⁶ O Brasil recebeu considerável número de soldados, Bösche, Lienau e Seidler são apenas alguns exemplos de imigrantes recrutados que relataram a sua experiência no Brasil, enquanto integrantes do exército imperial. “De

‘Se tudo está em ordem (os passaportes), são divididos em duas classes, em soldados e colonos. Todo aquele que não consegue pagar a travessia compromete-se a ser soldado; quem o consegue é colocado pelo capitão de imediato na lista dos colonos’¹¹⁷.

Conforme a documentação, majoritariamente, as famílias emigradas, bem como os homens que não tinham condições, seja por idade, doença ou outros problemas, eram recrutados para a Colônia do “Rio Grando”, com a finalidade de exercer o ofício de colono. Schlichthorst fez relato semelhante quando destaca que muitas crianças, jovens, filhos de colonos aceitos para seguir para o Rio Grande do Sul, deveriam servir como soldados. “Dessa maneira, muitas famílias se vêem privadas de seus fortes braços”¹¹⁸, dificultando o desenvolvimento da pequena propriedade familiar.

A obra de Schröder está dividida em três partes: primeiramente preocupou-se em estudar a temática da imigração alemã no Brasil antes de 1848; na segunda parte, entretanto, buscou analisar a imigração alemã no sul do Brasil de 1848-1859 e finalmente, no último capítulo, dedicou-se ao estudo da influência dos imigrantes de 1848 sobre a germanidade já existente no país. Bösche, Pellanda, Seidler, Aurélio Porto são alguns autores utilizados por Schröder. Essas publicações são fruto de seu tempo, portanto devem ser lidas com atenção, mas servem como importante referência para relativizar ou corrigir alguns mitos criados em torno dos alemães e mecklenburgueses. No entanto, Schröder comete o mesmo erro apontado pela historiografia clássica, quando identifica que os primeiros imigrantes recrutados para a colônia de Três Forquilhas eram “elementos inapropriados”, referindo-se exclusivamente aos ex-prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin.

No que tange aos mecklenburgueses, os autos do Arquivo Secreto e Principal de Schwerin utilizados pelo autor,

fato, em decorrência da atividade de Schäffer foram tantos jovens chegados ao Brasil que até o final do ano de 1824 puderam ser formados dois batalhões de granadeiros e dois batalhões de caçadores. [...] Carta de Fr. Nic. Em. Meyer, de 5 de março de 1834, comprova quando da chegada ao Rio de Janeiro, em 20 de novembro de 1825, que quem podia ser aproveitado tinha que ser soldado.” SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo e Porto Alegre: EDIPUCRS e UNISINOS, 2003, p. 54 e 55

¹¹⁷ Ibid, nota 83, p. 50 e 51.

¹¹⁸ SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a história atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2000, p. 18.

[...] atestam o recrutamento de Schäffer em casas de correção e em presídios de Mecklenburg. A 23 de junho de 1824, saíram da casa de correção de Güstrow 77 homens, 23 mulheres e 33 crianças, de Rostock trinta pessoas para o Brasil. A 10 de dezembro seguiram noventa pessoas do presídio de Dömitz e no início de agosto de 1825 novamente 69, 41 da casa de correção agrícola, dez do presídio criminal e dezessete da cadeia de Dömitz. Da casa de correção de Hamburgo também foram despachados, em março de 1824, pelo navio “Anna Luise”, 27 detentos, entre os quais duas mulheres. A viagem foi autorizada por decisão do senado de 15 de março de 1824, desde que se desse espontaneamente. A chegada de tais elementos não foi bem recebida em São Leopoldo. Foram despachados para São João das Missões, onde desapareceram entre a população brasileira¹¹⁹.

Daí decorre a necessidade de trazer informações mais exatas acerca do número de pessoas recrutadas para o Brasil, e lembrar que a primeira leva de prisioneiros foi recrutada dos presídios de Hamburgo. Os “maus elementos”¹²⁰ citados pela historiografia sobre a imigração alemã, sempre foram vistos como aquelas pessoas oriundas do Grão-Ducado de Mecklenburg, mas cabe destacar que dos 25 deportados de Hamburgo, citados por Schröder, alguns provavelmente vieram para a colônia, inserindo-se aos demais colonos¹²¹, assim como os mecklenburgueses.

Interpretou-se a deportação de criminosos por parte do Grão-Ducado de Mecklenburg como um ato de brutalidade e crueldade, quer dizer um ato de “despotismo absolutista”. A análise dos autos do processo permite-nos ver sob outra ótica a deportação. Desse modo, diferentemente do que apontou a historiografia clássica, concordamos com Schröder, pois “antes deparamo-nos com aspectos de cuidado e benevolência” cujo objetivo era possibilitar-lhes um futuro melhor. Por causa dessa preocupação, foi nomeado um cônsul, cuja

¹¹⁹ SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo e Porto Alegre: EDIPUCRS e UNISINOS, 2003, p. 64.

¹²⁰ Tramontini, em *O ‘mau’ imigrante: má origem ou capacidade de organização e luta*, justifica a dualidade do termo “mau imigrante” na argumentação da administração, ora justificando a implementação de outros projetos de colonização, ora para mascarar os problemas no que se refere à administração do processo de colonização. Dito de outra forma, “não desprezando os problemas que alguns podem ter trazido de sua formação, recusamo-nos a priorizá-lo, pois, ao contrário, acreditamos que a emigração e os apontados problemas que marcaram a colonização de São Leopoldo – em que aqueles problemas se incluem -, por si só, engendraram conflitos, desilusões e revolta que poderiam estar na base do que a administração chama de ‘mau’ comportamento. TRAMONTINI, Marcos Justo. *O ‘mau’ imigrante: má origem ou capacidade de organização e luta*. In: ELY, Nilza Huyer (Org.) e BARROSO, Véra Lúcia Maciel. *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 202.

¹²¹ A falta de documentação impossibilita a investigação e obter mais informações acerca dessa “turma” que saiu de Hamburgo. Portanto, é fundamental levar em consideração que os maus elementos nem sempre são aquelas pessoas já excluídas no seu país de origem – como é o caso dos ex-presidiários de Mecklenburg – mas também aquelas pessoas se tornaram maus elementos na nova terra – a falta de subsídios, demora na demarcação dos lotes, falta de padres e pastores podem ser alguns indicativos que mudaram o comportamento dos imigrantes. Schröder chama atenção para importância de analisar a origem dos acontecimentos e os motivos do “mau comportamento” dos colonos.

incumbência era acompanhar e cuidar dos mecklenburgueses, além de obter garantias de que as promessas feitas seriam cumpridas no Brasil.

É sabido que a religião oficial do Império era a religião católica, porém no contrato celebrado entre Mecklenburg e Brasil, no que tange à religião, “Schäffer respondeu-lhes (14 junho) a esta questão com a mentira deslavada de que o templo reformado no Rio de Janeiro seria um dos mais belos do país”¹²². Outro fato que justifica a preocupação do governo de Mecklenburg com os ex-presidiários foi a proibição do “líder de bandidos Mehl” seguir para o Brasil, além disso, antes de embarcar assistiram a um culto, receberam bíblias e hinários e prometeram ao Conde von der Osten-Sacken “tornar-se pessoa aplicada e moralmente boa”¹²³.

Em relação ao processo de recrutamento, Schröder contribuiu significativamente, apresentando uma nova leitura dos fatos, contudo sua análise deixou lacunas no que se refere à migração de “imigrantes inapropriados” para a Colônia Alemã de São João das Missões/RS. A base de suas informações está centrada na obra clássica de Aurélio Porto. Nesse sentido, pondera que a chegada dos mecklenburgueses na colônia não foi bem vista, por isso “foram despachados para São João das Missões, onde desapareceram entre a população brasileira”¹²⁴. Marcos Antônio Witt lembra que foi recorrente na historiografia clássica afirmar a existência do isolamento dos imigrantes, decorrente da ideia de que “os colonos tiveram características diferentes uns dos outros por estarem mais ou menos distantes dos centros mais urbanizados e consumidores”¹²⁵. Desse modo, a Colônia Alemã de São Leopoldo “deu certo porque comunicava-se facilmente com Porto Alegre através do rio dos Sinos, enquanto que São João das Missões, São Pedro de Alcântara e Três Forquilhas não prosperaram”¹²⁶.

Seguindo os passos de Schröder, Jorge Luiz da Cunha, em tese de doutoramento, [1995, 1999] buscou também fazer correções à temática. Tanto Schröder, quanto Jorge Luiz da Cunha apresentam-nos outra versão dos fatos. Daí decorre a necessidade de fazer algumas correções aos dados e informações que nos foram apresentadas por Amstad e Philipp, Porto e

¹²² SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo e Porto Alegre: EDIPUCRS e UNISINOS, 2003, p. 62. Ao criticar Schaeffer, Schröder não lembrou que na época existia um templo anglicano no Rio de Janeiro. Schaeffer, certamente, viu nos “anglicanos” “reformados”, isto é, calvinistas. Observação do Professor Martin Norberto Dreher.

¹²³ Ibid, p. 62.

¹²⁴ PORTO apud SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo e Porto Alegre: EDIPUCRS e UNISINOS, 2003, p. 64.

¹²⁵ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 30.

¹²⁶ Ibid, p.30-31.

Hunsche de que estes teriam emigrado *antes* de 1824, bem como em relação à voz corrente de a população alemã do litoral norte ser descendente de “ladrões de cavalos”. Schröder e Cunha ressaltam que houve “cuidado” e “benevolência” por parte de Mecklenburg no momento de permissão da deportação e a concessão da liberdade para escolher o seu destino (permanecer na casa de correção ou emigrar para o Brasil). No Brasil, por sua vez, a “livre decisão de se tornar colonos ou soldados” não foi amplamente atendida, pois o Brasil jamais procurou cumprir com a promessa.

Baseado na documentação do Arquivo Secreto de Schwerin, Cunha, concordando com Schröder, destacou que

o interesse do governo do Grão-Ducado de Mecklenburgo parece não ter sido somente econômico. O governo de Mecklenburgo também procurou a proteção aos seus súditos “emigrantes” nomeando um cônsul que representasse os interesses do Grão-Ducado e acompanhasse o cumprimento das condições estabelecidas com Schäffer, depois da chegada das expedições no Rio de Janeiro¹²⁷.

Marcos Justo Tramontini, por sua vez, quando se refere aos mecklenburgueses recorre às informações apresentadas por Schröder e Cunha. Apesar de ambos os autores analisarem os autos do processo, as informações sobre os ex-prisioneiros de Mecklenburg “ainda eram muito vagas”. Em nota de rodapé, discorre acerca do número de prisioneiros deportados entre 1824 e 1825, além disso, pondera que houve crueldade por parte da justiça mecklenburguesa, no que tange a penas atribuídas aos prisioneiros. Cita por exemplo o caso de um mecklenburguês que foi condenado à prisão perpétua por ter furtado um cavalo, ou ainda vários anos de prisão, decorrente de furto de lenha¹²⁸.

¹²⁷ CUNHA, Jorge Luiz da. O Rio Grande do Sul e a colonização alemã entre 1824 e 1830. In: QUEVEDO, Júlio (org). *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999, p. 215.

¹²⁸ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p. 100; SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo e Porto Alegre: EDIPUCRS e UNISINOS, 2003, p. 48-49. Baseado na narrativa de valorização e enaltecimento de um grupo de imigrantes, Petry parte do pressuposto de que “os imigrantes eram homens simples e rudes, honrados e zelosos de suas famílias, dedicados ao trabalho, com espírito ordeiro e pacato, contribuindo para que reinasse a ordem e tranqüilidade na Colônia. Mas Schaeffer, no afã de trazer o maior número possível de imigrantes para o Brasil, a fim de fazer jus à gratificação ‘per capita’ que recebia, não agira sempre com o escrúpulo desejado. Deste modo, ‘em um dos transportes de imigrantes enxertou uma leva de indivíduos de péssimos costumes, recrutados das prisões alemãs’, que desapareceram da história da colonização ao serem mandados para São João das Missões.

Do mesmo modo, cinquenta anos após a publicação da obra de Schröder, Emílio Willems publicou a segunda edição do importante estudo antropológico sobre a aculturação dos alemães e seus descendentes no Brasil. *A aculturação dos alemães no Brasil* [1946, 1980] pode ser dividida em duas partes: no primeiro eixo temático suscita questões direcionadas ao recrutamento, assimilação, adaptação, aculturação, ou seja, destaca a organização social dos alemães na nova pátria. Em seguida, faz uma leitura das peculiaridades da organização dos alemães, destacando a língua, escola, família, religião, recreação, etc.

Willems transmite a notícia de que as primeiras levas de imigrantes que se estabeleceram no Rio Grande do Sul eram provenientes dos presídios de Hamburgo e Mecklenburg. Cita inclusive trecho de uma revista alemã, na qual ressalta que os teuto-brasileiros descendentes de mecklenburgueses não gostavam de confessar que descendiam de vagabundos e criminosos, visto que os mecklenburgueses foram constantemente estigmatizados na nova terra como “ladrões de cavalos”. No capítulo três da obra *A aculturação dos alemães no Brasil*, publicada em 1980, diante de inúmeras controvérsias, o autor questiona-se acerca do perfil de quem migra. “São os ‘melhores’ ou são os ‘piores’ elementos que se desagregam e migram?”¹²⁹. Todavia, discorrendo sobre o processo de peneiramento, afirma que, via de regra, quem migra é quem não tem direito.

Não poucos afirmam que a migração é um meio de que as sociedades dispõem para eliminar elementos indesejáveis. O emigrante seria um indivíduo incapaz de competir ou vencido pela competição no seu grupo. Outros invertem esta afirmação evocando a imagem dramática de uma seleção ‘natural’: indivíduos de qualidades ‘superiores’ desprendem-se da tradição e rotina de suas sociedades originárias, para viverem, alhures, uma vida ‘melhor’¹³⁰.

Conforme excerto acima, foi recorrente a historiografia afirmar que a base das migrações foram os elementos indesejáveis. Porém acreditamos que o emigrante é aquele que não dispõe mais de condições para sobreviver na sua terra de origem, pois as transformações e

Petry articula a má índole desses degredados com a insatisfação dos ‘bons colonos’”. TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p. 112-113

¹²⁹ WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p. 51.

¹³⁰ Ibid, p. 51.

a pobreza¹³¹ na Europa foram responsáveis pela expulsão de milhares de seres humanos. Não estamos falando aqui de indivíduos superiores ou inferiores, mas em pessoas mais ou menos capazes. O fato de serem criminosos não quer dizer que alguns são superiores e outros inferiores. É importante destacar que a colonização de todos os países foi composta por criminosos e vagabundos, seja de Mecklenburg ou Portugal. “Nem os luso-brasileiros do norte, nem os teuto-brasileiros do Rio Grande do Sul abrem uma exceção da regra: também entre eles há famílias de que a sociedade local se orgulha e cujos fundadores saíram de presídios de Portugal ou Mecklenburgo”¹³².

Emílio Willems refere-se aos desajustamentos¹³³ entre os imigrantes de um modo geral, quer dizer, não privilegiou um grupo de excluídos. Cita por exemplo, o caso da colônia de Itapeverica/São Paulo, fundada em 1827, no qual o diretor recorreu às armas para conter os distúrbios na colônia, pois “entre os imigrantes (...) havia ex-soldados que causaram distúrbios obrigando o diretor da colônia a pedir armas. Estas deviam ser distribuídas entre os elementos mais disciplinados a fim de evitar acontecimentos mais graves”¹³⁴. Referente ao estudo dos anos iniciais da colonização alemã no Rio Grande do Sul, alguns autores, relataram as constantes lutas pelos direitos e conflitos que não provinham unicamente do alcoolismo.

¹³¹ Jean-Claude Schmitt entende que “a pobreza não é coisa nova no Ocidente. Porém, melhor dominada e sem dúvida menos gritante, ela aparece na Alta Idade Média como um dom de Deus, uma possibilidade de salvação oferecida tanto aos fracos, em sua provação, quanto aos poderosos, graças a uma caridade ritual que supõe justamente que o número de pobres não aumente: na instituição das “matrículas” monásticas, um número fixo de mendigos tem o direito às esmolas dos monges em certas festas” (SCHMITT, Jean-Claude. *A história dos marginais*. In: LE GOFF, Jacques. *A história Nova*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 274). Uma prática originária da Idade Média é a não permissão de mendigos pedirem esmolas fora de sua terra de origem. Em momentos de crise, verifica-se um aumento da miséria entre a população. As pessoas migram do campo para a cidade, e em decorrência disso os mendigos disputam espaço e esmola na cidade. Por exemplo, logo após a Peste Negra, “as instituições caridosas tradicionais não conseguem dar conta do recado: impõe-se uma distinção entre os “pobres de verdade” (doentes, cegos...), os únicos que devem ser socorridos e que, para tanto, recebem um distintivo, marca de seu privilégio, e os “mendigos válidos”, que poderiam trabalhar e que roubam as esmolas devidas aos primeiros” (Ibid, p. 275). A postura da França em 1351, diante da proliferação ou aumento considerável de mendigos pode ser verificada no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, em 1824, visto que inúmeros prisioneiros foram presos, porque estavam fora de sua pátria (“sem-pátria”), isto é, mendigando e vagabundeando distantes de sua aldeia de origem.

¹³² WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p. 53.

¹³³ Em relação aos maus elementos ou os desajustamentos, Willems pondera que raramente a historiografia sobre imigração alemã não se referiu a essa temática. Qualificativos como “vadios, maus, criminosos, prostitutas, débeis mentais, associais, vagabundos etc.” permearam o cotidiano e a historiografia local. Além disso, chama atenção para o fato de que os desajustados na sociedade de origem não necessariamente permanecem desajustados na sociedade adotiva, isto é, “relativamente comum, no entanto, é o desajustamento, no país adotivo, de pessoas que no meio originário estavam sofrivelmente ajustadas”. Ibid, p.54.

¹³⁴ Ibid, p. 54.

Constatamos ao longo da narrativa de Willems que o autor não utilizou fonte empírica acerca do processo de recrutamento de mecklenburgueses. Tal atitude fez com que o autor mantivesse ou reforçasse a tese apresentada por Aurélio Porto, de que os mecklenburgueses se estabeleceram na região sul antes de 1824, e que os imigrantes em São Leopoldo foram divididos entre os “melhores” e os “duvidosos”, sendo os duvidosos encaminhados para a colônia alemã de São João das Missões. Tschudi, por seu turno, foi muito além em se tratando de termos pejorativos ou qualificativos, quando ressalta que os ex-presidiários de Mecklenburg eram responsáveis pela prostituição e perturbação na colônia alemã de São Leopoldo, porque estavam “desabituaados de manejar a pá e o machado” e outros eram “preguiçosos”, tornando-se pois, a “carga de seus patrícios operosos”, ou seja, uma “peste da colônia”¹³⁵.

Apesar de alguns erros, o estudo de Emílio Willems é uma importante referência para o estudo da imigração alemã no Brasil. Primeiramente, caracteriza-se pelo considerável acúmulo de registros empíricos, porém o fato de relatar as diferentes situações das comunidades alemãs abrangendo um espaço de análise muito amplo, fez com que o autor apresentasse informações vagas sobre a colonização. A segunda importância desse estudo justifica-se, pois, no fato de não fazer um relato que objetiva unicamente enaltecer o colono e a imigração, conforme comumente apresentado pela historiografia local.

Em artigo, que estuda os Alemães no contexto socioeconômico do Litoral Norte/RS, Martin Norberto Dreher discorre sobre a *Lenda dos Imigrantes de Mecklenburg e a Colonização Alemã no Litoral Norte*. Dreher, baseado em alguns autores citados anteriormente, não traz informações novas acerca dos ex-presidiários, simplesmente relativiza algumas “ideias-chaves” já discutidas e relativizadas por outros autores. Marcos Justo Tramontini não foge à regra da historiografia. Em *A organização social dos imigrantes: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira (1824-1850)*, o autor partiu da análise dos conflitos ocorridos neste período como possibilidade de estudo da organização social dos colonos. Para Tramontini, os desentendimentos e conflitos iam muito além de simples bebedeira ou desordem. Eram, sobretudo, formas de expressar os descontentamentos e de evidenciar o desejo de conquistar seus direitos. “Sob a designação de ‘maus’ incluíam-se aqueles que,

¹³⁵WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2ª Edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980, p. 55. Para Petry, os indivíduos recrutados por Schaeffer tinham péssimos costumes, pois foram recrutados das prisões alemãs. Esses indivíduos, todavia, desapareceram da história da colonização alemã, após serem mandados para São João das Missões. Por conseguinte, depois dessa medida, a Colônia ficou em sossego. TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, ver capítulo 3.

com uma postura reivindicativa, revelavam as dificuldades [...] da estrutura administrativa imperial de lidar com homens livres pobres dispostos a afirmar seus ‘direitos’”¹³⁶. Os capítulos dois, três e quatro interessam-nos especialmente, pois o autor discorre sobre a política de distribuição dos subsídios, questiona as interpretações sobre os “maus imigrantes”, degredados e mercenários, bem como acerca das relações e da inserção dos imigrantes num grupo colonial marcado por uma série de disputas e articulações internas pelo poder entre luso-brasileiros e os colonos.

Em relação aos atritos entre alemães e brasileiros, no dia cinco de junho de 1852, Oliveira Bello enviou um ofício da Câmara Municipal de São Leopoldo, sob o número 57, a José Ildefonso de Souza Ramos, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça, relatando os atritos, em São Leopoldo, entre brasileiros e alemães, sendo os primeiros chamados de polacos.

Em cópia do ofício número 7, de 25 de maio de 1852, da Câmara Municipal, Oliveira Bello relata a dificuldade de o município concretizar de fato o projeto de colonização e atender todas as promessas feitas aos colonos. Pondera a necessidade de apoio do Governo Provincial para amenizar os fatos “escandalosos” que ocorrem com frequência na Colônia Alemã de São Leopoldo. Diante da demora por parte do Governo Provincial, a Câmara Municipal tomou providências, em cumprimento dos artigos nº 58 e 71, da lei de 1 de outubro de 1828, encaminhando ao Secretário do Governo, Antônio José Affonso Guimarães, informações acerca

[do] Estado de ignorância dos colonos a sua rebeldia contra as leys e authorities, a guerra que fazem aos Brasileiros em todos os sentidos, e ainda em cousas insignificantes podem ter conseqüências muito funestas, tanto mais quanto é certo que aqui existem três ou quatro indivíduos para que os encantos são apoiados e insuflados indivíduos que são conhecidos e apontados pela opinião publica como os coriphios da desunião, que observa-se entre a população e que dirigidos por um Tribunal inquiritorial, tratão de conservar e augmentar este estado de cousas, para se fazerem necessários e precisos. Está pois este Município reduzido a dois campos inimigos brasileiro e alemão = solapado e explorado pelas ambições de mando e dinheiro desses entes malélicas e a Câmara Municipal aprovara a V. Exa. com factos notórios. Não é dado a Brasileiros exercer entre colonos profissão ou industria alguma por que tal é a guerra que se lhe faz, que tem

¹³⁶ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p. 128.

de abandonar logo suas ocupações – desde que se deo começo a organização da Guarda Nacional, os Brasileiros de origem allemã appresentarão tão tenaz resistênciã para servirem que até hoje ainda se não pode formar nem o Batalhão que foi criado por Ley [...] ¹³⁷

O excerto acima reforça a tese de Tramontini de que na fase pioneira e nos anos subsequentes da organização da colônia, conflitos e desentendimentos marcaram o cotidiano tanto dos imigrantes e descendentes, quanto dos brasileiros. Foram aprovados pela Assembleia Legislativa Provincial alguns artigos de postura, majoritariamente para conter como, por exemplo, o comportamento do “allemão desordeiro famoso, Felipe Schneider” e do brasileiro Antônio Bririda, preso por quinze dias. Schneider foi acusado de tentar matar o próprio irmão, além de insultar e ameaçar com promessa de surra um oficial de justiça brasileiro ou polaco, chamado Fernando José da Costa.

Diante dessa situação de desordem, a Câmara Municipal necessitava tomar algumas medidas para “livrar os colonos dessa influencia malvada e perniciosa que arrasta para fins injustos esses miseráveis desse estado de isolamento e ignorância dos usos e costumes da docilidade brasileira que os vai barbarizando e tornando a Colônia uma Alemanha degenerada”. Ao longo do ofício Oliveira Bello discorre acerca da situação em que se encontra a Colônia Alemã, bem como a dificuldade de manter a ordem seja entre o mesmo grupo étnico ou entre grupos diversos. Finaliza sua exposição com uma notícia otimista de que entre os colonos e descendentes, alguns “cumprem seus deveres sociais e que são sinceramente devotados ao Brasil”. Dito de outra forma, a conclusão de Oliveira Bello vai ao encontro da teoria do bom e mau colono, amplamente discutida ao longo deste capítulo.

No que se refere à questão da organização da colônia, Tramontini destaca que na correspondência do presidente era recorrente encontrar informações sobre medição das terras e divisão dos lotes, sobre a organização de um corpo de voluntários alemães, sobre os gastos com subsídios (a partir do decreto de 1830, proibiu-se quaisquer gastos com a colonização), fundação e envio dos maus elementos para novas colônias ¹³⁸. Além disso, é enfático ao

¹³⁷ ANRJ, Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1578 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1852 e 1853.

¹³⁸ O autor não faz estudo específico acerca dos apenados de Mecklenburg. Em diversos momentos da tese, refere-se a alguns colonos mecklenburgueses. No que tange à transferência dos maus elementos para novas colônias, Tramontini destaca, baseado na correspondência já trabalhada por outros autores, o projeto de colonização que visava enviá-los para São João das Missões e Torres, cuja intenção era colonizar região estrategicamente localizada.

afirmar que havia dois focos de conflito na colônia: “o primeiro derivava da expansão em direção ao norte, que confrontara posseiros e colonos; e, o segundo, da reivindicação dos colonos, que receberam lotes mal demarcados e menores que o estipulado em contrato”¹³⁹.

No segundo capítulo, o autor aborda o início da estruturação social da colônia alemã de São Leopoldo, discorrendo sobre a questão dos subsídios, prestação de serviços básicos aos colonos, bem como sobre a definição de “mau imigrante” (eram majoritariamente os ex-prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin e os solteiros)¹⁴⁰. O contrato celebrado entre o Brasil e os colonos previa dois anos de auxílio aos colonos, porém em 1825, com a necessidade de aliviar os cofres imperiais, a Junta da Fazenda resolveu encerrar o apoio aos colonos. “Assim, o presidente, mesmo ciente dos termos dos contratos de colonização, determinava que ‘desta regra geral são excetuados aqueles aos quais os produtos da sua agricultura, no referido prazo, sejam suficientes para sua subsistência’¹⁴¹, além dessa medida, o presidente da província implantou inúmeras medidas disciplinadoras e repressivas, como por exemplo, proibiu-se “os passeios dos colonos a esta cidade e à Aldeia, pois ‘as despesas do estado não têm por objetivo nutrir e sustentar ociosos e vagabundos, mas sim Povoadores aplicados, e laboriosos’. [...] o Inspetor proibia a venda de aguardente na colônia”¹⁴².

Tramontini define o período inicial de imigração e colonização com estrangeiros como período de improviso, reivindicações dos colonos e dificuldade do governo, no que tange ao compromisso estabelecido com os imigrantes¹⁴³. Aponta que a situação de descaso e não pagamento de subsídios não foi somente resultado da imposição do governo imperial, mas decorrente do conflito na região platina. Destaca, pois, que o avulso era um problema na colônia, apontado como aquele que constantemente estava embriagado e cometia atos imorais e era criminoso. Em relação à colônia de São João, o autor ressalta que esse é um tema ainda muito confuso na historiografia, conforme fica explícito na exposição anterior. Baseado em informações de terceiros, Tramontini citando Petry, pondera que os colonos enviados para São João desapareceram em decorrência da “má índole” dos degredados. É lícito pensar que o

¹³⁹ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p. 86.

¹⁴⁰ Foi recorrente na historiografia, atribuir aos imigrantes solteiros a responsabilidade pela desorganização da Colônia Alemã de São Leopoldo. Em ofício encaminhado, em 19. 11. 1825, para Fernandes Pinheiro, o inspetor Tomás de Lima enfatiza que a colônia ficou em grande sossego, depois que os “solteiros” foram enviados para a Colônia Alemã de São João das Missões. Segundo Tschudi, citado por Willems e Tramontini, os mecklenburgueses foram responsáveis pela perturbação da ordem recorrente em São Leopoldo, bem como por ter levado a prostituição para perto das famílias de bons imigrantes. Mais informações ver: Ibid, p. 106 e 111.

¹⁴¹ Ibid, p. 104.

¹⁴² Ibid, p. 105.

¹⁴³ Ibid, p. 109.

abandono e a demora dos subsídios deixaram muitos pais de família decepcionados com a nova vida. Outros, no entanto, talvez foram influenciados pelo comportamento dos maus colonos ou degredados que simplesmente estavam reivindicando seus direitos¹⁴⁴.

Na análise dos casos de conflito, esta bibliografia segue em duas direções básicas. Ou localiza o foco no mau comportamento dos “solteiros”, apontados ora como sendo os mercenários que acabaram se transformando em colonos desordeiros, ora como degredados mecklenburgueses enviados por Schaeffer, ora resposta dos imigrantes ao não cumprimento pelas autoridades brasileiras das promessas feitas pelos agentes e presentes contratos, instigados e liderados pelos de comportamento mais rebelde.¹⁴⁵

Diversas lacunas ainda persistem no que se refere à colonização das Missões. Na historiografia clássica é recorrente a ideia de que esta colônia foi fundada para receber os imigrantes imorais, bêbados, ou seja, os mecklenburgueses, mas o projeto de colonização era muito anterior à própria chegada dos imigrantes. Concordamos com Tramontini quando destaca que “essa insistência revela que o problema não era apenas ‘moral’, existia um real receio de perder-se o controle da população da colônia, agravado pela longa espera dos lotes a que eram submetidos os imigrantes”¹⁴⁶. O autor é enfático ao afirmar que o comportamento do mau elemento pode ser observado na argumentação administrativa, ora implementando novos projetos de colonização (São João e Torres), ora como uma forma de mascarar os problemas na colônia e com o projeto de colonização.

¹⁴⁴ Baseado em Todorov, para Tramontini o processo de adaptação e inserção social ia muito além da classificação “bom e/ ou mau imigrante”, visto que, expressa a dificuldade dos brasileiros, da administração imperial e provincial absorver um grupo de imigrantes que caracterizava-se por ser “pobre, livre, reivindicativo, mas que, além de não se enquadrar em sistemas tradicionais de mando, tinha respaldos contratuais”. TRAMONTINI, 2003, p. 113. Isto é, os “maus colonos” eram aqueles que através de uma postura reivindicativa, revelavam as dificuldades peculiares da estrutura administrativa imperial. Desse modo, um dos recursos utilizados para impor a ordem na colônia foi o recrutamento para as Missões e a criação da Companhia de Voluntários alemães, na qual houve o recrutamento forçado, especialmente de colonos solteiros perturbadores, “imorais”.

¹⁴⁵ Tramontini relativizando a ideia de que os solteiros eram responsáveis pelo conflito na colônia, destaca algumas pessoas de destaque no mundo colonial, como Inácio Rasch e Major Oto Heise, Hillebrand e von Ende, os pastores Ehlers, Voges e Klingelhoefter se envolveram em conflitos, reivindicações e disputas na colônia. Nesse sentido, constata-se que não era exclusividade dos degredados, solteiros e mercenários o envolvimento em problemas e distúrbios. TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p. 113-114.

¹⁴⁶ Ibid, p. 116.

Para o autor, não devemos analisar a imigração sob a ótica da boa ou má origem, mas sobretudo, como parte “dinâmica do complexo processo de emigração/imigração e da adaptação, ou melhor, de inserção em uma realidade”. Willems, por sua vez, destaca que nem sempre os colonos qualificados como maus ou desajustados, necessariamente eram indesejáveis na sua terra de origem. Bons podem se tornar maus e, maus podem se tornar bons imigrantes na nova pátria. Marcos Antônio Witt de certa forma influenciado pelo estudo de Marcos Justo Tramontini, na tese de doutoramento *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas*, discorre acerca da organização, aproximação e participação dos imigrantes alemães na política do Rio Grande do Sul, relativizando a “idéia-força” (historiografia e senso comum) de que os colonos eram apolíticos, bem como relativizou a tese do isolamento ao estudar o mega-espço SL-LNRS. Para tanto, a partir de um estudo de caso da família Diefenthaler e Voges, iniciou analisando a disputa pastoral entre os primeiros pastores de São Leopoldo, quer dizer, “a briga pelo cargo de pastor titular em São Leopoldo, a ferrenha disputa para estabelecer residência junto à Colônia-Mãe”¹⁴⁷. Essa pesquisa revelou um mundo extremamente dinâmico, principalmente no que se refere à busca pela participação política.

Diferentemente dos autores apresentados até o presente momento, Marcos A. Witt não objetivou estudar os mecklenburgueses, visto que os atores sociais de sua narrativa foram os alemães “exponenciais”. No entanto, faz uma crítica contundente à historiografia clássica, conforme vimos anteriormente, que apresentou alguns imigrantes alemães como “civilizados”, “ordeiros” e “trabalhadores”, bem como suprimiu tudo aquilo que não se enquadrava na proposta de louvação étnica, na qual um grupo sobrepunha-se sobre os outros agentes da história.

Cruzando as temáticas, política e imigração, o autor discorreu sobre o cotidiano dos imigrantes e descendentes, apontando as estratégias acionadas pelos “exponenciais” para se aproximar e participar da política no mega-espço SL-LNRS do século XIX, uma vez que a oportunidade de ocupar pequenos cargos jurídico-burocrático, conferia-lhes status e posição de destaque na comunidade e/ ou no mega espaço. Mas não podemos esquecer que o cotidiano desses imigrantes e descendentes “foi pautada por disputas que perpassavam todos os níveis do social”¹⁴⁸.

¹⁴⁷ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 19.

¹⁴⁸ *Ibid*, p. 41. Ver também o capítulo VII.

Quando homens recorriam à bebida para aplacar a saudade e a mágoa, ou, então, potencializar a indignação com promessas não cumpridas, e estes mesmos saíam às ruas em aparente estado de rebeldia, eles estavam manifestando, publicamente, o descontentamento de um grupo que não podia fazer muito mais do que isso. [...] No fim de tudo, objetivava-se uma vida melhor: a garantia da sobrevivência, o respeito das autoridades e a conquista de um espaço mais visível e permanente na sociedade brasileira¹⁴⁹.

Obra importante sobre a temática dos mecklenburgueses está sendo preparada pelo pesquisador Martin Norberto Dreher. Em *Degredados de Mecklenburg- Schwerin e os Primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, o autor realizou a transliteração, bem como a tradução dos autos da deportação - estará disponível para pesquisa a partir de 2010.

É importante deixar claro que optamos por discutir a historiografia recente, não porque os autores apresentam novas informações e dados sobre os mecklenburgueses, mas sobretudo, porque os estudos, principalmente de Tramontini e Marcos A. Witt, através de um olhar sobre o cotidiano dos emigrantes, discorrem sobre os conflitos e desentendimentos recorrentes na colônia¹⁵⁰. Para ambos, os conflitos marcaram a vida cotidiana dos imigrantes alemães e seus descendentes e, é nesse contexto que os ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin teriam que se inserir. Dito de outra forma, o cenário descrito pelos autores faz parte da dinâmica de adaptação/exclusão dos ex-presidiários, na qual alguns foram qualificados como “maus elementos”, seja para ampliar o projeto de colonização ou para mascarar os problemas com a política de colonização. “Foi possível perceber que, de uma maneira geral, em todas as Colônias estabeleceu-se o ‘conflito’ que tinha por objetivo conquistar espaço político e obter vantagens que, de fato, a legislação impedia”¹⁵¹.

Já no caso das obras produzidas pela historiografia clássica, percebemos a utilização de uma narrativa “apologética”, a qual se caracteriza pela descrição de que os imigrantes de origem germânica eram agentes do progresso, trabalhadores e disciplinados para o trabalho, honestos, iniciadores do processo de industrialização e modernização do município e

¹⁴⁹ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 284.

¹⁵⁰ Concordamos com Witt, quando pondera que talvez Marcos Justo Tramontini tenha sido o primeiro pesquisador a perceber a organização social dos imigrantes de origem germânica sob a ótica da desordem. Isto é, essa “mancha negra” amplamente criticada pela historiografia local, infelizmente fez parte do cotidiano de milhares de imigrantes e descendentes, que descontentes com as promessas não cumpridas recorreram a xingamentos, brigas, denúncias, ações jurídicas, tentativas de assassinatos e assaltos. Na verdade, somente queriam usufruir de seus direitos e serem ouvidos pelas autoridades.

¹⁵¹ *Ibid*, p. 247.

pacíficos. As descrições foram iniciadas por Theodor Amstad e Phillip, e continuaram a ser reproduzidas pela historiografia clássica, sem muita preocupação empírica, cruzamento de fontes e, sobretudo, relacioná-las com a experiência cotidiana vivenciada pelos imigrantes, como fizeram Tramontini e Marcos A. Witt. Essas características acabaram ajudando na construção de um pensamento que moldou várias gerações, impregnando-se, sobretudo, no senso comum da população.

Por muito tempo se pensou que Schaeffer, o “mercador de almas”, teria angariado presidiários de Mecklenburg porque recebia certa quantia em dinheiro por pessoa, ou para completar a carga dos navios e a possibilidade de esvaziar os presídios dos “maus” elementos. Schröder e Cunha estudaram a documentação e correspondências da Alemanha superficialmente, mas o suficiente para verificar que não houve má intenção do governo de Mecklenburg em promover a emigração, uma vez que nomearam um cônsul que representasse os interesses do Grão-Ducado e, concomitantemente, acompanhasse o cumprimento das promessas feitas por Schaeffer. Tramontini e Marcos A. Witt, por sua vez, analisando a documentação local, constataram que os conflitos, desentendimentos, bebedeira não eram exclusividade dos mecklenburgueses, mas desdobramentos da ineficiência do projeto de colonização, descumprimento das promessas feitas aos emigrantes antes do embarque. No fim de tudo, ao analisar o cotidiano dos imigrantes e seus descendentes fica claro que estes somente desejavam ter uma vida melhor e a garantia de seus direitos.

*PARTE II - Grão-Ducado de Mecklenburg-
Schwerin na primeira metade dos Oitocentos*

3 NEGOCIAÇÃO, TRANSPORTE E TRAVESSIA: PECULIARIDADES DO SISTEMA BUROCRÁTICO ALEMÃO

No início do século XIX, principados e grão-ducados germânicos passaram a enfrentar grandes rupturas, decorrentes do processo de desagregação da estrutura feudal. Introduziu-se na agricultura e na indústria o capitalismo. Inúmeras transformações foram sentidas, como por exemplo, a impossibilidade dos camponeses manterem sua pequena propriedade devido à concentração das terras nas mãos de poucos senhores, pressão demográfica, aumento da carga tributária. Alguns estados, principados ou grão-ducados sob regime monárquico-reacionário e influenciados pela política da Restauração, passaram a cobrar altas taxas e impostos da população, forçando à migração para outras regiões germânicas ou à emigração. O êxodo ou migração para áreas proibidas permite-nos entender por que muitos apenados foram encaminhados às Casas de Correção - eram pessoas sem pátria e sem direito de mendigar ou vadiar fora do seu local de origem.

os emigrantes fugiam do crescente *Pauperismus*, aumento populacional sem o correspondente desenvolvimento dos métodos de produção agrícola. Os artesãos sofriam com a falta de mercado para os seus produtos e de sua decorrente proletarização devido à substituição da produção manufatureira pela industrial. Os agricultores e pequenos proprietários de terras, sem condições de concorrer com os latifúndios, almejavam ocupar terras no oeste americano. No Estado de Hessen, o fim das terras comunitárias fazia com que, gradualmente, o campesinato perdesse o vínculo sentimental para com sua pátria, acrescido do iminente desemprego, ou quando muito, de eventuais trabalhos assalariados. Tecelões e fiadores domésticos, junto com os artífices, sofriam com o processo da produção industrial a vapor e conseqüente trabalho mecânico e não-qualificado. Perdendo a sua atividade autônoma, a sua posição na comunidade, só lhes restava adequar-se ao anonimato das cidades industriais, à disciplina do trabalho nas fábricas, enfim, à proletarização, ou emigrar para o estrangeiro¹⁵².

¹⁵² LENZ, Sylvia. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. 1999. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 1999, p. 79. Ver também: SMOLKA, Georg. 1953. *Die Auswanderung als politisches Problem in der Ära des deutschen Bundes (1815-1866)*. Speyer: Speyerer Forschungsberichte, 1953, p. 48.



Figura 1- Mapa da Alemanha

Fonte: <<http://www.europa-turismo.net/mapas/mapa/alemanha.jpg>>. Acesso: 02 jan. 2010, às 17:30.

Dessa maneira, a maioria dos emigrantes estava fugindo do *pauperismo*, ou seja, da pobreza e da condição de presidiários decorrente das transformações sócio-econômicas

trazidas pela industrialização. As autoridades mecklenburguesas sabiam que após o cumprimento da pena na Casa de Correção - algumas semanas, meses ou anos -, a maioria dos apenados voltaria a ter a vida indigna de antes - vagabundear, mendigar, roubar, furtar. Emigrar para o Brasil foi a opção encontrada por muitos germânicos. Receber terras, ter uma pátria e apoio das autoridades brasileiras, garantiria aos ex-prisioneiros uma vida moralmente boa e condições de sobrevivência. Em face disso, no dia 12 de maio de 1824, Sua Alteza Real o Grão-Duque de Mecklenburg-Schwerin recebeu Pro Memória do Conde von der Ostensacken, no qual informava sobre a oportunidade de enviar para o Brasil “pessoas totalmente sem pátria e cuja permanência ameaça tornar-se peso por toda a sua vida para a Casa de Correção e obter-lhes assim novamente um lar e um meio de subsistência, caso quiserem fazer uso de suas forças”¹⁵³.

3.1 O *locus* de análise em um contexto em transformações no primeiro quartel dos oitocentos

*Ao longo dos séculos XVIII e XIX imperou uma espécie de feudalismo em Mecklenburg, conhecido como “vererbte Leibeigenschaft” que poderia ser traduzido por “servidão-da-gleba hereditária”. Os proprietários das terras controlavam a economia e governavam suas terras com autoridade absoluta. Os agricultores estavam totalmente na dependência da nobreza que os podia comprar ou vender com ou sem a propriedade. Os impostos a serem pagos pelos agricultores eram alterados de dois em dois anos e, normalmente, eram majorados. Não lhes era facultado adquirir mais terra do que já possuíam. Nos latifúndios eram produzidos produtos destinados à exportação, valendo-se da mão de obra dos agricultores, servos e diaristas. [...] No tocante ao século XIX, pode-se afirmar que os latifundiários haviam conseguido expulsar, mais e mais, os agricultores de suas terras. Adquiriam a pouca terra que tinham. Esse tipo legal de grilagem era designado de “Bauernlegen”. Com essa política, dezenas de milhares de agricultores perderam suas terras, levando a que a nobreza agrária detivesse quase que todo o território*¹⁵⁴.

O Grão-Ducado de Mecklenburg - atual Mecklenbug-Vorpommenn -, no século XIX, era formado por dois grandes ducados que pertenciam ao ramo das famílias Schwerin e

¹⁵³ MLHA Schwerin Kabinett I. Vol 3°. Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 2. Tradução de Martin Norberto Dreher.

¹⁵⁴ DREHER, Martin. *Servidão da Gleba em Mecklenburg*. 2009, p. 6 (no prelo).

Strelitz, ambos localizados no norte da Alemanha, junto ao Mar Báltico. Administrativamente, o território de Mecklenburg foi dividido, em 1229, em Mecklenburg-Schwerin¹⁵⁵ e Mecklenburg-Strelitz. Nesse sentido, cada família governava seu ducado, dispondo de uma autoridade administrativa independente, ou seja, o poder estava centrado exclusivamente nas mãos dos duques e dos senhores de terras.¹⁵⁶ Só no ano de 1815, de fato o território de Mecklenburg foi elevado a Grão Ducado e seus Duques receberam o título de Grão Duque. Cabe destacar que, em 1890, o Grão Ducado de Mecklenburg contava com um total de 578.342 habitantes.

É lícito destacar que Mecklenburg não participou dos grandes acontecimentos mundiais, com exceção das grandes catástrofes da Guerra dos Trinta Anos, quando em 1628 até 1631 esteve sob o domínio de Wallenstein - líder do partido católico, que objetivava implantar o catolicismo num território, no qual a maioria da população professava a religião protestante¹⁵⁷ e da Revolução Francesa. A Guerra dos Trinta Anos levou a miséria econômica aos agricultores e à maior dependência dos latifundiários, que redistribuíam as terras do território quase que despovoadas, de acordo com a rentabilidade de suas economias latifundiárias. Depois da guerra, a dependência ou submissão aumentou consideravelmente - a legislação de 1645 aproximou os agricultores da servidão da gleba, mantendo-se até o século XIX, quando verificamos um elevado percentual de ex-servos, diaristas ou agricultores entre os prisioneiros. A introdução de métodos racionais na economia no século XVIII levou a um segundo ápice, no que tange à aquisição de terras camponesas em Mecklenburg e na Pomerânia-Sueca¹⁵⁸. Mesmo não participando ativamente dos acontecimentos mundiais, assim como na Guerra dos Trinta Anos, a revolução francesa provocou nesse território, especialmente nos anos de 1806 a 1813, uma profunda crise.

¹⁵⁵ A extensão territorial no século XIV compreendia quatro linhas: Mecklenburg, Rostock, Parchim e Werle, e estendia-se ao longo do Mar Báltico.

¹⁵⁶ Nas propriedades do Senhor Territorial, em 1890, viviam 192.250 pessoas; as demais propriedades estavam nas mãos da nobreza, vivendo nelas 118.526 habitantes, e dos mosteiros, nos quais habitavam 8.102 indivíduos; nas 42 cidades viviam 278.558 pessoas. Ver DREHER, A Servidão da Gleba em Mecklenburg, 2009, p.5 (no prelo).

¹⁵⁷ UHLHORN, Friedrich e SCHLESINGER, Walter. *Die Deutschen Territorien*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1974, p. 336-337.

¹⁵⁸ Diante dessa instabilidade econômica, o Reino da Prússia adotou inúmeras medidas que visavam dar proteção aos agricultores em relação aos camponeses. Mais informações, ver: UHLHORN, Friedrich e SCHLESINGER, Walter. *Die Deutschen Territorien*. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1974, p. 346-347.

Plantações destruídas nas guerras, decorrente sub-produção agrícola e carestia dos alimentos; ausência de trabalho para aqueles ex-soldados até então ocupados nos campos de batalha; falências de muitas manufaturas domésticas frente à entrada dos produtos industrializados ingleses. Além disso, o fenômeno do acréscimo populacional constatado desde meados do século XVIII e a subdivisão das terras, cada vez menores para a quantidade crescente de herdeiros¹⁵⁹.

Nesse contexto, os “furtos e violência faziam parte do dia a dia” dos sobreviventes. Além disso, “os dois territórios mecklenburgueses foram forçados a aderir à Federação Renana, [...]. Mais de 2.000 homens foram recrutados em Mecklenburg para participar da campanha contra a Rússia: menos de 100 retornaram!¹⁶⁰”. Cabe destacar que após a vitória da Rússia sobre o avanço napoleônico, os territórios de Mecklenburg Schwerin e Strelitz, imediatamente se retiraram da Federação Renana¹⁶¹ e ambos foram elevados a Grão Ducados - 1815. A principal missão do território de Mecklenburg, após a revolução francesa, era tentar reativar a economia que estava passando por uma profunda depressão, persistindo até 1820, isto é, quatro anos antes da emigração de alguns apenados das casas de correção e presídio de Mecklenburg-Schwerin.

Mecklenburg-Schwerin, especificamente, sempre foi um estado pequeno, pobre e majoritariamente agrário, visto que 7/10 das terras estavam destinadas à agricultura. O solo utilizado para o desenvolvimento da agricultura era composto basicamente por areia e barro, além disso, a fertilidade do solo apresentava variações de uma região para outra. Desde o século XV, apesar das divisões¹⁶², foram os estamentos¹⁶³ que contribuíram

¹⁵⁹ LENZ, 1999, p. 71-72. Ver também: WALKER, Mack. *Germany and the emigration* (1816-1885). Cambridge, Mass., Harvard University Press.

¹⁶⁰ DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 7 (no prelo).

¹⁶¹ A Federação Renana foi criada em doze de junho de 1806, sob o protetorado de Napoleão, por príncipes e Estados alemães. Em primeiro de julho de 1806, estes príncipes e Estados se retiraram da Dieta de Ratisbona, provocando a dissolução do Reino Alemão. Após a batalha de Leipzig (1813) a Federação Renana chegou ao fim. Schweizer Lexikon. Vol. 6, Zürich: Encyclios-Verlag, s.d., p. 454-455.

¹⁶² O território de Mecklenburg passou por dois momentos importantes: o primeiro ocorreu em 1701, com a separação de Mecklenburg-Strelitz, criando assim, dois estados independentes, e outra divisão ocorreu com a reunificação em 1933.

¹⁶³ Para Martin Dreher, “a administração das finanças estava dividida em três caixas, designadas de territorial, territorial-estamental e estamental. As caixas eram: a Caixa das Rendas Grão-Ducais, a Caixa de Receitas Territoriais e a Caixa Territorial. As custas administrativas eram de responsabilidade do Senhor Territorial, sendo cobertas por receitas oriundas das propriedades do Grão-Duque. Os impostos eram estabelecidos anualmente em acordo celebrado com os estamentos e eram entendidos como “auxílio”. Os estamentos, no entanto, não controlavam as receitas e as despesas grão-ducais. Somente os ganhos de fundo constituído por venda de terras grão-ducais eram comunicados aos estamentos, anualmente. Gastos extraordinários eram tirados de uma Caixa de Receitas Territoriais, existente desde 1809 e que só obtinha recursos com a concordância dos estamentos. A Caixa Territorial destinava-se a cobrir as necessidades da administração estamental. Seus recursos

significativamente para a manutenção do ideal da unidade territorial, bem como de uma estrutura agrária.

Ao analisar os autos acerca do recrutamento de apenados, constatamos que, majoritariamente, os emigrantes exerciam, antes do encarceramento, atividades ligadas diretamente à terra, como por exemplo: agricultor, servo da gleba¹⁶⁴, diarista. Em função dessa constatação, procuramos compreender qual era a situação dos camponeses em Mecklenburg-Schwerin.

A pobreza foi uma constante na Europa. Sucessivas crises, carestias e más colheitas favoreciam cada vez mais a proliferação de vagantes, mendigos e desocupados nos centros urbanos, pois deixavam a zona rural para buscar melhores condições de vida na cidade. A partir do final da Idade Média, verificou-se um movimento anti-mendigos e vagantes. As autoridades europeias reagiram com restrições em relação aos cuidados concedidos a essas pessoas. Em *Senhores e Caçadores*, Thompson constatou que os conflitos iam muito além do que um simples desentendimento entre apenados (caçadores) e proprietários (senhores). Constata que num contexto de injustiças e lei rigorosa, o embate entre as concepções feudais estava diretamente ligado à regulamentação jurídica da propriedade. Dito de outra forma, é peculiar de *Senhores e Caçadores*, a disputa entre a normatização (direito) e os costumes feudais. Entretanto, para Thompson,

o que muitas vezes estava em questão não era a propriedade defendida pela lei contra a não-propriedade; eram as outras definições dos direitos de propriedade: para o proprietário de terras, o fechamento das terras comunais; para o trabalhador rural, os direitos comunais; para os funcionários das florestas, ‘terrenos preservados’ para cervos; para os habitantes da floresta, o direito de apanhar torrões de grama¹⁶⁵.

Para essas pessoas, romper com algumas tradições e costumes feudais, significava a violação dos direitos protegidos e preservados por várias gerações. Com a normatização das propriedades – aplicação da Lei Negra - ficava proibido, por exemplo, cortar madeira,

eram oriundos de imposto sobre as geiras”. DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 5 e 6 (no prelo).

¹⁶⁴ Não era considerada uma profissão, mas a condição de vida de milhares de pessoas.

¹⁶⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 351.

recolher madeira, pegar galhos e gravetos, caçar nas florestas, bem como não respeitar as antigas posses e ocupações costumeiras. Essas restrições rompiam definitivamente com o direito vigente até então naquelas regiões. Semelhantemente ao estudo de Thompson, podemos destacar que antes da marginalização e perseguição dos mendigos e vagantes pelas autoridades, os mesmos eram protegidos pelo Estado – cada estado comprometia-se em cuidar dos seus mendigos -, que dava esmolas, alimentos, roupas, etc., no entanto, o “pobre” deveria ter nascido no Estado do qual requeria o auxílio.

Dreher lembra que a pobreza¹⁶⁶ sempre esteve diretamente relacionada ao bem estar da elite, por isso, o seu significado pode se alterar ao longo dos tempos. No início do século XIX especialmente os

pobres ainda tomavam suas refeições em grandes gamelas comuns, os melhores situados tinham pratos individuais. Caso seus pais tenham tido uma vivenda [...] nela havia, no máximo bancos, nas casas melhor situadas cadeiras. Em casas com pratos individuais e cadeiras podia-se viver sem o auxílio de outrem¹⁶⁷.

Nas Casas de Correção e prisão de Mecklenburg podiam ser encontrados desde pobres – a Casa de Correção serviu como local para reeducar o pobre, para que não fizesse despesas desnecessárias e aprendessem a trabalhar -, profissionais que não conseguiam mais sobreviver de seu trabalho, mendicantes de outros Estados alemães e até algumas pessoas que haviam cometido furtos e assassinatos. Nesse sentido, o que de fato motivou o aumento da pobreza no Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin? Fatores como o crescimento populacional¹⁶⁸, distribuição desigual da terra e o início do processo industrial¹⁶⁹ podem ser citados como motivadores das transformações sociais, bem como da pobreza entre os alemães.

¹⁶⁶ Nesse caso refere-se exclusivamente àquelas pessoas que não possuíam o necessário à subsistência, isto é, viviam na penúria, na miséria ou na carência de trabalho, roupas, casa e, majoritariamente de alimento. “Pobre também podia ser quem não conseguia mais viver de acordo com o estamento, no qual ingressara ao se profissionalizar. Mas pobre ainda era quem fosse excluído de todas as formas de auxílio”. DREHER, Martin. *O caso de Maria Olga Duncker, detida no presídio de Bützow/Mecklenburg (1825)*, 2009, p. 3 (no prelo).

¹⁶⁷ Ibid, p. 2.

¹⁶⁸ Entre 1500 e 1800, especificamente na Europa, a população passou de 75 milhões para 150 milhões, sendo que a maior parte destes vivia na zona urbana. Ver Ibid, p.3.

¹⁶⁹ Para Sylvia Lenz, “nas décadas de 1830 e 1840, a máquina a vapor transformou a produção, de manufatureira para industrial nas regiões central e norte. Como num primeiro momento este desenvolvimento tecnológico não teve como absorver esta mão-de-obra, nem de supri-la com alimentos e roupas, os artesãos preferiam tentar manter sua atividade profissional no estrangeiro, a entrar para a fila das fábricas, proletarizando-se. LENZ,

Tabela 1 - Crescimento demográfico alemão (1820-1870)

DÉCADAS	POPULAÇÃO EM MILHÕES
1820	26,3
1830	29,5
1840	32,8
1850	35,4
1860	37,8
1870	40,8

Fonte: LENZ, p. 75, citando HANSEN, Christine. Deutsche Amerikaauswanderung im 19. Jh., p. 11.

Em decorrência do aumento populacional – conforme tabela acima, quando década após década é visível o crescimento da população – e sucessivas más colheitas, os Estados alemães enfrentaram sérios problemas para abastecer adequadamente a população. “Os diaristas tiveram que trabalhar mais e comer menos, [...] aumentaram as mortes e, conseqüentemente, reduziu-se as taxas de natalidade”¹⁷⁰.

Em 1847, Robert Mohl, do Reino de Württemberg, defendeu que, se determinados Estados alemães tinham uma produção agrícola insuficiente para abastecer seu povo, a emigração seria uma opção natural que resolveria o problema do crescimento demográfico, devendo até mesmo ser promovida pelas autoridades locais. Desta forma, pretendia-se não só evitar distúrbios sociais como também diminuir os gastos dos municípios que arcavam com o suprimento diário de sopas para os famintos¹⁷¹.

Sylvia. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. 1999. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 1999, p. 73 e 74.

¹⁷⁰ DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 3 (no prelo).

¹⁷¹ LENZ, Sylvia. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. 1999. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 1999, p. 75. Ver também: SMOLKA, Georg. *Die Auswanderung als politisches Problem in der Ära des Deutschen Bundes*, Speyer, Speyerer Forschungsberichte, 1953, p. 48.

Esse argumento é claramente perceptível nos autos produzidos pelo Grão Ducado de Mecklenburg ao permitir a emigração¹⁷², uma vez que verificamos uma extrema pobreza dos emigrados. A maioria só possuía uma única muda de roupa, que geralmente era remendada e remodelada para que pudesse ser vestida até que tal procedimento não pudesse ser mais realizado. Em consequência da condição de pobreza, antes do embarque dos emigrantes, o Major von Schaeffer concedeu a cada mecklenburguês do sexo masculino, um enxoval. Através do contrato celebrado entre o Conde von der Osten Sacken e o Major Schaeffer,

§ 10.

Cada colono adulto do sexo masculino receberá quando de sua partida, por conta da Casa de Trabalho Rural, um enxoval prescrito pelo Major von Schaefer, consistindo de

- Um casacão
- Um casaco de linho
- Duas camisas
- Duas calças
- Um par de coturnos e
- Um boné,

os quais o senhor Major von Schaefer promete fornecer por 10 rixdaler. Este contrato foi diversas vezes aprovado e assinado por ambas as partes.

Assim dado em *Güstrow*, a 3 de maio de 1824¹⁷³.

O empobrecimento foi responsável pela quebra das normas sociais, pois comumente o aumento dos furtos, das revoltas e da criminalidade está diretamente ligado às épocas de miséria, desemprego e carestia. No século XVIII, alguns delitos – furtar alimentos, lenha – não eram considerados crimes, visto que integravam os costumes e a tradição local. Com as privatizações, no século XIX, a prática de coletar lenha nos bosques e florestas, recolher o que sobrava das colheitas, deixar os animais em poteiros comunitários deixou de ser o direito dos membros da comunidade local. “Desde a perspectiva dos pobres, seu furto não podia ser qualificado como furto, era antigo ‘direito’”¹⁷⁴. Pobres foram considerados também os diaristas, servos da gleba, jornaleiros, apátridas.

Em decorrência do *pauperismus*, os artesãos, por exemplo, sofriam com a falta de mercado para seus produtos. Devido à substituição gradativa da produção manufatureira pela industrial, encontramos na documentação, inúmeros artesãos. Famílias inteiras dedicadas ao

¹⁷² Mais informações no item 3.2, quando analisamos os autos do processo de recrutamento.

¹⁷³ Mais informações, ver apêndice O, no qual consta o contrato completo.

¹⁷⁴ DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 5 (no prelo).

trabalho manual, geralmente realizado na própria casa, deixaram de ter importância; a fábrica e as máquinas substituíram a casa e a família. Situação semelhante ocorreu com os tecelões, fiadores domésticos e artífices. A produção industrial a vapor e o trabalho mecânico não-qualificado contribuíram para que os mesmos perdessem a sua atividade econômica, bem como a sua posição na sociedade. “Restava adequar-se ao anonimato das cidades industriais, à disciplina do trabalho nas fábricas, enfim, à proletarização, ou emigrar para o estrangeiro. Assim, a maioria emigrava fugindo do empobrecimento decorrente das grandes mudanças sócio-econômicas com a industrialização”¹⁷⁵.

Mais difícil, pois, ficou a situação dos camponeses e agricultores que, devido ao avanço do latifúndio e dos latifundiários, transformaram-se em pequenos proprietários e diaristas sem terras. Os diaristas eram aquelas pessoas que viviam “por favor” nas terras dos latifundiários. Com as transformações sociais e econômicas estavam condenados a ser expulsos das terras. A expulsão, encaminhou inúmeros diaristas às Casas de Correção e prisão de Mecklenburg e, doravante, à América.

É uma força que os impulsiona a emigrar, sem que formassem uma idéia clara do que os esperava no destino, uma força de expulsão típica das migrações européias da primeira metade do século XIX. Lembremos que aqueles homens comuns, com sua vida familiar e comunitária estavam, há séculos, vinculados à terra, ao vilarejo. Seu cotidiano girava em torno do trabalho, da família, da comunidade local, da igreja. [...] A falta de perspectivas na terra de seus ancestrais, aliada ao desespero, obrigavam o indivíduo a deixar para trás suas raízes, seu passado, seus parentes, seus amigos, sua localidade, em direção a lugares tão longínquos quanto os da América¹⁷⁶.

Além de diaristas, inúmeros apenados emigrados ocupavam a condição de servo da gleba. A servidão da gleba pode ser entendida como a ausência de liberdade, tanto econômica quanto social. Nesse sentido, os servos estavam obrigados a prestar serviços, pois eram “um vassalo da propriedade [...], o que implicava em serviços e entrega de produção e o prendia ao

¹⁷⁵ LENZ, Sylvia. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. 1999. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 1999, p. 80. No Brasil, esses profissionais encontraram um campo favorável para o desenvolvimento da atividade profissional marginalizada na Europa. Alguns chegaram a renunciar à propriedade concedida pelo governo brasileiro para exercer o “seu ofício” nas cidades. Mais informações acerca da trajetória de alguns apenados no Rio Grande do Sul, ver capítulo V.

¹⁷⁶ *Ibid*, p. 78.

solo, no qual prestava serviços e produzia”¹⁷⁷. Em 1590, por exemplo, um servo foi condenado à servidão por dívida, prática comum até 1820, quando a servidão da gleba foi legalmente eliminada.

Por súplica do devedor preso D., de um lado, frente a M., credor, por outro lado, é reconhecido que o mencionado suplicante é libertado de sua prisão e, em troca, é dado e concedido em penhor a seu credor M. em decorrência de sua conhecida dívida, para trabalhar para M. como outro diarista ou serviçal. Em troca, M. tem compromisso de alimentar D. com o necessário, como a seus serviçais, pagar-lhe ainda diariamente 2 ß lübeckianos como salário de jornada ou descontá-los do montante da dívida, até que D. tenha trabalhado o suficiente e se liberado de toda a dívida. M. também tem a liberdade de, especialmente quando souber que D. tentar fugir, prendê-lo ou colocá-lo a ferros, sem no mais afligi-lo com açoite ou injúria em seu corpo ou saúde¹⁷⁸.

Já destacamos anteriormente que Mecklenburg apresentava estrutura agrária e pobre, onde predominou a “servidão-da-gleba hereditária”¹⁷⁹. Nesse contexto, eram os grandes proprietários que controlavam a economia e as terras dos servos. Além de ser totalmente dependente do proprietário, também era obrigado a pagar anualmente um imposto, que por sua vez era reajustado a cada dois anos. Com as transformações, os proprietários conseguiram expulsar e adquirir a pequena propriedade do seu antigo servo. Através da Declaração dos Conselheiros Provinciais e dos Marechais de campo de Mecklenburg, estava em vigor desde 5 de abril de 1633, uma lei que determinava que em caso de abandono ou libertação de um pai servo, seus filhos estavam proibidos de deixar a gleba ou obter a liberdade.

[...] proprietário hereditário de Zierow¹⁸⁰, deu-Nos a conhecer, por carta escrita, de que modo um seu súdito, em decorrência de falta de empenho e por desperdício, se afundou em dívidas, arruinou os cômodos e destruiu totalmente o sítio, pelo que ele, segundo uso comum no território, o expulsou da propriedade, mas reteve seus filhos gerados sob seu senhorio, alimentando-os, e mesmo que houvesse libertado o pai, teria mantido as crianças como seus súditos. Quando, porém, as crianças cresceram, uma das

¹⁷⁷ DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 4 (no prelo).

¹⁷⁸ FRANZ, Günther (ed.). *Quellen zur Geschichte des deutschen Bauernstandes in der Neuzeit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963, p. 92 (Tradução de Martin Norberto Dreher).

¹⁷⁹ DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 6 (no prelo).

¹⁸⁰ Conforme Martin Dreher, Distrito de Wismar.

mesmas pretendeu, sob a alegação da liberação do pai, furtar-se a sua situação hereditária de súdito, com o pedido de que Nós lhe concedêssemos, como é costume no território, carta escrita: Desde tempos imemoriais, nestes territórios, tanto nas intendências dos príncipes, quanto nas dos nobres, os camponeses que são tidos por seus superiores por servos-da-gleba, e sempre assim foi praticado, quando um camponês foi tirado da terra e liberado por causa de seu mau comportamento no sítio, mesmo assim seus filhos gerados sob sua autoridade não são liberados de sua situação de súditos, mas são obrigados a se manterem súditos da mesma autoridade e obrigados a servi-la; o que ainda é observado e mantido em todo o território em casos semelhantes¹⁸¹;

O Capitão von Kettenburg, observa em carta de 30 de setembro de 1766, após visita a Güstrow, que os camponeses em Mecklenburg se encontravam em situação de escravidão, visto que “essa classe de seres humanos [servos] são propriedade do fazendeiro”. Destaca que a redução de crimes estava intrinsecamente relacionada ao bem estar e o cuidado dispensado aos seus servos. Defende veementemente a manutenção da servidão da gleba, uma vez que,

nos países, nos quais o povo comum está completamente livre, as execuções também são muito mais frequentes; pois as pessoas que nada mais têm do que sua vida e sua liberdade, muitas vezes, por causa da pobreza, são forçadas a cometer as mais abomináveis maldades: liberdade sem propriedade nem sempre é estímulo para a virtude e os seres humanos, em seu todo, não estão inclinados a fazer bom uso de sua liberdade, quando em necessidade; quando entregues a si mesmos, por falta de educação, não são capazes de se conduzir adequadamente, mas parece que lhes foi destinada a necessidade de estar sob a condução de prepostos mais sábios para que não caíssem em destemperança e dissolução¹⁸²;

Essa era a condição social de inúmeros mecklenburgueses. Com as transformações, perderam suas terras, as dívidas aumentaram – foram obrigados a penhorar o restante de seus bens – e outros se submeteram à escravidão da gleba para sobreviver com o pouco que era oferecido pelo latifundiário¹⁸³. Além disso, um baixo-saxão, em 1787, relatou que os servos

¹⁸¹ FRANZ, Günther (ed.). *Quellen zur Geschichte des deutschen Bauernstandes in der Neuzeit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963, p. 116-117 (Tradução de Martin Norberto Dreher).

¹⁸² *Ibid*, p. 236-237.

¹⁸³ “Os latifundiários pagavam, em média, 1 centavo (*Pfennig*) a hora, em jornadas de trabalho que iam de sol a sol. Como morassem nas terras, desse salário eram descontados os alimentos como batatas, madeira, etc.” DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 6 (no prelo).

eram duramente castigados em caso de não cumprimento das ordens. Cita, contudo, o caso de um Bailio Real que foi condenado a 100 RTI de multa pelo fato de um camponês ter sido chicoteado.

Quem se detiver por um dia numa propriedade rural de Mecklenburg, certamente há de ver atrocidades ante as quais o coração sangra, mesmo quando o fazendeiro for bom, e frente as quais só costume horrível pode fazer o sentimento embrutecer. Ali cheguei, a primeira coisa que vi, quando entrei na casa, foi grande chicote pendurado na parede do vestíbulo. Com ele, o administrador castigava os erros cometidos, levava-o também ao campo, quando um servo-da-gleba fazia serviço forçado e arava, e batia no cavalo ou no homem, quando algum deles fazia algo de errado¹⁸⁴.

Com a eliminação da servidão da gleba, em 1820, os latifundiários estavam libertos dos compromissos em relação aos agricultores e vice versa. Porém, a eliminação não representou só a libertação do agricultor, mas sobretudo, a eliminação do compromisso de oferecer trabalho, salário e alimento à população camponesa da terra. Nesse sentido,

após a eliminação da servidão-da-gleba, as antigas propriedades camponesas, as *Hufen*, foram transformadas em propriedades hereditárias. Esses agricultores podiam adquirir sua casa e cerca de 40 ha. de terra. Principalmente em terras da Coroa foram criadas *Büdnerstellen* (propriedades de pequenos agricultores) com cerca de 7 hectares. Dessa terra podia ser alimentada a família, mas o agricultor tinha que prestar serviços a terceiros para ter dinheiro em espécie. Nessa época surgem também os *Häusler* (diaristas com pequena propriedade). Eles recebiam 2.500 m² para se proverem de víveres, mas exerciam atividades artesanais como alfaiate, carneiro, sapateiro, padeiro ou jardineiro. Os *Kossaten* ou *Kömer* (lavradores [caseiros] sem terra) recebiam moradia e 400m² de terra para plantio. Os diaristas, *Tagelöhner*, não tinham terra para cultivo próprio e moravam em *Mietskaten* (casebres de aluguel)¹⁸⁵.

Vimos que aquele camponês reduzido à condição de servo vivia em total dependência do latifundiário. Com a eliminação dessa condição, inúmeros camponeses continuavam

¹⁸⁴ FRANZ, Günther (ed.). Quellen zur Geschichte des deutschen Bauernstandes in der Neuzeit. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963, p. 116-117 (Tradução de Martin Norberto Dreher), p. 310.

¹⁸⁵ DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 7 (no prelo).

dependentes, pois necessitavam prestar serviços para sobreviver e alimentar sua família. Diante desta transformação, alguns foram obrigados a deixar o campo e buscar outra forma de subsistência. Diversos mecklenburgueses ex-servos, conforme aponta a documentação, foram encaminhados à Casa de Correção por estarem mendigando e/ ou vagando no território, ou seja, foram qualificados como Heimatlose – sem pátria. Os Heimatlose não eram considerados súditos e, portanto, nenhum Estado tinha compromisso para com os mesmos. A legislação relativa à permanência e residência estabelecia que os mecklenburgueses só podiam residir e pedir esmolas no território em que haviam nascido¹⁸⁶.

Fritz Reuter, através de um conto, descreveu a situação de um Heimatloser, que emigrou para o Distrito de Demin, na Prússia (após nove anos, foi denunciado e obrigado a retornar para Mecklenburg, território do qual era originário). Em 7 de novembro de 1810, nasceu em Stravhagen, Heinrich Christian Friedrich Ludwig Reuter¹⁸⁷, mais tarde conhecido somente como poeta alemão da baixa língua alemã, Fritz Reuter. Reuter conquistou popularidade, principalmente entre o povo alemão, em decorrência da publicação de contos em prosa, comédias, descrições, versos, poemas que reproduziram e recriaram peculiaridades da cultura popular, bem como dos problemas sociais vividos pelas camadas menos favorecidas da sociedade. Foi considerado por muitos como o autor do povo, além disso, escrevendo grande parte dos livros em dialeto *plattdeutsch*, contribui para o ressurgimento da língua e da literatura na língua do baixo alemão, no que foi pioneiro. Vejamos sua narrativa¹⁸⁸.

Entre 1850 e 1851, o “quintadeiro ou moleiro e diarista” Krischan Schult foi obrigado a deixar a sua moradia pelo fato de não ser cidadão do Distrito de Demin e sim mecklenburguês de nascimento. O diarista foi qualificado como indivíduo sem pátria, pelas autoridades de ambas as províncias – deixou Mecklenburg ao atravessar a fronteira e dirigir-se à Prússia, onde permaneceu por 9 anos sem se naturalizar. Por diversas vezes, o diarista, acompanhado

¹⁸⁶ Com a eliminação da servidão-da-gleba surgiram problemas adicionais para a população antes serva. O estado tentou contornar esses problemas, promulgando as “*Aufenthalts- und Niederlassungsgesetze*” (Leis relativas à permanência e residência), promulgadas entre 1820 e 1860. DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 7-8 (no prelo).

¹⁸⁷ Fritz Reuter nasceu em 1810 e faleceu em 12 de julho de 1874. Ao longo dos 64 anos de vida, vivenciou as mais diferentes experiências. Seu pai, Johann Georg Reuter era prefeito e juiz de Stravhagen e sua mãe Johanna Luise Oelpke era filha de um prefeito de Tribsees, ou seja, para os parâmetros do século XIX, era considerada uma família da alta sociedade. Por exigência do pai, em 1831, iniciou o curso de Direito na Universidade de Rostock, e em 1832 seguiu para a Universidade de Jena, onde aderiu à Radical Fraternidade Germânia, com objetivo de derrubar o estado reacionário. Em decorrência dessa posição, Reuter foi preso pelo rei prussiano Friedrich Wilhelm III e condenado a 30 anos de prisão em fortaleza. Passou por diversas fortalezas, até que por iniciativa do Grão-Duque de Mecklenburg-Schwerin sua pena foi reduzida para oito anos na Fortaleza de Dömitz, e anistiado por Friedrich Wilhelm IV (sucessor do rei Friedrich Wilhelm III), em 1840.

¹⁸⁸ Mais informações, ver terceiro capítulo desta pesquisa.

por sua família, tentou conseguir abrigo, ora em Mecklenburg, ora na Prússia, sendo expulso por ambos.

O governo prussiano ocupou-se da questão e buscou informação junto a Mecklenburg, para saber quais as determinações legais vigentes em terras mecklenburguesas, relativamente aos súditos do território emigrados para a Prússia e que ali não haviam sido naturalizados. – A resposta foi que todos os que estavam ausentes por dois anos ou mais, ou que houvessem constituído família no exterior, seriam considerados excluídos do grêmio dos súditos¹⁸⁹.

O Diarista Schult perdeu o pátrio direito em seu antigo local de nascimento em decorrência da migração e não obteve o pátrio direito no novo local de residência porque não havia se naturalizado na Prússia e por ter aí constituído família. Esses fatores, em grande medida, foram motivados pela falta de condições de vida adequada no seu local de origem ou ainda devido à crise, pobreza e transformações sociais e econômicas. Em torno de 30 a 40 mil pessoas viviam nessas condições; não eram considerados cidadãos no seu antigo local de residência, nem no local para o qual migraram. Depois da eliminação da servidão da gleba, a miséria se generalizou em Mecklenburg e foi decisiva no momento da migração. “Mecklenburg teve que se conformar em receber Krischan Schult de volta”, encaminhando-o à Casa de Trabalho na condição de apátrida, enquanto que sua mulher e filhos permaneceram na Prússia, visto que Mecklenburg “opôs-se, porém, com pés e mãos, contra a aceitação da mulher e dos filhos, pois [eram] prussianos de nascimento”. Nesse sentido, “a família foi, provisoriamente, separada: mulher e filhos ficaram na Prússia, e Krischan Schult foi tocado para o outro lado da fronteira, para Mecklenburg - finalmente com sucesso”¹⁹⁰.

As situações descritas ajudam-nos a entender, pois, porque dezenas de milhares de mecklenburgueses emigraram no século XIX do Grão Ducado de Mecklenburg. Os mecklenburgueses estavam inseridos num contexto, no qual as instituições políticas, econômicas, sociais e o sistema penitenciário apresentavam características exclusivamente de

¹⁸⁹ Ein Heimatloser, in: GRUBE, Hans B. (ed.). Reuters Werke. In zwölf Teilen, Zwölfter Teil: Schnurr-Murr – Kleinere Schriften. Berlin, Leipzig, Wien, Stuttgart: Deutsches Verlagshaus Bong & Co, s.d., p. 425-430. Tradução de Martin Norberto Dreher.

¹⁹⁰ Ibid, 425-430. Tradução de Martin Norberto Dreher.

caráter feudal¹⁹¹. Esse fato pode ser explicado em decorrência da tardia influência da industrialização na Alemanha, permanecendo dessa forma em relativo atraso se comparada com outras regiões da Europa. Podemos confirmar tal assertiva, quando analisamos as profissões exercidas pelos prisioneiros antes do aprisionamento; profissões como, por exemplo, servo, moleiro, diarista, etc¹⁹². É nesse contexto que devemos analisar a documentação relativa ao recrutamento de prisioneiros, bem como os crimes cometidos pelos mesmos, visto que os apenados são fruto de uma sociedade em profundas transformações sociais, pois como analisaremos a seguir, são raros os casos de mecklenburgueses que não tinham profissão ou ocupação profissional antes de seguir para a casa de correção, casa de trabalho ou presídio criminal. Foram esses pobres desempregados, famintos e apátridas que lotaram as Casas de Correção e prisões de Mecklenburg. Foram esses também que solicitaram “livremente” a graça da emigração, o indulto da pena e, no Brasil, uma possibilidade de obter melhores condições de vida. Martin Dreher constatou que na Alemanha, em 1900, “224.692 pessoas nascidas em Mecklenburg tinham que residir fora do território deste Grão-Ducado por serem Heimatlose”¹⁹³. Esse dado e os exemplos citados ao longo deste capítulo permitem-nos visualizar a situação de miséria generalizada, problemas adicionais com os antes servos e as mudanças sociais e econômicas recorrentes no século XIX, em uma Europa em transformações.

¹⁹¹ No que tange à política, parte do poder legislativo estava nas mãos da Dieta (Landtag). Nesse sentido, eram eleitores e elegíveis para a Dieta aquelas pessoas que pertenciam à Ritterschaft, isto é, os homens que possuíam posições senhoriais.

¹⁹² Conforme Martin Norberto Dreher “o tear a vapor tornava supérfluo o trabalho do tecelão. Os moinhos necessitavam de menos moleiros, os remendões não tinham mais espaço. No campo fora eliminada a servidão da gleba, mas consideráveis contingentes humanos foram colocados à margem do processo produtivo. Além disso, arados mecânicos substituiriam seus arados de madeira puxados por cavalos. Restava a mendicância, a vagância e a vagabundagem, fazendo teatro de marionetes nas praças, cantando nas ruas, levando animais presos a correntes, fazendo acrobacias. Como último recurso restava o pequeno furto que podia degenerar, levando ao assassinato. A situação desses enormes contingentes humanos era lida com critérios morais: não queriam trabalhar. E foram conselhos de ordem moral que acompanharam os mecklenburgueses, quando de sua partida para o Brasil. Foi por razões de ordem moral, legal que foram encaminhados a Casas de Correção, a Casas de Trabalho Rural. Nelas deveriam apreender a trabalhar a terra ou outro “trabalho digno”, em um mercado de trabalho que lhes era desfavorável ou que não mais necessitava de sua força e trabalho. Só saíam da Casa de Correção quando tivessem trabalho. Com isso, estavam condenados a aí permanecer indefinidamente. Nas Casas de Correção chegavam por terem estado a mendigar em áreas em que não lhes era lícito mendigar! Também o mendigo tinha que ter passaporte válido que o autorizava a mendigar em áreas nas quais tivesse pátrio direito”. DREHER, Martín Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 14 e 15 (no prelo).

¹⁹³ *Ibid*, p. 8 (no prelo).

3.2 Autos acerca do processo de recrutamento de prisioneiros mecklenburgueses

Trata-se de uma decisão difícil abandonar a pátria para procurar uma nova querência em terras distantes. Os chefes de família deveriam tomar tal decisão após uma profunda reflexão. Todas as dificuldades que possivelmente se apresentam antes e durante a viagem, assim como no país estranho, requerem uma cuidadosa avaliação. A vontade de emigrar explica-se facilmente quando se avalia a superpopulação de não poucas regiões da Europa e as camadas que formam o verdadeiro cerne de um estado – os agricultores – são os duramente onerados com impostos¹⁹⁴.

Em 1825, a jovem Lene Meÿer, de 17 anos de idade, natural de Grabow, próxima a Ludwigslust, acusada por incêndio e condenada a quatro anos de reclusão em Casa de Correção, solicitou e assinou em ata o desejo de emigrar; no entanto, por ordem do Grão Duque não foi-lhe concedida tal graça. Semelhantemente, o desertor Christian Behrends, natural de Schwerin, também não teve o seu desejo atendido, uma vez que “as mães dessas duas pessoas pediam insistentemente por isso, e o referido Behrends, cujo pai faleceu; precipuamente como filho mais velho da família numerosa tem o compromisso de para ela prover – após sua já próxima libertação da prisão”¹⁹⁵.

De fato, ao analisar a lista de saída, ambos os nomes não estão listados, o que nos leva a constatar que o pedido “das mães” foi atendido pelo Grão Duque Friedrich Franz. Como já afirmou Schaeffer, a emigração era uma decisão difícil, mas no caso de Behrends seria uma possibilidade de encontrar melhores condições de vida. Se o patriarca da família Behrends não tivesse falecido, Christian teria emigrado? Possivelmente sim! Apesar de ter por tradição¹⁹⁶ assegurada a herança da propriedade, fatores como a pobreza acentuada, o aprisionamento e a numerosa família devem ter levado Behrends a solicitar a emigração.

¹⁹⁴ SCHÄFER, Georg Anton von. *O Brasil como império independente: analisado sob os aspectos histórico, mercantilístico e político*. Tradução, apresentação, notas e edição de Arthur Blásio Rambo. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007, p. 347.

¹⁹⁵ Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 56. Tradução de Martin Norberto Dreher.

¹⁹⁶ Por tradição, o filho mais velho da família herdava os bens da família (propriedade), mas em troca deveria assumir a obrigação de cuidar da(o) viúva(o) e dos demais irmãos mais jovens, pois tornar-se-ia o novo genearca da família.

Casos como da jovem Meÿer e de Christian Behrends estão a relatar as transformações sociais ocorridas na Europa, bem como a necessidade de submeter-se à emigração para buscar melhores condições de vida.

Por outro lado, a deportação de apenados era uma prática comum aos países europeus. Em 1801, por exemplo, a Prússia através de um contrato com a Rússia, permitiu a deportação de prussianos para a Sibéria. Em 1803, o Grão Ducado de Mecklenburg Schwerin, através do Conselheiro de Justiça von Raven, solicitou a deportação de um prisioneiro para a Sibéria, não sendo, porém, atendido¹⁹⁷.

Martin Dreher, baseado em Rosenfeld, enfatiza que o Grão Ducado de Mecklenburg Schwerin, retomou o assunto acerca da deportação, a partir de 1823, em decorrência de um edital do Governo dos Países Baixos “que procurava por soldados para o serviço em seu império colonial”¹⁹⁸.

A Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural de Güstrow dirigiu-se, em 1823, ao governo do Grão-Ducado, em Schwerin, recomendando que este estabelecesse contato com o Ministro da Guerra dos Países Baixos, em Amsterdã, para que os sem-pátria de Güstrow fossem aceitos no exército colonial holandês. Na recomendação observam que os residentes em Güstrow dificilmente terão a oportunidade de encontrar ocupação profissional digna no território e que, em decorrência, permanecerão indefinidamente na instituição, o que deveria ser considerado uma injustiça. Observam, ainda, que se outrora era dada a tais indivíduos a possibilidade de serem incorporados em exército, como o haviam feito a Áustria e a Prússia, em seus dias isso seria impossível. É bom lembrar que com o fim das guerras napoleônicas, os contingentes militares foram diminuídos. O que restava era a possibilidade de serem incorporados em batalhões de estrangeiros que poderiam atuar em colônias das nações européias.

O Grão-Duque Friedrich Franz chegou a autorizar a Comissão Dirigente a estabelecer contato com o governo holandês, mas a questão não prosperou: a Holanda não estava disposta a receber prisioneiros de outro Estado¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Ver: DREHER, Martin. *Degradados de Mecklenburg-Schwerin e os Primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. 2010, p. 11 (no prelo) e ROSENFELD, Ernst. Verschickung freiwillig auswandernder Insassen der Gefängnisse von Mecklenburg nach Brasilien in den Jahren 1824 und 1825, In: *Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft*. Band 24. Berlin: J. Guttentag, Verlagsbuchhandlung, 1904, p. 412-413.

¹⁹⁸ DREHER, op. cit., p. 12

¹⁹⁹ DREHER, Martin. *Degradados de Mecklenburg-Schwerin e os Primórdios da Imigração Alemã no Brasil*. 2010, p. 12 (no prelo).

O Império do Brasil, por motivação semelhante solicitou que o Major Georg Anton von Schaeffer contratasse no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin soldados para serem incorporados aos três batalhões de estrangeiros no Rio de Janeiro/Brasil – criados por D. Pedro, em janeiro de 1823 -, bem como algumas famílias para desenvolver a pequena propriedade na primeira colônia alemã a ser fundada, em 1824, no Rio Grande do Sul (São Leopoldo, fundada em 1824, São João das Missões, em 1825, e Torres, em 1826).

Nesse sentido, após a verificação das condições de recrutamento, de travessia, as condições que o Império do Brasil impôs para receber os apenados e em decorrência do Altíssimo Rescrito de 12 de maio de 1824, o Grão Duque assinou Ordem de Gabinete, na qual autorizava²⁰⁰ “a emigração de trabalhadores sem pátria da Casa de Correção Rural de Güstrow como colonos para o Brasil”, bem como a apresentação das “condições dessa emigração aos trabalhadores da instituição”²⁰¹, porém de forma voluntária, visto que, ficava assegurada aos candidatos a possibilidade de escolher a emigração ou desistir da mesma.

Ao permitir a emigração de prisioneiros, o Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin estava concedendo aos mesmos a oportunidade de adquirir um novo lar e um meio de subsistência através do trabalho²⁰², portanto, “devem ser transportados só [...] aqueles que não têm direito a lugar algum e sobre os quais também ninguém tem um direito”²⁰³.

A primeira deportação²⁰⁴, por exemplo, foi composta majoritariamente por “pessoas totalmente sem pátria” e que não dispunham de “nenhum meio honesto para sua subsistência”²⁰⁵. Cabe destacar que entre as 133 pessoas que se apresentaram “voluntariamente”, algumas haviam participado de uma rebelião na Casa de Trabalho, no dia

²⁰⁰ “Mesmo que tenhamos considerado o convênio estabelecido com o Major von Schäffer apropriado e o tenhamos ratificado; ainda assim, resta a dúvida de que falta a garantia propriamente dita de que as condições, no mais realmente favoráveis aos colonos, também sejam mantidas quando de sua execução. Mesmo que se deva esperar isso de um governo que pretende e tem que promover a colonização; mesmo assim a situação instável do atual governo não pode ser totalmente ignorada e nesse caso o Major von Schäfer, mesmo que se considere sua legitimação para o negócio suficiente, não produziu autorização formal, através da qual tivesse comprovado o direito de conceder tais condições”. Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 10-11. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁰¹ Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 5. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁰² Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 2. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁰³ Ibid, fl. 3.

²⁰⁴ Os emigrantes foram embarcados no navio Georg Friedrich, que partiu em 29 de junho de 1824, com 77 homens, 23 mulheres e 33 crianças da Casa de Trabalho Rural de Güstrow, além de 11 apenados da prisão da cidade de Rostock, totalizando 144 prisioneiros do Grão Ducado de Mecklenburg Schwerin.

²⁰⁵ Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 2. Tradução de Martin Norberto Dreher.

4 de outubro de 1823. Estes, por sua vez reclusos na Casa de Correção, aguardavam a investigação e posterior condenação – pena.

Todavia, em ofício de 24 de maio de 1824, a Comissão Dirigente da Casa de Correção Rural, solicitou que:

Vossa Alteza Real se digne a liberar todos aqueles prisioneiros da Casa de Correção Rural que, em decorrência do tumulto de 4 de outubro do ano passado, ainda se encontram sob investigação e que agora têm a intenção de emigrar para o Brasil, e que realmente venham a concretizar essa intenção, da continuação da investigação, eliminando-a por conseguinte e indultá-los plenamente.

Assim, a graça e a clemência de Vossa Alteza Real há de ser, por muitos, altamente louvada em continentes distantes, pois em razão dessa graça recebem não só a pátria que até aqui lhes faltava, mas também propriedade, passando a participar assim de campo de ação laborioso e útil que aqui lhes faltava e que certamente era a principal causa de sua vida vagabunda e de sua posterior contravenção. Eles corresponderão às intenções tão graciosas de Vossa Alteza Real em uma vida melhorada, tornado-se assim pessoas mais felizes.

Almejamos em fiel amor e temor ser de Vossa Alteza Real

Mais submissa, fiel, obediente

Comissão Dirigente da Casa de Correção Rural

Güstrow e Bellin, 24 de maio de 1824. (assinaturas)²⁰⁶

O excerto acima reforça a mentalidade do Grão Duque e da Comissão Dirigente de que a emigração era uma oportunidade para o apenado ter a possibilidade de melhorar de vida, encontrando no país de destino uma ocupação profissional digna, adquirir uma propriedade, visto que na Europa estaria condenado a permanecer indefinidamente na instituição, devido à exclusão social, decorrente das transformações provocadas pela industrialização, diferentemente do que apontou a historiografia²⁰⁷.

Em outubro de 1824, o Conde von der Osten-Sacken, em ofício dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete, deixou explícito, após visita aos presídios de Dömitz, “especial inclinação

²⁰⁶ Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 2. Tradução de Martin Norberto Dreher, fl. 7 e 8 [grifo nosso].

²⁰⁷ Ver capítulo 2.

e interesse pela sorte de tais infelizes delinquentes”²⁰⁸. Aponta, contudo, que essas pessoas se “tornaram condenáveis”, principalmente pelo fato de não ter recebido educação ou “pela conjugação e entrelaçamento de situações infelizes – para cuja eliminação lhes faltava força moral – que os tornaram criminosos”²⁰⁹.

Verificamos através da análise da documentação uma leitura moralizante, pois o aprisionamento dos apenados pode ser visto como um “alerta” para que o restante da população não viesse a ter um comportamento indigno. Os representantes do projeto de (e)imigração de ambos os países partiam do pressuposto de que ao permitir a emigração para um hemisfério distante, os apenados se tornariam “pessoas laboriosas e moralmente boas”, uma vez que na Europa estariam condenados a permanecer “excluídos do mundo como apátridas”, “sem meios para preservar sua existência, carregando a mácula de seus crimes e permanecendo vagabundos, até que a inclinação natural, muitas vezes o desespero, os transforme em novos criminosos”²¹⁰. Dito de outra forma, na concepção oitocentista, só o trabalho dignificariam o homem. Esta concepção é, recorrente na historiografia acerca da imigração alemã, quando diversos²¹¹ autores, qualificaram os imigrantes alemães como “honestos”, “trabalhadores” e, sobretudo, responsáveis pelo progresso das colônias alemãs no Brasil. No que tange a esse assunto, algumas respostas podem ser encontradas no fator religioso. Em territórios protestantes, especialmente, a Ilustração Alemã encontrou forças para se desenvolver, bem como o princípio da ordem moral. Immanuel Kant (1724-1804)²¹², foi seu principal expoente e partia do pressuposto de que o ser humano não necessitava da Igreja para exercer a moralidade, ou seja, “para Kant, o tema da religião é a moralidade e a fé racional de Kant baseia-se na ‘razão prática’, na moralidade”²¹³. Ao defender a ideia de que a religião é um sistema moral, destacava veementemente que o ser humano não deveria ser

²⁰⁸ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete. 11/10/1824. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin. MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend. fl. 1. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁰⁹ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete. 11/10/1824. In: Ibid, fl 1.

²¹⁰ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete. 11/10/1824. In: Ibid, fl 3.

²¹¹ Ver item 2.1

²¹² Os princípios e pensamento filosóficos defendidos por Immanuel Kant estão presentes em três importantes obras: *Crítica da Razão Pura* (1781); *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Crítica do Juízo* (1790). A principal obra teológica é *A Religião Dentro dos Limites da Simples Razão* (por volta de 1794).

²¹³ DREHER, Martin. *A Igreja Latino-Americana no Contexto Mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999, p. 133. Com a redução do cristianismo à moralidade, “Kant lutou por autonomia que é obediência à lei interna da razão. [...] Tudo deve ser submetido à crítica: ‘Ousa ser sábio!’ Toda a forma de heteronomia e de teonomia, imposta por país, sociedade, Igreja ou Deus tem que ser criticada, submetida à crítica. Inclusive a razão deve ser submetida à crítica, para que possa ter certeza de si mesma”.

julgado e/ ou responsabilizado enquanto que não fosse capaz de modificar a situação em que estava inserido.

Baseado na expressão “Eu devo, por isso posso”, o ser humano tinha o dever e condições de “ajeitar-se”, especialmente, se fossem oferecidas condições para isso. O governo do Brasil, o Grão Duque e a Comissão Dirigente influenciados pela Ilustração Alemã acreditavam que ao permitir a emigração, os mecklenburgueses - usufruindo o benefício garantido no contrato - tornar-se-iam “pessoas laboriosas e moralmente boas”²¹⁴, uma vez que o meio no qual estavam inseridos, condenava-os a permanecer eternamente na Casa de Correção. Critérios de ordem moral também foram determinantes ao encaminhar enormes contingentes às Casas de Correção. A leitura oitocentista destacou a aversão ao trabalho como elemento da decadência moral. Retidos nas Casas de Correção, as pessoas deveriam aprender a trabalhar a terra ou qualquer outro trabalho digno. A razão de sua decadência, contudo, não era vista. Já enfatizamos anteriormente que, em razão das profundas transformações econômicas e sociais, sua força de trabalho se tornara supérflua ou desnecessária na Europa. Raramente nos deparamos com prisioneiros mecklenburgueses sem profissão²¹⁵. Faltava-lhes a possibilidade do trabalho.

É lícito destacar que, permanecendo na Europa, os mecklenburgueses estariam condenados a retornar novamente à Casa de Correção. O Conde von der Osten-Sacken em visita aos presídios de Dömitz pondera, em ofício de 11 de outubro de 1824, acerca das péssimas instalações: “Grande participação nas instalações inadequadas tem a superpopulação das penitenciárias e por meio de um esvaziamento das mesmas não acontecerá apenas uma diminuição dos males, mas também haverá a melhor oportunidade de se obter aí melhores e mais apropriadas instalações”²¹⁶. As péssimas instalações, a superpopulação das penitenciárias e a falta de perspectiva de retorno à sociedade, foram alguns dos argumentos utilizados para encaminhar a emigração de mecklenburgueses ao Brasil.

Permitir a emigração de apenados seria importante porque:

²¹⁴ Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl.3. (Tradução de Martin Norberto Dreher). Percebemos nessa citação que os critérios de ordem moral, além de estar presente na mentalidade oitocentista, também acompanharam a mentalidade dos mecklenburgueses no momento da partida para o Brasil, quando prometeram ao Grão Duque que na nova pátria se tornariam pessoas melhores.

²¹⁵ Ver capítulo 4, quando analisamos o perfil dos apenados.

²¹⁶ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete. 11/10/1824. In: Ibid, fl. 01 [grifo da documentação].

- a. é eliminado o embaraço de se encontrar local para o delinquente sem lar que concluiu seu período de castigo – e lhe é possibilitada na emigração não só uma pátria, mas propriedade livre, que alimenta a ele e a sua família.
- b. surge a vantagem de poder instalar as casas de correção, agora esvaziadas, de maneira mais adequada em todos os sentidos.
- c. sem pensar na economia dos grandes custos provocados pela manutenção de tantos delinquentes.
- d. a segurança em geral, obtida pelo afastamento destas pessoas.

Finalmente

- e. a alegria proporcionada ao coração do amado príncipe territorial por poder indultar muita pena a todos os criminosos que realmente emigrarem ao Brasil, sem prejuízo para o público²¹⁷.

Diante dos “grandes benefícios”, a deportação foi permitida e o Conde von der Osten-Sacken incumbido de estabelecer as negociações com o Major von Schaeffer. Para tanto, “disposto a concluir plenamente essas negociações por mim iniciadas”²¹⁸, algumas solicitações foram encaminhadas ao Grão Duque, dentre as quais destacamos:

1. Um Altíssimo comissário para ajustar e concluir com o Major von Schaefer essa questão de emigração dos delinquentes de Dömitz com base naquelas determinações, emitidas relativamente aos trabalhadores que partiram da Casa de Trabalho para o Brasil, e executar este ajuste.
2. uma Altíssima ordem ao comandante de Dömitz, no sentido de que me transfira a direção dos negócios de emigração de diversos delinquentes para o Brasil, me coloque à disposição local necessário na Casa do Comandante, não só para esse negócio, me apresente a relação de todos os prisioneiros com os autos pertinentes, permitindo também a sua leitura, conceda a demais informação necessária; bem como apoiando-me nesse negócio e que também me conceda toda a demais informação que se fizer necessária.
3. a Altíssima ordem de poder anunciar a todos aqueles delinquentes que se apresentarem voluntariamente para a emigração ao Brasil, como colonos ou soldados, forem aceitos pelo Major von Schaefer e também para lá se transfiram, o mais gracioso indulto de outra pena.
4. como o Major von Schaefer prefere que os colonos sejam casados do que solteiros, uma dispensa geral, como já aconteceu por ocasião da primeira remessa: de que todos os colonos que se apresentarem para a emigração ao Brasil e forem aceitos, caso desejarem casar antes de sua partida, possam ser casados de imediato sem proclama.

²¹⁷ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete. 11/10/1824. In: Ibid, fl. 02 [grifo da documentação].

²¹⁸ Ibid, fl. 4.

5. como há a intenção de conduzir os colonos de Dömitz pelo Elba, até o navio a eles destinado, transmitir ordem ao Sr. General Major von Boddin, em sua qualidade de Chefe da Gendarmeria, de fornecer a guarnição necessária a esse transporte, assim que por mim for solicitado.

6. a ordem a uma caixa: para lá poder receber os meios pecuniários necessários, contra um recibo, para poder pagar as despesas decorrentes dessa questão emigratória, roupas, transporte e coisas semelhantes como cobertores etc. – do que devo prestar contas.

Finalmente, não posso

7. deixar de observar que no caso da Altíssima concordância com essa emigração, deverão se ressarcidas ao Major von Schaefer não só as despesas da viagem para Dömitz; mas que eu também tive que lhe anunciar a esperança por gratificação por causa de sua disposição em aceitar delinquentes de Dömitz, sob as condições vantajosas conhecidas, e sua rápida transferência. Se e em que valor posso determinar esta [gratificação N.d.T.] por cabeça [...] ²¹⁹.

No que tange ao projeto de emigração, uma comissão de inspeção foi organizada com o intuito de concluir as negociações com Schaeffer. Essa Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural foi formada por um funcionário de Güstrow, um deputado fidalgo e um deputado provincial - Major von Oertzen, Conselheiro da Corte Trotsche, Conde von der Osten-Sacken -, nos anos de 1824 e 1825. Ficou a cargo da Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural de Güstrow e ao representante plenipotenciário do Alto Governo Brasileiro, Senhor Major von Schaeffer celebrar um contrato, no qual foram apresentados os benefícios concedidos àqueles prisioneiros que aceitaram voluntariamente “ser colono na agricultura, em um ofício ou uma arte, ou ainda exercer um negócio, ou ser soldado”²²⁰. Vale salientar que o Major von Schaeffer deveria visitar as Casas de Correção e escolher pessoalmente os prisioneiros – dentre aqueles que declararam em ata sua

²¹⁹ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete. 11/10/1824. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 4,5 e 6 (Tradução de Martin Norberto Dreher).

²²⁰ Contrato, 03/05/1824. In: Ibid, fl. 7. Com o fim das Guerras napoleônicas e após o Congresso de Viena, recrutar emigrantes como soldados não era tarefa fácil, pois se temia o surgimento de um novo Napoleão Bonaparte. Algumas restrições foram impostas, o que piorava a emigração. O Major Schaeffer, a serviço do Império do Brasil e incumbido de recrutar emigrantes para os batalhões de D. Pedro, encontrou muita dificuldade, até de fato estabelecer negociações com o Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin. Entre as restrições estabelecidas por aqueles países que ainda permitiam a emigração, se destaca o pagamento de todos os impostos e dívidas, requerer uma licença e um documento do Estado que garantisse uma nova pátria e um documento, no qual renunciava à antiga. Por isso, no Estado Alemão, os mecklenburgueses assinavam, em ata, o desejo de emigrar e o Estado produzia uma carta individual com informações e destino de cada um dos seus súditos emigrados, remetida, impreterivelmente, para a cidade de origem dos apenados, além de um passaporte que recebiam no momento do embarque, pois deveria ser apresentado na nova pátria. Um exemplo da carta que ficava na comunidade – produzida pelo Estado após o pagamento das dívidas, impostos e uma taxa sobre os bens – bem como de um passaporte estão a refletir as exigências impostas aos mecklenburgueses e se encontram em anexo neste trabalho.

disposição – que julgava apropriados para a emigração ao Brasil²²¹. Schaeffer “não aceitara diversos prisioneiros que estavam dispostos a emigrar, por considerá-los muito velhos”²²². A intenção do Grão Ducado, porém, não era somente enviar soldados e colonos ou artistas que tivessem conhecimento, capacidade e força física para a agricultura, “mas conseguir para essas pessoas uma querência em sua propriedade – o que aqui lhes faltava – e que por isso assumiria despesas tão consideráveis”²²³. De fato, ao analisarmos as listas de saída, verificamos o predomínio de emigrantes adultos - 15-49 anos – do sexo masculino e solteiros, apesar de Schaeffer ter solicitado preferencialmente colonos casados²²⁴ para a agricultura. Os solteiros, é evidente, serão incorporados aos batalhões de estrangeiros.

No que tange à 3ª solicitação de von der Osten-Sacken, já enfatizamos anteriormente que além de conceder a “graça” da emigração, também era concedida aos apenados emigrados o indulto da pena. Por exemplo, no dia 10 de dezembro, aniversário do Sereníssimo Senhor Grão Duque Friedrich Franz, “um dia de alegria e de graça para tantas pessoas”²²⁵, o Grão Duque indultou e libertou “dos grilhões” alguns apenados. Cabe destacar que tal graça era concedida somente aos emigrantes – válida na nova pátria –, pois ao optar livremente pela emigração deixariam para trás os crimes cometidos e penas, pois de acordo com o § 9 do contrato celebrado entre Schaeffer e o Conde von der Osten-Sacken, todo o emigrante “tornar-se-á a partir do instante de seu embarque para o Brasil cidadão brasileiro e gozará dos mesmos direitos como os demais residentes natos”²²⁶. Nesse caso, o retorno ao Estado alemão, implicaria inegavelmente em ser encaminhado novamente à Casa de Correção com a finalidade de cumprir a pena indultada no momento da emigração para o Brasil.

²²¹ A Comissão Dirigente ficou encarregada de realizar a entrevista pessoalmente com cada um dos prisioneiros interessados na emigração, além de ficar encarregada de verificar os assuntos relativos as questões familiares e dos bens que possuíam, no entanto, era o Grão Duque que de fato concedia e indultava os apenados. Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 9. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²²² Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete. 21/12/1824. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 10. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²²³ Ibid, fl. 11.

²²⁴ No que tange a essa questão, destacamos que o “Major Schaeffer prefere os colonos que sejam casados do que os solteiros, uma disposição geral, como já aconteceu por ocasião da primeira remessa: de que todos os colonos que se apresentarem para a emigração do Brasil e forem solteiros, caso desejarem casar antes de sua partida, possam ser casados de imediato sem proclama”, além de “todos aqueles prisioneiros que provavelmente forem capazes de se manter pelas próprias forças e pelo auxílio que lhes foi prometido”. Ibid, fl. 5 e 11.

²²⁵ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Ministro de Estado e Gabinete. 11/10/1824. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 12. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²²⁶ Ibid, fl. 8. Ver em anexo o contrato.

O marinheiro Johann Daniel Henrich Günther, natural de Alt Gaartz, 32 anos de idade, bem como o sapateiro Johann Friedrich Sichtling decidiram livremente emigrar para o Brasil na primeira deportação de apenados. Após dois anos servindo como soldados no 2º Batalhão de Granadeiros do Rio de Janeiro, desertaram. Chegando à Alemanha foram capturados pelos policiais e encaminhados novamente à Casa de Correção. A partir do retorno de Günther e Sichtling foi possível, em 12 de setembro de 1828, na Casa de Correção Rural de Güstrow, produzir um inquérito acerca do destino dos colonos emigrados entre 1824 e 1825 de Güstrow, Bützow e Dömitz.

Além desse inquérito, diário de bordo²²⁷, a nomeação de um Cônsul²²⁸, bem como relatórios foram produzidos, exclusivamente para obter informações acerca da “sorte dos emigrados no Brasil”. Tal atitude reflete a preocupação do Grão Ducado com a situação e o destino dos apenados na nova pátria e se foram cumpridas as promessas. Percebemos a preocupação do Grão Ducado de Mecklenburg Schwerin não só em relação ao destino dos apenados, mas principalmente no que tange às negociações com o Império do Brasil. Por isso, as três deportações de apenados mecklenburgueses foram permitidas unicamente a partir das negociações travadas em maio de 1824 – o contrato aprovado em 1824 serviu de base para os transportes posteriores.

²²⁷ Ver sub-capítulo 3.3. “*As âncoras foram levantadas e os emigrantes deixaram*” o Grão Ducado de Mecklenburg Schwerin: travessia do Oceano Atlântico.

²²⁸ O comerciante alemão Biesterfeld – sobrinho do Senador e Diretor de Polícia Abendroth – foi escolhido pelo Grão Duque para ocupar o cargo de Cônsul Geral no Rio de Janeiro. A nomeação de um Cônsul era “para o bem das pessoas que já saíram daí para o Brasil e que ainda hão de seguir para lá, [...] principalmente por causa da grande distância – ali uma pessoa com cuja retidão de caráter e cuidado atencioso em relação aos emigrantes que ali chegassem se pudesse contar com certeza”. (Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin. Kabinet I. Vol. 3ª: Rückwert: Brasilien, 1824(2), 1825(2), 1826, [1828], fl. 4 e 5). Em cópia de ofício de 14 de outubro de 1824, para o Grão Duque, o Senador Abendroth sugere o nome de Biesterfeld para assumir a função de Cônsul no Rio de Janeiro, por se tratar de uma pessoa que “corresponde à verdade [...], empenho, habilidade e destreza em seu negócio e ser fiador de sua honestidade, bem como da solidez de seu caráter” (Ibidem, fl. 7). De fato, em ofício de 29 de outubro de 1824, o Grão Duque encaminhou comunicado ao Conselheiro de Legação Mecklenburg de que “Nós aprovamos o comerciante Biesterfeld, sugerido para ser Nosso Cônsul no Rio de Janeiro” (Ibid, fl. 9). O novo Cônsul, contudo, deveria acompanhar os ex-prisioneiros no Brasil, verificar o cumprimento das promessas de Schaeffer, as condições de vida proporcionada, isto é, conceder aos emigrados “proteção e esteio” em caso de necessidade, além de produzir relatórios acerca do estabelecimento dos mesmos no Brasil (Ibid, fl. 8). Para tal atividade, o Cônsul solicitou “cerca de cem galeões espanhóis para o atendimento dos mecklenburgueses que o procurassem em busca de auxílio” concedido somente “após exame e convicção”. O Cônsul deveria apresentar a conta referente ao auxílio para ser ressarcido. (Ibid, fl 11) Com a nomeação do Cônsul residente no Rio de Janeiro, o Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin foi o primeiro Estado europeu a reconhecer de fato a independência do jovem Império do Brasil. Por exemplo, no Kasselsche Allgemeine Zeitung de quarta feira, 5 de janeiro (1825), consta: “Diversos jornais franceses fizeram há pouco o Grão-Duque de Mecklenburg-Schwerin reconhecer formalmente o Imperador do Brasil como tal. Relacionam esse fato à notícia da designação de Cônsul de Mecklenburg em Janeiro, o que deve ter provocado tal mal interpretação, e afirmam que já que Sua Alteza Real é o primeiro príncipe europeu a reconhecer o governante e a independência de seu reino, se estaria acarinhando que os moradores de Mecklenburg obteriam vantagens comerciais desse fato” (Ibid, fl. 16).

Nos sub-itens, a seguir, estão refletidas mais algumas informações acerca do projeto de emigração. Esta documentação se destaca pela minúcia e riqueza de detalhes. Assim, no primeiro sub-item abaixo será possível, apresentar aspectos que nos permitem vislumbrar a organização e o trajeto percorrido pelos apenados, desde a saída das Casas de Correção até o embarque no navio brasileiro, ancorado em Blankenese. Já no segundo sub-item, analisaremos o relatório produzido pelo Capitão Hanfft, no qual ressalta aspectos sobre as condições de vida dos soldados e colonos na nova pátria, isto é, no Brasil.

3.2.1 Transporte: Da Casa de Correção até o porto de Hamburgo

Foram produzidos, além de inúmeros ofícios sobre as negociações, diversos relatórios gerais referentes ao transporte dos moradores das Casas de Correção emigrados para o Brasil. Para efetuar o transporte com segurança, a Comissão Dirigente solicitava um Destacamento de Gendarmaria²²⁹, enviado de Ludwigslust até a Casa de Correção com o intuito de escoltar os apenados até o navio que os levaria, posteriormente, ao navio brasileiro, ancorado em Blankenese.

Em relação ao primeiro transporte²³⁰ de apenados, conforme informação do relatório geral, os mesmos só deixariam a Casa de Trabalho de Güstrow, no dia 24 de junho²³¹.

²²⁹ O destacamento que acompanhou a primeira deportação de apenados da Casa de Trabalho Rural de Güstrow era formado por dois brigadeiros: Piralý e Trosch, e pelos gendarmes: Henricý, Kraack, Schulze III, Fischer, Beýer, Holtfoth, Schulz II, Lubess, Möller, Oldenburg e Thiel. Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 54. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²³⁰ Os apenados emigraram no dia 29 de junho de 1824, no navio hamburguês Georg Friedrich, com 133 pessoas de Güstrow e 11 de Rostock.

²³¹ “O Brigadeiro mencionado, de imediato, deu conhecimento desse retardamento ao abaixo-assinado e o mesmo recebeu deste a ordem de aguardar, em Güstrow, a partida da coluna dos moradores da Casa de Trabalho Rural emigrantes, marcada para o dia 24 do mês mencionado, com seu comando. Contudo, para que os cavalos deste destacamento tivessem diariamente movimento, e a gendarmaria não permanecesse aí inativa, o Brigadeiro Piralý recebeu a ordem de enviar patrulhas às cercanias da cidade, bem como até 1 ½ milhas de distância para a segurança das estradas reais e para a vigilância sobre pessoas suspeitas, bem como mandar exercer o serviço policial normal na cidade”. Por exemplo, “os gendarmes Lubess e Kraack arrestaram, durante a visitação das hospedarias, os dois aprendizes de tintureiro Gottlieb Benjamin Kayriess, de Tilie, 20 anos de idade, e Carl Laudin, nascido em Seeburg, 18 anos de idade, por desvio de sua rota de viagem e por seus passaportes só seriam válidos para o Estado prussiano; ambos foram entregues ao departamento de polícia em Güstrow. Os gendarmes Kraack e Möller arrestaram, no arrabalde de Güstrow, o aprendiz de moleiro Joachim Müller, natural de Stralsund, 48 anos de idade, o qual havia se desviado da rota de viagem que lhe fora prescrita, e também foi entregue ao departamento de polícia mencionado. Os gendarmes Kraack e Beýer arrestaram, entre Dehmen e Glasewitz, o vagabundo Friedrich Wilhelm Nicolas, natural de Pasewalk, 31 anos de idade, sem passaporte ou

Às 4 horas da manhã, o Brigadeiro Piralý apresentou-se com todo o Destacamento de Gendarmeria ante a Casa de Trabalho Rural, onde lhe foram entregues 133 indivíduos que se haviam declarados dispostos a essa emigração, e, ao mesmo tempo, lhe foi confiada, de parte da Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural, pelo Inspetor-Mór, a direção e a condução do transporte.

O comandante recebeu da Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural, uma lista contendo a relação das pessoas a serem transportadas e, principalmente, vigiadas pelos gendarmes. Os 133 apenados seguiram até o rio Elba de carroça. Na carroça, foram acomodados todos os apenados de acordo com o crime cometido, ou seja, “uma parte dos melhores [foram] acomodados com aqueles que mereciam menos confiança”²³². Entretanto, por volta das 7 horas deixaram Güstrow e deveriam chegar às 9 horas da noite em Banzkow²³³. Por ordem do Inspetor Ladewig, os apenados foram “alojados em um grande galpão e alimentados sob a supervisão da gendarmeria”²³⁴.

No dia seguinte, antes da partida, fez-se a chamada de todos os colonos, cada um foi encaminhado ao seu lugar na carroça e a gendarmeria também assumiu o seu posto às 3 horas da manhã. Semelhantemente à noite anterior, foram alojados e vigiados num galpão, em Schwantow²³⁵. Após fazer a chamada e constatar que um apenado – Timm -, natural de Ludwigslust, teria se evadido, os demais apenados foram transportados até o Elba, onde às 2

outra legitimação, e o entregaram à intendência, em Güstrow, sem prejuízo da recompensa de captura”. Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: *Ibid*, fl 54-55.

²³² Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: *Ibid*, fl. 56.

²³³ Conforme consta na documentação, ao longo do transporte ocorreram “inúmeros contratemplos”. Relata por exemplo, o caso do emigrante Voss que se rebelou contra as ordens e tentou, juntamente com seus companheiros, fazer uma revolta, mas a desordem foi rapidamente contida “por medidas fortes”. Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: *Ibid*, fl. 57.

²³⁴ Além da gendarmeria, mais “dez moradores da aldeia ocuparam durante a noite as saídas desse galpão; dois gendarmes também se revezavam e controlavam o sossego e a ordem, evitando com isso a fuga das pessoas que lhes haviam sido confiadas”. Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: *Ibid*, fl. 57.

²³⁵ Nessa ocasião cada apenado recebeu “roupas brasileiras, a qual consistia de um casacão cinza, casaco de linho branco e pantalonas, uma camisa e 1 par de botas”. Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: *Ibid*, fl. 58.

horas da tarde seriam embarcados – com mais alguns de Rostock – no navio que os conduziria até a fragata Georg Friedrich²³⁶.

Sob um ‘Viva’ de parte do navio americano, os navios de transporte atracaram no navio maior e todos os colonos de imediato foram embarcados, na presença do Conselheiro de Legação Mecklenburg e do Inspetor Ladwig, o que aconteceu com calma, mas com derramamento de muitas lágrimas. Um cirurgião de nome Reincke de modo algum queria embarcar e, como após exame médico se constatasse que era melancólico, foi deixado de lado para ser levado de volta à esta Casa de Trabalho Rural. Por solicitação do Major Schäfer, o Brigadeiro Piralý também se dirigiu a bordo, após o embarque, para ser testemunha do fato de que diversas famílias que ainda tinham demandas em relação a nossa Casa de Trabalho Rural recebessem corretamente o que deveria ser pago²³⁷.

Não podemos deixar de mencionar que os transportes seguintes – 2ª e 3ª deportação – foram permitidos sob as mesmas condições estabelecidas na primeira deportação. O Conde von der Osten-Sacken, em ofício de 21 de dezembro de 1824, direcionado ao Grão Duque, informou sobre o recrutamento e posterior deportação, tendo em vista que o segundo transporte deveria ocorrer no dia 10 de dezembro, segunda feira, no navio *Wilhelmine*, sob o comando do Capitão Maiberg.

A partida da Casa de Correção de Dömitz foi fixada para o dia 6 de dezembro, “porque nesse dia há lua cheia [...] e a claridade facilita em muito, para a Gendarmeria, a manutenção da ordem policial”²³⁸. Para o transporte dos apenados foi alugado um navio²³⁹ de 45

²³⁶ “Por causa do vento contrário o navio brasileiro, Georg Friedrich, sob o comando do Capitão Rosilius, ancorado duas milhas abaixo de Hamburg, junto a Blankenese, somente foi alcançado às 5 horas da tarde”. Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: *Ibid*, fl. 60.

²³⁷ Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: *Ibid*, fl. 60-61.

²³⁸ Ofício do Conde Von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque em 21/12/1824. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 11. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²³⁹ Para prevenir qualquer tipo de conflito ou rebelião, bem como a falta de espaço, alugava-se mais um navio, exclusivamente para o transporte de mantimentos e bebidas necessárias para a viagem. “Dessa maneira, os mantimentos não só puderam ser distribuídos regularmente, mas determinou-se também que o navio mostrasse nas diversas alfândegas do Elba os manifestos, pagasse as taxas de reconhecimento, etc., para que esse navio de transporte maior pudesse seguir sua viagem sem ser molestado – nem ser obrigado a atracar em algum lugar, evitando-se assim qualquer comunicação com as populações ribeirinhas”. Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque em 21/12/1824. In: *Ibid*, fl 13.

toneladas, originário de Lauenburg e conduzido pelo barqueiro Bulhorn e mais quatro marinheiros.

O brigadeiro Piralý – conduziu o primeiro transporte -, mais dois brigadeiros e 24 gendarmes, conduziriam os prisioneiros – de navio – até “ao navio destinado à continuação de sua viagem ao Brasil”²⁴⁰. Antes da partida, 4 de dezembro, os prisioneiros foram reunidos na Igreja da Fortaleza, na qual foi passado o último comunicado e nessa ocasião “a ata fora reaberta para o recebimento das declarações individuais e que se haveria de permitir a todos que já houvessem decidido pela emigração retirar a sua declaração até a hora da partida”²⁴¹.

Um dia antes da partida dos prisioneiros – 5 de dezembro/ domingo – foi realizado um culto festivo pelo Pregador da Fortaleza Müller. Nessa ocasião, o Conde solicitou que o “pregador reconduzisse os prisioneiros a seu modo de viver original – lembrasse o solene aperto de mão que cada um me dera por juramento de se tornar, nas novas condições, um ser humano laborioso e moral – mostrando-se digno da insigne e Altíssima graça e grato pela preocupação do Senhor Territorial”²⁴². Verificamos nesse pedido, princípios de ordem moral, uma vez que a “liberdade” estava intrinsecamente ligada à obrigação de prometer e efetivamente cumprir a promessa de se tornar um bom imigrante; nem todos os emigrados, contudo, cumpriram a promessa feita ao Grão Duque no momento da partida.

Após o discurso do Pastor Müller, os apenados receberam a comunhão da Santa Ceia e alguns casais tiveram a oportunidade de celebrar o matrimônio. Ao final do culto, foram distribuídos aos emigrantes Bíblias e Hinários em língua alemã. No dia seguinte, 6 de dezembro, após “refeição quente”, os emigrantes foram reunidos e levados às margens do Elba, às 9 horas da manhã. “Gratos, dispostos e alegres, sem expressá-lo com barulho, o embarque estava concluído às 10 horas”²⁴³, devido à proximidade do rio Elba. Enfim,

a 11 de dezembro, o transporte aproximou-se daquele navio que deixara Blanckeneze por causa do temporal e da água profunda e que ancorara junto a Glückstadt, - e depois de os prisioneiros terem retirados um a um os grilhões – eles foram entregues em silêncio e ordem – sem grilhões – aos delegados do Major von Schaeffer, na qualidade de Agente do Governo do Brasil – e admitidos pelo mesmo todos no navio Wilhelmine, capitaneado

²⁴⁰ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque em 21/12/1824. In: Ibid, fl. 14.

²⁴¹ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque em 21/12/1824. In: Ibid, fl. 15.

²⁴² Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque em 21/12/1824. In: Ibid, fl. 16.

²⁴³ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque em 21/12/1824. In: Ibid, fl. 18.

pelo Capitão Maiberg, preparado para a continuação de sua viagem, como cidadãos brasileiros²⁴⁴.

Dos 102 apenados da Casa de Correção e das Prisões de Dömitz embarcados no navio Wilhelmine, no dia 12 de dezembro de 1824, para o Brasil, três mulheres não eram condenadas, pois só estavam acompanhando os seus maridos prisioneiros com as crianças; uma jovem contraiu matrimônio e mais três mulheres “noivas” acompanharam seus futuros esposos para o Brasil, como foi o caso, por exemplo, do casal Johann Carl Witt e Maria Feldner. No final do relatório, acerca do segundo transporte de apenados, o Conde destacou a satisfação “de ter sido instrumento e proclamador da graça de Vossa Alteza Real e de sua paterna preocupação [...] e de ter soltado [...] os pesados grilhões que [...] durariam por toda a vida!”²⁴⁵

A última deportação ocorreu em 1825. Do total de 83 apenados, 40 eram provenientes da Casa de Trabalho Rural de Güstrow, 10 do Presídio Criminal de Bützow e 33 da prisão de Dömitz, dentre os quais, 14 foram presos para correção, 7 eram criminosos militares e 12 eram detentos de presídio (ver mapa).

Para tal transporte foram solicitados “um brigadeiro de gendarmaria e 6 guardas, duas carroças de duas parelhas, cada uma com 3 coxins de areia, a 30 do corrente mês, às 4 horas, defronte ao quartel de gendarmaria, em Ludwigslust”²⁴⁶. O Conde von der Osten-Sacken, auxiliado pelo Supremo Comissório Bailio von Oertzen e o deputado regional na Comissão Dirigente da Casa de Correção, Senhor Burgomestre Tschierpe, responsabilizaram-se pelo recrutamento dos apenados da Casa de Trabalho Rural de Güstrow. Nesse sentido, todas as pessoas foram reunidas e comunicou-se a decisão de permitir a emigração para todos aqueles trabalhadores que estavam dispostos a melhorar de vida e que parte das despesas seria paga pelas caixas territoriais e parte pelo Governo do Brasil. Diversas vezes foram destacados os benefícios, dificuldades e consequências desta viagem aos trabalhadores.

²⁴⁴ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque em 21/12/1824. In: Ibid, fl. 20 [destaque no original].

²⁴⁵ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque. Bellin, 21/12/1824. In: Ibid, fl. 25.

²⁴⁶ Ofício dirigido ao Grão-Duque em 24/06/1825. In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 28. Tradução de Martin Norberto Dreher.

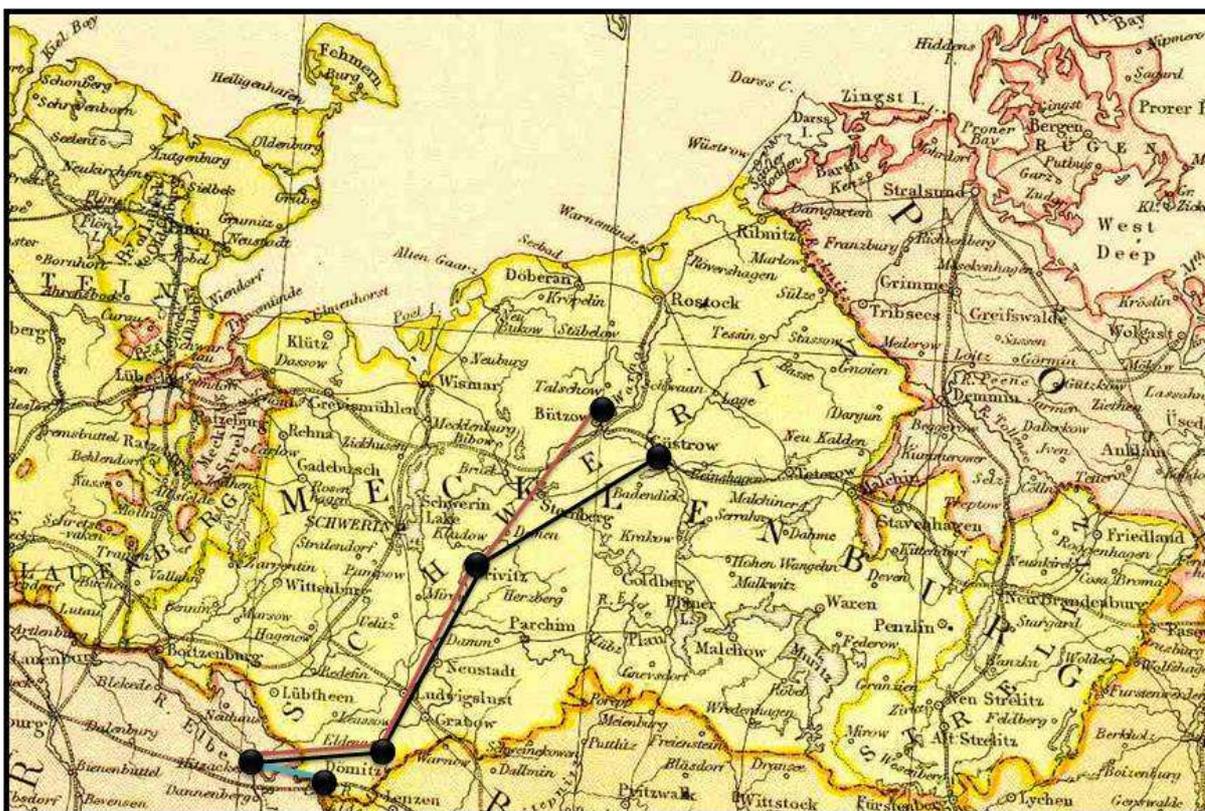


Figura 2 - Mapa do trajeto percorrido pelos mecklenburgueses (3ª deportação).

Fonte: <<http://www.progenealogists.com/germany/mecklenburg/index.htm>>. Acesso: 02 jan. 2010, às 17:30.

Aos apenados do colégio criminal de Bützow foram passadas as mesmas informações destacadas anteriormente pela Comissão formada pelo Conde, pelo Conselheiro Criminal von Santhen, pelo Monteiro Mór von Plessen, pelo Advogado Rassow e pelo Assessor e Auditor do Tribunal Criminal, Senhor von Wick. Antes do embarque, os prisioneiros assistiram a um culto – 3 de agosto -, receberam a Santa Ceia. Às 6 horas da noite, na Igreja da Fortaleza, o pastor Müller casou cinco casais de noivos e distribuiu Bíblias e Hinários entre os emigrantes. No dia seguinte,

os emigrantes de Güstrow partiriam a 2 de agosto – sob o comando do Brigadeiro de Gendarmeria Pirallÿ, de carroça, e seriam conduzidos até Grantzin, um milha para cá de Parchim – seguindo do mesmo modo até Eldena no dia 3.

Os de Bützow igualmente foram levados a Criwitz – sob a direção do Brigadeiro de Gendarmeria Cowalskÿ – e abrigados por esta noite na (sic) cadeia da intendência daí.

Dia 3, à noite, este transporte uniu-se com o de Güstrow, em Eldena, e ambos foram colocados sob a supervisão do Brigadeiro de Gend. Pirallÿ – mesmo que em dois dormitórios separados.

As intendências da coroa, Criwitz, Lübz e Eldena, haviam sido previamente notificadas de que os emigrantes sob o comando de gendarmeria permaneceriam em Criwitz, Grantzin e Eldena na noite de 2 para 3 e de 3 para 4, para que de sua parte pudessem tomar as medidas policiais cabíveis. Os alojamentos – bem como a alimentação para os emigrantes haviam sido previamente preparados de acordo – e a última havia sido providenciada. O Brigadeiro de Gendarmeria Pirallÿ havia sido instruído a chegar ao local que lhe fora previamente designado, às 10 horas da manhã do [dia] 4 – junto ao Elba, pouco distante da Fortaleza de Dömitz – partindo de Eldena²⁴⁷.

Após esse trajeto, os apenados se encontrariam em Dömitz, de onde todos os 83 apenados seriam conduzidos até logo abaixo de Hamburgo. Antes do embarque foram verificadas as condições do navio, a qualidade do alimento e água e, finalmente, entregues as peças de vestuário para cada homem. Individualmente cada emigrante foi entregue ao Major von Schaeffer e embarcado no navio Georg Friedrich, dirigido pelo Capitão Mauritius.

As informações apresentadas aqui permitem-nos analisar de que forma ocorreu o recrutamento e posterior transferência para o Brasil, além disso, é uma importante fonte empírica, principalmente pelo fato de não haver estudos que privilegiam o contexto social do emigrante, bem como as peculiaridades acerca do contrato celebrado entre o Conde e Schaeffer. Dessa forma, no próximo sub-item objetivamos analisar o relatório produzido pelo Capitão de Cavalaria Hanfft, incumbido de buscar, no Brasil, informações sobre o destino dos emigrantes soldados e/ ou colonos.

3.2.2 Relatório do Capitão de Cavalaria Hanfft

*De acordo com a mais graciosa incumbência de Vossa Alteza Real e minha obediente promessa, tenho a honra de Vos apresentar relato de como constatei, durante minha estada no Brasil, a situação dos alemães que para lá emigraram*²⁴⁸.

²⁴⁷ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque em 07/09/1825. In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 57 e 58. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁴⁸ Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 114. Tradução de Martin Norberto Dreher.

No tocante ao destino dos mecklenburgueses, já destacamos anteriormente a preocupação do Grão Ducado com a “sorte” dos mesmos. Nesse sentido, através de um ofício de 14 de julho de 1825, do Conselheiro de Legação Dr. Mecklenburg – representante diplomático do Grão Ducado, em Hamburgo – sugere-se o nome do Capitão de Cavalaria Hanfft²⁴⁹ para receber a incumbência de seguir para o Brasil, com intuito de “colher as necessárias informações sobre os que de lá emigraram [Casas de Correção de Mecklenburg Schwerin] e, em parte, conversar com os mesmos”²⁵⁰. Não podemos precisar se esse relatório de fato foi produzido pelo Capitão de Cavalaria Hanfft ou pelo Cônsul Biesterfeld; por outro lado, cabe salientar a importância das informações contidas no relatório, acerca do destino de soldados e colonos no Império do Brasil²⁵¹.

O relatório está dividido em duas partes: primeiramente analisa o destino e situação dos soldados incorporados aos batalhões de D. Pedro. Logo em seguida, enfatiza o destino daquelas pessoas que aceitaram seguir para o Rio Grande do Sul como colonos.

De acordo com o § 8 do contrato, quem se decidisse pelo serviço militar, “assumiria uma capitulação por seis anos”, receberia um soldo a partir do momento do seu embarque, além de roupas e alimento. Em decorrência do “seu bom comportamento moral e suas capacidades”, o emigrante poderia ter a esperança de ocupar outras patentes. Em relação aos que se tornarem inválidos, o governo tomaria todas as providências e apoios necessários. Após os seis anos, o soldado poderia assumir nova capitulação ou ter a liberdade de exercer uma arte ou ofício. “O soldado desincorporado receberá, então, tudo aquilo que foi prometido a estes colonos nos parágrafos 6 e 7, caso não opte assumir nova capitulação e terá o direito

²⁴⁹ “O Capitão de Cavalaria Hanfft, daqui, que muito bem serviu a Hamburgo, nos anos de 1813 e 1814, tem a honra de ser pessoalmente conhecido de Vossa Alteza Real. Este homem que vive de maneira totalmente independente e que agora ainda se interessa muito pelos acontecimentos mundiais, irá no próximo mês ao Rio de Janeiro, a diversas localidades marítimas e até mesmo ao interior do Brasil para certificar-se desse país, de suas instituições, também do destino de muitos que para lá emigraram, dos quais conhece muitos. Terá, portanto, oportunidade de julgar o destino daqueles que vivem nas maiores cidades como militares e artesãos, bem como daqueles que atuam como colonos”. Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 1. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁵⁰ Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 1-3. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁵¹ Em o *Bienio 1824/25 da Imigração*, Carlos Henrique Hunsche, por exemplo, fala da existência desse relatório, inclusive conclui que é “valiosíssimo material até hoje ainda não tocado pela pesquisa”. HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 70.

precípua de escolher a parte do Império, na qual queira se assentar”²⁵². Após a desincorporação – em 1831, os batalhões foram definitivamente dissolvidos – os soldados foram “largados a própria sorte”, visto que as promessas citadas acima, não foram cumpridas²⁵³.

Inicia o relatório, afirmando que a situação dos soldados do Imperador é “boa em todos os sentidos”, uma vez que houve grande preocupação para que nada lhes faltasse, contudo, “ainda há muito a desejar e a melhorar no tocante aos alemães”²⁵⁴. Juvencio Saldanha Lemos, já enfatizou em seu livro acerca dos soldados alemães de D. Pedro a difícil adaptação dos mesmos na nova pátria. A não adaptação foi vista – Capitão Hanfft e Cônsul Biesterfeld - como um problema exclusivamente dos próprios alemães.

Ponho a culpa do fato especialmente na maior parte dos oficiais, os quais ao invés de se consagrarem conscienciosamente a seu serviço e de se familiarizarem com a língua do país e seus costumes, preferem, diariamente, gastar seu tempo com diversões e tornar-se inaptos para o serviço através de toda a espécie de brigas e chicanas. Os poucos bons e sem mácula não conseguem fazer frente a isso, apesar de todos os esforços, e tornam-se, afinal, indiferentes, [...]”²⁵⁵.

O grande problema nos batalhões, já relatado por Lemos, geralmente ocorria em decorrência do excesso de bebidas alcoólicas, especialmente cachaça e vinho. “Estavam de manhã cedo até tarde da noite bêbados”²⁵⁶. A medida adotada diante tal situação foi a desincorporação daqueles alemães incapazes de serem soldados e, para os novos alemães que chegavam ao Brasil, exigia-se a apresentação de um certificado de comprovação de que haviam exercido na Alemanha o cargo de oficial ou soldado.

²⁵² Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 8. Tradução de Martin Norberto Dreher. Ver contrato em anexo.

²⁵³ Não encontramos mecklenburgueses somente no Rio Grande do Sul, alguns seguiram para São Paulo, para o Paraná e outros permaneceram no Rio de Janeiro, após a dissolução dos batalhões.

²⁵⁴ Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 115. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁵⁵ Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: Ibid, fl. 116.

²⁵⁶ Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 117. Tradução de Martin Norberto Dreher..

Sua Majestade o Imperador determinou que doravante nenhum oficial proveniente da Alemanha seja empregado como oficial, sem que tenha os certificados mais confiáveis de parte de um oficial honesto e bravo, com visto de seu antigo Senhor Territorial, e recomendações escritas do representante de negócios de Sua Majestade Imperial ou de minha pessoa. Nós, contudo, somente os forneceremos a pessoas das quais soubermos com provas convincentes de que se tratam de homens de mérito, sem considerar grandes archotes de certificados honoríficos, fornecidos por particulares, pois a experiência o tem demonstrado suficientemente que estes inúmeras vezes são obtidos ou mendigados por caminhos escusos, sendo alguns inclusive produzidos em fábrica própria²⁵⁷.

Não podemos deixar de mencionar que inúmeros soldados foram enviados para o Rio Grande do Sul, seja para lutar na Guerra da Cisplatina, seja para requerer a propriedade prometida no contrato após cumprimento da capitulação. Os desertores Günther e Sichtling relataram alguns casos de alemães que foram desincorporados e enviados para o Rio Grande do Sul. Por exemplo,

13. Friederich Uhlenfeldt está empregado no 3º Batalhão de Infantaria e já se tornou Sargento. Ele também secretaria o Sargento Major que é um alemão, cujo nome não pôde ser fornecido pelos depoentes. Por causa de sua tendência à bebida, também continuada no Brasil, encontra-se muitas vezes na cadeia ou, por causa de sua saúde debilitada, no hospital.

40. e 41. Joh. Guthoff esteve comigo, o Sichtling, na 6ª Companhia do 2º Batalhão de Granadeiros, e ainda se encontrava lá, quando deixamos o Brasil. Por causa de sua frequente bebedeira obteve diversas vezes castigos no Regimento, especialmente cadeia, mas também chibata²⁵⁸.

No que tange aos colonos, verificamos a partir do relatório que apesar de um número considerável de preguiçosos e bêbados²⁵⁹, as demais pessoas vivem satisfeitas e felizes, visto

²⁵⁷ Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: *Ibid*, fl. 117 e 118.

²⁵⁸ Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁵⁹ Hanfft relatou fato interessante acerca dos colonos de Nova Friburgo. No momento de sua chegada, o governo estava realizando o pagamento dos subsídios aos alemães. No entanto, ocorreu uma confusão envolvendo de um lado alemães que queriam receber o seu crédito e de outro, aqueles que se sentiam “logrados”. Os colonos “trocaram-se aqui e ali alguns socos, por fim uniram-se e foram até um botequim (denominado de Venda), onde as últimas diferenças foram acertadas na bebida. Os beberrões batiam uns nos outros e até mesmo uma mulher em adiantada gravidez participava ativamente disso, puxava valentemente os cabelos do adversário de seu marido, mas recebeu um pontapé na perna e, então, o berreiro não teve fim. O comissário de polícia não conseguiu restabelecer a paz e teve que se afastar para não apanhar. No dia seguinte, disse às pessoas, que se tal tivesse acontecido na querida pátria, o alcaide tê-los-ia deixado roxos e posto na cadeia e que caso fosse eu o seu juiz, condenaria a todos que se embebedassem a dias e semanas na construção de estradas. Eles riram e disseram

que só as pessoas “moralmente boas” têm vontade de trabalhar e conseguem produzir para seu sustento, conforme afirma Hanfft.

Mesmo assim, encontrei as diligentes e bravas pessoas muito abastadas e satisfeitas. Sentiam-se felizes, tinham casas confortáveis, bom gado, alguns inclusive negros e não desejavam abandonar a nova querência, ainda mais que o governo já havia dado a conhecer há anos que quem julgasse não haver recebido terra boa ou em quantidade insuficiente, deveria escolher outra ou em outra localidade, razão pela qual diversas pessoas possuem a melhor terra, de modo que filhos e netos serão incapazes de cultivá-la toda²⁶⁰.

As informações do excerto acima se referem exclusivamente à única colônia alemã visitada por Hanfft: Nova Friburgo²⁶¹. Sobre a colônia do Rio Grande do Sul, obtive algumas informações, sobretudo a partir da conversa com alguns colonos que na ocasião se encontravam no Rio de Janeiro. “Eles estavam muito satisfeitos com a sua situação, mas também fizeram muitas queixas em relação a seus próprios compatriotas”²⁶², pois o “mau” comportamento deveu-se majoritariamente à origem dos alemães, a muitos dos quais “foram retirados os grilhões”²⁶³.

Destacamos, pois, que o motivo dos conflitos no Rio Grande do Sul - e provavelmente em outras colônias – era decorrente do não cumprimento das promessas, conforme apontou Tramontini. O § 6 do contrato, assegurava, por exemplo: uma propriedade de acordo com o tamanho da família; uma casa; lavoura; sementes; víveres por 18 meses; não pagamento de

que no Brasil não era assim”. Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 119-120. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁶⁰ Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: Ibid, fl. 118.

²⁶¹ “Escolhi aquela [colônia] fundada há cerca de 6 anos por 100 famílias provenientes da Suíça, Moquo Marde [Morro Queimado], denominada Neufreyburg (Nova Friburgo), [...] Essa colônia tem o estigma de ter o pior solo e, por isso, é especialmente mal-afamada”. Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: Ibid, fl. 118.

²⁶² Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 120. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁶³ “Não tenho queixas a fazer sobre essas pessoas durante a viagem, mas mal haviam desembarcado e vendo-se liberadas do rígido controle não faltaram furtos, bebedeiras, etc. e como antes da viagem se casara diversos no presídio com mulheres que sendo infanticidas, zinhas libertinas e especialmente rapaces, que não podiam deixar deitado o que não estivesse pregado com grande prego, recebi logo nos primeiros dias notícias, as quais nem sequer ousa mencionar”. Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: fl. 121.

impostos por 8 anos e o inciso oito do mesmo artigo, garantia que “todos os objetos mencionados [...] permanecerão para sempre livre propriedade dos colonos”²⁶⁴. É lícito destacar que os imigrantes alemães não foram plenamente atendidos no que tange aos subsídios, propriedade, etc, assim como os soldados. Em decorrência deste e de outros acontecimentos e dos diversos relatórios enviados para o Grão Ducado de Mecklenburg Schwerin, o Grão Duque e o Imperador D. Pedro decidiram romper o contrato.

O relatório foi endereçado ao Grão Duque Friedrich Franz, em 28 de junho de 1826, “após haver estado já há dois meses no Brasil”²⁶⁵, pelo Coronel do Império do Brasil, junto aos Granadeiros Alemães de Primeira Linha, Hanfft. Durante esses dois meses, Hanfft observou tudo “com olhar atento e totalmente imparcial”, ouviu louvores e críticas²⁶⁶, uma vez que o objetivo era

servir o grande Monarca, cujo modo de agir e cujas grandes qualidades de Regente me haviam arrancado amor e respeito, e considero-o a maior ventura de minha vida poder alegrar-me e vangloriar-me de ter granjeado a grande confiança e a mais alta benevolência de meu magnânimo Imperador e Senhor, que por Sua altíssima espontaneidade me chamou para servi-lo, do que procurarei mostrar-me digno através de fiel cumprimento das ordens e incumbências que me forem graciosamente dadas, com zelo e a aplicação de todas as minhas forças²⁶⁷.

Carlos Henrique Hunsche, em sua primeira obra genealógica, lembra o leitor da existência do relatório produzido por Hanfft, além do conteúdo do mesmo, porém não analisou de fato essa fonte, talvez por estar sob a guarda do Arquivo Nacional de Schwerin. Segundo Hunsche, “Hanfft não só descreve, genericamente, a sorte dos mecklenburgueses, mas relata também, como eram os costumes nos batalhões do Corps d’Etrangers no Rio de

²⁶⁴ Contrato celebrado entre a Comissão dirigente da Casa de Trabalho Rural de Güstow e Schaeffer. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 7. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁶⁵ Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 122. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁶⁶ Ibid, fl. 122.

²⁶⁷ Relatório do Capitão Hanfft dirigido ao Grão-Duque em 28/06/1826. In: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 122. Tradução de Martin Norberto Dreher.

Janeiro e como se vivia na Colônia de Nova Friburgo, também por ele visitada”²⁶⁸. Além disso, foi o Coronel Hanfft “quem transmitiu ao Grão Duque de Mecklenburg a decisão que Monsenhor Miranda, no Rio de Janeiro, lhe havia comunicado: o Brasil não desejava mais receber deportados”²⁶⁹.

De fato, após o terceiro transporte de prisioneiros mecklenburgueses, o acordo entre o Grão-Ducado e o Brasil foi definitivamente encerrado. Os ofícios, relatórios e outros documentos estão a apontar para um estado formalista, detalhista e preocupado com os seus ex-súditos. Para o historiador, a minúcia dos fatos permite levantar informações até então silenciadas pela historiografia como veremos a seguir.

3.3 “As âncoras foram levantadas e os emigrantes deixaram” o Grão Ducado de Mecklenburg-Schwerin: travessia do Oceano Atlântico

*O navio balouçava-se brandamente sôbre a superfície liquida, trémula e oscilante, as estrelas faziam-nos signaes de amizade, assimilhando-se aos consolos ministrados pela religião na noite escura da vida. Este espectáculo de paz e solennidade envolvendo o grande todo dispõe o espírito à devoção despertando o pensamento, de que sómente um ser bom pode ter creado um tão magnífico edificio, acalmando e consolando o coração ferido e abandonado [sic]*²⁷⁰.

Às cinco horas da tarde, do dia 27 de junho, após um trajeto “tumultuoso”²⁷¹, os prisioneiros da Casa de Correção Rural de Güstrow e Rostock chegaram ao porto de Hamburgo, junto a Blankenese. Na ocasião, o Major Schaeffer já se encontrava a bordo do navio brasileiro com intuito de acompanhar o embarque dos mecklenburgueses. “Sob um ‘Viva’ de parte do navio americano, os navios de transporte atracaram no navio maior e todos

²⁶⁸ HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 70.

²⁶⁹ Ibid, p. 70-71.

²⁷⁰ BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I*. Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. da Casa Garraux, 1929, p. 18.

²⁷¹ Conforme documentação, o primeiro transporte de apenados foi “tumultuoso”, pois, como já destacamos anteriormente, ocorreu a evasão de um mecklenburguês, que foi recapturado antes do embarque no navio brasileiro.

os colonos de imediato foram embarcados, na presença do Conselheiro de Legação Mecklenburg e do Inspetor Ladwig, o que aconteceu com calma”²⁷².

Analisaremos aqui o diário de bordo produzido pelo soldado Tessmann²⁷³, transportado no navio Georg Friedrich juntamente com “os trabalhadores sem pátria da Casa de Trabalho Rural de Güstrow”²⁷⁴, através do qual registrou diariamente todos os acontecimentos. Sabemos que o território brasileiro recebeu inúmeros emigrantes, num número mais expressivo a partir do século XIX. Apesar da emigração de diferentes grupos étnicos e em diferentes períodos históricos para o Brasil, alguns aspectos comuns podem ser verificados, quando o assunto se refere à travessia do Oceano Atlântico.

Em primeiro lugar, cabe destacar que a maioria dos navios não apresentava condições adequadas - os veleiros eram pequenos e pareciam cascas de noz, de 100 a 200 toneladas; proliferavam doenças e epidemias; além de pouca alimentação - para transportar a “carga humana”²⁷⁵. Dreher lembra que somente a partir de 1842 foi aprovada pela Prússia uma lei que estabelecia normas para transportar passageiros nas embarcações.

Estabeleceu-se como deveria ser o convés intermediário, também designado de entreponte, onde eram transportados os passageiros da terceira classe. Foi definida a quantidade de alimentos que deveriam ser transportados per capita e estabelecidas normas de comportamento para o capitão e os marujos em relação aos emigrantes. [...] A tripulação e os passageiros eram rigorosamente separados²⁷⁶.

A bordo dos navios alguns emigrantes eram agredidos com palavrões, injustiças, além de outros tipos de maus tratos menores pelos marinheiros, oficiais ou capitão. Obviamente o

²⁷² Relatório-geral para o mês de junho de 1824, referente ao transporte dos moradores da Casa de Trabalho Rural que emigraram ao Brasil, para Hamburgo. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend. fl. 60. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁷³ Tessmann nasceu em Dömitz e no Brasil tornou-se sub-oficial na 3ª Companhia do Regimento de Caçadores alemães do Imperador do Brasil. Tessmann iniciou a escrita do diário no dia 26 de junho (sábado) quando partiu de Altona, na Dinamarca, para o Brasil, onde chegou no dia 11 de outubro, segunda-feira. Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido P.M., em 20 de março de 1828. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁷⁴ Diário da viagem para o Brasil. In: *Ibid*, fl. 64.

²⁷⁵ GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto e FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alema no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008, p.10.

²⁷⁶ *Ibid*, , p.10

abuso de violência física foi recorrente e comum em relação ao sexo feminino. Além dos maus tratos, comumente proliferavam a bordo dos navios doenças ou epidemias como tifo, cólera, crupe. “Entre 1892 e 1895, [...], um médico sanitaria ordenou o envenenamento das crianças de um navio para evitar o contágio dos demais passageiros, pois haviam sido constatados alguns casos de crupe”²⁷⁷.

Antes da emigração dos mecklenburgueses, em julho de 1824, no navio *Germânia*²⁷⁸ que havia partido do porto de Hamburgo, com emigrantes hamburgueses, eclodiu uma revolta. Carlos Henrique Hunsche pondera que entre os passageiros do navio havia um médico hamburguês chamado de João Daniel Hillebrand - mais tarde diretor da colônia de São Leopoldo e legalista na Guerra dos Farrapos -, o primeiro pastor evangélico de São Leopoldo, João Jorge Ehlers, além de “um bom número de marginais entre os soldados angariados”²⁷⁹. Continua o autor informando que foram estes últimos, acusados de planejar incendiar o barco no momento em que estava ancorado em Glückstadt, no rio Elba - norte de Hamburgo.

O comandante desta tumultuosa soldadesca e simultaneamente o chefe e o chefe de transporte, instituído pelo Major Schaeffer, foi o Tenente von Kiesewetter, natural de Mecklenburgo, um militar ríspido, que não gozava da simpatia da tropa. Durante a travessia, houve muita discussão e, até mesmo, insultos e injúrias, sob o efeito de grandes doses de aguardente. Os soldados queixavam-se da comida, do tratamento demasiado severo e queriam ser livres como os colonos que, tendo eles mesmos pago suas passagens, eram melhor tratados²⁸⁰.

²⁷⁷ GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto e FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008, p.10.

²⁷⁸ “O navio, em que sucedeu essa execução, chamava-se *Germânia*, um veleiro hamburguês, de três mastros, que navegava sob o comando do experimentado Capitão Hans Voss. Levava no seu avultado bojo uma leva considerável de 124 colonos, inclusive mulheres e crianças, que se destinavam a uma nova colônia de alemães no sul do Brasil, onde o jovem Governo Imperial lhes daria terras, ferramentas, sementes e animais domésticos” (HUNSCHE, 1975, p. 26). O contrato de fretamento foi realizado em 28 de abril de 1824, medindo mais ou menos 130 lastros comerciais, sendo esta uma medida geométrica utilizada basicamente para calcular o porte e o frete de um navio. “Os 130 lastros do ‘*Germânia*’ correspondiam, portanto, a 367,12 m³. Matematicamente, estes 367 m³ eram um cubo de pouco mais de 7 x 7 x 7 metros, o que representava uma verdadeira ‘casca de noz’. E neste pequeno recipiente, perdido durante cem dias na imensidade do Atlântico, vivia um amontoado turbulento de mais de 300 pessoas, cada uma com suas desgraças e esperanças, seus rancores e seus amores” HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 38.

²⁷⁹ Ibid, p.27.

²⁸⁰ Ibid, p.27-28.

Destacamos anteriormente que havia uma separação entre tripulantes e passageiros e entre os próprios passageiros - geralmente aqueles passageiros que não haviam pago as suas passagens eram transportados na 3ª classe - que sempre deveria ser cumprida. “Na primavera e no verão, o despertar acontecia, às 6 horas, no outono e no inverno às 7 horas”²⁸¹. No que tange à alimentação, Dreher enfatiza que esta sempre foi uma questão problemática nas emigrações, seja de alemães, italianos, africanos, etc. “A comida transportada deveria ser calculada para um período de 90 dias. Os alimentos transportados consistiam de toucinho, batatas, chucrute, grãos e pão duro. Pela manhã e à noite havia café e chá”²⁸². Além disso, “as refeições e o fornecimento de água potável aconteciam em horários fixos: Pela manhã entre 8 e 9 horas, ao meio-dia à uma hora, à noite às 18 horas”²⁸³.

O descontentamento dos soldados hamburgueses a bordo do navio *Germânia* era geral (na historiografia, comumente este incidente foi associado aos mecklenburgueses). O objetivo dos revoltosos era “liquidar os dirigentes do barco, jogando-os ao mar para apoderar-se do navio e dirigir-se a um porto espanhol”²⁸⁴. Hunsche destaca ainda que numa noite tempestuosa de sexta-feira, dia 2 de julho de 1824, no Golfo de Biscaia, o plano de organizar um motim foi descoberto pelos dirigentes do barco, que imediatamente colocaram ordem no navio prendendo os revoltosos durante a noite e o dia seguinte, num quarto. Após esse episódio, foi reunida uma comissão responsável pelo interrogatório dos envolvidos. No fim deste, foram condenados como culpados, receberam 50 chicotadas cada um e continuaram trancados num quarto que serviu de cadeia.

No entanto, entre 4 e 5 de julho, os presos (hamburgueses) tentaram novamente realizar seu plano de “liquidar” a comissão dirigente do navio *Germânia*. Contudo o plano fracassou, sendo os revoltosos novamente presos. Diante de tal situação, nova comissão foi organizada. Essa comissão foi composta por um capitão, um timoneiro-mor, um guarda, um tenente, um médico e um colono - chefe de família -, sentenciaram os revoltosos ora surrados, à morte por fuzilamento.

Hunsche descreveu que os hamburgueses revoltosos foram sentenciados ainda a bordo do navio *Germânia*:

²⁸¹ GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto e FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008, p. 10.

²⁸² Ibid, p. 10.

²⁸³ Ibid, p. 10.

²⁸⁴ HUNSCHKE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 28.

‘Tendo sido encerrados os interrogatórios, nos quais os rebeldes confessaram os seus crimes, e depois de ouvida a opinião de todos os demais e tendo-se ainda tomado em consideração o artigo 9 do regulamento, recebido do Major von Schaeffer, todos aqui presentes, a comissão e os passageiros, votamos pela morte dos rebeldes, opinando que, se continuassem com vida, não haveria segurança para o pessoal do navio. Depois de deliberação minuciosa por parte de todos os presentes, foram sentenciados à morte mediante fuzilamento, com prévio indulto para Winnig, Grönland e Jess, que não haviam participado da revolta. Em nome da Lei. Dado a bordo do navio *Germânia*, aos cinco de julho de 1924, 8° 40’ de Latitude e 19° 12’ de Longitude, às 11 horas da manhã. A comissão (assinaturas) Hans Voss, capitão; Franz Helmholz, timoneiro-mor; F. I. Heinrici, guarda; von Kiese Wetter, tenente; J. D. Hillebrand, médico; J. W. Weinmann’. (Seguem ainda 55 assinaturas de passageiros.)²⁸⁵.

Alguns autores e viajantes afirmaram que tal incidente deu-se exclusivamente porque o navio *Germânia* transportava marginais – na realidade, havia muitos prisioneiros de Hamburgo. Não podemos precisar de fato quais foram os motivos da revolta, mas constatamos em outras deportações - Seidler, passageiro do navio *Carolina*; Bösche, passageiro do navio *Wilhelmine*; Tessmann, passageiro do navio *Georg Friedrich* - somente pequenos delitos e alguns desentendimentos entre os passageiros. Após a longa exposição acerca das condições de transporte, voltamos a analisar especificamente o diário de bordo produzido por um emigrante transportado para o Brasil na primeira deportação de mecklenburgueses. Em 4 de janeiro de 1825, o Grão-Duque de Mecklenburg-Schwerin recebeu correspondência do Major von Schaeffer, com comunicado acerca da “feliz chegada ao Rio de Janeiro do navio *Georg Friedrich*”²⁸⁶ e de que “a viagem transcorreu muito bem” e “as pessoas foram lá muito bem recebidas” pessoalmente pelo Imperador, o príncipe-regente, e sua esposa²⁸⁷ (diferentemente do que relatamos anteriormente, acerca da tumultuada travessia dos hamburgueses). Ao comparar com a travessia do *Germânia* relatada por Hunsche, Bösche, Seidler, concordamos com o Conde, visto que só alguns desentendimentos e pequenos delitos foram registrados por Tessmann ao longo dos 72 dias de travessia.

²⁸⁵ HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975, p. 30.

²⁸⁶ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque, em 9 julho de 1825. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin. MLHA Schwerin Kabinett I – VOL. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 63. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁸⁷ Ofício do Conde von der Osten-Sacken dirigido ao Grão-Duque, em 9 julho de 1825. In: *Ibid*, fl. 64-65.

O Conde von der Osten-Sacken, em correspondência de 20 de março de 1828, pondera que o diário deveria ser anexado aos autos da Casa de Correção Rural de Güstrow, por se tratar de uma “fonte segura” acerca dos acontecimentos ocorridos diariamente a bordo do navio Georg Friedrich, pelo mecklenburguês Tessmann que se encontrava no mesmo navio – embarcou em Altona e desembarcou no Brasil. Continua o Conde destacando que o diário é uma importante fonte

para todos aqueles que se interessam por nossos emigrantes mecklenburgueses ao Brasil: pois dá a comprovação segura: de que não passaram necessidades, que houve ordem no navio, que em nenhuma parte tiveram acidente e que apesar do quase que contínuo vento contrário, puderam fazer essa feliz viagem da saída do Elba até o porto do Rio de Janeiro – em 72 dias²⁸⁸.

Ao analisar o diário, constatamos a recorrência de informações e registros acerca do trajeto percorrido, do tempo e clima, das doenças e mortes de emigrantes, bem como sobre algumas brigas e desentendimentos ocorridos a bordo do navio. Em face disso, objetivamos analisar as informações sobre as condições climáticas e algumas brigas ou desentendimentos descritos na fonte, cruzando-as com os relatos de viajantes.

3.3.1 Entre tempestades e ventos favoráveis: verão de 1824

No mar e de noite, um temporal sempre é algo de imponente²⁸⁹.

No verão de 1824, embarcaram no navio Georg Friedrich, os prisioneiros das Casas de Correção de Güstrow e Rostock com destino ao jovem Império brasileiro. Conforme Tessmann, os 72 dias de travessia transcorreram sob ventos favoráveis e tempestades, sendo que o clima frio e o vento oeste foram constantes. Sexta feira, dia 23 de julho, “velejamos a

²⁸⁸ Diário da viagem para o Brasil. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 66-68. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁸⁹ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil*. Senado Federal, 2003, p. 35.

partir de Freyburg, com tempo ruim não avançamos mais de duas milhas”. No dia seguinte, “a âncora foi novamente içada cedo e velejamos com vento bom, passando por Kuxhafen às 10 ½ horas da manhã, com Viva e música a pleno vapor, formada por um tambor e duas trompas”²⁹⁰.

O viajante Theodor Bösche pondera que as “horríveis tempestades” assustavam a tripulação à noite. Entretanto registrou que numa noite a tempestade foi tão violenta que diversos navios naufragaram. Em relação à travessia do Georg Friedrich, Tessmann, descreve que entre a noite de 31 e 1º de agosto “tivemos o primeiro temporal, quando choveu muito e trovão e raio, bem como forte vento, durante o dia vento bastante favorável”²⁹¹. Já o segundo temporal ocorreu no dia 9 de outubro, portanto dois dias antes de aportar no Rio de Janeiro, quando “entre 8 e 9 horas da noite tivemos tempestade que perdurou até às 8 horas da manhã” e em decorrência desta tiveram que se afastar da costa, para não correr nenhum tipo de perigo. Um emigrante a bordo do navio Olbers²⁹², no entanto, relata que “não tivemos que enfrentar temporais assustadores”²⁹³, e durante quatorze semanas não viu outra coisa além do céu e água.

Já o viajante Carl Seidler, passageiro do trimastre Carolina, relata que

A tempestade enfurecia-se cada vez mais, porém não era inconstante, e o tempo não mudava de cor; mas a sua cor era melancólica, peculiar ao inverno e às nuvens de neve quando pela primeira vez no ano vão descer com geada e gelo. [...] Finalmente, calaram-se os tubos sonoros dos órgãos da natureza, como não extenuados. Durante oito dias só vimos o sol, como em uma câmara escura, embarcado e em raios. O furacão recuperou as forças e tornou a moer a sua velha melodia predileta, que a todos nos tirava as

²⁹⁰ Diário da viagem para o Brasil. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 69. Tradução de Martin Norberto Dreher.

²⁹¹ BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I.* Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. da Casa Garraux, 1929, p 70-71.

²⁹² Era um veleiro de três mastros, com capacidade de transportar 874 passageiros, chegando ao Brasil em 1828. Durante a sua viagem faleceram 47 pessoas, mas ao mesmo tempo nasceram 47 crianças. Tanto Amstad quanto Hunsche destacam a importância do elemento humano que formava o contingente dos imigrantes desse navio. De fato, entre os imigrantes, encontramos sobrenomes como: Lorscheider, Rambo, Franzen, Selbach, Colling. Dos Lorscheider e Rambo vão surgir nomes de destaque para o catolicismo imigrante, “viajaram também os primeiros comerciantes da nova picada, Colling e Franzen, além das famílias de colonos” (VERBAND DEUTSCHER VEREINE. *Cem anos de Germanidade no Rio Grande do Sul 1824-1924.* Tradução de Arthur Blasio Rambo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1999, p. 77). O que é menos destacado é que neste mesmo navio vieram imigrantes de Niederlinxweiler, mais tarde integrantes do movimento Mucker.

²⁹³ GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto e FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: Recortes.* São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008, p. 11.

vistas e o ouvido. Era uma dança divertida; a água do mar alcançava o cesto da gávea e os marinheiros agarravam-se aos cabos para não serem arrastados às ondas²⁹⁴.

Além das tempestades registradas por Tessmann e, recorrentes em outras travessias como vimos através do relato dos viajantes, os demais dias caracterizaram-se ora por tempo ruim e ventos contrários, ora por tempo bom e ventos favoráveis - até o Rio de Janeiro. Dito de outra forma, comparando-a com a travessia do navio *Germânia*, concordamos com o Conde von der Osten-Sacken quando enfatiza que a viagem transcorreu bem, sem revoltas e execuções.

3.3.2 A “tragi-comédia”²⁹⁵ no navio *Georg Friedrich*

*A todas as horas mesmo, num espaço tão limitado, com um navio[Georg Friedrich] onde vinham [144] pessoas. O palco do Theatro nunca estava vazio, e os papeis eram representados por um numero excessivo de actores e de actrizes [sic]*²⁹⁶.

Ao analisar o diário produzido por Tessmann, concordamos com o excerto acima, de que delitos e desentendimentos fizeram parte do dia a dia dos passageiros do navio *Georg Friedrich*. Cabe destacar que os acontecimentos registrados no diário podem ser classificados como pequenos delitos, isto é, não verificamos rebelião e/ ou assassinato de emigrantes, conforme relatado anteriormente no caso do navio *Germânia*.

Em carta, originalmente publicada por Paul Fräger, reeditada por Theodor Amstad e traduzida por Martin Dreher, um imigrante destaca que no *Olbers*, um navio de três mastros que transportava além do capitão e marinheiros, mais 875 imigrantes, ocorreu um desentendimento entre o capitão e os passageiros. Conforme o emigrante, “quando nos

²⁹⁴ SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil*. Senado Federal, 2003, p. 36.

²⁹⁵ Expressão utilizada pelo viajante e autor Theodor Bösche para definir os acontecimentos vivenciados a bordo do navio *Germânia* é recorrente em outras deportações. BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I*. Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. da Casa Garraux, 1929, p. 13.

²⁹⁶ *Ibid*, p.13.

encontrávamos próximo ao Equador, onde o calor atinge seu máximo, recebemos só pouca água que, além disso, ainda era de má qualidade, de modo que muitos adoeceram”. Entretanto, diante tal acontecimento, a comissão eleita pelos emigrantes expôs ao capitão do navio as dificuldades enfrentadas, sendo que o mesmo “enraiveceu e mandou instalar um canhão em frente a seu camarote para amedrontar-nos. Como, porém, não nos intimidássemos, o capitão acabou cedendo e nós recebemos água de melhor qualidade”²⁹⁷. Constatamos nesse exemplo que tanto o alimento²⁹⁸ quanto a bebida (água e aguardente) não podiam ser desperdiçados pelos passageiros ou capitão e marinheiros, uma vez que os alimentos transportados deveriam ser suficientes até à nova pátria. Geralmente, a comida transportada nos navios era calculada para um período de três meses, e portanto, deveria ser moderadamente consumida. Em relação aos passageiros do navio Georg Friedrich, podemos citar alguns exemplos

o alfaiate Rohde recebeu cadeia por causa de manteiga que derramou sobre seu camarada²⁹⁹.

O primeiro sub-oficial Blanck foi degradado no dia de hoje a soldado raso pelo motivo de haver enganado os soldados rasos no tocante à cachaça e ter, com isso, se embebedado, e dado início a barulheira, com o que teve cadeia durante a noite, na qual ele próprio era sentinela e foi preso³⁰⁰.

Tivemos um incidente, uma mulher mais jovem recebeu mais de 70 bordoadas pelo fato de não querer confessar com quem negociara para

²⁹⁷ GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto e FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008, p.11.

²⁹⁸ Tessmann registrou que no dia 23 de agosto, na “região da África”, ganharam uma cachaça e no dia 5 de setembro pescaram um peixe (Diário da viagem para o Brasil, fl. 77 e 82). No seu relato de viagem, Seidler descreve que o mar é “como uma boa dona de casa”. E do mar também “apanharam” ao todo seis “peixes mamíferos” para alimentar os passageiros (SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil*. Senado Federal, 2003, p.40). Além do alimento enviado pelo governo alemão, os passageiros dispunham da oportunidade de pescar peixe, ganhar alimentos nos locais de parada ou ainda comprar. No entanto, no dia 26 de julho, enquanto o navio atracou em Kuxhafen, o alfaiate Barklee, com a permissão do comandante do navio, recebeu de inúmeras pessoas dinheiro para comprar “alguma coisa”, mas o alfaiate aproveitou a oportunidade para fugir com o dinheiro. Diário da viagem para o Brasil. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 70.

²⁹⁹ Diário da viagem para o Brasil. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 71. Os emigrantes presos no navio passavam os dias somente “a pão e água”. No diário, Tessmann registrou inúmeros casos de prisão, seja por mau comportamento, desperdício de alimento, brigas, furtos ou por roncar.

³⁰⁰ Diário da viagem para o Brasil. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 74. Tradução de Martin Norberto Dreher.

conseguir bolsa de vinho e soporífero que pretendia dar a seu marido, o que, contudo, foi denunciado pelo sapateiro Klinge³⁰¹.

Nada demais aconteceu, além de o caçador Richer ter sido preso por causa de seu mau comportamento ao beber água, da 3ª Companhia, e também Spiegel da 1ª Companhia também por causa de mau comportamento ao beber água³⁰².

Um enfermeiro de nome Zettow pegou 50 bordoadas no traseiro porque bebeu toda a cachaça dos doentes e ele ficou bêbado e roncou. Também o enfermeiro Lemann da 3ª Com. recebeu 30 bordoadas no traseiro por causa da mesma cachaça; foi suspenso de imediato de seu serviço e teve que ingressar na Companhia³⁰³.

Hoje ao meio dia, Waldmann da 2ª Companhia recebeu 30 bordoadas no traseiro, por haver jogado nos olhos do guarda da 3ª Companhia uma colher cheia de ervilhas quentes; o sargento Küster pegou cadeia pelo mesmo motivo³⁰⁴.

Através dos exemplos destacados acima, fica evidente a importância do alimento transportado e principalmente o racionamento do mesmo, pois deveria suprir a necessidade dos passageiros até o local de destino. O não cumprimento das ordens estabelecidas implicava em algumas penalidades - prisão, bordoadas ou pranchadas. O cirurgião Schütz, por exemplo, foi preso por três dias porque se embebedou e discutiu com o seu ajudante³⁰⁵. O passageiro Horn “teve que prestar uma sentinela de castigo” porque faltou “à cortesia em relação a seu sargento”³⁰⁶. Outro exemplo é o caso do caçador Gebert que foi preso “por roncar durante a guarda”³⁰⁷.

Casos de brigas entre casais também foram registrados. Nem todas as uniões matrimoniais realizadas na Casa de Correção foram duradouras. Algumas separações ocorreram ainda ao longo da travessia, outras(os) enviuvaram. Alguns imigrantes venderam as suas esposas na nova pátria. As mulheres viúvas buscavam imediatamente um novo parceiro, pois somente as famílias e/ou casais receberiam um lote de terra. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a mulher do falecido Drews que “já estava disposta a casar com um outro de

³⁰¹ Diário da viagem para o Brasil. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin Mlha Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 75. Tradução de Martin Norberto Dreher.

³⁰² Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 76.

³⁰³ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 82.

³⁰⁴ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 85.

³⁰⁵ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 68.

³⁰⁶ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 73.

³⁰⁷ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 75.

nome Ortmann. Os dois foram repreendidos pelo comandante com bordoadas no traseiro, caso não deixassem de lado a relação no navio³⁰⁸.

Martin Dreher lembra que durante as travessias não eram raros os casos de óbitos, seja por doença, epidemia ou imprudência. Diferentemente do navio Olberz, onde morreram cinquenta pessoas, no navio de três mastros Georg Friedrich só cinco pessoas foram a óbito.

Pela manhã [31 de agosto], cedo, às 6 horas tivemos o primeiro morto no navio e já às 8 horas da manhã foi sepultado no mar. O nome do falecido: Drews, casado, de Rostock, profissão marinheiro, o qual deixou uma esposa e uma criança³⁰⁹.

Hoje cedo [1 de setembro], meia hora para as três, o oficial de sapateiro Berg, de Copenhague, que por muito tempo sofreu da varíola e morreu, hoje cedo também foi logo jogado ao mar³¹⁰.

Hoje [14 de setembro] tivemos o 3º morto, de nome Wolf. Meckl³¹¹.

Hoje à tarde [21 de setembro] tivemos um morto por paroxismo febril, de nome Emmerich C'ordet, da 1ª Companhia, nascido em Stade, cerca de 18 ou 19 anos, que ainda deixou um irmão no navio, Pasementir seu irmão, bem como toda a tropa lamentam-no de coração³¹².

À noite [27 de setembro] morreu um da 3ª Companhia de nome Willebeckel, de Hamburgo, profissão impressor, de bexigas³¹³.

Em relação a acidentes e doenças, destacamos que

[no dia 29 de julho] a esposa de um colono de nome Jacobs teve uma ferida na cabeça, por imprudência. Um martelo caiu através do respiradouro e sobre a cabeça da mulher que se encontrava em seu camarote almoçando. Ainda temos alguns doentes, mas nenhum é perigoso³¹⁴.

Tive [Tessmann] erupção de cor vermelho-sangue, mas o doutor ainda não sabe do que se trata. Um da 1ª Companhia de nome Kleinhaker, ganhou cadeia quando bebia água³¹⁵.

³⁰⁸ Diário da viagem para o Brasil. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin Mha Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 82. Tradução de Martin Norberto Dreher..

³⁰⁹ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 79-80.

³¹⁰ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 80.

³¹¹ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 84.

³¹² Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 85-86.

³¹³ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 88.

³¹⁴ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 71.

³¹⁵ Diário da viagem para o Brasil. In: Ibid, fl. 78.

Outros tantos exemplos poderiam ser citados aqui, no entanto buscamos apresentar alguns fatos de maior relevância ocorridos ao longo da travessia do Oceano Atlântico, uma vez que atores e atrizes recorrentemente roubavam a cena ao cometer delitos leves ou provocar desentendimentos, pois constatamos através da análise do diário de bordo que ainda no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin os passageiros foram bem recebidos e devidamente separados³¹⁶. Apesar de constante vento contrário, tempestades e desentendimentos, a viagem foi tranquila, se comparada à travessia do Germânia e a comida disponível aos passageiros foi considerada boa e suficiente para todos. Oito dias antes de chegar ao porto do Rio de Janeiro, foi comunicado aos passageiros que não estavam mais distantes da nova pátria, e que “nada deve ser mencionado a respeito dos castigos aplicados no navio; aquele que se sentir injustamente castigado deve manifestar-se ainda aqui”³¹⁷.

³¹⁶ De acordo com Martin Dreher, “os casados e família receberam um compartimento no deck superior; os solteiros foram alojados em grupos de cinco pessoas”. DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg*, p. 14 (no prelo).

³¹⁷ Diário da viagem para o Brasil. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin Mlha Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 89. Tradução de Martin Norberto Dreher.

4 EXCLUSÃO, CRIMINALIDADE E PRISÃO: PERFIL DOS PRISIONEIRO DE MECKLENBURG-SCHWERIN

4.1 Sistema carcerário no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin

*¡La policía debería evitar que esta gente estuviera en la calle: ofenden la vista de los ciudadanos decentes!*³¹⁸

No século XVIII, as estatísticas apontaram que cerca de 2% a 10% da população alemã era constituída por vagabundos. Porcentagem esta que tendia a aumentar nos momentos de crise, provocando o declínio social e econômico, majoritariamente, da classe pobre. Por conseguinte, a pobreza não foi igual em todas as épocas, uma vez que “siempre ha estado en relación con el desarrollo económico y social, y siempre se ha percebido de manera subjetiva”³¹⁹.

Para Martin Rheinheimer, as causas do empobrecimento da população devem-se a “la pérdida del sustentador, la enfermedad, algún accidente o la vejez [...] el crecimiento de la población”, além desses fatores, “las guerras, las bandas de mercenarios merodeadores y las epidemias contribuyeron lo suyo a impulsar el proceso de pauperización. El hambre era una amenaza constante para la mayoría de la población europea de la Edad Moderna”³²⁰. A consequência desse processo de pauperização foi a miséria social, a migração, o aumento de mendigos, de vagabundos e criminosos nos centros urbanos e, em última instância, a emigração – entendida como uma reação contra a decadência e empobrecimento.

O empobrecimento também podia levar os indivíduos a transgredir as normas sociais. Portanto, principalmente durante as crises de fome, aumentavam consideravelmente os delitos e os roubos. Delitos contra a propriedade, como por exemplo, furtar lenha, pequenos furtos de alimentos, ferramentas, roupas, produtos do campo e das hortas frequentemente levaram indivíduos à prisão.

³¹⁸ RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. XI.

³¹⁹ Ibid, p. 1.

³²⁰ Ibid, p. 5 e 7.

No sólo eran los que aparecían con mayor frecuencia en los expedientes judiciales, sino que también en las ordenanzas locales se amenazaba muchas veces con multas de cierta cuantía a los que cometieran este tipo de delitos. Era evidente que las comunidades aldeanas intentaban empezar por arreglar internamente tales acciones. Pero en tiempos de necesidad no estaban ya en condiciones de hacerlo, por lo que la autoridad judicial territorial tenía que adoptar medidas más severas frente a los robos³²¹.

Na Idade Média, primeiramente como instituição eclesiástica e, mais tarde como instituição municipal, os hospitais davam assistência aos indivíduos pobres. Na Idade Moderna, entretanto, ocorreu uma reorganização dessa instituição, na qual seu objetivo primordial era educar o infrator através do trabalho³²² – incluímos aqui os mendigos, vagabundos, sem pátria, criminosos. Os hospitais eram recintos com altas muralhas e, geralmente localizados distantes da cidade. Destinados aos “efermos, a los ancianos, los huérfanos, los epilépticos, los alienados, pobres, forasteros y presos”³²³, alguns eram obrigados a trabalhar na agricultura, na construção de fortificações, nas obras públicas e outros, contudo, em casas de comércio e artesanato.

La primera verdadera casa de trabajo o de corrección se estableció en 1553/55 en un antiguo palacio del rey de Inglaterra em Bridewell (Londres). De ahí se deriva el nombre de *bridewells* que se dio en Inglaterra e las *house of correction*. En Italia se establecieron casas parecidas a partir de la década de 1580. En los Países Bajos se abrió en 1595 una prisión en Ámsterdam a la que al año siguiente se le añadió una hilandería para mujeres. Ya a principios del siglo XVII se fueron organizando en las ciudades anseáticas alemanas de Bremen (1609/13), Lübeck (1613) y Hamburgo (1614/22), así como en Danzig (1629), establecimientos semejantes. En Francia se montaron los primeros grandes centros de trabajo para pobres en Lyon (1622), París (1656) y Burdeos (1659). En 1662 se decreto que cada ciudad tuviera um *hôpital général*³²⁴.

Como já foi dito anteriormente, a finalidade dessas instituições – casa de trabalho e

³²¹ RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 30.

³²² Nos Estados germânicos, só no final do século XVIII, as casas de reclusão se transformaram em estabelecimentos penitenciários.

³²³ RHEINHEIMER, op. cit., p. 89-90.

³²⁴ Ibid, p. 92-93.

correção – era combater a pobreza e a imoralidade através da educação pelo trabalho. Por exemplo, os “mendigos válidos para el trabajo debían ser detenidos, internados y reeducados [através] de reglamento y de la fijación de planes de vida diaria”³²⁵. A partir do século XVIII, surgiu no cenário europeu considerável número de penitenciárias e casas de correção. Os indivíduos, tanto homens quanto mulheres, deviam obedecer a um rigoroso regulamento institucional e como “bienvenida y como despedida recibían una cantidad establecida de azotes”³²⁶. Além disso, deviam entregar suas roupas na chegada, usar uniforme da instituição – mostrava a sua condição de criminoso e evitava a fuga do mesmo – e os homens deviam cortar os cabelos da cabeça.

Los internos no podían decidir en absoluto sobre la forma en que transcurría el día, y su tiempo estaba sometido a una estricta disciplina. Se les despertaba a los cuatro de la mañana y un cuarto de hora más tarde eran conducidos a las salas de trabajo. Allí tenían que trabajar 14 o 15 horas diarias. A los condenados por delitos graves se les reservaban los trabajos más duros, tales como raspar el palo de Brasil (utilizado para teñir). A las mujeres y a los huérfanos se los dedicaba a hilar. En el tiempo en que trabajaban tenían que asistir a oficiales divinos y horas de oración y de lectura de La Biblia. La educación consistía en un trabajo que los volvía insensibles y en el adoctrinamiento cristiano. Difícilmente se conseguía una mínima resocialización, puesto que quienes habían estado en prisión, cuando eran liberados, no sólo tenían el estigma de la reclusión, sino que carecían totalmente de integración social, de medios y de formación útil³²⁷.

Conforme excerto acima, a pesada carga horária, trabalhos diversos, educação e oração tinham a finalidade de ajudar a alma dos necessitados, bem como ser um “refuerzo moral”³²⁸. Dito de outra forma, a Casa propunha a “regeneração” através do valor do trabalho, ou seja, havia a necessidade extrema de converter o indivíduo ocioso e beberrão em um cidadão útil para a sociedade. Não podemos esquecer que a Casa também foi uma forma de proteger os “ciudadanos decentes” dos criminosos, mendigos, vagabundos, etc. Entretanto, comparando

³²⁵ RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 93-94.

³²⁶ Ibid, p. 94.

³²⁷ Ibid, p. 94-95.

³²⁸ A educação moral também era passada para os filhos das mães solteiras que encaminhadas a Casa de Correção. Enquanto que a mãe era obrigada a melhorar a sua via através do trabalho, os filhos eram encaminhados para os orfanatos. Neste local, as crianças eram introduzidas na cultura cristã, deviam aprender um ofício, com intuito de prevenir contra a ociosidade, bem como aprender que o trabalho serviria para sair da miséria.

as informações apresentadas até aqui e a documentação alemã constatamos que na prática o resultado foi contraditório, visto que as instalações prisionais do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin eram inadequadas para a reabilitação dos criminosos. Eram

infelizes delinquentes, que muitas vezes só se tornaram condenáveis porque sua educação foi negligenciada ou pela conjugação e entrelaçamento de situações infelizes – para cuja eliminação lhes faltava a força moral – que os tornaram criminosos – e que, portanto, sempre serão merecedores de nossa comiseração – com a mesma finalidade visitei e examinei minuciosamente muitas instituições – encontrei muitas instalações ruins, dentre as quais, no entanto, nenhuma tinha condições tão precárias como as de nossas penitenciárias pátrias em Dömitz. (...)

Grande participação nas instalações inadequadas tem a superpopulação das penitenciárias e por meio de um esvaziamento das mesmas não acontecerá apenas uma diminuição dos males, mas também haverá a melhor oportunidade de se obter aí melhores e mais apropriadas instalações³²⁹.

A casa de correção de Dömitz, além de apresentar precárias condições, enfrentava o problema da superpopulação, decorrente das transformações na Europa. A emigração traria benefícios para ambas as partes: economia na manutenção dos apenados, melhores condições para cumprir a pena e, sobretudo, aumentaria a segurança da população naquela localidade.

4.2 Crimes contra a propriedade e contra a vida: furtos, assassinatos, maus tratos

Antes de analisar o perfil dos prisioneiros que cometeram crimes *contra a propriedade e contra a vida* (total de 113 pessoas), é importante destacar o número total e a origem dos mecklenburgueses emigrados. Como já enfatizamos anteriormente, do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin seguiram para o Império Brasileiro, três levadas de mecklenburgueses. Analisando os autos do Arquivo Secreto de Schwerin acerca do recrutamento, contabilizamos um total de 329 prisioneiros. Jorge Luiz da Cunha, no entanto, apresenta em *O Rio Grande do Sul e a Colonização Alemã entre 1824 e 1830*, que “foram deportados ao todo 345 reclusos e

³²⁹ Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MIha Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl 1. Tradução de Martin Norberto Dreher.

apenados”³³⁰. Schröder também analisou a documentação alemã e chegou à mesma conclusão de Cunha. Ambos informam que “a 23 de junho de 1824, saíram da Casa de Correção de Güstrow 77 homens, 23 mulheres e 33 crianças, de Rostock 30 pessoas para o Brasil”³³¹. Nos autos por nós analisados, encontramos informações acerca de onze pessoas deportadas de Rostock³³². Segundo Schröder, Rostock enviou no mesmo navio³³³, trinta pessoas para o Brasil, informando o governo somente em 27 de julho, sendo que o navio chegou ao Rio de Janeiro a 11 de outubro. Essa diferença talvez possa ser explicada pelo fato do governo não ter sido informado antes da embarcação e/ ou talvez pela falta de fonte, na qual conste a relação dos prisioneiros de Rostock.

Dentre os 329 prisioneiros emigrados, verificamos (conforme gráfico 1) que 135 pessoas saíram da Casa de Correção de Dömitz, totalizando 41%. Uma parcela muito pequena, 10 prisioneiros (3%) são originários da Prisão Criminal de Bützow, 11 prisioneiros (3%) são provenientes de Rostock e 53% dos prisioneiros foram recrutados da Casa de Correção Rural de Güstrow. Ao analisar a origem dos prisioneiros, partimos do pressuposto de que se tratava principalmente de indivíduos excluídos. Eram vagabundos, vadios ou ainda indivíduos que se recusavam a trabalhar nas fábricas. Nesse sentido, para combater a ociosidade, ensinar a valorização da concepção do trabalho, inibir a prática do crime,

³³⁰ CUNHA, Jorge Luiz da. O Rio Grande do Sul e a colonização alemã entre 1824 e 1830. In: QUEVEDO, Júlio (org). *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999, p. 212.

³³¹ SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo e Porto Alegre: EDIPUCRS e UNISINOS, 2003, p. 62-63.

³³² Em relação à deportação de pessoas de Rostock, em 22 de julho de 1824, o Burgomestre e Conselho da Cidade de Rostock, enviaram ao Major von Schaeffer a relação das pessoas que optaram pela emigração. “1) Joachim Fürfitz, daqui, 25 anos de idade, outrora tambor, expulso por furto, e já condenado duas vezes com cadeia por furtos posteriores. 2) Buchtien ou Benthien, daqui, 30 e poucos anos, diarista daqui. Um vagabundo e bebedor, e já esteve por mais tempo na Casa de Trabalho Rural. 3) Altzeit, daqui, 20 e poucos anos de idade, expulso do Segundo Batalhão de Mosqueteiros por causa de furto e já esteve preso em Dömitz por causa de deserção. 4) Peters, daqui, 20 e poucos anos de idade, criado de lavoura, esteve preso para averiguação por causa de incêndio deliberado. 5) O aprendiz de vidraceiro Hadder, 30 e poucos anos, há muito deixou sua profissão, há anos vagabundeia, é bebedor e foi diversas vezes penitenciado. 6) O criado de aluguel Albrecht, foi penitenciado por sodomia e expulso do território, por causa de seu retorno, contudo, foi colocado na Casa de Correção. 7) O diarista Körner, 30 e poucos anos de idade, vagante, via-de-regra atravessa o território e vive de mendicância. Aqui, seguido, teve que ser mantido pela cidade. 8) O vendedor de iscas e outrora soldado sueco Svenson, 40 anos de idade. É casado, mas há anos está brigado com sua mulher, dela separado, vive na pobreza. É bebedor e, no mais, mau elemento, já castigado por causa de muito crime. Quer levar consigo o filho mais velho, de 12 anos. 9) O mestre vidraceiro Pohl, 40 e poucos anos de idade. Um bebedor e vagabundo que, com isso, caiu na pobreza, percorre o Território; casado, está, no entanto, separado de sua mulher há mais anos. 10) O moço de recados Busch, daqui, 20 e poucos anos de idade. Um andarilho que há cinco anos vaga por Mecklenburg e Pomerânia, totalmente desocupado e que, diversas vezes, foi posto na cadeia por causa de suas ligações suspeitas. 11) O limpa-chaminés Düwell, daqui, 20 e poucos anos de idade. No passado foi soldado, mas foi desincorporado e desde então vagueia pelo Território com gente suspeita”. MLHA Schwerin Kabinett I. Vol 3°. Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 48-50. Tradução de Martin Norberto Dreher.

³³³ Os 30 apenados de Rostock, segundo os autores Cunha e Schröder foram embarcados na primeira deportação ao Brasil, chegando em outubro de 1824. CUNHA, op. cit., p. 213; SCHRÖDER, op. cit., p.63.

inúmeros indivíduos foram encaminhados às Casas de Correção. Marilene Antunes Sant’Anna, ao estudar à Casa de Correção do Rio de Janeiro, pondera que “a Casa de Correção também havia sido proposta [...] para ‘reprimir a mendicidade, acostumar os vadios ao trabalho, e corrigi-los de seus vícios tão prejudiciais a eles mesmos como à sociedade em geral’”³³⁴. Destaca ainda que na mentalidade das autoridades e da elite da década de 1830, a falta de trabalho era sinônimo de vadiagem. Entretanto, diante desta postura, houve a necessidade de criar e reformular o sistema prisional no Brasil e na Europa, pois somente a prisão do vadio poderia coibir a formação “de uma massa de vadios” ou um bando de desocupados³³⁵.

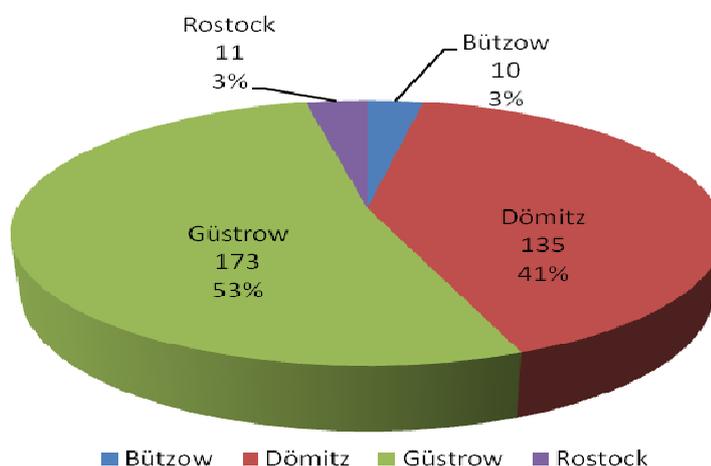


Gráfico 1 - Origem dos prisioneiros (1824-1825)

Fonte: MLHA. Schwerin, Kabinett I – Vol. 3; MLHA. Schwerin, Kabinett I. Sig. 54 e MLHA. Schwerin, Kabinett I, Sig. 62.

Ao longo das gerações, os descendentes de alemães questionavam-se acerca de sua origem, pois acreditavam que eram descendentes de “ladrões de cavalos”. Permaneceu na memória da população do Litoral Norte do Rio Grande do Sul – especialmente de Três Forquilhas – o estigma de que são descendentes de “ladrões de cavalos”. Vimos no segundo capítulo que a historiografia clássica contribui significativamente para a construção e perpetuação deste estigma.

³³⁴ SANT’ANNA, Marilene Antunes. Trabalho e conflito na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes [et al.]. *História das prisões no Brasil*. Vol. 1, Rio de Janeiro: Rocco, 2009, p. 296.

³³⁵ *Ibid*, p. 296.

Neste sentido, o estudo dos crimes cometidos por imigrantes alemães abrirá caminho para a compreensão de alguns padrões de violência na Europa, das condições sociais e transformações ocorridas no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, bem como possibilitará a observação e acesso ao perfil dos mecklenburgueses envolvidos nos crimes contra a propriedade e contra a vida, a fim de relativizar algumas informações apresentadas pela historiografia clássica, através da análise da lista de saída dos prisioneiros emigrados.

Em relação ao Código Criminal do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, infelizmente, não dispomos de informações específicas acerca de sua abrangência, no entanto, é pertinente destacar que as políticas prussianas influenciaram de modo significativo os territórios vizinhos.

Mugge lembra que para o oficialismo prussiano, a única forma de proteger a sociedade, bem como mantê-la em ordem era permitir e favorecer a deportação dos criminosos para uma remota parte do globo, visto que a pena de morte³³⁶ para todos crimes foi abandonada na maioria das regiões da Alemanha³³⁷.

Observando a tabela abaixo, percebe-se que mais de 77% dos prisioneiros emigrados, classificados na categoria crimes contra a propriedade e contra a vida, envolveram-se em pequenos furtos, roubos e ladroíce – provavelmente de alimentos, roupas, gravetos. Outros, no entanto, cometeram furto qualificado e/ ou furto de cavalo. Oberacker pondera que “o roubo de lenha, por exemplo, mesmo se por necessidade, era severamente punido com prisão, o roubo de um cavalo com prisão perpétua”³³⁸.

³³⁶ “Las penas de muerte sólo se dictaban ahora para los delitos más graves. Las penas infamantes y los destierros, con los que hasta entonces se habían sancionado los delitos menores, que habían ocasionado la pérdida de integración social de los condenados y, en última instancia, aumentaba la criminalidad, se substituyeron cada vez más por penas de prisión. Con la cárcel se pretendía ‘mejorar’ a mendigos, ladrones e infanticidas. En las comarcas suabas, muchos pequeños territorios establecieron cárceles comunes (...)” (RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 156).

³³⁷ “Em relação ao sistema judiciário, os processos penais na Prússia não aconteciam na esfera pública, perante um júri, mas eram analisados por trás de portas fechadas. Constituíram-se principalmente em troca de documentos entre juízes, advogados e universitários especialistas legais. As provas e testemunhas serviam, não tanto para provar ou negar um caso, no próprio julgamento, mas para exercer pressão sobre os acusados durante a investigação do processo, quando o assunto era tratado por um juiz de investigação, cujo relatório seria a principal base para o julgamento posterior”. MUGGE, Miquéias Henrique. *Os apenados de Mecklenburg-Schwerin e a formação do exército imperial brasileiro (1823-1831)*. 2009. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) -- UNISINOS, São Leopoldo, 2009, p. 23.

³³⁸ OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957, 1957, p. 104. Mais informações ver o primeiro capítulo da obra “Pobres, mendigos y vagabundos: La supervivencia en la necesidad, 1450-1850”, do autor Martin Rheinheimer.

Tabela 2 - Crimes cometidos pelos prisioneiros

Motivo da prisão	%
Assassinato (participação em assassinato)	5,3%
Furto (roubo, ladroíce, furto de cavalo, furto qualificado)	77,0%
Homicídio	0,9%
Infanticídio (ocultação de parto – aborto)	4,4%
Mau-trato /delitos	8,0%
Mutilação deliberada	0,9%
Refratário	0,9%
Sodomia	1,7%
Incendiário	0,9%
TOTAL	100%

Fonte: MLHA. Schwerin, Kabinett I – Vol. 3; MLHA. Schwerin, Kabinett I. Sig. 54 e MLHA. Schwerin, Kabinett I, Sig. 62.

Em 23 de julho de 1825, Wilhelm Langhoff, acusado por roubo de um cavalo, manifestou desejo de emigrar para o Brasil. No entanto, em 25 de julho de 1825, em Bützow, os Diretores do Colégio Criminal do Grão-Ducado de Mecklenburg enviaram correspondência perguntando a Sua Alteza Real, o Grão-Duque, se o desejo do acusado poderia se atendido.

O crime por ele cometido consiste de que alugou, em Güstrow, um cavalo, para fazer viagem, mas jazia a essa ação a intenção de oportunamente vender esse cavalo e seguir mundo afora. Esse plano, contudo, foi frustrado, pois a caminho foi parado como suspeito, preso, submetido à averiguação, com o que se conseguiu que o proprietário recebesse de volta seu cavalo. Como diante do estado de coisas a pena a ser imputada a Langhoff não pode ser significativa, pois seu ato não pode ser interpretado como roubo de cavalo em sentido estrito, e que no mais seu currículo o apresenta como um caseiro desempregado e vagabundo

que importuna o público, que já esteve em quatro diversas oportunidades na casa de correção³³⁹.

A partir destas poucas informações podemos apreender algumas peculiaridades do contexto em transformação nos Estados Alemães. Primeiramente, algumas mudanças na organização rural e a ameaça de uma concentração fundiária expulsaram diversos camponeses ligados à terra. Langhoff, provavelmente não tinha uma propriedade, mas trabalhava como caseiro, ou seja, aquela pessoa que cuidava da propriedade diariamente. Desempregado, passou a ter uma vida indigna para os parâmetros do século XIX. Em Güstrow, provavelmente, não encontrou melhores condições de vida. Vagabundeando, desempregado e sem dinheiro, precisou furtar. Seu objetivo era migrar, buscar melhores condições de vida em outro lugar, prática comum entre os alemães pobres. Podemos confirmar essa hipótese através das fontes, segundo as quais por exemplo, mais de 62% dos prisioneiros que emigraram na segunda deportação (102 ex-prisioneiros) não residiam mais no local de nascimento. Em contrapartida, no caso francês, Perrot pondera que 68% dos acusados nasceram no local onde cometeram o delito.

Analisando os crimes e delitos na França do século XIX, a autora constatou que entre 1831-1835, 135.000 pessoas foram indiciadas anualmente por delitos florestais. O aumento deste delito estava diretamente ligado à crise. “Em consequência da carestia dos alimentos, e sobretudo da crise comercial que, fechando oficinas e manufaturas levou populações naturalmente pacíficas e laboriosas a buscar na devastação das florestas os recursos de que elas não encontravam mais em suas ocupações comuns”³⁴⁰. Crise semelhante foi vivida pelos mecklenburgueses, pois “a gaturice de alimentos, na origem de tantas inculpações de crianças ou vagabundos, esboça o horizonte medíocre de uma sociedade de penúria, a existência de uma fome marginal, mas persistente”³⁴¹.

³³⁹ Ofício dos Diretores do Colégio Criminal do Grão-Ducado de Mecklenburg dirigido ao Grão-Duque, em 25 de julho de 1825. In: MLHA Schwerin, Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 30. Tradução de Martin Norberto Dreher.

³⁴⁰ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, nota 28, p. 246.

³⁴¹ *Ibid*, p. 251.

Além de praticar furto e roubo³⁴², mais de 5% dos mecklenburgueses presos cometeram ou participaram de assassinatos. É lícito destacar que a deportação de pessoas era prática comum na Europa. O Grão-Duque de Mecklenburg adotou a mesma medida, porém é importante destacar que a Comissão Dirigente da Casa de Correção de Dömitz não permitiu a emigração dos criminosos mais perigosos como, por exemplo, o chefe de bando Mehl³⁴³. Somente tiveram direito à emigração as pessoas com penas menores, pois acreditavam que no Brasil teriam melhores condições de vida, transformando-se em pessoas melhores³⁴⁴.

³⁴² Ao analisar os tipos de crimes na França, Perrot constatou que de 1830 a 1880, os roubos aumentaram 238%, sendo que atingem seu auge máximo entre os anos de 1851-1855, com “24.000 casos, 42.000 indiciados”. Ibid, p.250.

³⁴³ O chefe de quadrilha Johann Mehl declarou livremente querer emigrar para o Brasil, porém conforme “Altíssimo rescrito de 17 de novembro do ano passado [1824]”, o Grão-Duque não lhe concedeu o indulto e a permissão de emigrar. De acordo com o ofício de 16 de julho de 1825, percebe-se que o Conde von der Osten-Sacken desejava livrar-se de Johann Mehl, pois solicitou em 10 de novembro de 1824 (antes da revogação do Grão-Duque) que se estendesse o direito à emigração ao criminoso Mehl. “Antes de mais nada, Nossa mais benevolente saudação ao nobre e ilustre amado fidelíssimo! Ao vos remetermos, provisoriamente, os anexos originais de um relatório de 10 do corrente mês, concordamos que todos os prisioneiros das cadeias e penitenciárias listados e que, livremente, se manifestaram pela emigração ao Brasil, sob as medidas experienciais por vós já combinadas e/ou ainda a tomar, sejam transportados, caso permaneçam, livremente, na concordância dada, até o instante de sua transferência de Dömitz: pode acontecer que outros tantos queiram acompanhá-los, caso entre os condenados a mais de 10 anos, se encontre alguns. Tão somente Johann Mehl, mencionado sob o nº 17 das listas de penitenciárias e que foi o líder de perigoso bando de ladrões, nos reservamos e de modo algum o queremos soltar” (Trecho do ofício de 17 de novembro de 1824 enviado ao Conde por Friedrich Franz, fl 9). Em 21 de julho de 1825, o Conde enviou ofício ao Grão-Duque solicitando ou pedindo novamente que fosse permitida a emigração de Johann Mehl ao Brasil. Destaca ainda que “é inegável que Mehl cometeu muitos crimes, mas muitos de seus cúmplices puderam ter a alegria de ter concedida tal graça, os quais de acordo com a sentença foram condenados à prisão perpétua na casa de correção e cujos grandes crimes estão comprovados nos autos. A maneira como Mehl agora está encarcerado – na companhia de outros 30-40 apenados – é tanto mais desvantajosa para esse grupo, do qual confesso não ser parte dos moralmente bons, pois d’outra forma não teriam ali encontrado morada. Falta de trabalho e inatividade são usados para que Mehl os introduza ainda mais nesses seus encontros na malandragem e na roubalheira; - e eles, enriquecidos com conhecimentos dessa profissão da malandragem – quando despedidos da casa de correção – poderão fazer a aplicação prática das preleções teóricas dadas por Mehl. Por isso, ou Mehl deveria ter encarceramento isolado, - isso não deve acontecer, pois está apenas detido – ou deveria emigrar para o Brasil para aí eliminar completamente o veterano em sua arte nada nobre, que certamente é muito prejudicial para Mecklenburg do que muitas vezes se quer crer”. No trecho acima, fica clara a intenção do Conde em desejar a emigração do criminoso, pois utiliza diversos argumentos com intuito de mostrar que a permanência de Johann Mehl no Grão-Ducado seria extremamente prejudicial. Após inúmeras tentativas do Conde, partimos do pressuposto de que o Grão-Duque não permitiu a emigração, uma vez que não encontramos referência nominal nas listas de saída dos prisioneiros. Mais informações: MLHA Schwerin, Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

³⁴⁴ Cf. os autos relativos à terceira deportação de criminosos e vagabundos, “permitir a todos ou a alguns delinquentes mencionados na relação – aos quais Vossa Alteza Real até o presente não quis conceder a graça da emigração – com base nas presumíveis sanções penais, demonstradas, parcialmente, pela insignificância dos crimes, graciosamente tal emigração”. MLHA Schwerin, Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

Além dos crimes de furto e assassinato³⁴⁵, não podemos esquecer, mesmo que em número relativamente baixo, alguns casos de infanticídio. Correspondendo a mais de 4% dos casos, cabe destacar que este tipo de crime refere-se majoritariamente às mulheres. Dreher lembra que meninas adolescentes possivelmente foram violentadas pelos seus patrões, engravidaram e praticaram aborto, ocultação de parto ou infanticídio³⁴⁶. Um exemplo deste tipo de crime aconteceu com a jovem Maria Olga Carolina Duncker. A jovem tinha apenas 22 anos de idade e era filha de pais pobres³⁴⁷, residentes em Malchow. Assim como os outros casos apresentados, Duncker também manifestou desejo de emigrar para o Brasil. Já comentamos anteriormente que as mulheres não podiam seguir solteiras para a nova pátria, entretanto, “dependendo da Altíssima concessão, ela [presidiária] está decidida a se unir em matrimônio ao prisioneiro Waack, que já se encontrava na relação dos emigrantes”. Diante da vontade de emigrar, a Comissão Dirigente do presídio de Bützow encaminhou ao Grão-Duque petição, solicitando permissão e o mais breve possível o comunicado acerca da decisão, encaminhado-a ao Conde von der Osten Sacken.

O crime do qual se fez suspeita é o assassinato de sua criança recém-nascida. Ela a deu à luz, às escondidas, no campo; ao se recompor e olhar a criança, estava morta, segundo sua declaração, e ela a levou até o lago, jogando-a na água, para que nada viesse à tona de sua gravidez e de seu decorrer. Os médicos realmente constataram que a criança morreu em consequência de falta de auxílio por ocasião do nascimento e não por assassinato pelas mãos da mãe. Em consequência, ela não deve ser condenada como assassina, mas pelo alto grau de negligência pelo qual se tornou culpada pela morte da criança. A pena consistiria em diversos anos de manutenção na casa de correção³⁴⁸.

³⁴⁵ Rheinheimer observa que o roubo de lenha expressava o conflito entre os agricultores e os grandes proprietários de terras ou latifundiários. Os criados, por sua vez, roubavam porque além de não receber salário, o patrão ainda tomava o que, na sua opinião, lhes pertencia. A atuação dos criados também podia ser vista como uma forma de se vingar do patrão pelo fato do mau tratamento. Mas havia casos de mulheres que furtavam objetos dos demais criados e da patroa apesar do bom tratamento recebido. RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España., 2009, p. 31.

³⁴⁶ DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, 2010, p. 16 (no prelo). Sobre às condições sociais na Alemanha do período, ver a obra de RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009.

³⁴⁷ Pode ser considerado pobre aquele indivíduo que não possui alimento para comer, roupa para vestir, mas também pode ser considerado pobre aqueles que declinaram do seu grupo social. “La pobreza designaba la desprotección y el desamparo legal, así como la falta de prestigio social y la necesidad de ayuda. Frente a la omnipresencia de la pobreza no existía un reparto planificado de limosnas, sino que las Iglesias y los conventos distribuían en días fijos, con independencia del grado de indigencia existente, unas determinadas cantidades de provisiones, hasta donde éstas llegaban. Ibid, p. 77.

³⁴⁸ Ofício de von Santhen dirigido ao Grão-Duque, em 29 de julho de 1825. In: MLHA Schwerin, Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 32. Tradução de Martin Norberto Dreher.

Crimes e delitos contra crianças também são apontados por Perrot. Segundo a autora, o número de infanticídios aumentou 49% de 1826 a 1850, enquanto que os abortos aumentaram 50%, atribuídas principalmente à promiscuidade da cidade e da fábrica³⁴⁹. Vale destacar que a jovem Maria Olga Duncker não recebeu a permissão de emigrar para o Brasil, permanecendo na Casa de Correção para cumprir a sentença.

Os autos do processo também revelam que algumas mulheres foram exploradas por seus patrões. Provavelmente trabalhando como criada ou empregada doméstica, essas mulheres tiveram que submeter-se às condições impostas pela sociedade patriarcal³⁵⁰. Enquanto que algumas cometeram infanticídios, destacamos que outras se vingaram, colocando fogo na propriedade do patrão. Foi o que aconteceu, por exemplo, com a delinquente Cristina Leppin³⁵¹, que ateou fogo à casa do seu Senhor, o padeiro Peters, em Güstrow. O fogo foi tão intenso que “irrompeu durante o dia e três pessoas saíram feridas”³⁵². Foi sentenciada primeiramente à pena de “morte por espada”, no entanto o juiz considerando que o crime não era tão grave, condenou-a à prisão perpétua em 18 de julho de 1825, em Bützow.

³⁴⁹ Em relação aos crimes de infanticídio e aborto, Perrot constata:

	Infanticídios	Abortos
1831-1835	471	41
1851-1855	-	172 (máximo)
1856-1860	1069 (máximo)	-
1876-1880	970	100

Fonte: PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p.247.

³⁵⁰ “En el siglo XVIII creció fuertemente en las ciudades el número de las criadas em relación con el de criados. En algunos sitios llegaron a constituir hasta el 80% del servicio doméstico. Su existencia material seguía siendo muchas veces precaria durante toda su vida. Para Mary Ashford, que procedía de la clase media baja, su destino de criada supuso un descenso social. Pero sus padres murieron cuando sólo contaba trece años, y no tenía otra alternativa”. As criadas que não casavam, quando adoeciam, na maioria das vezes eram demitidas por seus patrões, pois dessa forma não eram obrigados a cuidar da enferma. “Algunas tenían que irse a vivir con sus parientes o ingresar en el hospital o la casa de misericordia”. (RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos. La supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 41-43)

³⁵¹ Os dirigentes do Tribunal Criminal de Bützow, ao se referir à delinquente Leppin utilizam o qualificativo “vadia”. “No tocante à Leppin, listada sub nº 12, faço referência à, humildemente [...] apresentada Pro Memória do Tribunal-Criminal, segundo a qual a pena de morte já imposta em primeira instância à Leppin com toda a certeza será revogada, em decorrência de atenuantes, segundo a opinião do Conselheiro Criminal von Santhen, que conduziu a investigação. No mais, o Tribunal-Criminal crê que a partida da totalmente *vadia Leppin* seja muito recomendável” [*sic, grifo meu*]. Ofício do Conselheiro Criminal Santen dirigido ao Conde von der Osten-Sacken, em 18 de julho de 1825. In: MLHA Schwerin, Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend, fl. 16. Tradução de Martin Norberto Dreher.

³⁵² Ofício do Conselheiro Criminal Santen dirigido ao Conde von der Osten-Sacken, em 18 de julho de 1825. In: Ibid, fl. 16.

Os crimes de infanticídio, roubo, incêndio, assassinato levaram diversas jovens e mães de famílias às Casas de Correção, onde algumas haviam ingressado com seus pais. Ao analisar a documentação, encontramos referências de dezoito uniões realizadas antes do embarque, pois esta era a única condição que permitia a emigração de mulheres. Chegando ao Brasil, algumas se estabeleceram como comerciantes, agricultoras, outras venderam seus corpos e outras ainda foram vendidas por seus maridos. “Um [prisioneiro] de nome Pries vendeu a mulher com a qual fora casado no presídio por dois vinténs a um soldado; contudo, seja dito, que em pelo e cabelo não valia mais que isso”³⁵³.

Outro exemplo,

8. e 9. Hans Schrader está empregado no Batalhão de Caçadores, no Rio de Janeiro, sua esposa, contudo separou-se dele, por ordem do Sargento Major, por causa de sua devassidão e bebedeira, com o consentimento de seu marido. *Mesmo assim ela permaneceu no Rio de Janeiro, onde convive com negros, mendigou nos mosteiros e, no mais, andou como prostituta pelas ruas*³⁵⁴.

Tabela 3 - Penas pronunciadas aos prisioneiros

Penas	1ª deportação		2ª deportação		3ª deportação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alguns meses	-	-	4	2	3	1
Menos de três anos	-	-	14	2	5	3
De quatro a nove anos	-	-	15	1	7	1
Dez ou tempo determinado mais longo	-	-	12	4	1	-
Prisão ou Casa de Correção por alguns anos	-	-	2	-	-	-
Com pena perpétua	-	-	14	3	5	-
Não informado	4	-	-	-	9	-

³⁵³ “Einer Namens Pries verkaufte seine ihm im Gefängniß angetraute Frau für 2 Ventim (ca 272B) an einen Soldaten, sie war aber auch mit Haut und Haar wahrhaftig nicht mehr werth”. MLHA. Schwerin. Kabinett I. Sig. 62: Acta, die dritte Afführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft betreffend, fl. 121 e 122.

³⁵⁴ “8. und 9. Hans Schrader ist im Jäger Batallion zu Rio de Janeiro angestellt, dessen Frau aber hat sich auf Order des Sargeant Major wegen ihrer Liederlichkeit und Betrunkenheit von ihm mit Bewilligung ihres Mannes getrennt, jedoch ihren Aufenthalt in Rio de Janeiro behalten, wo sie sich mit den Negern in Verbindung gesetzt, in den Klöstern gebettelt und sonst als eine Gassenhure umhergetrieben hat”. MLHA. Schwerin. Kabinett I. fl. 3-4.

	4	0	62	12	30	5
TOTAL	4		74		35	

Fonte: MLHA. Schwerin, Kabinett I – Vol. 3; MLHA. Schwerin, Kabinett I. Sig. 54 e MLHA. Schwerin, Kabinett I, Sig. 62.

Em relação às penas, verificamos que um considerável número de prisioneiros não foi julgado ou sentenciado até o momento da emigração. Do total de prisioneiros sentenciados, mais de 21% foi condenado a menos de três anos de reclusão e mais de 21% deveria cumprir pena de quatro a nove anos. Em segundo lugar, isto é, quase 20% dos prisioneiros foram sentenciados com prisão perpétua. Constatamos que as penas variavam para o mesmo crime cometido. Johann Lembcke, por exemplo, cometeu furto e foi condenado à prisão perpétua; Johann Janssen, condenado a cinco anos de reclusão por cometer furto. Johann Gaeth participou de um assassinato e foi condenado a quatro anos, Marie Ehrcke, contudo, condenada à prisão perpétua. Em relação às mulheres, das 17 prisioneiras, nove não tiveram as penas pronunciadas e cinco foram condenadas a menos de três anos de reclusão³⁵⁵.

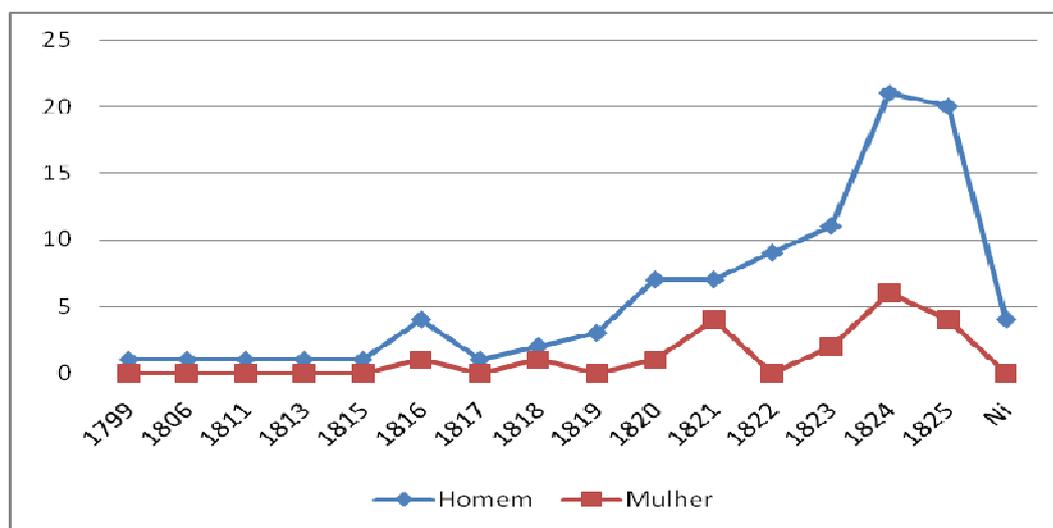


Gráfico 2 - Ano da chegada dos prisioneiros à Casa de Correção

Fonte: MLHA. Schwerin, Kabinett I – Vol. 3; MLHA. Schwerin, Kabinett I. Sig. 54 e MLHA. Schwerin, Kabinett I, Sig. 62.

³⁵⁵ Listagem dos presidiários da Casa de Correção e da Prisão de Dömitz embarcados para o Brasil em 6 de dezembro de 1824. In: MECKLENBURG GEHEIMES UND HAUPT-ARCHIV SCHWERIN MLHA SCHWERIN KABINETT I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 26-49.

Analisando o ano da chegada dos prisioneiros à Casa de Correção, observamos que é elevado o número daqueles que chegaram no ano de 1824 e 1825; tanto em relação aos homens, quanto às mulheres (gráfico acima e tabela abaixo). Citamos o exemplo do viúvo Christian Ahrens (tinha três filhos) que foi encaminhado à Casa de Correção em 4 de novembro de 1824, acusado por furto e condenado a 10 anos de reclusão, emigrando em 4 de dezembro do mesmo ano. No entanto, há alguns que já haviam cumprido boa parte da sua pena, como é o caso do presidiário Claus Becker, agricultor, que chegou à Casa de Correção em 1799, acusado de ladroíce e foi condenado à prisão perpétua. Tanto Ahrens quanto Becker, perderam a condição de presidiário, quando optaram por emigrar para o Brasil³⁵⁶.

O ano de chegada à Casa de Correção destes homens e mulheres se distribui da seguinte maneira:

Tabela 4 - Ano da chegada dos prisioneiros à Casa de Correção

Ano	1ª deportação		2ª deportação		3ª deportação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1799	-	-	1	-	-	-
1806	-	-	-	-	1	-
1811	-	-	-	-	1	-
1813	-	-	1	-	-	-
1815	-	-	1	-	-	-
1816	-	-	4	1	-	-
1817	-	-	-	-	1	-
1818	-	-	2	1	-	-
1819	-	-	3	-	-	-
1820	-	-	7	1	-	-
1821	-	-	6	4	1	-
1822	-	-	9	-	-	-
1823	-	-	11	-	2	-
1824	-	-	17	5	4	1
1825	-	-	-	-	20	4

³⁵⁶ Listagem dos presidiários da Casa de Correção e da Prisão de Dömitz embarcados para o Brasil em 6 de dezembro de 1824. In: MECKLENBURG GEHEIMES UND HAUPT-ARCHIV SCHWERIN MLHA SCHWERIN KABINETT I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 26-49.

Ni*	4	-	-	-	-	-
	4	0	62	12	30	5
TOTAL	4		74		35	

*Não informado.

Fonte: MLHA. Schwerin, Kabinett I – Vol. 3; MLHA. Schwerin, Kabinett I. Sig. 54 e MLHA. Schwerin, Kabinett I, Sig. 62.

Podemos inferir, através das informações apresentadas até o momento, que os crimes faziam parte das estratégias de sobrevivência dessa sociedade, principalmente das pessoas empobrecidas. Em decorrência das transformações, o crime pode ser entendido como uma “brecha” que encontraram no sistema normativo para protestar contra a exclusão, as transformações e as incertezas, mas também como um meio de sobrevivência (individual e/ou familiar), visto que inúmeras pessoas foram presas por não terem pátria ou por cometer pequenos furtos. Uma rebelião em 4 de outubro de 1823, na Casa de Trabalho, é um exemplo de que os mecklenburgueses, não permaneceram pacíficos em relação às transformações sociais no início do século XIX, decorrentes do processo de industrialização. Eles almejavam buscar melhores condições de vida e tornar-se novamente pessoas “moralmente boas”, - para usar uma expressão do Conde von der Osten-Sacken - visto que na Europa estariam condenados a permanecer eternamente prisioneiros, devido à falta de oportunidade, de trabalho digno, de alimento, etc. Enfim, foi na emigração que viram nascer essa nova oportunidade!

4.2.1 Perfil dos envolvidos

A análise a seguir busca estabelecer as características demográficas, isto é, o perfil dos prisioneiros emigrados “livremente” para o Brasil. É importante deixar claro aqui, que quando utilizamos o termo “livremente”, estamos nos referindo ora à condição de ex-prisioneiro, ora à oportunidade do prisioneiro escolher seu destino: ficar na casa de correção ou seguir para o Brasil. Dito de outra forma, em relação à última definição, era concedida aos mecklenburgueses a oportunidade de escolher o seu destino, diferentemente do que se afirmou na historiografia clássica.

Ao analisar o perfil dos prisioneiros qualificados pelos crimes contra a propriedade e contra a vida, não podemos deixar de analisar a profissão exercida pelos prisioneiros antes de

seguir para a Casa de Correção, visto que revela alguns aspectos do cotidiano e contexto em estudo. Em relação a esse quesito, não podemos comprovar se a profissão mencionada foi realmente exercida pelo mecklenburguês, pois era muito fácil, no momento da prisão ou interrogatório, enquadrar-se em qualquer uma das profissões listadas na tabela abaixo.

Tabela 5 - Profissão anterior exercida pelos prisioneiros

Profissão anterior	1ª deportação		2ª deportação		3ª deportação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Açougueiro	-	-	-	-	1	-
Agricultor (diarista)	-	-	11	2	-	1
Aguardenteiro	-	-	2	-	-	-
Alfaiate	-	-	-	-	1	-
Barqueiro	-	-	-	-	1	-
Caçador (soldado)	1	-	3	-	6	-
Cadeireiro	-	-	1	-	-	-
Caldeireiro	-	-	1	-	-	-
Carniceiro	-	-	2	-	-	-
Carpinteiro	-	-	2	-	1	-
Cesteiro	-	-	2	-	-	-
Servo	-	-	6	-	6	-
Empregada doméstica (Criado)	-	-	-	8	1	4
Ferreiro	-	-	3	-	-	-
Holandês	-	-	-	-	1	-
Jornaleiro	-	-	5	1	7	-
Marceneiro	-	-	1	-	1	-
Marinheiro	-	-	3	-	-	-
Moleiro	-	-	3	-	-	-
Montador de aros	-	-	1	-	-	-
Negociante (comerciante)	-	-	7	-	-	-
Oleiro	-	-	-	-	-	-
Pedreiro	-	-	2	-	2	-
Pescador	-	-	2	-	-	-
Sapateiro	-	-	1	-	-	-
Telheiro	-	-	1	-	-	-
Tijoleiro	-	-	-	-	1	-
Vendedor de quinquilharias	-	-	1	-	-	-
Vidreiro	-	-	1	-	-	-

Vagabundo	-	-	1	-	-	-
Não informado	3	-	-	2	-	-
	4	0	62	12	30	5
TOTAL	4		74		35	

Fonte: MLHA. Schwerin, Kabinett I – Vol. 3; MLHA. Schwerin, Kabinett I. Sig. 54 e MLHA. Schwerin, Kabinett I, Sig. 62.

A ocupação profissional exercida pelos prisioneiros pode ser classificada como atividade artesanal e manual. Resquícios da Idade Média são classificações como servo da gleba. Mais de 19% dos 113 prisioneiros eram agricultores, diaristas, ou seja, trabalhavam na terra. Observando a ocupação profissional, tendo como variável o sexo dos envolvidos, constatamos que 15% dos prisioneiros trabalhavam como criado ou servo da gleba, 13% como jornaleiro, 12% como agricultor e 11% exercia anteriormente o ofício de caçador (soldado). Conforme tabela acima, 41% das mulheres trabalhavam como criada ou empregada doméstica, submetendo-se à sociedade patriarcal da época³⁵⁷. Assim como Bonnefon, Dreher também ressalta a consequência catastrófica da emancipação do campesinato³⁵⁸. Os latifundiários aproveitaram a oportunidade (propiciada pelo aumento dos preços dos cereais) para comprar mais terras e os camponeses e pequenos agricultores, sem condições de manter mais suas propriedades e concorrer com os latifundiários, tiveram que migrar e emigrar.

Em relação à concentração fundiária, Charles Bonnefon pondera que

os fidalgotes, com uma cruel energia, conseguiram transformar seus antigos servos em trabalhadores agrícolas, penando, por um salário ridículo, sobre propriedades de imensa extensão. A evolução foi tanto mais completa quanto os nobres conseguiram resgatar uma bem grande parte das parcelas de que seus antigos “súditos” não tinham que fazer, porquanto se haviam

³⁵⁷ DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, 2010, p. 16 (no prelo).

³⁵⁸ Com essa transformação, inúmeros pequenos proprietários de terras faliram e foram obrigados a entregar o que ainda possuíam para os latifundiários. Os *Insten*, por exemplo, eram trabalhadores livres sem terra, ocupavam a base da estrutura social, viviam de diárias e moravam de favor em casa de alheios. “Un colono que tuviera aún una vaca y un huerto de hortalizas podía mantener a su familia con el jornal. Pero los *Insten* que carecían de esta base lo tenían más difícil. Algunos conseguían salir adelante con su prole, pero otros pasaban a depender de la caja de caridad. El empobrecimiento no parece que dependiera tanto del número de hijos pues había jornaleros que, a pesar de tener muchos, conseguían sobrevivir sin ayuda (RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 14). Alguns diaristas, por sua vez, estavam unidos por um contrato de exploração agrícola, pelo qual tinham a garantia de trabalho e o suficiente – em dinheiro ou espécie – para garantir a sua sobrevivência e de sua família. Mas essa situação não era igual para todos. Os diaristas livres enfrentavam muita dificuldade para encontrar trabalho, especialmente, nos momentos de crescimento populacional. “Reinaba el subempleo, y especialmente se extendía el paro estacional. En invierno había menos trabajo, y sin embargo tenían que pagar la leña para calentarse y los precios de los alimentos aumentaban. También hilar y tejer, labores que daban una ocupación adicional a las clases bajas, resultaban cada vez menos rentables conforme avanzaba la industrialización. Sobre todo en momentos de encarecimiento, los jornaleros luchaban por una causa perdida”. Ibid, p. 14.

tornado muito pequenas para sustentá-los. A revolução Francesa, que tinha provocado na Alemanha ocidental a divisão das grandes propriedades, e sua partilha entre os camponeses, produziu na Prússia, ao contrário, uma nova concentração das terras, em poucas mãos³⁵⁹.

Com a concentração de terras nas mãos de poucos, eliminavam-se também as “terras comunitárias e os direitos de uso do solo alheio”. Com a proibição do uso das terras alheias, os pobres não tiveram mais onde deixar e manter seu gado. A opção que lhes restava era vender seu pedaço de terra ou ser meeiros³⁶⁰. A maioria dos prisioneiros de Mecklenburg eram diaristas. Estes por sua vez, recebiam salários insignificantes e não conseguiam acompanhar a alta dos preços dos alimentos, justificando, pois, o alto índice de prisões. Perrot ressalta que até por volta do ano de 1840, o delito rural continuava a predominar na França, já o roubo atingiu o índice máximo somente entre 1851-1855. Observando a profissão exercida pelos prisioneiros antes de serem encaminhado à casa de correção, cabe destacar que são atividades majoritariamente artesanais e exercidas geralmente por pobres e operários. São estes, contudo, que lotaram as prisões de Mecklenburg no século XIX. “A miséria levou ao roubo uma série de infelizes operários’. Ele [o Cômputo de 1880] admite que as ‘diversas crises comerciais e industriais’ tem alguma relação com o intenso desenvolvimento da mendicância e da vagabundagem”³⁶¹ e infelizmente com as prisões.

Ao analisar a variável sexo, constata-se que é a informação mais completa que dispomos referente ao período analisado, ou seja, dos 113 prisioneiros acusados de cometer crimes contra a propriedade e contra a vida, 96 eram homens e 17 eram mulheres. Além da

³⁵⁹ BONNEFON, Charles. *História da Alemanha*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945, p.168-169.

“Os camponeses libertos não foram em muitos casos capazes de conservar as suas terras. Os fidalgos contrariaram as reformas o mais possível ou procuraram anulá-las quando tiveram ocasião para tanto: o seu domínio apenas foi momentaneamente reduzido e continuará quase como dantes até ao século XX”. DRIJARD, André. *Alemanha: panorama histórico e cultural*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972, p. 81.

³⁶⁰ Rheinheimer aponta que no século XIX cresceu de maneira assustadora o número de famílias sem terra e duplicou se comparado com o número de agricultores com propriedade. Uma das consequências dessa reforma agrária que ocorreu na Alemanha, desde a segunda metade do século XVIII, foi o encarecimento do custo de vida, principalmente para o camponês sem terra e subordinado aos grandes proprietários de terras, visto que a propriedade estava concentrada nas mãos de poucos. “Dada la situación de la propiedad y los salarios, en la primera mitad del siglo XIX una gran parte de la población vegetaba al borde de la pauperización total” (RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 13). Em decorrência dessa situação a “mayoría de los braceros realizaban varias actividades. Trabajaban a jornal para los terratenientes y tejían o hilaban a domicilio. Algunos podían alquilar pequeñas parcelas y desarrollar así la actividad agrícola para si mismos”. Ibid, p. 15.

³⁶¹ PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006, p. 260. Para Jean-Claude Schmitt “a vagabundagem tampouco é um fenômeno novo. Desde as “Grandes Invasões” e as migrações da Alta Idade Média, a mobilidade dos homens é extrema, crescendo ainda mais do século XI ao século XIII, graças ao desenvolvimento econômico dos campos e das cidades” (SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 274-275).

variável sexo, cabe destacar que as listas de saída de prisioneiros anexada nos autos do processo de recrutamento, apresentam inúmeras informações peculiares acerca de cada apenado, o que permite-nos traçar o perfil dos mesmos. Podemos observar no gráfico 3, que dos 113 prisioneiros emigrados em 1824 e 1825, 85% eram do sexo masculino e 15% eram mulheres (tabela 6). Percebemos que o desequilíbrio sexual é elevado. Essa constatação nos aproxima da “tese” de que o Brasil necessitava exclusivamente de mão-de-obra, preferencialmente masculina e jovem para ser incorporada ao exército ou enviada para Sul. Maria Emília Prado, em sua obra *Memorial das desigualdades: os impasses da cidadania no Brasil (1870/1902)* pondera que o projeto de imigração visava procurar trabalhadores para substituir os escravos na grande lavoura.

Os imigrantes eram considerados substitutos ideais ao braço escravo pois, no dizer do mais ardoroso defensor da imigração no seio do parlamento, o deputado Taunay, a vinda dos imigrantes europeus representaria ‘não somente braços para o trabalho manual, para o cultivo da terra, mas também cabeças que nos ajudem a pensar nas dificuldades públicas e, ainda mais, a transfusão de certos estímulos especiais de moralidade’. [...] Os imigrantes europeus eram apresentados como solução para a ‘crise de braços’, mas também para apagar a mancha da escravidão e com isso tornar, definitivamente, o Brasil parte do mundo civilizado³⁶².

Naquela época, Prússia e Áustria³⁶³ eram as nações germânicas mais poderosas e, sobretudo, contrárias à emigração de pessoas. “A Prússia dava muita importância ao potencial humano que não queria perder com a emigração, por considerá-lo meio indispensável para

³⁶² PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades – Os impasses da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 79-80.

³⁶³ Essas duas nações integravam o grupo dos principais vencedores de Napoleão (Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia), e estas nações foram responsáveis pela estruturação de uma nova Europa. O famoso Congresso de Viena, através de uma resolução fundou a Confederação Germânica, que por sua vez passou a ser composta por 39 estados soberanos independentes, parecendo uma “colcha de retalhos”, como afirma Hunsche. (HUNSCH, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p.38). A maior preocupação do Congresso de Viena era dar uma nova feição à velha ordem (monarquia absolutista). Algumas resoluções foram aprovadas, como: divisão do território germânico em reinos e principados independentes; propor o fim das relações feudais; necessidade de dar acesso à terra para as pessoas que não a possuíam; o Sul adotou a Constituição da Baviera como modelo. Mais informações ver: BONNEFON, Charles. *História da Alemanha*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945; DRIJARD, André. *Alemanha: panorama histórico e cultural*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972; UHLHORN, Friedrich e SCHLESINGER, Walter. *Die deutschen Territorien*. Gebhardt Handbuch der deutschen Geschichte Band 13. München: Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, 1974; BRAUBACH, Max. *Von der Französischen Revolution bis zum Wiener Kongreß*. Gebhardt Handbuch der deutschen Geschichte Band 13. München: Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, 1974.

fortalecer militarmente a sua posição política”³⁶⁴. Na Prússia, o Código Geral (“Allgemeines Landrecht”) não proibia a emigração, porém exigia uma licença para aquelas pessoas que optavam pela emigração. Apesar de não haver uma lei que proibia a emigração, a Prússia proibia unicamente a emigração de homens em idade militar. Não obstante, analisando o caso de Mecklenburg-Schwerin a situação em relação à emigração foi bem diferente, conforme fica explícito no gráfico 3, no qual predomina uma emigração considerável de prisioneiros jovens do sexo masculino.

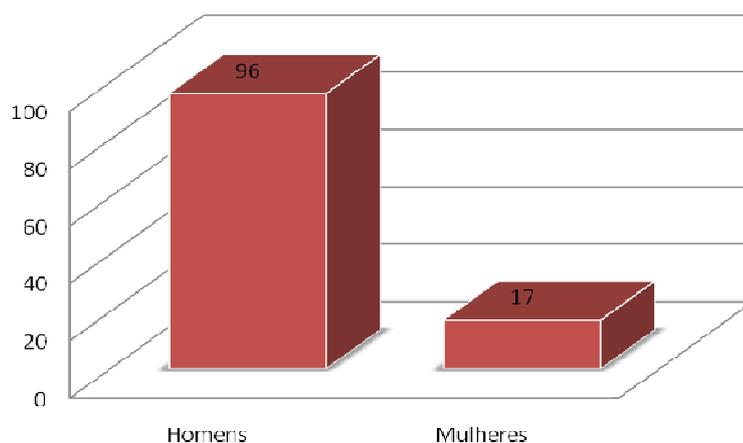


Gráfico 3 - Sexo dos prisioneiros emigrados (1824 – 1825)

Fonte: MLHA Schwerin, Kabinett I, SIG. 62: Acta, die dritte Abführung von Sträflingen und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft betreffend. Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend.

Tabela 6 - Sexo dos prisioneiros emigrados

	Homens	Mulheres	Total
	96	17	113
%	85%	15%	100%

Fonte: Ibid, gráfico 3.

Em 2006, Gabriel Berute apresentou dissertação de mestrado acerca do tráfico negreiro. Analisando o perfil dos escravos, o autor constatou elevado número de escravos masculinos traficados para o Brasil. Baseado em Schwartz, calculou a razão de masculinidade, constatando que “a razão de masculinidade nos dois momentos era elevada: 224 (1788-1802)

³⁶⁴ HUNSCHE, op. cit., p. 44.

e 228 (1809-1824)”³⁶⁵. Neste sentido, diante da constatação de um elevado número de homens recrutados para o Brasil, aventuramo-nos em apreender essa variável entre os prisioneiros. Segundo o autor, a razão de masculinidade é obtida através da divisão do número total de homens pelo número total de mulheres, multiplicando o resultado por cem. Este resultado, contudo indica o número de homens para cada grupo de cem mulheres³⁶⁶.

Conforme fica explícito no gráfico abaixo, o número de homens importados é muito superior ao número de mulheres. No que tange às três deportações, a razão de masculinidade é de 565 ao longo do período. Contabilizando separadamente, percebemos que o desequilíbrio sexual é recorrente nas três deportações. Do total de emigrantes, a primeira deportação apresenta uma razão de masculinidade superior às demais, pois conforme o gráfico 4, na primeira deportação não encontramos referências da emigração de mulheres; a segunda deportação apresenta uma razão de masculinidade de 563 e a terceira, de 483 no ano de 1825. O recrutamento de homens, preferencialmente solteiros como veremos adiante, foi importante por dois motivos: o Brasil necessitava de soldados para defender o país contra Portugal e de colonos para desenvolver o regime da pequena propriedade, através do trabalhador livre. A historiografia clássica apontou os “avulsos” como o “problema” das colônias. Somente com a tese de Marcos Justo Tramontini, algumas correções foram feitas à temática. Constatou que a desordem, conflitos e assaltos em São Leopoldo não eram exclusividade dos avulsos e dos “maus elementos”, mas sobretudo fruto de descontentamentos frente às promessas não cumpridas pela política de colonização.

Passemos agora a observar o perfil etário dos prisioneiros emigrados. Para nossa felicidade, a fonte por nós utilizada informa a idade da maioria dos prisioneiros, inclusive das crianças e mulheres. Para análise da faixa etária, consideramos como crianças os prisioneiros entre 0-14 anos, adultos que tinham entre 15-49 anos e idosos os pertencentes à faixa etária de 50 anos ou mais³⁶⁷. No que diz respeito aos prisioneiros recrutados (ver gráfico 4), constatamos que levando em consideração a variável: crimes contra a propriedade e contra a

³⁶⁵ BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os Portos do Sul: Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro, c.1790- c.1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) -- PPGHIS/UFRGS, Porto Alegre, 2006, p. 56.

³⁶⁶ Mais informações, ver BERUTE, 2006, p. 56 e Schwartz, Stuart B. *Segredos internos. Engenho e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³⁶⁷ Esse método de análise da faixa etária “pegamos emprestado” do autor Gabriel Berute. Berute, por sua vez baseou-se na definição adotada por Manolo Florentino, na qual dividiu cada um dos grandes grupos em faixas de quatro anos. Mais informações, BERUTE, op. cit., p. 59; FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

vida, não houve a emigração de crianças. Em relação aos adultos, 87% dos prisioneiros com idade entre 15 a 49 anos, mais de 12% são idosos e 1% não informaram a idade. Observando os gráficos 3 e 4, constatamos que o perfil etário do emigrante baliza, preferencialmente, entre 15 e 49 anos, tanto em relação aos homens, quanto às mulheres.

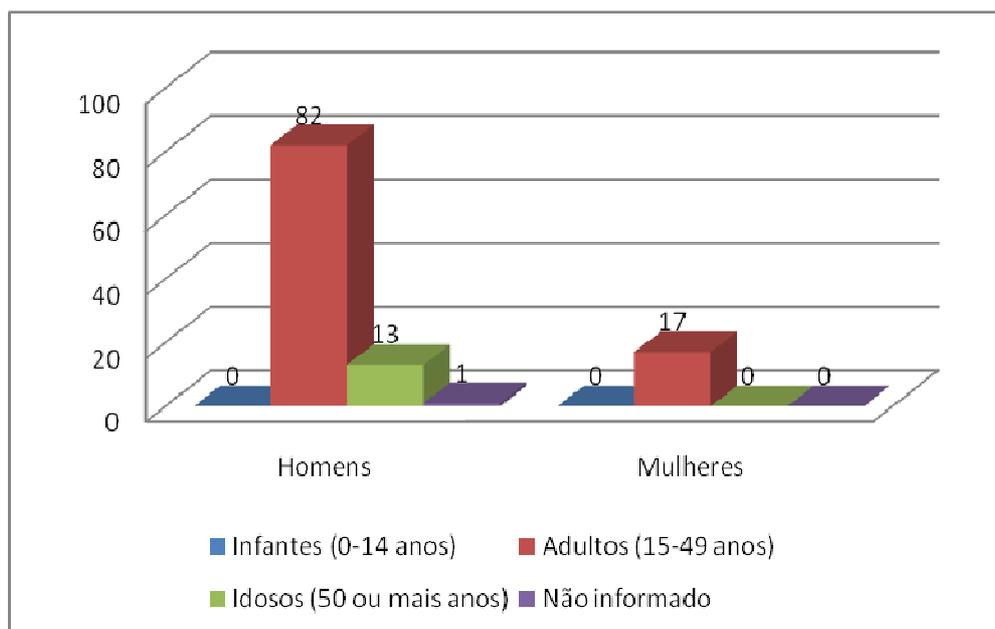


Gráfico 4 - Faixa etária e o sexo dos prisioneiros despachados para o Brasil
Fonte: Apêndices B, C, G, H, I e N

Objetivando fazer uma análise mais específica, optamos apreender a faixa etária dos prisioneiros em relação a cada deportação. Nesse sentido, deixamos de lado a variável sexo para observar a faixa etária do todo dos emigrados entre 1824 e 1825. Conforme dados apresentados no gráfico 5, na primeira deportação, em junho de 1824 foram embarcados 133 prisioneiros no navio Georg Friedrich. Dos 133 mecklenburgueses, 4 cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida, sendo que 3 eram adultos e um não informou sua idade. Veremos a seguir, em relação aos outros tipos de crime que na primeira deportação, o número de crianças é elevado se comparado às demais deportações, o que nos leva a pensar que a primeira leva foi composta por inúmeras famílias, e algumas com um, dois ou até seis filhos. É importante destacar, ainda, que as famílias da primeira deportação, majoritariamente seriam enviadas para o Rio Grande do Sul (São Leopoldo, São João das Missões, Torres, Três Forquilhas). Retomaremos essa análise mais adiante.

Em dezembro de 1824, no navio *Wilhelmine* foram embarcadas 102 pessoas³⁶⁸. No que tange aos que cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida (74 pessoas), não aparecem infantes. Confirmando o que já apresentamos anteriormente, o número de adultos é superior a 58% (66 pessoas). Se comparado o resultado das três deportações, a segunda deportação forneceu o maior contingente de homens adultos (15-49 anos) e solteiros. Em relação à faixa etária dos prisioneiros que emigraram em agosto de 1825, confirmamos o elevado índice de adultos (mais de 26%).

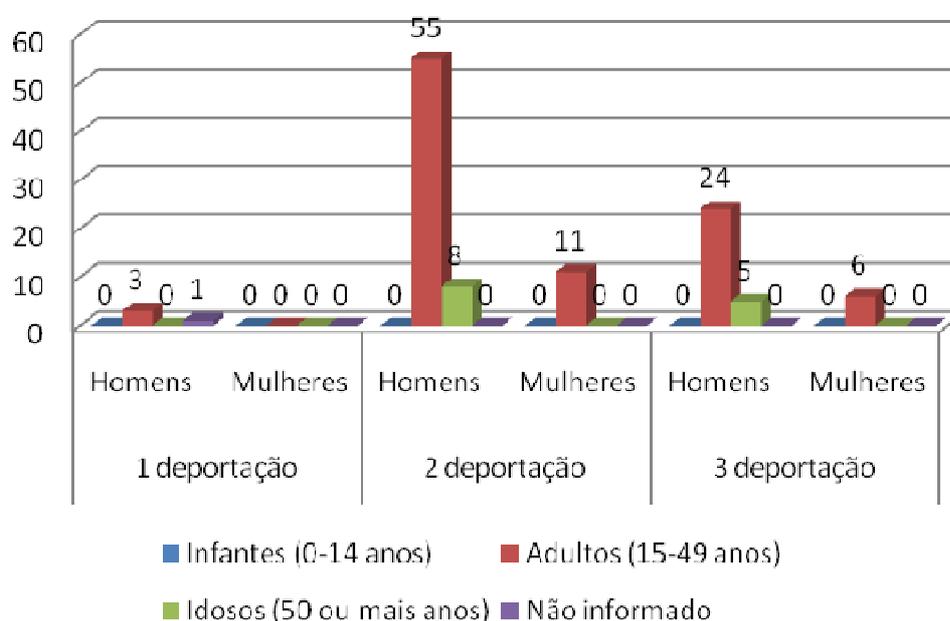


Gráfico 5 - Faixa etária e sexo dos prisioneiros emigrados entre 1824 e 1825
Fonte: Apêndices B, C, G, H, I e N

No navio *Friedrich Heinrich*, dos 83 prisioneiros que seguiram para o Brasil, 35 fazem parte da categoria crime contra a propriedade e contra a vida. Dentre estes, destacam-se

³⁶⁸ Conforme documentação, Jorge Luiz da Cunha contabilizou 99 apenados saídos da Casa de Dömitz, além disso, foram acompanhados por mais dois diaristas e mais cinco mulheres e crianças. Analisando a fonte relativa à saída dos apenados, chegamos a outros números. Conforme consta na documentação, 93 eram prisioneiros (homens e mulheres), quatro mulheres e três crianças acompanharam voluntariamente seus maridos na prisão, além de dois diaristas de Dömitz que seguiram para o Brasil. Bösch, por sua vez, cita que além desse número de presidiários, houve dez pessoas, que voluntariamente, faziam parte do grupo. Mais informações, ver: BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I*. Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. da Casa Garraux, 1929; CUNHA, Jorge Luiz da. *O Rio Grande do Sul e a colonização alemã entre 1824 e 1830*. In: QUEVEDO, Júlio (Org.) *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999. NETb. MLHA Schwerin. Kabinett I, Sig. 54: Acta, die Zweite Abführung von Stock – und Zuchthausgefängenen nach Brasilien betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

preferencialmente homens solteiros (prisioneiros da Casa de Correção, Criminosos militares, Detentos de presídios), poucos casais e algumas uniões realizadas antes do embarque. Diante dos dados e tabelas apresentados, confirma-se nossa hipótese de que o Brasil, através de Schaeffer, recrutou preferencialmente homens adultos para servir como soldados no exército Imperial e algumas famílias e /ou casais para colonizar o Rio Grande do Sul e desenvolver o regime da pequena propriedade. Nem todas as listas de saída apresentam informações acerca do estado civil dos prisioneiros. Em relação à segunda deportação, por exemplo, dos 84 homens, 56 eram casados, 16 divorciados, 4 solteiros, um era viúvo e sete não informaram estado civil. Quanto às mulheres, das 18 que figuram na lista, 9 eram casadas, 5 divorciadas, uma solteira e três viúvas. Espantou-me o número de pessoas divorciadas, no entanto é importante ressaltar que o divórcio era permitido na Europa desde a Idade Média.

Analizamos até aqui o perfil dos prisioneiros envolvidos em crimes contra a propriedade e contra a vida. No próximo sub-capítulo estaremos analisando o perfil dos mecklenburgueses que cometeram outros tipos de crimes. Ambas as análises objetivam observar o perfil dos prisioneiros que deixaram o Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, bem como relativizar a historiografia clássica e as “histórias de famílias” passadas de geração em geração.

4.3 Crimes contra a ordem pública: vagabundos, sem pátria, desertores

Partimos do pressuposto de que a exclusão de um indivíduo ou de um grupo de pessoas não pode ser explicada só por fatores econômicos, mas, sobretudo, por questões políticas, religiosas, aspectos culturais, sociais, étnicos, etc; todas elas devem ser analisadas³⁶⁹. A exclusão dos apenados de Mecklenburg-Schwerin denunciou uma situação de transformação, conflito e desigualdade. Os apenados eram considerados “o outro”, “os de fora”, ou

³⁶⁹ “El crecimiento demográfico y las crisis de hambre no son los dos únicos factores que condujeron al aumento de la pobreza. También la peste y otras epidemias favorecieron este aumento, ya que detenían temporalmente por completo la producción económica, por lo que había que prestar ayuda a gran parte de la población (...) Las epidemias solían declararse en los barrios más pobres, donde peores eran las condiciones de vida. Las guerras no sólo ocasionaban destrucciones que amenazaban la existencia, la pérdida del sustentador y riadas de refugiados, (...)” RHEINHEIMER, Martín. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Traducción de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 10-11.

*outsiders*³⁷⁰ na sua terra de origem, bem como aqueles que estavam à margem da vida social (pobre, desempregado, sem terra e moradia).

Estavam inseridos num contexto, no qual as instituições políticas, econômicas, sociais e o sistema penitenciário apresentavam características exclusivamente de caráter feudal. Esse fato pode ser explicado em decorrência da tardia influência da industrialização na Alemanha, permanecendo dessa forma em relativo atraso se comparada com outras regiões da Europa. Podemos confirmar tal assertiva, quando analisamos as profissões exercidas pelos prisioneiros antes do aprisionamento; profissões como, por exemplo, afiador de facas, caçador, carniceiro, servo, moleiro, diarista, etc³⁷¹. Contudo, é nesse contexto que devemos analisar a documentação relativa ao recrutamento de prisioneiros, bem como os crimes cometidos pelos mesmos, visto que os apenados são fruto de uma sociedade em profundas transformações sociais, pois como analisaremos a seguir, são raros os casos de mecklenburgueses que não tinham profissão ou ocupação profissional antes de seguir para a casa de correção, casa de trabalho ou presídio criminal.

4.3.1 O perfil dos envolvidos e dos crimes

De acordo com as listas de saída de prisioneiros, constatamos que um número significativo de homens adultos (15 a 49 anos) deixou a Casa de Correção e a Penitenciária de Mecklenburg-Schwerin. Em face disso, buscamos observar se essa variável permaneceu em evidência, ao estabelecer duas categorias de análise diferente. Quando analisamos o perfil dos

³⁷⁰ ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

³⁷¹ Conforme Martin Norberto Dreher “o tear a vapor tornava supérfluo o trabalho do tecelão. Os moinhos necessitavam de menos moleiros, os remendões não tinham mais espaço. No campo fora eliminada a servidão da gleba, mas consideráveis contingentes humanos foram colocados à margem do processo produtivo. Além disso, arados mecânicos substituiriam seus arados de madeira puxados por cavalos. Restava a mendicância, a vagância e a vagabundagem, fazendo teatro de marionetes nas praças, cantando nas ruas, levando animais presos a correntes, fazendo acrobacias. Como último recurso restava o pequeno furto que podia degenerar, levando ao assassinato. A situação desses enormes contingentes humanos era lida com critérios morais: não queriam trabalhar. E foram conselhos de ordem moral que acompanharam os mecklenburgueses, quando de sua partida para o Brasil. Foi por razões de ordem moral legal que foram encaminhados a Casas de Correção, a Casas de Trabalho Rural. Nelas deveriam aprender a trabalhar a terra ou outro “trabalho digno”, em um mercado de trabalho que lhes era desfavorável ou que não mais necessitava de sua força e trabalho. Só saíam da Casa de Correção quando tivessem trabalho. Com isso, estavam condenados a aí permanecer indefinidamente. Nas Casas de Correção chegavam por terem estado a mendigar em áreas em que não lhes era lícito mendigar! Também o mendigo tinha que ter passaporte válido que o autorizava a mendigar em áreas nas quais tivesse pátrio direito”. DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, 2010. p. 14 e 15. (no prelo).

prisioneiros que cometeram *crimes contra a propriedade e contra a vida*, constatamos que 99 dos 113 prisioneiros (tanto homens quanto mulheres adultas) emigraram na fase adulta. Nesse sentido faz-se necessário apreendermos o perfil dos prisioneiros emigrados que cometeram *outros tipos de crimes ou crimes de ordem pública*. Começamos pela faixa etária dos criminosos.

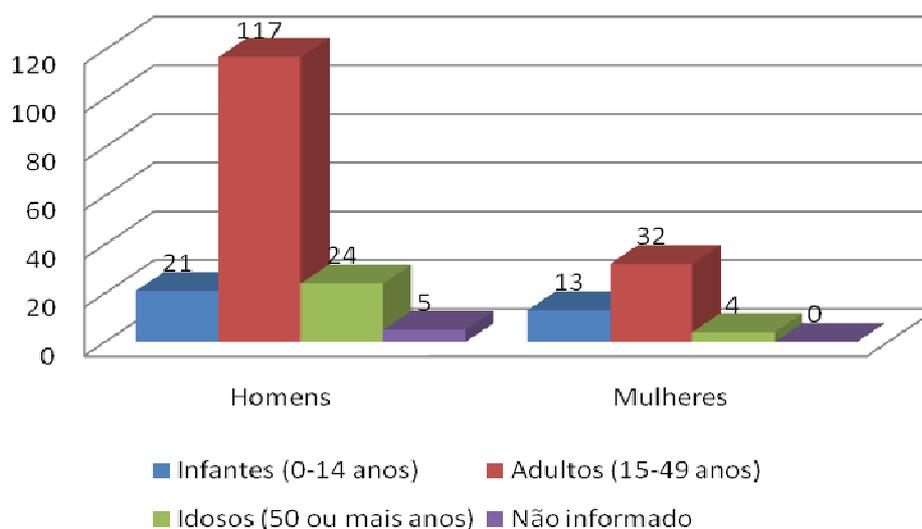


Gráfico 6 - Faixa etária e sexo dos mecklenburgueses (1824-1825)

Fonte: Apêndices B, C, G, H, I e N.

De acordo com os dados apresentados no gráfico acima, dos 216 prisioneiros que cometeram *outros tipos de crime*, 69% correspondem a indivíduos adultos, confirmando a hipótese levantada quando analisamos o perfil dos apenados que se envolveram em *crimes contra a propriedade e contra a vida*. Diferentemente dos dados obtidos na análise anterior, observamos aqui a emigração de 34 infantes entre 0 a 14 anos. Na primeira deportação, o número de crianças é elevado se comparado às demais deportações, levando-nos a constatar que a primeira leva foi composta por inúmeras famílias, e algumas com um, dois ou até seis filhos. Temos aqui os filhos que acompanharam seus pais à Casa de Correção e, depois, ao Brasil. A documentação também evidencia que algumas das crianças nasceram nas casas de detenção, nas quais seus pais se encontravam. É importante destacar ainda, que as famílias da primeira deportação, majoritariamente, seriam enviadas para as colônias de São Leopoldo, São João das Missões, Torres, Três Forquilhas, no Rio Grande do Sul.

Por se tratar de um relatório, baseado no depoimento de dois desertores, devemos ter cuidado com as informações, pois a memória é seletiva. No entanto, o exemplo abaixo explicita o que afirmamos anteriormente:

4. 5. 6. e 7. Philipp von Decken, além de sua esposa e suas duas crianças foram enviados para o Rio Grande na condição de colonos, onde, provavelmente, *receberam uma colônia própria, pois este é o procedimento normal quando se trata de pessoas casadas*³⁷².

Obviamente que o número de pessoas que cometeram *outros tipos de crime* em cada faixa etária foi superior, porque a diferença entre as duas categorias é considerável. No entanto, enquanto 13 idosos emigraram na primeira categoria, na segunda o número quase dobrou, balizando majoritariamente entre 50 a 54 anos de idade (ver apêndices B, C, G, H e I). Por exemplo, o supervisor de salão Friedrich Schulze, tinha 58 anos de idade, era diarista e emigrou com sua esposa e quatro crianças. Devido à idade avançada e possuir família foi encaminhado para o Rio Grande do Sul. Segundo o relato dos desertores Johann Heinrich D. Günther e Johann Friedrich Sichtling³⁷³

62. até 67. O outrora supervisor de refeitório daqui, Schulze, com sua esposa e seus quatro filhos. Ele recebeu uma colônia própria no Rio Grande; a esposa estava grávida quanto daqui emigramos e seu parto ocorreu no caminho do Rio de Janeiro para a colônia que lhe fora designada. Como diversas pessoas tomaram conhecimento do fato, ofereceram-se para ser padrinhos da criança recém-nascida, e nesta oportunidade foram lhe dados presentes tão ricos pelos padrinhos que o Schulze não só pôde adquirir uma segunda colônia, mas também instalar seu negócio³⁷⁴.

³⁷² “4.5.6. und 7. Philipp von der Decken nebst seiner Frau und seinen beiden Kindern, sind als Landbauer nach Rio Grando gekommen, wo sie wahrscheinlich eine eigene Colonistenstelle erhalten haben, weil dies bei verheiratheten Leuten gewöhnlich der Fall ist.” Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I, fl. 3.

³⁷³ Mais informações, ver: MÜHLEN, Caroline von. “Quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil”. A trajetória dos degredados de Mecklenburg no Rio Grande do Sul. In: *VI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2008, p. 239-258.

³⁷⁴ “62. bis 67. Der vormalige hiesige Saalaufseher Schulze mit seiner Frau und seinen 4 Kindern. Er erhielt eine eigenthümliche Colonistenstelle zu Rio Grando, die Frau befand sich im schwangeren Zustande als wir von hier auswanderten, und ihre Entbindung erfolgte auf den Weg, von Rio de Janeiro nach der ihm zugetheilten Colonistenstelle. Da dies mehrere Herrschaften erfahren hatten, so boten sie sich selbst dazu an, eine Pathenstelle bei dem neugebornen Kinde zu übernehmen, und bei dieser Gelegenheit sind ihr so reichliche Pathengeschenke mitgetheilt worden, daß sich der Schulze noch eine zweite Colonie-Stelle nicht nur ankaufen, sondern auch seine Wirthschaft einrichten konnte.” Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I, fl. 11-12.

No gráfico abaixo, podemos verificar mais detalhadamente a faixa etária e o sexo dos prisioneiros emigrados em cada deportação. Cabe destacar que confirmamos o elevado percentual de homens adultos, entre 15 a 49 anos, nas três deportações. Em relação à faixa etária dos prisioneiros que emigraram na primeira deportação, do total de 140 pessoas, 76% eram do sexo masculino, sendo que 15% eram crianças, 48% adultos e 13% idosos. As mulheres correspondem a 24% do total, dividindo-se em 11 crianças, 21 adultas e duas idosas.

Na segunda deportação emigraram 102 pessoas, no entanto somente 28 prisioneiros foram enquadrados na categoria outros tipos de crimes. Estes estavam distribuídos da seguinte forma: 17 homens adultos, cinco mulheres adultas, uma idosa e 5 homens não tiveram a idade informada. No que tange aos infantes, no gráfico abaixo podemos observar que não aparece o número de crianças, pois este dado não foi informado, por isso contabilizamos-las, na categoria “não informado”, juntamente com os dois homens livres que seguiram voluntariamente para o Brasil³⁷⁵. Cabe destacar aqui, que na relação dos emigrantes constam casais. Alguns casaram antes de embarcar, outros, entretanto, formalizaram a união na nova pátria. O casamento ou união com um prisioneiro pode ser percebido como uma forma de regularização de sentença, bem como o direito à emigração para o Brasil.

O casal Johann Carl Witt e Maria Luiza Feldner, por exemplo, deixou o presídio e Casa de Correção, em dezembro de 1824. Maria Luiza seguiu para o Brasil na condição de criada de Johann Carl Witt, pois ainda não havia casado, já que ela tinha impedimento: já era casada. O matrimônio do casal só foi realizado por um padre, pois ambos professavam religião luterana, em 21 de junho de 1825, em Porto Alegre³⁷⁶. Para o padre, Maria Luiza não fora casada, já que, abençoada em seu matrimônio por pastor luterano, vivia em concubinato³⁷⁷. Já em relação à última deportação, os adultos correspondem a mais de 81% dos 48 prisioneiros emigrados; 7 idosos e duas crianças. Com exceção da segunda deportação, podemos observar que nas demais tivemos a emigração de um percentual (mesmo que baixo) de crianças, o que

³⁷⁵ As três crianças que acompanharam voluntariamente o transporte de apenados para o Brasil, das quais não consta a faixa etária, eram filhos de três mulheres que também acompanharam voluntariamente seus maridos. “Christine Heinicke, nasc. Wiencke, e 1 filho Heinrich, 11 anos”, “Marie Hinrichs, nasc. Kühler, e filha de 13 anos, Marie” e “Marie Walter, nasc. Mahncke, e criança de 4 anos, Julie”. Tanto as mulheres quanto as crianças eram “pessoas livres”. MLHA Schwerin. Kabinett I, Sig. 54: Acta, die Zweite Abführung von Stock – und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

³⁷⁶ ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes alemães: 1824 – 1853*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 25.

³⁷⁷ Mais informações sobre a família Witt, ver quinto capítulo desse trabalho.

nos leva a pensar que crimes como vagabundagem, para correção, por não ter pátria foram cometidos por famílias.

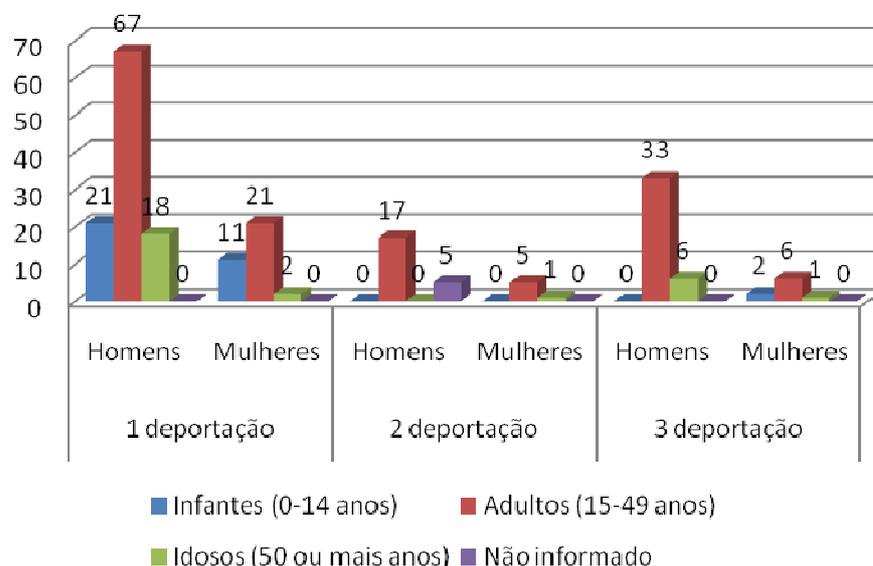


Gráfico 7 - Faixa etária e sexo dos mecklenburgueses
Fonte: Apêndices B, C, G, H, I e N.

Do total de 329 prisioneiros emigrados nas três deportações (1824 a 1826), 66% (216) envolveram-se em *outros tipos de crimes*, enquanto que só 34% (113) enquadraram-se na categoria: *crime contra a propriedade e contra a vida*. Essa diferença talvez se justifique pelo fato de haver uma significativa emigração de famílias, conforme informações dos gráficos 6, 7 e 8.

A razão de masculinidade é de 357 em relação ao número total de prisioneiros que cometeram outros tipos de crimes. Calculando separadamente, para cada deportação chegamos aos seguintes resultados: na primeira deportação os prisioneiros apresentam uma razão de masculinidade de 311, enquanto que na segunda foi de 366 e na terceira, superior as demais deportações, a razão de masculinidade chegou a 433. Comparando com os dados obtidos para os crimes contra a propriedade e contra a vida, constatamos que a razão de masculinidade entre os prisioneiros que cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida foi mais elevado, chegando a 565. Verificamos a elevada razão de masculinidade não só em relação ao número total dos emigrados, mas também em cada deportação. Tal constatação permite avaliar, conforme já afirmamos anteriormente, que configuram-se aqui diversos núcleos familiares.

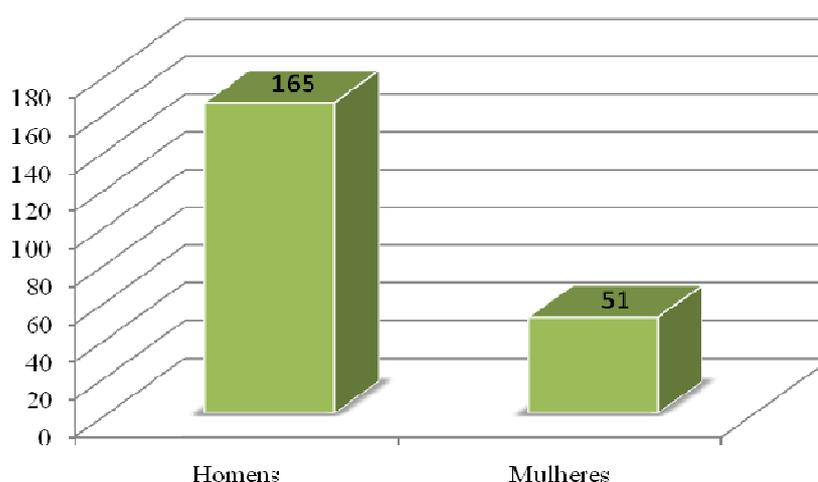


Gráfico 8 - Sexo dos prisioneiros emigrados

Fonte: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend; Mecklenburg Geheimes Und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend e Mecklb. Geheimes Und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend.

Até aqui apresentamos o perfil geral dos emigrantes que cometeram outros tipos de crimes, e constatamos que prevaleceram, ao longo de toda análise, o número de homens adultos e alguns pais de famílias. No que tange aos crimes cometidos pelos prisioneiros (cf. tabela abaixo), mais de 71% dos 216 prisioneiros foram presos por não ter pátria. Em segundo lugar destaca-se o aprisionamento por motivo de deserção; logo a seguir para correção, vagabundagem. As transformações econômicas, políticas e religiosas nos Estados Alemães, além de provocar o empobrecimento da massa, quebraram “todo o sentimento de apego à terra de origem”³⁷⁸, justificando, pois, os 71% de pessoas sem pátria encaminhadas a prisão. Os *Heimatlose*, conforme consta na documentação são aquelas pessoas sem pátria; mas esse mesmo conceito também pode ser traduzido por vadio ou vagabundo. Sob essa designação eram considerados *Heimatlose* aquelas pessoas que exerciam uma atividade proibida, bem como aquelas pessoas que sem passaporte buscavam sobreviver no território, ou seja, sem pátria é aquele camarada que não tem o direito de mendigar fora do seu território de origem. Essa população desenraizada e desiludida encontrou na emigração para o Brasil, a

³⁷⁸ DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, 2010, p. 63 (no prelo).

possibilidade de ter propriedade e uma pátria, conforme promessas feitas por Schaeffer ao Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin.

Tabela 7 - Crimes cometidos pelos prisioneiros

Motivo da prisão	%
Depressão	0,5%
Deserção	6,5%
Falta de legitimação	0,9%
Para correção	5,5%
Para detenção	0,5%
Por vagabundagem	6,9%
Resistência	0,5%
Sem pátria	70,8%
Tumultos /excessos	1,4%
Pessoa livre	4,2%
Não informado	2,3%
TOTAL	100%

Fonte: Apêndices D e L. Mecklenburg Geheimes Und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend.

Ao analisar a tabela acima, constatamos que 71% dos prisioneiros foram encaminhados à Casa de Correção por não ter pátria. Como já enfatizamos, o sem pátria é aquela pessoa que não tem direito de mendigar fora do seu território de origem, visto que a lei que regulava a mendicância estabelecia que cada município deveria prestar assistência a seus pobres, com exceção daqueles originários de outras localidades. Desse modo se reduzia o número de necessitados que as autoridades deveriam atender, porém a consequência dessa transformação foi o aumento da criminalidade entre os migrantes (perceptível na documentação alemã, quando observamos que a maioria dos mecklenburgueses não residia mais no local de nascimento).

Muchos pobres quedaron totalmente privados de ayuda, ya que sus comunidades de origem eludían la asistencia. Creció el ejército de los mendigos y vagabundos sin patria y, como se les prohibiera totalmente la mendicidad con la institucionalización de la beneficencia oficial, se vieron además criminalizados³⁷⁹.

³⁷⁹ RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 87.

As primeiras reformas no que tange à assistência aos pobres são peculiares do século XVI, em toda a Europa. Com a restrição de mendigar fora de sua localidade de origem, entendemos porque 71% dos mecklenburgueses analisados aqui foram encaminhados para as Casas de Correção e de trabalho. Retomando o exemplo do conto escrito por Fritz Reuter que reproduziu e relatou a saga ou trajetória de um *Heimatloser*, isto é, um apátrida ou sem pátria, percebemos algumas peculiaridades acerca do cotidiano da maioria da população europeia, do século XIX.

Em *Ein Heimatloser*, conta a trajetória da família do diarista Krischan Schult para ser aceita como súdito, fosse na Prússia ou em Mecklenburg-Schwerin. “No ano de 1850 ou 1851, na Estância Käseke (Käsch), no Distrito de Demin, Pomerânia Anterior, o diarista Krischan Schult, quinteiro ou moleiro, teve denunciada a moradia pelo inspetor de fazenda P. e foi notificado que deveria deixá-la até São João do mesmo ano”. Após a denúncia do inspetor de fazenda, Schult tentou incansavelmente e sem sucesso buscar uma nova pátria para a sua família. Não encontrando uma nova pátria, comunicou-o ao inspetor, que diante da situação respondeu

“Não me interessa”, diz o inspetor. “Vosmecê foi denunciado em tempo, a moradia já foi concedida a outra pessoa, vosmecê será posto no olho da rua.”- Tudo legal! Assim sucede, e Krischan Schult em um belo dia de junho está na rua com mulher e sete filhos, “tendo sobre si o céu por teto e a noite a envolvê-lo.”

Mas, assim não dá, algo tem que acontecer. – Krischan Schult dirige-se ao Senhor Conselheiro Provincial em Demmin e descreve-lhe sua dificuldade.

“Por quanto tempo vosmecê residiu em Käseke?”, pergunta o Senhor Conselheiro Provincial. – “Nove anos”, é a resposta. – “Onde vosmecê residiu anteriormente?” – “Antes eu ainda não residia, eu atravessei assim a fronteira e casei na época.” – “Pois então vosmecê é um mecklenburguês.” – “Sim, eu sou da região de Ivenack, de Bas’paul.” - “Vosmecê está naturalizado?”- “Nem sei o que é isso.” – “Pois então nada temos a ver com vosmecê, então vosmecê tem que retornar para Basepohl”³⁸⁰.

³⁸⁰ Ein Heimatloser, in: GRUBE, Hans B. (ed.). Reuters Werke. In zwölf Teilen, Zwölfter Teil: Schnurr-Murr – Kleinere Schriften. Berlin, Leipzig, Wien, Stuttgart: Deutsches Verlagshaus Bong & Co, s.d., p. 425-430. Tradução de Martin Norberto Dreher.

Entretanto, Krischan Schult após explicar a situação de dificuldade enfrentada pela família ao Senhor Conselheiro Provincial em Demmin, tem por este constatado que pelo fato de Schult ser mecklenburguês, obrigatoriamente o Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin seria responsável pelo seu súdito (Schult atravessou a fronteira para residir ou buscar melhores condições de vida na Prússia). No excerto abaixo, Reuter descreve a situação de um apátrida, situação enfrentada por 71% dos prisioneiros que cometeram crimes de ordem pública.

A ordem competente é dada, Krischan Schul é levado com mulher e filho, com trapos e farrapos, para o outro lado da fronteira, para Basepohl, uma propriedade do Conde Plessen em Ivenack. – Apresentou-se ao inspetor de fazenda D.: “Bom dia, senhor, pois estou aí novamente.”- “Quem é você? O que você quer?” – “Sim, senhor, eu sou filho do velho Jochen Schulten e morei em Käsche; mas os prussianos não querem mais ficar comigo lá e me atravessaram a fronteira com mulher e filhos.” “É? Quer dizer que você ainda tem mulher e filhos? – Há quanto tempo vocês residem na Prússia?” – “Nove anos.” – “Pois então não se detenha por aqui! Suba rápido de novo na carreta, que veio com você. – Nós não vamos readmiti-lo aqui.” Krischan senta-se novamente na carreta e retorna para Käseke. – “Bem, senhor”, diz ele ao inspetor P. “que faço agora?” – “Sim, que faço agora!” recebe como resposta, “não vou readmiti-lo aqui.” “Tá, então vou ter que me dirigir um pouco de novo ao Senhor Conselheiro Provincial”, diz Krischan Schult e vai para Demin. – “Bem, senhor, aqui estou de volta”, diz ele ao Conselheiro Provincial. – “Estou vendo”, recebe como resposta; “mas aqui você não vai ficar; você tem que atravessar a fronteira de novo.” – “É, então não tem o que fazer”, diz Krischan Schult, ele, a família e efetivos são novamente postos na carreta, despede-se de Käseke e ainda ouve quando o Inspetor P. ordena ao carreteiro que atravesse a sociedade pela ponte do fosso da fronteira; “e ali baixas as tralhas e voltas de imediato, para que o cara não retorne!” – É o que sucede; logo após a mata prussiana de Grammentin passa o fosso de fronteira; do outro lado, junto ao marco, os pertences são despejados, a carreta retorna, e Krischan Schult tem a melhor oportunidade de admirar com calma o céu estrelado de Mecklenburg como outrora fizera com o da Prússia. – Como a coisa se lhe torna enfadonha, ou por não ver nada de especial no fato, apresenta-se novamente ao Inspetor D. em Basepohl: “Bem, senhor, cá estou novamente; e as minhas tralhas estão todas do lado de cá da divisa.”- “Ali não hão de ficar por muito tempo”, diz o inspetor e, acompanhado por destacamento, manda jogar caixotes e caixas novamente para o lado da Prússia. [...] ³⁸¹

³⁸¹ Ein Heimatloser, in: GRUBE, Hans B. (ed.). Reuters Werke. In zwölf Teilen, Zwölfter Teil: Schnurr-Murr – Kleinere Schriften. Berlin, Leipzig, Wien, Stuttgart: Deutsches Verlagshaus Bong & Co, s.d., p. 425-430. Tradução de Martin Norberto Dreher.

Após ser transportado da Prússia para Mecklenburg e vice-versa, o chefe da guarda florestal de Grammentin, se comoveu com a dificuldade e “deu-lhe a permissão pra construir moradia com galhos de árvore e pedaços de grama; a vizinhança apoiava-o com batatas e ele mesmo foi trabalhar na colheita”; a sua mulher e as crianças, no entanto, “praticavam furtos, não por violência, mas de forma precária, assaltando viajantes honrados e domiciliados com horripilante exposição de sua situação apátrida”. Martin Rheinheimer, ao estudar os pobres, mendigos e vagabundos nos Estados Alemães, constatou que “era frecuente que niños, incluso en familias que todavía estaban completas, tuvieran que contribuir al sustento familiar pidiendo”³⁸². Ressalta, sobretudo, a importância da família como mantenedora de um status social. Sem o apoio do cônjuge, por causa de doença, óbito, falta de emprego a situação podia conduzir a família à desintegração ou ao declínio de sua posição na comunidade local. “La ruptura de la convivencia estaba entre otras cosas determinada por la economía de la necesidad”³⁸³.

Vimos na trajetória da família Schult que enquanto o patriarca trabalhava dignamente na agricultura, a sua esposa e filhos praticavam pequenos furtos e/ou imploravam algum tipo de ajuda. As formas de mendigar iam desde “los pobres locales que pedían pan o dinero entre la vengidad; la de los mendigos ocasionales que sólo mendigaban temporalmente movidos por la necesidad aguda, pero también la de los mendigos ambulantes profesionales, (...) había en las ciudades niños mendigos y bandas de adolescentes”³⁸⁴. Além dessa prática, algumas famílias solicitavam apoio das instituições eclesiásticas ou municipais. No entanto, para receber esse apoio, os filhos não podiam ser ilegítimos, ou seja, gerados fora do matrimônio; além disso, a família ou patriarca deveria ter um “capital social” junto à comunidade. Retomando o caso da família Schult fica claro entendermos porque enquanto a sua esposa e filhos permaneceram na Prússia, Krischan Schult, por ser um vagabundo apátrida, foi encaminhado para a Casa de Trabalho de Mecklenburg. Sendo assim, ao analisar os tipos de crimes cometidos, partimos do pressuposto de que situação semelhante foi recorrente entre inúmeros mecklenburgueses.

A história descrita por Fritz Reuter fornece informações importantes acerca do contexto e condições sociais enfrentada pelos emigrantes. A trajetória de um diarista, agricultor ou servo da gleba permite-nos entender as consequências da industrialização, do avanço do

³⁸² RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 125.

³⁸³ Ibid, p. 125.

³⁸⁴ Ibid, p. 125.

sistema capitalista e do latifúndio. Segundo Max Weber, através do seu serviço e pagamento de impostos, o camponês europeu era considerado o meio de manutenção da classe dominante. Essa classe dominante geralmente era composta “pelo dono da terra, que possuía a propriedade superior da terra e com freqüência também o direito de explorar o corpo do camponês”³⁸⁵. Com o aumento populacional, ficava cada vez mais difícil um camponês adquirir uma propriedade que não fora herdada³⁸⁶ ou então realizar divisões hereditárias. Muitos pequenos agricultores foram obrigados a entregar a sua propriedade e submeter-se aos nobres aristocratas agrários, contribuindo para a degradação desse camponês³⁸⁷.

No que tange ao delito cometido pelos 216 prisioneiros, podemos constatar que não se tratava de crimes graves, isto é, eram delitos que podem ser enquadrados na categoria de crimes de perturbação da ordem pública, especialmente em se tratando dos vadios, sem pátria e vagabundos. Os vagabundos não possuíam residência fixa, isto é, vagavam de um lado para o outro ou recorriam às casa de caridade. Os mendigos, por sua vez, circulavam preferencialmente naqueles locais, em que havia a esperança de receber mais esmolas, geralmente nas praças e igrejas. Havia também aqueles mendigos temporários, grupo composto basicamente por trabalhadores sazonais, que migravam para as regiões, nas quais se oferecia oportunidade de trabalho. “A menudo, cuando estaban de camino tenían que pedir ayudas de viaje”. (...)También tenían que mendigar en tiempos difíciles los oficiales artesanos o los criados”³⁸⁸.

Analisando as penas pronunciadas aos prisioneiros, cabe aferir que 89% do total não foram julgados e doravante sentenciados e 4% correspondem às pessoas livres. Somente 7% do total receberam sentença, sendo que 11 mecklenburgueses foram condenados a menos de três anos e 4 condenados de quatro a nove anos de reclusão na Casa de Correção. Talvez essa constatação justifique, conforme a tabela abaixo, por que a maioria dos prisioneiros que cometeram outros tipos de crimes estava na Casa de Correção há somente alguns anos (alguns já haviam cumprido sete anos da sentença, outros alguns meses). Partimos do pressuposto de que o tipo de crime cometido (pequenos delitos) e o não sentenciamento representou fator decisivo para a emigração.

³⁸⁵ WEBER, Max. 1974. Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha. In: *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, p. 425 e 416.

³⁸⁶ Max Weber nos lembra que “o camponês europeu do tipo antigo era um homem que, na maioria dos casos, herdou a terra e produzia principalmente para atender às próprias necessidades”.

³⁸⁷ WEBER, op. cit., p. 418.

³⁸⁸ RHEINHEIMER, Martín. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 123.

Tabela 8 - Penas pronunciadas aos prisioneiros

Penas	1ª deportação		2ª deportação		3ª deportação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Alguns meses	-	-	-	-	-	-
Menos de três anos	-	-	10	1	-	-
De quatro a nove anos	-	-	4	-	-	-
Dez ou tempo determinado mais longo	-	-	-	-	-	-
Prisão ou Casa de Correção por alguns anos	-	-	-	-	-	-
Com pena perpétua	-	-	-	-	-	-
Pessoa livre	-	-	4	5	-	-
Não informado	106	34	4	0	39	9
	106	34	22	6	39	9
TOTAL	140		28		48	

Fonte: Ibid, tabela 7.

Comparando os dados obtidos acerca do ano da chegada dos prisioneiros que cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida com os dados apresentados no gráfico abaixo, verifica-se que se trata de prisioneiros que haviam cumprido só alguns anos de reclusão. Dito de outra forma, além de 65% para os quais não se informou o ano da chegada e dos 4% relativo às pessoas que acompanharam livremente, 59 mecklenburguêses entraram na Casa de Correção entre os anos de 1823 e 1825.

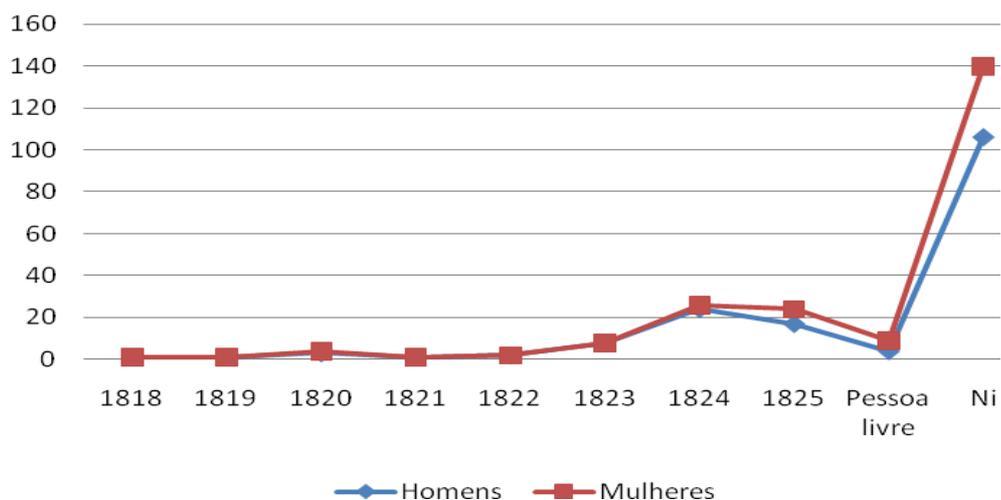


Gráfico 9 - Ano da chegada dos prisioneiros à Casa de Correção
Fonte: Ibidem gráfico 7.

Analisando, mais especificamente, o ano de chegada à Casa de Correção destes homens e mulheres que cometeram crimes de ordem pública, a questão se distribui da seguinte maneira:

Tabela 9 - Ano de chegada à Casa de Correção

Ano	1ª deportação		2ª deportação		3ª deportação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1818	-	-	-	-	1	-
1819	-	-	1	-	-	-
1820	-	-	2	-	1	1
1821	-	-	-	-	1	-
1822	-	-	1	-	1	-
1823	-	-	5	-	3	-
1824	-	-	9	1	15	1
1825	-	-	-	-	17	7
Pessoa livre	-	-	4	5	-	-
Ni*	106	34	-	-	-	-
	106	34	22	6	39	9
TOTAL	140		28		48	

*Não informado.

Fonte: Ibid, gráfico 7.

Ao analisar a ocupação profissional (tabela 10) exercida pelos apenados antes de serem encaminhados à Casa de Correção, constatamos que a maioria não informou ou declarou a profissão anterior. Dos que informaram, a maioria exercia atividades ligadas à terra, isto é, 33 eram agricultores e 23 servos da gleba, justificando-se, pois, em decorrência da abolição da servidão da gleba no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, em 1818. Além desses números, outra atividade profissional destacou-se: os ex-soldados. Provavelmente refere-se ao contingente desincorporado dos batalhões de Napoleão Bonaparte.

Comparando os dados obtidos na tabela abaixo com as informações da ocupação profissional dos prisioneiros que cometeram crimes contra a propriedade e contra a vida, observamos a disparidade de profissões ligadas à terra, como agricultor, servo, criado, enquanto que é baixo o número de pessoas que não declararam a ocupação profissional. O elevado percentual de ex-diaristas, ex-agricultores se deve à expulsão da terra, causando o seu empobrecimento e, doravante, criminalidade (furto de lenha, furto de pequenos gêneros alimentícios, furto de peças de vestuário, furtos na horta ou lavoura). As transformações na estrutura econômica e social estavam intrinsecamente ligadas ao aprisionamento de inúmeras pessoas em Casas de Correção.

Tabela 10 - Profissão dos prisioneiros

Profissão anterior	1ª deportação		2ª deportação		3ª deportação	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Açougueiro	-	-	-	-	1	-
Agricultor (diarista)	22	6	-	-	5	-
Aguardenteiro	-	-	-	-	3	1
Alfaiate	3	-	-	-	3	-
Afiador de facas	-	-	1	-	-	-
Caçador (soldado)	8	-	10	-	4	-
Carniceiro	1	-	-	-	-	-
Carpinteiro	3	-	-	-	-	-
Cirurgião	1	-	-	-	2	-
Servo	15	3	2	-	2	1

continua

continuação

Empregada doméstica (criado)	1	-	-	1	2	1
Escrevente	1	-	-	-	-	-
Estampador de chitas	1	-	-	-	-	-
Jardineiro	1	-	-	-	-	-
Jornaleiro	1	-	1	-	2	-
Marceneiro	2	1	-	-	1	-
Marinheiro	2	-	-	-	1	-
Mestre de boticário	-	-	-	-	1	-
Moleiro	-	-	-	-	2	-
Negociante	-	-	-	-	3	-
Oleiro	1	-	-	-	-	-
Padeiro	3	1	-	-	1	-
Pedreiro	4	-	-	-	-	-
Sapateiro	2	1	-	-	-	-
Seleiro	1	-	-	-	-	-
Serralheiro	1	-	-	-	-	-
Servidor de tribunal	-	-	-	-	1	-
Tanoeiro	1	-	-	-	1	-
Tecelão	1	-	-	-	1	-
Vagabundo	-	-	1	-	-	-
Pessoa livre	-	-	4	5	-	-
Não informado	30	22	3	-	3	6
	106	34	22	6	39	9
TOTAL	140		28		48	

Fonte: Ibid, gráfico 7.

Ao longo deste capítulo, buscamos apreender as características demográficas dos mecklenburgueses (329) recrutados pelo governo brasileiro, através dos crimes cometidos pelos mesmos. Nesse sentido, constatamos que essa “turma” era composta por criados,

agricultores, caçadores ou soldados, isto é, a camada mais pobre e excluída decorrente do avanço e transformações advindas da industrialização na Europa. Jean-Claude Schmitt destaca que o aumento da marginalidade, criminalidade e o surgimento de uma nova classe social, composta por mendigos, vagabundos, criminosos se fortaleceu nos momentos de crise. “Primeiro no campo, mas logo também nas cidades, que o êxodo rural enche de turbas de mendigos”³⁸⁹. Nos Estados Alemães, surgem as Casas de Correção com a política de coibir o crime, impor o valor ético do trabalho através da coerção, bem como de reforçar moralmente os pobres.

A expulsão dos mendigos não basta para exorcizar o medo do crime, nem para satisfazer o desejo de higiene social – a partir de então, eles são internados. [...] Nesses hospitais-prisão, não há medicina, mas sim coerção. O desempregado é alimentado, mas perde a sua liberdade³⁹⁰.

Além de mendigos, vagabundos e criminosos, inúmeros apátridas integraram as três deportações que por sua vez revelam a crescente mobilidade e a dificuldade de encontrar condições dignas de vida na Europa. Os dados apresentados revelaram-nos que um número considerável de homens adultos (15 a 49 anos) e solteiros aportou no Brasil, a partir de 1824, e não antes desta data, como pondera Theodor Amstad. Além disso, não podemos afirmar que os mecklenburgueses formaram bandos de ladrões por assaltar residências, fazendas e igrejas, pois ao acompanhar a trajetória de algumas famílias, constatamos que alguns conseguiram se inserir na colônia alemã (apesar do estigma construído por descendentes de alemães, através de uma narrativa apologética). É lícito destacar que o mau imigrante na terra de origem não necessariamente adotaria o mesmo comportamento na nova terra, bem como o bom imigrante poderia transformar-se em “imigrante indesejável”. Nesse sentido, a criminalidade entre as classes subalternas pode ser entendida como uma adaptação ou resistência frente à dominação de classe, pois a pobreza pode levar pessoas a quebrar as normas sociais. Vale ressaltar que em épocas de crises e transformações no sistema econômico, a fome e a criminalidade aumentaram consideravelmente, pois os furtos aconteciam em decorrência do desemprego e da miséria. Os mecklenburgueses protestaram contra as transformações provocadas pela

³⁸⁹ SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 275.

³⁹⁰ Ibid, p. 278.

Revolução Industrial, a miséria, o desemprego; no entanto, por causa de tal prática foram encaminhados às Casas de Correção e Penitenciárias alemãs.

*PARTE III - Trajetórias de mecklenburgueses no
Rio Grande de São Pedro Oitocentista*

5 EM BUSCA DE MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA: ESTRATÉGIAS SOCIAIS E TRAJETÓRIAS FAMILIARES

5.1 Viver e sobreviver na Colônia Alemã: razões de sua fundação

A superabundância de homens em todas as profissões da Europa e a certeza de uma vida precária em seu próprio país determinaram muitos a emigrar. [...] O camponês separava-se sem pesar da terra de seus pais, abandonando, indiferente, seus campos sobrecarregados de impostos e normas para procurar uma nova pátria nas florestas do Brasil ou nas planícies do Missouri. O operário artífice andrajoso, com o estômago vazio, que vagueara durante meses procurando debalde trabalho, embarcava alegremente para levar sua arte à América, lembrando-se de fábulas do Eldorado, dos tempos de sua meninice e onde esperava fácil e rapidamente amontoar tesouros. Soldados veteranos, cuja vida fora toda consagrada à profissão das armas, indiferentes à causa por que combatiam, julgavam de bom proveito por a bravura ociosa à disposição do Governo Brasileiro.³⁹¹

A partir da década de 20, do século XIX, lavradores, artesãos, comerciantes, militares e mais tarde, burgueses e intelectuais emigraram para a Colônia Alemã de São Leopoldo, com intuito de “procurar uma nova pátria nas florestas do Brasil”. Vimos ao longo deste trabalho que em grande medida, os mecklenburgueses emigrados perfaziam uma parcela da população empobrecida na Europa.

Criada às margens do Rio dos Sinos, em 1824³⁹², São Leopoldo fazia parte de um projeto imperial que visava o estabelecimento de colônias oficiais e particulares, com o intento de desenvolver o artesanato, o comércio, a policultura com base no trabalho familiar para abastecer os centros urbanos mais próximos e os batalhões de militares, recrutar colonos e descendentes para os corpos militares, construção do Estado Nacional, substituição do braço cativo por uma classe de homens livres, europeus e “civilizados”, bem como promover o branqueamento da população brasileira.

³⁹¹ BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I*. Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. da Casa Garraux, 1929, p. 3-4.

³⁹² A Colônia Alemã de São Leopoldo localizava-se no vale do Rio dos Sinos, onde em 1788 funcionava a Real Feitoria do Linho Cânhamo (AMADO, Janaína. *A Revolta dos Mucker*. 2ª Edição. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 33). Segundo Oliveira, a feitoria era um empreendimento estatal que, com base no trabalho escravo, se produzia fibras destinadas a fabricação de cordas para navios (OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: Editora EST, 2006, p. 44).

Além dos objetivos elencados anteriormente, o

projeto de colonização europeia no Rio Grande do Sul atenderia aos interesses de consolidação da ocupação de uma área de fronteira ainda instável e pouco povoada e, nesse sentido, pode ser vista como uma continuidade da experiência de colonização em pequenas propriedades iniciada no século anterior com famílias de açorianos³⁹³.

Foi considerada por alguns estudiosos como um “marco” da imigração para o Brasil, pelo fato de ser a primeira colônia oficial a atingir os objetivos propostos pelo governo brasileiro. Assim sendo, veremos ao longo do texto informações acerca do cotidiano, matrimônio, compadrio de alguns mecklenburgueses, bem como aspectos acerca do espaço em que estavam inseridos: São Leopoldo, Torres/Três Forquilhas, São João das Missões.

5.2 Quotidiano e formas de sociabilidade: mobilidade e inserção social dos ex-prisioneiros no Rio Grande do Sul

A sociabilidade como objeto da História tem recebido cada vez mais a atenção dos historiadores. Maurice Agulhon³⁹⁴, na década de sessenta do século XX, deu “o pontapé” inicial com a publicação de sua importante obra “La sociabilité méridionale: confréries et associations en Provence orientale dans la deuxième moitié du XVIII siècle”. Ao estudar a França, Agulhon destaca duas formas distintas de sociabilidade: os cercles e os chambrées. Os cercles eram “logares colectivos puramente masculinos en los que los burgueses, en grupos de amigos, se reunen periódicamente para leer los periódicos, beber, conversar o jugar ‘juego de sociedad’”³⁹⁵, isto é, caracterizava-se como um espaço de sociabilidade de “cariz burguesa”. Os chambrées, todavia, eram um local de encontro da classe popular. “Está formada sobre

³⁹³ OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: Editora EST, p. 45.

³⁹⁴ Para Agulhon a sociabilidade pode ser formal, como por exemplo, as associações vinculadas ao Estado e que possuem normas; e informal (cafés) quando não há regras de normatização, não é institucionalizada.

³⁹⁵ AGULHON, Maurice. *História vagabunda. Etimología y política em La Francia contemporânea*. México: Instituto Mora, 1994, p. 24.

todo por campesinos, pequeños propietarios agricultores, que viven en pueblos aglomerados”³⁹⁶.

A temática da sociabilidade, há cerca de 40 anos, integra o campo historiográfico, como uma categoria analítica. Para Sandra Fernández e Paula Caldo, “la sociabilidad puede delimitarse como aquel conjunto de prácticas de convivialidad que caracterizaron a ciertas sociedades del pasado”³⁹⁷. E esta se destaca pela interdisciplinaridade, uma vez que pesquisadores de outras áreas, como antropologia, pedagogia e sociologia, passaram a realizar pesquisas tendo a sociabilidade (grupos que mantêm relações entre si) como categoria de análise fundamental para entender a sociedade.

No Brasil também surgiram inúmeros espaços de sociabilidade, com diferentes motivações que acolhiam os diversos grupos sociais, como clubes, assembleias, reuniões, atividades de dança, jogo, teatro, etc. As atividades desenvolvidas na Europa e no Brasil reproduziam-se no mundo ocidental e também na vida social da província, que juntamente com as manifestações regionais dos imigrantes, criaram novas formas de sociabilidade.

A sociabilidade desenvolvida nas cidades sul-rio-grandenses ocorreu, primeiramente no espaço privado das casas, onde se recebiam a elite local e os visitantes para saraus, ou sessões de canto. Nos clubes, tanto da capital quanto do interior, o baile era a atividade social por excelência, assim como ir ao teatro e freqüentar a missa aos domingos e/ ou nos dias de festa. Casamentos e batismos eram motivos para uma reunião de amigos e familiares e um momento de lazer bastante esperado. As festas religiosas ocupavam lugar de destaque, especialmente as do Espírito Santo e Corpus Christi, entre os lusos, e Natal e Páscoa, entre os imigrantes³⁹⁸.

Mas afinal, o que é a sociabilidade? Baseada em Maurice Augulhon, Fernández pondera que a “sociabilidad refiere a la aptitud que lleva a los sujetos a agruparse de manera voluntaria en asociaciones”³⁹⁹. Nesse sentido, nem o indivíduo nem a sociedade pode ser

³⁹⁶ AGULHON, Maurice. *História vagabunda. Etnología y política em la Francia contemporânea*. México: Instituto Mora, 1994, p. 18.

³⁹⁷ FERNÁNDEZ, Sandra e CALDO, Paula. *Por los senderos Del epistolário: las huellas de la sociabilidad*, (mimeo), p. 3.

³⁹⁸ RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.; Coord.). *Império*. Passo Fundo: Mérito, 2006. v. 2, cap. 19. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul), p. 426. [grifo nosso]

³⁹⁹ FERNÁNDEZ e CALDO, op. cit., p. 5.

entendido isoladamente, mas sim através das relações entre e com os outros indivíduos. E essas sociabilidades podem tomar várias formas, das mais institucionalizadas até as informais, nas quais predominam os laços mais íntimos e afetivos. A sociabilidade só é mantida através de uma complexa rede de relações sociais que envolvem os indivíduos. Através dessa rede ou “capital social”⁴⁰⁰, ocorre a circulação ou troca de bens, serviços materiais ou imateriais, bem como, amizades, parentescos, etc. Enfim, para Simmel, a vida social é um movimento pelo qual não cessam de se remodelar as relações sociais entre os indivíduos⁴⁰¹. É a partir desse entendimento do conceito de sociabilidade que analisaremos as famílias⁴⁰², bem como as estratégias matrimoniais desenvolvidas pelas mesmas.

5.2.1 Tecendo alianças: cruzando destinos e trajetórias diversas

*O matrimônio é um momento crucial dentro das estratégias de reprodução social. Ao estabelecer laços familiares, ele torna-se o garantidor da perpetuidade de tais grupos ao mesmo tempo em que amplia as redes sociais dos indivíduos envolvidos. [...] No cálculo matrimonial encontravam diversas variáveis, ligadas sobretudo às possibilidades de manutenção do **status quo** ou de ascensão social do grupo⁴⁰³ [grifo do autor].*

⁴⁰⁰ “Pierre Bordieu entiende por capital social la red de apoyos a la que podía recurrir el individuo: la ayuda recibida de parientes, vecinos o patronos; el crédito para la asistencia médica; la intercesión de autoridades e instituciones; la mediación para conseguir trabajo, etc.” (RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 18)

⁴⁰¹ WILD, Bianca. *Georg Simmel: Compreensão inicial*. <http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/645632>, acesso em: 11 jun. 2009, às 17:00.

⁴⁰² Para Levi, “a família, entendida como um conjunto de parentes e aliados, não se estruturou de forma uniforme, com indivíduos que gozassem de deveres e direitos iguais, e sim como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso”. LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.110. Faria chama atenção, diferentemente do caso francês, inglês e americano, para o ocidente “não existiu uma única história da família”. Para Michel Anderson “o ocidente sempre se caracterizou pela diversidade das formas de família, das funções da família e das atitudes para com as relações familiares, não só ao longo dos tempos mas em pontos precisos do tempo”. ANDERSON, 1984, p. 10 apud FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 45.

⁴⁰³ BOTELHO, Tarcício R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, MG, Brasil, 2004. Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_65.pdf> Acesso em: 30 abril 2009, p. 2.

Em dias do mês de julho de 1864, Maria Catharina Bier, filha legítima de Nicolau Bier e Maria Catharina Bier⁴⁰⁴, natural da Alemanha e residente na Vila de São Leopoldo contraiu enlace matrimonial com João Adolpho Eschlotthauer. O ato foi consumado pelo rito evangélico, à qual ambos pertencem, no lugar denominado Linha Nova, do mesmo município, por um tal de Weber. Todos os familiares acreditavam numa feliz e duradoura união. Após três anos de união e sem herdeiros, Maria Catharina moveu um ato de protesto, no qual protestava contra “esse ilegal e nulo casamento”⁴⁰⁵ e contra o registro do mesmo para que “jamais possa ele ser registrado”. A suplicante relata que foi “forçada” pelo pai Nicolau Bier a casar contra a sua vontade com João Adolpho Eschlotthauer, motivo pelo qual “semelhante consórcio não podia ser feliz nem duradouro”.

A infeliz história matrimonial resenhada aqui reforça a importância do matrimônio⁴⁰⁶ não só entre a elite brasileira, mas também entre os pequenos proprietários. Aqueles que possuíam poucos bens faziam uso do matrimônio como importante estratégia de reprodução social⁴⁰⁷, manutenção do *status quo*, ascensão e/ou inserção local das famílias e parentes envolvidos. Célia Muniz lembra que

(...) os pequenos proprietários embora não tivessem dirigido seus esforços para conseguir bens sociais e políticos como a elite, usavam muitas vezes das mesmas estratégias dos grandes, contudo com objetivos diferentes, manter a família unida e resolver os grandes problemas econômicos (...) era o objetivo principal⁴⁰⁸.

⁴⁰⁴ Provavelmente Maria Catharina Bier nasceu em 9 de outubro de 1844, em Oberlinksweiler/Alemanha. DREHER, Martin. Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM).

⁴⁰⁵ Segundo informações descritas no auto de protesto “semelhante consórcio” era ilegal e nulo porque não foi “efectuado debaixo das fórmulas legais que prescrevem o rito e a lei. Nestes termos “não pode a suplicante de forma alguma considerar válido e porque não foi observado o que dispõem o artigo 40 do Decreto n. 3069, de 17 de abril de 1863”[sic]. (APERS, São Leopoldo, 1º Cartório do Cível e Crime, Maço 49, ano 1867, n. 1828)

⁴⁰⁶ Para Woortmann, “o casamento não envolve apenas a questão do sentimento/consentimento dos noivos. Está em jogo, também, os bens envolvidos e as disponibilidades de cada família. A palavra *Geschäft* significa tanto a transação comercial quanto a casa comercial (venda ou armazém)”. WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Colonos do Sul e Sítiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/EdUNB, 1995, p. 161-162.

⁴⁰⁷ Rheinheimer lembra a importância das relações de parentesco, compadrio e clientelismo para os indivíduos, especialmente nos momentos de crise, pobreza e necessidade. “El aparcerero afianzaba su posición eligiendo como padrino de sus hijos al agricultor que le había arrendado un trozo de terreno, y para el que trabajaba como jornalero. Al hacer también padrinos a otros agricultores o a miembros de la familia de éstos, se creaban nuevos vínculos que entrañaban la posibilidad de nuevas relaciones de trabajo y aseguraban la posición futura de los hijos. Si los padres morían, cabía al menos la esperanza de que los padrinos se hicieran cargo de mantenerlos” (RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 84).

⁴⁰⁸ MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Uma metodologia para o estudo de famílias de cafeicultores do Vale do Paraíba no século XIX. In: *COLÓQUIO DO LAHES*, 1., Juiz de Fora, LAHES, 2005, p. 2.

Provavelmente a união das famílias Bier e Schlotthauer tivesse esse objetivo. No entanto, cabe destacar que nem sempre os noivos estavam plenamente de acordo com o “consórcio”, como foi denominado o enlace matrimonial descrito. Tarcísio Botelho, em artigo intitulado *Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850*, analisou os registros de casamentos e discorre acerca das práticas de constituição de famílias legítimas entre a população livre de Catas, observando algumas variáveis como cor, origem, local de nascimento, ocupação profissional dos noivos.

Verifica que a posição em relação à escolha dos nubentes tomou outra direção após a revolução industrial na Europa. Apesar da importância dos laços matrimoniais para as famílias, com a modernização e conseqüente valorização das relações pessoais individuais, a definição do cônjuge, que até então ficava a cargo do “grupo familiar mais amplo”, foi progressivamente delegada ao indivíduo. Ao longo de sua análise, destaca a associação do processo de modernização com “uma maior mobilidade na escolha dos parceiros”, o que resultaria no aumento da heterogamia, que por sua vez, pode ser entendida como a “busca de parceiros fora do grupo social de origem”⁴⁰⁹.

Nesse sentido, com auxílio de Inventários, Testamentos, Processos-crimes, Registros Paroquiais de Lei de Terras, Registros Paroquiais de Paróquias Eclesiásticas - São Leopoldo, Três Forquilhas – intentamos analisar algumas trajetórias e apontar as estratégias utilizadas por alguns ex-prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin para conseguir se inserir na comunidade receptora do século XIX, quando a historiografia clássica diz que os ex-prisioneiros não conseguiram se inserir, desaparecendo sem deixar vestígios e descendentes. Contudo, partimos do pressuposto de que os sujeitos fazem escolhas o tempo todo e “tomam decisões em contextos em que estão sempre socialmente posicionados”, principalmente através da interação e das relações sociais⁴¹⁰. Diante disso, pareceu-nos relevante analisar a trajetória matrimonial de algumas famílias de origem germânica – duas estabelecidas na Colônia Alemã de São Leopoldo e uma em Três Forquilhas -, a fim de explicitar a importância do casamento como forma de socialização informal, ampliação dos

⁴⁰⁹ BOTELHO, Tarcísio R. *Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, MG, Brasil, 2004. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_65.pdf> Acesso em 30 abril 2009, p. 2.

⁴¹⁰ FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: família de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado em História) -- PPGH-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 34.

laços de amizade, vizinhança e parentesco, adaptação ao meio e, principalmente, de inserção social de um grupo de imigrantes estigmatizados.

A partir da década de 70, o aparecimento de uma abordagem micro-histórica⁴¹¹, viabilizou (através da redução da escala de observação) o estudo das estratégias (laços matrimoniais) e das relações sociais construídas pelos sujeitos. Quando falamos de estratégias sociais, é preciso ter cuidado para não estabelecer um único padrão ou um modelo adotado pelas famílias, pois como diz Levi, “durante a vida de cada um aparecem, ciclicamente, problemas, incertezas, escolhas, enfim, uma política de vida cotidiana cujo centro é a utilização estratégica das normas sociais”⁴¹², que são balizadas pelos “recursos” a que os agentes sociais tinham acesso no contexto social em que estavam inseridos. Dessa forma, as estratégias sociais poderiam ser consideradas como parte de “campos de possibilidade”, nos quais as pessoas “atuam com uma própria estratégia significativa”, com intuito de condicionar e modificar as normas, pois tais estratégias não eram suficientes para impedir as formas de dominação.

Nesse caso, os mecklenburgueses condenados ao estigma de prisioneiros, valeram-se da estratégia matrimonial para inserir-se e ampliar suas relações na sociedade de destino, pois, conforme Sheila de Castro Faria “casar-se significava uma estabilidade familiar e um respeito social”⁴¹³. A dificuldade de adaptação, de cumprimento das tarefas, a pobreza, bem como o descomprometimento do governo fez com que “ter e formar” uma família fosse a base da manutenção da sobrevivência na colônia hostil. A família, segundo Amado (2002, p. 45), foi “um tipo de grupo já constituído e conhecido, o único a ser transportado integralmente da

⁴¹¹ Conforme já enfatizamos anteriormente, este exercício está baseado na observação micro-analítica, pois a redução de escala permite observar algumas experiências cotidianas, bem como estratégias colocadas em prática pelos atores sociais focados nesta análise. A micro-história é resultado de uma reação ou revisão da abordagem da história social e esta, por sua vez, sugere a reformulação de concepções, exigências e procedimentos, preocupando-se, pois, com as ações dos indivíduos, privilegiando, nesse sentido, uma análise qualitativa das fontes. Desde os anos 70, a proposta micro-analítica vem sendo amplamente utilizada por diversos historiadores, inclusive brasileiros, visto que fornece elementos teórico-metodológicos que permitem pensar a diversidade das ações dos indivíduos, bem como o cruzamento de documentos ou fontes primárias acerca dos agentes sociais, como por exemplo no caso dos ex-prisioneiros de Mecklenburg. É peculiar da análise micro-histórica a valorização do conhecimento empírico e a mudança da escala de análise. Kracauer já observara tal princípio, ressaltando que o historiador ou pesquisador não pode transferir os resultados obtidos no âmbito macroscópico para o microscópico e vice-versa (GINZBURG, Carlo. *Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito*. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.277). Quer dizer, diferentemente do que o nome sugere, na análise micro-histórica “é o princípio da variação que conta, não a escolha de uma escala em particular”. (REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: _____. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998. p.20).

⁴¹² LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 45.

⁴¹³ Mais informações, ver FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 304.

Alemanha para o Brasil”⁴¹⁴. Vimos que, no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, a família era extremamente importante, principalmente nos momentos de crise. O valor da família pode ser claramente percebido na nova Colônia Alemã de São Leopoldo, pois representava o traço de “união entre os homens, razão e força de seu viver: ‘sem minha família eu não sou ninguém’”⁴¹⁵, escreveu um colono, em 1842. No entanto, cabe destacar que talvez este caminho não fosse igual para todas as famílias, nem que estas trajetórias tenham sido um caso excepcional, mas sobretudo uma possibilidade de entender algumas peculiaridades do cotidiano e da dinâmica de inserção através do estudo da história de uma família imigrante⁴¹⁶. Assim sendo, ao perseguir as estratégias matrimoniais das famílias Klinger, Haacker e Bobsin, o intento é desmistificar a “idéia-força” de que os mecklenburgueses “sumiram sem deixar vestígios”, “desapareceram da colônia alemã” ou “morreram”.

Johannes Klinger, 36 anos de idade, natural de Wittenberg e sua esposa Maria Christina Harloff – com 27 anos de idade -, deixaram a Casa de Trabalho Rural de Güstrow, em junho de 1824. Antes do embarque, o casal declarou “livremente a sua intenção de emigrar ao Brasil na condição de colonos”⁴¹⁷ e de fato, integraram a “turma” de 133 pessoas embarcadas no navio Georg Friedrich. Além do casal, emigraram um filho homem e uma

⁴¹⁴ AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 45.

⁴¹⁵ *Ibid*, p. 45.

⁴¹⁶ No Brasil, existem poucas pesquisas que privilegiaram as estratégias matrimoniais, principalmente no que se refere à escolha dos cônjuges. Reduzindo a escala de observação para o Estado do Rio Grande do Sul e nos detendo à população de origem germânica, constatamos a escassez de trabalhos historiográficos sobre essa temática. Alguns trabalhos sobre a reconstituição de família foram produzidos, sobretudo no sudeste e sul do país, destacando majoritariamente a trajetória de famílias escravas no Brasil; portanto, com o objetivo de contribuir com algumas lacunas historiográficas, estudaremos alguns casos particulares. Trabalhos sobre história da família, ver: BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997. BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001. BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998, Tese (Doutorado em História) -- USP., São Paulo, 1998. BOTELHO, Tarcísio R. Família escrava em Catas Altas do Mato Dentro (MG) no século XVIII. *Paper* apresentado na *V Jornada Setecentista*, Curitiba: CEDOPE/UFPR, 2003. BOTELHO, Tarcísio R. The demography of accomodation: the slave demography in Minas Gerais, Brazil, 18 century. *Paper* apresentado na *ISOS Conference 2003: Resistance and Accomodation: Strategies of Survival in Slave Societies*, Nottingham: University of Nottingham, 2003. BRUGGER, Sílvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. 2002, Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 2002.. FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. MOTTA, José Flávio. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências*. São Paulo: Humanitas, CEDHAL. 2002, p. 235-254. NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

⁴¹⁷ Comprovação retificada daqueles trabalhadores da Casa de Trabalho Rural, os quais declararam livremente sua intenção de emigrar ao Brasil na condição de colonos e que foram enviados para lá. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl 34. Tradução de Martin Norberto Dreher.

filha mulher, ambos nascidos no Estado Alemão: Carl Heinrich Harloff – na ocasião da saída com 5 anos de idade – e Louise Bauer, natural da Casa de Correção Rural e com cinco semanas de vida. Cabe destacar que ambos os filhos não aparecem com o sobrenome paterno, o que nos leva a pensar que foram gerados de forma ilegítima. Como já foi dito nos capítulos 2 e 3, a mulher não podia emigrar solteira – com filhos ou sem – e nem receber terras no Brasil. Dessa forma, as mulheres emigrantes contraíram enlace matrimonial antes do embarque. Como não dispomos dos registros matrimoniais celebrados nas Casas de Correção, não podemos precisar se este foi o caso da família Klinger.

Conforme as informações da lista de saída, Klinger⁴¹⁸ declarou exercer o ofício de sapateiro. Com o avanço da industrialização, provavelmente o trabalho de “fazer e consertar sapatos”, exercido por esse profissional, deixou de ser importante. Essa transformação deve ter sido decisiva para a migração, pois o casal Johannes Klinger e Maria Christina Harloff não residia mais no local de nascimento e foram encaminhados para a Casa de Correção por serem Heimatlose.

Ao que tudo indica, Johann Klinger, sua esposa Maria e os filhos Carlos Henrique Eduardo e Luiza Augusta não se estabeleceram inicialmente na Colônia Alemã de São Leopoldo, uma vez que a família consta na relação dos emigrantes chegados nas Sumacas Delfina e Ligeira, encaminhados em 26 de novembro de 1824 para a Colônia Alemã de São João das Missões, a ser fundada em seis de janeiro de 1825. Vimos no primeiro capítulo que diversos autores sustentaram a ideia de que os mecklenburgueses foram afastados da Colônia Alemã de São Leopoldo devido a sua conduta imoral. Fato este, constantemente apontado como o causador do fracasso do projeto de colonização em São João das Missões. Autores como Aurélio Porto e Hunsche chegaram a destacar que os homens embriagavam-se

⁴¹⁸ Cruzando informações da documentação alemã e da documentação existente no Arquivo Histórico, constatamos um erro de grafia em relação ao sobrenome de Johann. Enquanto que na lista de saída dos apenados de Mecklenburg-Schwerin, o sobrenome de Johann foi registrado como Nalinge, na lista de chegada dos emigrantes no Rio Grande do Sul, por sua vez, consta como Johann Klinger. Segundo Hunsche, a família Klinger “cruzou o Atlântico na ‘Galera Hamburguesa Georg Friedrich’ (1ª viagem), onde chegou na segunda parte de novembro de 1824. Não foi levada a São Leopoldo, como ordenado originalmente (Aviso, 23.10.1824), mas seguiu em 26.11.1824, sob comando do Capitão Alexandre José Bernardes, para a nova colônia alemã a ser fundada em São João das Missões, onde chegou só a 6.1.1825. Aurélio Porto descreve, p. 85-89, a ‘terrível odisséia’. Desconhecemos mais pormenores sobre esta família, composta de João Frederico Klinger, sua mulher Maria ..., e de um filho, Carlos Henrique Eduardo, e uma filha, Luisa Cristina Augusta. (HUNSCHE, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 487). Possivelmente ocorre um problema de grafia. Marcos Witt enfrentou problema semelhante no seu estudo acerca da família Diefenthäler, quando as diferentes fontes pesquisadas pelo autor apresentavam grafias diferentes.

constantemente e as mulheres se prostituíam em troca de alimento e dessa forma “começaram a sumir-se”⁴¹⁹.

Todavia, desde o século XVIII, torna-se premente a preocupação do Brasil colonial em colonizar o território dos Sete Povos das Missões, primeiramente com casais de açorianos (não chegou a se concretizar) e, somente no século XIX, com colonos alemães. No que se refere aos açorianos, o Conselho Ultramarino, através da figura de El Rei pretendia estabelecê-los nas Missões, porém tal tentativa fracassou porque não seria aconselhável instalar açorianos nas terras do sul em decorrência do estado de guerra entre portugueses e espanhóis. Tratou-se então, de recrutar pessoas de outras nações (franceses, italianos, alemães, holandeses, ingleses). Optou-se pelos colonos alemães por dois motivos: primeiramente porque não possuíam vínculo algum com os países envolvidos na guerra até antes da partida; por outro lado, a união entre D. Leopoldina com D. Pedro I intensificou a corrente migratória com pessoas de origem germânica. A região escolhida para estabelecer uma colônia com alemães foi São João das Missões, porque se localizava na região central da Comarca das Missões, e "não tem os inconvenientes das que collocadas mais a beira do Uruguay, ou são mais expostas as invazoes dos nossos vizinhos, ou proporcionáo melhor a imigração, e o tranzito para outro lado, quando o principal fito he povoar aquelles contornos [...]".

Os sete povos ou Missões, situados pela parte entre os rios Piratini e Ijuí Grande, próximos à margem oriental do Uruguai, e conhecidos pela invocação de São Francisco de Borja, São Nicolau, São Luís de Gonzaga, São Lourenço, São Miguel, São João Batista e Santo Ângelo, formado o primeiro de índios Charruas, e os outros de Tapes e Guaranis [...] compreendendo o terreno adjacente, e os bosques de erva mate, que desfrutam, se estende esta província por quarenta léguas de largura, e por mais de cem de longura; fértil pela undação de uma plebe de riachos, que, serpejando por viçosas planícies, vão por fim confundir-se no Ibicuí, e Uruguai [...] (sic)⁴²⁰.

Como vimos, o projeto de colonização das Missões era muito anterior à própria chegada dos alemães. Tal projeto já estava sendo pensado e discutido pelo Governo Imperial

⁴¹⁹ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969, v. 1, p.98.

⁴²⁰ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro: História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. 4ª Edição. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1978, p. 145.

em abril de 1824, quando através de um ofício, José Feliciano Fernandes Pinheiro, argumentava sobre a *localização estratégica* dessa região. Entretanto, somente em ofício de 26 novembro de 1824, para Luiz José de Carvalho e Mello, foi aprovado projeto de colonizar com alemães o “extenso e rico posto” das Missões Orientais do Uruguai, cujo objetivo era “povoar aquellos contornos” (sic)⁴²¹. Para Marcos Justo Tramontini, estabelecer colônias na região de Torres e Missões, foi a solução encontrada pelo Governo Imperial, frente ao número de imigrantes já estabelecidos em São Leopoldo, uma vez que “pouco restava da área da antiga Feitoria para dividir entre os colonos, que não se deveria, naquele momento avançar em direção a serra”⁴²².

É lícito pensar que esse não foi o único motivo que impulsionou a fundação das Missões, pois os colonos enviados para São João das Missões desembarcaram em São Leopoldo no ano de 1824, isto é, São Leopoldo ainda não estava totalmente ocupado. Em princípios de 1835, São Leopoldo contava apenas com uma população de 5.263 habitantes. Partimos do pressuposto de que o não cumprimento das promessas e a demora na demarcação dos lotes de terras aos imigrantes, deve ter causado certo temor⁴²³ entre os responsáveis pelo projeto de colonização de São Leopoldo, sugerindo então “lançar fundamento da Colônia Estrangeira nas Missoens, não só para apinhallos em demazia na Colônia de São Leopoldo, mas porque entrando de mistura, nesta ultima remessa, gente mais imoral [...]”⁴²⁴. A necessidade de demarcar a fronteira, quer dizer, política governamental de *marcha para oeste*, visando assegurar através da ocupação e colonização um território que se encontrava exposto à concorrência espanhola, pode ser encarado como outro motivador.

Em novembro de 1824, teve início a política de expansão para o oeste, quando aportaram no Rio Grande do Sul as Sumacas Delfina e Ligeira, vindas do Rio de Janeiro com mais uma “turma” de imigrantes alemães. Destas Sumacas, formam “escolhidas” famílias e avulsos e recambiados para as Missões. Não encontramos nenhum documento ou ofício acerca dos critérios de seleção dessas pessoas, mas o fato de alguns serem provenientes das Casas de Correção e Casas de Trabalho de Mecklenburg, não foi o fator decisivo. Cruzando as

⁴²¹ Ofício de Fernandes Pinheiro para Luiz José de Carvalho e Mello, 26/11/1824. In: R.A.P.R.G.S., n. 15-16, set-dez, p. 28-30.

⁴²² TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p. 115.

⁴²³ Concordamos com Marcos Justo Tramontini quando enfatiza que “o problema não era apenas ‘moral’, existia um real receio de perder-se o controle da colônia, agravada pela longa espera dos lotes a que eram submetidos os imigrantes” (Ibid., p. 116).

⁴²⁴ Ofício de Fernandes Pinheiro para Luiz José de Carvalho e Mello, 26/11/1824. In: R.A.P.R.G.S., n. 15-16, set-dez, p. 28-30.

listas de saída dos presidiários, a lista de entrada no Rio Grande do Sul e a lista de imigrantes recambiados para São João das Missões, constatamos que a “conduta moral de origem” não pode ser considerada unicamente como o fator responsável.

Conforme a lista dos colonos alemães que seguiram para São João, 13 famílias e 17 avulsos vieram na Sumaca Delfina; 2 com a Sumaca Ligeira. Das 13 famílias, 11 saíram das prisões do Estado Alemão. Em relação aos 19 avulsos listados, 10 destes eram de Mecklenburgo, sendo que um ficou no hospital e outro não compareceu no dia do embarque, totalizando cerca de 72 pessoas. Mas é importante destacar que nem todos os imigrantes transportados nas duas sumacas foram enviados para as Missões. Diversas famílias e avulsos mecklenburgueses ficaram em São Leopoldo, levando-nos a perceber as contradições na historiografia clássica, de que os mecklenburgueses foram afastados da colônia-mãe, sendo despachados para São João, onde desapareceriam sem deixar vestígios. Contradizendo a tese apresentada por Hunsche, a análise dos documentos permite-nos aferir que algumas famílias e avulsos sobreviveram a “terrível odisséia”. Alguns conseguiram retornar a São Leopoldo, outros migraram para Torres, Três Forquilhas.

Johann Klinger, todavia, retornou a São Leopoldo com a sua família, pois no dia sete de maio de 1827 nascia a terceira filha do casal: Cândida Klinger⁴²⁵. Não encontramos o inventário *post-mortem* do casal Klinger, por isso fica difícil confirmar a atividade econômica praticada por Johann, mas ao que tudo indica, desenvolveu no Brasil o ofício de sapateiro. Reforçamos a hipótese de que Klinger viveu “de seu ofício” quando analisamos o requerimento de um colono de São Leopoldo que arrendou as suas terras para se estabelecer em Porto Alegre.

Illm.º e Exm.º Snr. Logo q aqui chegou o Supp.º dei-lhe huma Colonia aonde se estabeleceu, porem pouco ou nada fazia por estar continuam.^{te} embriagado. Tendo por costume quando se embriagava dar tiros em huma noite pegou fogo na Caza com huma buxa. Logo depois deste acontecim.^{to} pediu-me para trocar o seu terreno, com o terreno do Colono Sperb q era na Serra, e como este lhe desse cento e oitenta patacoens de volta, eu assenti nisso por me compadecer delle e ver o estado de emdigencia em q se achava e toda a sua família, pois como na occasião do fogo elle estava muito embriagado, não salvou do insendio nem huma só camiza dos filhinhos. Não tendo nunca querido hir p.^a o seu terreno da Serra porq o seu fito era não trabalhar mas sim venser subsídios, e como no terreno a q elle chama seu

⁴²⁵ ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes Alemães: 1824 – 1853*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 80.

houvesse hum pequeno rancho elle meteu-se emtruzo nelle e lá, se conservou em quanto vensia subsídios porem logo q se acabou o tempo de seos vensimentos foi p.^a Porto Alegre sem q me desse parte, e arrendou o terreno em q estava, e q lhe não pertencia ao Colono Johann Klinger por oito patacoens por anno. Tendo eu noticia deste arrendam.¹⁰, e vendo q elle estava em Porto Al.^e com Cazas alugadas e trabalhando pelo seu Officio, dei o terreno ao Colono Hepp. Emquanto ao mais alega em tudo falta a verdade, pois não tinha nada plantado, e nem tinha gasto no terreno hum só rial como eu poderei mostrar com toda a Colonia. Hé quanto tenho a honra de informar á V. Ex.^a q mandará o q for servido.

Colônia de S. Leopoldo 2 de Julho de 1828.

Jozé Thomaz da Lima.

Inspector da Colonia de S. Leopoldo⁴²⁶.

Segundo o Inspetor da Colônia de São Leopoldo, José Thomaz da Lima, em 1828, Johann Klinger arrendou o dito terreno por oito patações e, destaca sobretudo que o arrendatário não necessitava dessas terras porque possuía casas alugadas em Porto Alegre, onde vivia do seu ofício. Além desse ofício, provavelmente possuía uma propriedade, na qual desenvolvia a agricultura. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que cultivava à terra, de onde retirava seu sustento, muitos colonos exerciam, paralelamente o ofício de artesão, seja de forma permanente (sapateiro, tijoleiro, curtidor) ou ocasional (fabricação de farinha), pois até 1845, poucos colonos (residentes nas picadas) podiam sobreviver exclusivamente do artesanato.

No que tange aos matrimônios dos filhos do casal Johann Klinger e Maria, não encontramos informações acerca dos enlaces matrimoniais e/ou óbitos dos filhos emigrantes Carlos e Luiza. Cândida Klinger – filha mais nova do casal Klinger -, nascida no Brasil, em 19 de junho de 1854, casou-se na Vila de São Leopoldo com o Major Joaquim José de Oliveira. Vale ressaltar que apesar da família Klinger ser de tradição protestante, o casamento realizou-se na Comunidade Católica, bem como o batismo dos dois filhos homens e seis filhas mulheres do casal Oliveira.

Um dos filhos do casal, Carlos Klinger de Oliveira trilhou a carreira na burocracia Imperial, tornando-se escrivão interino⁴²⁷. O Major Joaquim José de Oliveira ocupava o cargo de “Secretário Vitalício do Ofício de Escrivão do Cível e Tabelião de Notas de São

⁴²⁶ Requerimento dirigido ao Inspetor da Colonia de São Leopoldo, José Thomaz de Lima, em 2 de julho de 1828. In: R.A.P.R.G.S., n. 15-16, set-dez, 1924, p. 219.

⁴²⁷ No inventário consta a profissão de empregado público.

Leopoldo”, com um rendimento de 2:400\$000⁴²⁸. Exerceu essa profissão até seu óbito em 14 de junho de 1869⁴²⁹. No inventário, resultante do óbito do Major Joaquim José de Oliveira, Carlos Klinger de Oliveira foi escolhido tutor dos irmãos e herdeiros menores de idade. Sendo assim, ficaram como herdeiros do casal Cândida e Joaquim José de Oliveira, Saturnina casada com Luiz Bastian; Luiza de Oliveira – solteira, com 34 anos de idade -; Maria José de Oliveira – solteira, com cinco anos de idade -; Carlos Klinger de Oliveira, casado com Cândida Monteiro de Oliveira; Francisca de Oliveira - solteira, com 24 anos de idade -; Alfredo de Oliveira – solteiro, com 23 anos de idade -; Ernesta de Oliveira - solteira, com 18 anos de idade – e Maria Isabel de Oliveira – solteira, com 15 anos de idade⁴³⁰.

No mapa populacional de 1868, portanto um ano antes do falecimento do patriarca, a família residia no primeiro Distrito de São Leopoldo e possuía dois escravos – Preto João com 40 anos e a Preta Leonor com 4 anos de idade⁴³¹.

Joaquim Jozé de Oliveira, he Senhor e possuidor de hum sitio no lugar denominado Sapocaia, distrito desta Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Villa de São Leopoldo, com quarenta e nove braças de frente e tres palmos fazendo a mesma frente ao Sul, e dividindo-se pelo mesmo Sul com as terras de Joaquim Felipe de Oliveira, e mil e quatrocentos ditas de fundos ao Norte dividindo-se com as terras de Luis Sperb e pelo Leste com os herdeiros de Felipe Jozé de Oliveira e pelo Oeste com as terras dos Órfãos de Dona Candida da Trindade. Villa de São Leopoldo, 11 de fevereiro de 1856.

Joaquim Jozé de Oliveira abaixo assigna he legítimo Senhor e possuidor de um pedaço de terras nas imediações desta Freguesia Villa de São Leopoldo, com vinte e quatro braças e quatro palmos de frente a Leste e setenta e cinco ditas de fundo, dividindo-se pela frente com a chácara de João Luiz Voges, pelo Sul e Oeste com as terras de Vicente Baptista Orsi e pelo Norte com as terras de Fernando Ritzel. Villa de São Leopoldo, 11 de fevereiro de 1856⁴³².

O inventário da família Oliveira, entretanto não indica, entre os bens descritos, a posse de dois escravos. Como o inventário foi elaborado dezessete anos após o falecimento do Major Joaquim José de Oliveira, possivelmente a viúva os deixou como herança para seus filhos Saturnina e Carlos Klinger – já casados – ou vendeu para pagar dívidas. Analisando os bens inventariados, constatamos que tanto os ex-prisioneiros, quanto os filhos, em especial

⁴²⁸ AHRS. Mapa de população, maço 39, 1868.

⁴²⁹ APERS, São Leopoldo, Inventário, 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo, maço 813, 1865, n. 365.

⁴³⁰ APERS, São Leopoldo, Inventário, 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo, maço 813, 1865, n. 365

⁴³¹ AHRS. Mapa de população, maço 39, 1868.

⁴³² Registro Paroquial das Terras da Freguesia de São Leopoldo, 1856, fl. 2.

Cândida Klinger de Oliveira conseguiram romper com o estigma e, através de alianças matrimoniais se inserir na comunidade local, bem como galgar posição de destaque na Vila de São Leopoldo.

Em 1886, o casal Oliveira possuía,

Uma mobilia de jacarandá com sophá, douze cadeiras, duas destas de braço, dous de (...) com tampo de mármore, uma meza redonda no valor de cento e cinqüenta mil reis. Meia dúzia de cadeiras de palhinhas usadas no valor de douze mil. Uma delas de pau velha no valor de deis mil reis. Uma cadeira de balanço no valor de oito mil reis. Duas cômodas usadas no valor de trinta e dous mil reis. Um guarda roupas no valor de vinte mil reis. Um armario para louça no valor de deiz mil reis. Um dito para (...) no valor de dezesseis reis. Um dito de cozinhar no valor de cinco mil reis. Uma meza grande para jantar no valor de deiz mil reis. Três delas pequenas no valor de dois mil reis. Uma dita de cozinha no valor de um mil reis. Um oratório com santos no valor de dezeseis mil reis. Um relógio grande no valor de quatro mil reis. Um lavatório no valor de três mil reis. Duas talhas para água no valor de dous mil reis. Bens da serventia da casa, louça e talheres, copos e mais utensílios no valor de dous mil reis. Bens da serventia de cunha no valor de oito mil reis. Total: 326:000

(...)

Uma casa de moradia com cincoenta e um palmos de frente com duas portas e três janelas nos fundos a meia quadra com um terreno (...) ao lado da mesma casa, com 33 palmos e fundos corresponde situado tanto a casa e terreno na rua antiga do fogo, acharão valer tanto a casa como o tereno, cinco contos de reis. Um terreno com secenta palmos de frente e cento e cinqüenta ditos de fundo na rua são Jose no valor de trinta mil reis. Treis ditos na mesma rua de são José com secenta palmos de frente cada um e cincoenta ditos de fundos sob imensos nove, deiz, onze a acharão valer cada um trinta mil reis e todos noventa mil reis. Um dito com cincoenta palmos de frente e cento e cincoenta ditos de fundos sob numero dois, comprado do Tenente coronel Antonio José da Silva Guimarães filho, situado em São Sebastiam do Cahy, acharão valer em cem mil reis. Um quinhão (quintão) de terras situadas nos subúrbios desta, comprado ao finado capitão Vicente Baptista Orci e sua mulher cândida angélica da conceição acharão valer cento e cincoenta mil. E por esta for não houve ele procurador da viúva inventariante os bens (...) e avaliados, de que para contar faço este termo que assignaram com os respectivos avaliadores perante mim Antonio Ferreira Tavares S, escrivão de Orphãos e escrevi. Total 5:696:000⁴³³

⁴³³ APERS, São Leopoldo, Inventário, 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo, maço 813, 1865, n. 365

Conforme destacamos anteriormente, no início da colonização, o núcleo familiar ou a família⁴³⁴ era a instituição mais importante e o matrimônio o instrumento pelo qual se objetivava fortalecer os laços entre duas famílias. Mas a família também “era a fonte de sua sobrevivência”⁴³⁵. Cacilda Machado, ao estudar as relações entre escravos e livres, e entre brancos, pardos e negros, na Freguesia de São José dos Pinhais, em Curitiba, destaca que a intrincada trama de casamentos estudados revela laços de subordinação, dependência, relações familiares e, sobretudo, uma estratégia de sobrevivência, na qual indivíduos livres buscavam manter laços com escravos, visto que seria uma forma de garantir a sobrevivência para “um indivíduo livre sem eira nem beira”⁴³⁶.

É preciso enfatizar que casamentos de escravos com forros ou livres, de negros com pardos e destes com brancos - assim como a posse de escravos e a manutenção de agregados, por forros e livres de cor - me parecem menos adesão a uma ideologia escravista e mais algumas das estratégias socialmente disponíveis para assegurar a liberdade para si e para a sua geração, ainda que nesse empenho escravos, libertos e livres de cor se tornassem partícipes do nosso peculiar processo de produção e reiteração das hierarquias sociais⁴³⁷.

Fazer do casamento uma estratégia de sobrevivência, liberdade e/ou inserção social não foi exclusividade entre os negros, pardos e libertos da Freguesia de São José dos Pinhais.

⁴³⁴ Para Levi (2000, p. 110), a história da família deve ser contextualizada, isto é, “a família isolada nos dá informações, não raro, desviantes, até porque nos leva a supor uma igualdade de condições entre os pares, o que não é confirmado quando nos colocamos no âmbito de um quadro mais complexo”. Sheila de Castro Faria, nesse sentido, destaca a importância de se estudar a sociedade que está em torno da família. Dito de outra forma, apoiada no estudo de Francisco Garcia González, chama atenção para a importância do estudo do universo social em que o indivíduo se insere, incluindo, nesse caso, o universo de sociabilidade – rede social, as relações de parentesco, residência, vizinhança, amizade, solidariedade, estratégias matrimoniais e sistema de herança. FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 43.

⁴³⁵ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: Vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 206. Para Witt, “é preciso pensar que o tempo urgia e que a melhor maneira de se enfrentar o *Novo Mundo* era com a família constituída”. (WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 104). E era essa família que “teve um enorme peso nos cálculos sociais, culturais e econômicos dos colonos e, mesmo, dos escravos”. (FARIA, op. cit., p. 34). Também é preciso destacar a importância da família como um “paradoxo do movimento”. Sheila de Castro Faria destaca que a mobilidade espacial se fez presente ou foi a principal característica dos “homens livres e pobres” e incluímos nesse grupo os solteiros.

⁴³⁶ MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. 2006. Tese (Doutorado em História) -- UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2006, p. 265.

⁴³⁷ *Ibid*, p.278.

A busca pela sobrevivência permite-nos entender por que após o falecimento do mecklenburguês Johann Klinger, Maria Catharina Harloff⁴³⁸ contraiu terceiras núpcias com Johann Gerling, filho de Christovão Godofredo Lembck e Maria Sophia Dorothea Lange, ambos ex-prisioneiros do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin⁴³⁹. Dessa união nasceram – na Europa – três filhos homens⁴⁴⁰, sendo que o mais velho, Joaquim (Johann) Christoph Gerling casou-se com a viúva Klinger⁴⁴¹. Mesmo dispondo de poucas informações sobre esse enlace, cabe destacar a importância do casamento como uma forma de sobrevivência da família Klinger. Se as condições de vida para uma família imigrante no início da colonização eram precárias, para uma viúva com filhos menores de idade e/ou solteiros se tornava mais difícil. Sendo assim, para enfrentar as adversidades e dificuldades, buscavam imediatamente contrair novas núpcias⁴⁴². “Si la situación de una mujer sola era difícil, el matrimonio le ofrecía una salida que no sólo gozaba de reconocimiento social, sino que le prometía también seguridad económica”⁴⁴³.

Partimos do pressuposto de que as famílias Klinger e Gerling já estavam unidas por laços de solidariedade e amizade, visto que ambas constavam na relação dos emigrantes enviados para a Colônia Alemã de São João das Missões. Possivelmente retornaram juntas para São Leopoldo, pois em 28 de abril de 1829, a viúva e mãe Maria Sophia Dorothea Lange

⁴³⁸ Cf Wilhelm Wolf, Maria Christine Harlow contraiu primeiras núpcias com Johann Klinger; segundas núpcias com August Polensky e terceiras núpcias com Josef Gerling, falecendo em 17 de junho de 1880, com 87 anos de idade. WOLF, Wilhelm. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo 1824-1937*. Neustadt an der Aischi: Verlag Degener & Co., Inhaber Gerhard Geßner, 1964, p. 48.

⁴³⁹ Família emigrante da primeira leva de mecklenburgueses transportados para o Brasil. Christoph Lembcke, natural de Langenjörden, 59 anos de idade e diarista, uniu-se em segundas núpcias com Maria Sophia Lange, natural de Klein Labentz – nasceu em 24 de dezembro de 1781, em Warin, junto a Schwerin. Ambos se encontravam na Casa de Correção Rural de Güstrow. Emigraram com o casal para o Brasil, os filhos homens de Maria Sophia, decorrentes da sua primeira união com um tal de Gerling – Jacob, tinha 11 anos de idade, George, 8 anos e Johann tinha 6 anos de idade. A bordo da Sumaca Delfina, a família chegou a Porto Alegre e imediatamente “fez parte da frustrada tentativa de colonização das Missões. (C333, ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes Alemães: 1824 – 1853*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 98)

⁴⁴⁰ Maria Sophia Lange foi casada em primeiras núpcias com um Gerling. Dessa união, nasceu Joaquim Christoph Gerling – sem mais informações -, Georg Gottlieb Gerling – casou-se com Anna Maria Kautzmann e tiveram sete filhos: Henrich, Elisabetha, Saturnina, Louise, Frederike, Magdalena e Maria Luise – e Johann Gerling – casou-se em primeiras núpcias com Elisabeth Rothmann, com a qual teve sete filhos: Georg, Johann, Philipp Hermann, Maria Louise, Philipp Jacob, Maria Elise e Johann. Johann residia no segundo Distrito de São Leopoldo, era marceneiro, tinha um rendimento de 200\$000 réis e casou-se em segundas núpcias com Maria Cristina H. Klinger (AHRs. Mapa de população, maço 40, 1868). Em 28 de abril de 1829, Maria Sophia Lange casou-se em terceira núpcias com o solteiro Johann Christoph Friedrich Meyer, de Mollnit, junto a Schleswig, 38 anos, pescador, evangélico. Filho legítimo de Johann Friedrich Meyer e Maria, nascida Bornhard. DREHER, Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM); ROSA, op. cit., p. 98.

⁴⁴¹ Em relação a essa união encontramos informações diversas, ora Harloff casou-se com o filho mais velho, Joaquim Christoph Gerling, ora com o mais novo, Johann Gerling. A lacuna no que tange ao enlace matrimonial persistirá, visto que não encontramos o inventário ou testamento da família.

⁴⁴² DREHER, Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM).

⁴⁴³ RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009, p. 64.

casou-se em terceiras núpcias com Johann Christoph Friedrich Meyer⁴⁴⁴. Ao analisar o banco de dados elaborado por nós, constatamos que contrair novas núpcias após o falecimento do(a) companheiro(a) era uma variável constante. Havia uma forte tendência de os casais permanecerem dentro do próprio grupo étnico, fosse na segunda, terceira ou mais núpcias. A trajetória de casamentos da família Klinger, entretanto, demonstra que essa prática não era uma regra. Segundo Siriani “o casamento endogâmico seria uma forma da perpetuação da fé, criando filhos que dessem continuidade aos ensinamentos evangélicos”⁴⁴⁵. A endogamia, além de ser uma forma de preservar as tradições ancestrais, era sobretudo a possibilidade encontrada pelos emigrantes alemães frente à dificuldade do idioma. No entanto, a dificuldade linguística – entre brasileiros e alemães – não predominou exclusivamente entre os teuto-brasileiros, ou seja, entre os descendentes de alemães. A trajetória matrimonial dos filhos do casal Klinger, por exemplo, demonstra a exogamia entre filhos e netos. Ao estudar os alemães em São Paulo, Siriani observou que “apesar de ¾ das uniões terem sido realizadas entre alemães, mesmo que de regiões ou religiões diferentes, muitos indivíduos casaram-se com nacionais, principalmente na terceira geração de descendentes”⁴⁴⁶.

Os elementos estratégicos percebidos nas trajetórias de Johann Klinger e Christovão Lembcke não se restringiram a essa família. As estratégias matrimoniais foram indispensáveis para a inserção das Haacker/Groth – ex-prisioneiros da Casa de Correção de Mecklenburg-Schwerin – no contexto social da Colônia Alemã de São Leopoldo, pois era uma forma “de criar vínculos mais perpétuos entre as famílias” envolvidas⁴⁴⁷. O ex-servo da agricultura, Johann Haacker – nascido em 1790, em Wernigedore, Sachsen-Anhalt – casou-se com a também sem pátria Wilhelmine Martens, natural de Ludwigslust/Mecklenburg-Schwerin⁴⁴⁸. O enlace matrimonial do casal foi realizado no Estado Alemão, porque Wilhelmine era viúva de Friedrich Johann Groth, do qual teve um filho legítimo e emigrante. Heinrich Friedrich Johann Groth, enteado de Johann Haacker, natural de Waren/Mecklenburg-Schwerin, chegou ao Brasil com 9 anos de idade⁴⁴⁹.

⁴⁴⁴ DREHER. Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM).

⁴⁴⁵ SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida quotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 208-209.

⁴⁴⁶ Ibid, p. 208.

⁴⁴⁷ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 81.

⁴⁴⁸ Comprovação retificada. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, fl. 34. Tradução de Martin Norberto Dreher.

⁴⁴⁹ ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes Alemães: 1824 – 1853*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 149.

A trajetória matrimonial que vamos tentar reconstruir aqui é do enteado de Johann Haacker. O intento é observar a importância das relações matrimoniais como forma de inserção, consolidação de laços familiares, mobilidade econômica, social e geográfica, bem como relativizar a tese do desaparecimento dos mecklenburgueses.

Ao que tudo indica, como emigrante da primeira deportação de prisioneiros da Casa de Correção Rural de Güstrow, a família Haacker se estabeleceu na Colônia Alemã de São Leopoldo⁴⁵⁰. Em 1831, nasceu em Porto Alegre, Maria Catharina Christine Heinecke

Livro 3: 1832. Batismo Maria Catharina Christine Heinecke
n.16

Pai: Heinrich Jacob Heinecke, de Werningerode, no Harz, 42 anos,
evangélico, taverneiro em Porto Alegre.

Mãe: Wilhelmine Haack, nasc Mertens, de Ludwigslust, no Mecklenburg, 48
anos, evangélica.

Madrinhas: Maria Juliana Ritter, Christine Hepp, Catharina Berner.

Filha: Maria Catharina Cristine, nasc em Porto Alegre a 17 de nov de 1831,
às 3 hs da tarde, bat. 11 de set de 1832. J.G.Ehlers, P⁴⁵¹.

Cruzando as informações da lista de saída de prisioneiros da Casa de Correção e o Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo⁴⁵², observamos que o nome do pai da criança não confere com o nome do emigrante mecklenburguês. Duas possibilidades podem ser apontadas: uma se refere ao problema da grafia ou Wilhelmine contraiu núpcias com Heinrich Jacob Heinecke no Brasil. Contudo, não encontramos registro de casamento de Wilhelmine Haack e Heinecke, nem o registro de óbito do mecklenburguês Johann Haacker.

Como já foi dito, o “honrado e digno solteiro” Heinrich Friedrich Johann Groth casou-se com a “senhorita” Elisabetha Juliana Dorothea Adam⁴⁵³. A união foi realizada pelo Pastor Klenze no dia 24 de outubro de 1844. Heinrich residia no Passo – São Leopoldo – e exercia a

⁴⁵⁰ Correspondência recebida pelos Governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central (B-1.19, 1824)

⁴⁵¹ DREHER, Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM).

⁴⁵² Os livros de registros das Comunidades Evangélicas de São Leopoldo e Três Forquilhas foram fontes indispensáveis para o autor Marcos Witt, uma vez que “colaboram de maneira significativa com os que defendem o fim da tese do isolamento, pois os inúmeros contatos estabelecidos entre os familiares – pessoalmente ou não – ratificam que havia comunicação entre a Colônia-Mãe e a Colônia das Torres”. Além disso, a utilização desse tipo de fonte permite acompanhar verdadeiras histórias familiares – mobilidade geográfica, laços de afetividade, compadrio. WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 80.

⁴⁵³ Os qualificativos destacados foram utilizados pelo Pastor, em 1844, quando realizou o enlace matrimonial.

profissão de seleiro. Elisabetha Adam, por sua vez, nascida no ano de 1827, em São Leopoldo, era filha do agricultor Johann Georg Adam – protestante de Lineschitt, junto a Creutznach – e Maria Christina, nascida Braun – protestante, nascida em 1790, em Nidel-Constanz, junto a Kirchberg. Desta união nasceram seis filhos, conforme podemos observar abaixo:

Tabela 11 - Filhos de Heinrich Friedrich Johann Groth e Elisabetha J. D. Adam

Nome	Data nasc.	Cônjuge	Origem	Religião
Peter Groth	22/09/1845	Rozina Ritzel	São Leopoldo	Evangélico
Johannes Groth	10/09/1848	Luiza Vetter	São Leopoldo	Evangélico
Georg Groth	30/04/1852	s/informações	São Leopoldo	Evangélico
Heinrich Groth	24/06/1855	Bernhardine Brodt	São Leopoldo	Evangélico
Friedrich Christian Groth	29/01/1859	s/informações	São Leopoldo	Evangélico
Maria Luiza Groth	29/01/1862	s/informações	São Leopoldo	Evangélico

Fonte: Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM).

Vejamos mais detalhadamente a trajetória de alguns filhos.

Peter Groth casou-se com Rozina Ritzel e de acordo com os bens descritos no inventário do casal – Pedro Groth faleceu em 6 de abril de 1889 -, Peter seguiu a profissão de seu sogro – agricultor – e ao longo de sua vida conseguiu juntar bens de “insignificante valor”⁴⁵⁴. O patrimônio era composto por alguns “trastes” de casa, alguns bens de cozinha, poucas ferramentas de lavoura, uma canoa velha, uma carroça com uma pipa em mau estado, um cavalo velho, além de

Humm terreno com quarenta e seis braças de frente, quinhentos ditos mais ou menos com as terras de Daniel Feldmann e se divide com terras de Jacob Schuck e pelo outro lado com terras de Francisco Klenze (...).

⁴⁵⁴ APERS, São Leopoldo, Autos de arrolamento. 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo, maço 33, 1889, n. 910.

Huma casinha da moradia ainda por acabar, faltando assoalho, forrar, vitraças, encalisar o telhado e rebocar por dentro e outras benfeitorias em mau estado (...) ⁴⁵⁵.

Os primeiros colonos enfrentaram alguns problemas para sobreviver. Os recursos de que dispunham eram escassos. Com poucas sementes, alguns instrumentos agrícolas, subsídios irregulares eram obrigados a se adaptar ao novo meio e, geralmente, produzir para subsistência da família. É possível perceber a partir dos poucos bens inventariados – com um monte-mór de 494\$000 réis – que Peter Groth não conseguiu conquistar ascensão social, se comparado com os filhos do casal Klinger. O matrimônio foi importante para inserir a família na lógica da pequena propriedade, porém não permitiu uma mobilidade econômica no contexto da Colônia Alemã de São Leopoldo, do século XIX.

No que tange aos seus filhos, não conseguimos acompanhar a trajetória matrimonial dos nove filhos do casal, devido à falta de fontes documentais específicas. Em 1889, ano do falecimento de Johann Groth, o pedreiro Guilherme Ritzel do primeiro Distrito de São Leopoldo foi nomeado como tutor dos filhos menores de idade. No caso de Johannes Groth, segundo filho mais velho do casal Heinrich e Maria Christina Groth, não podemos confirmar se ele vivia da agricultura, em decorrência da falta de inventário, mas tudo indica que sim, visto que recebeu um terreno no processo de partilha dos bens da sua finada mãe Elisabetha Groth. Johannes uniu-se a Luiza Vetter ⁴⁵⁶, provavelmente filha de Johann Vetter de Krohelsheim, junto a Kreuznach/Prússia e Catharina, nascida Mertens, de Alwig, junto a Altzai/Palatinado.

Carlos Henrique Hunsche informa que uma família Vetter composta por seis pessoas chegou a São Leopoldo, em 1826 como passageiros do Veleiro Friedrich Heinrich.

João Vetter (...) Colono em Campo Bom (1827), n. 1790, Grolsheim/Rheinhessen, c.c. I Juliana Adam, n. 1792 assassinada em sua casa em 1827 (Hillebrand), provavelmente parente do genearca Jorge Jürgen

⁴⁵⁵ APERS, São Leopoldo, Autos de arrolamento. 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo, maço 33, 1889, n. 910.

⁴⁵⁶ No Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo encontramos a informação de que Luiza Vetter era irmã gêmea de Philipp Vetter, nascidos no dia 8 de janeiro de 1845 em São Leopoldo (Distrito de Campo Bom).

Adam, (...) c.c. II (ante de 1845) Catarina Mertens/Martins, filha do genearca Jorge Martins/Mertens⁴⁵⁷.

É bem provável que essa informação seja coerente, uma vez que a primeira esposa do sogro de Johann Groth possuía laços de parentesco com Jorge Jürgen Adam, portanto seu avô paterno – era pai de Elisabetha Juliana Dorothea Adam. Em 26 de dezembro de 1905, Elisabetha Juliana Dorothea Groth faleceu, deixando para seus herdeiros filhos, genros e netos⁴⁵⁸ os bens acumulados ao longo da sua vida com Heinrich Friedrich Johann Groth. Foram partilhados amigavelmente

Hum pequeno pedaço de terras cercado, situado nos subúrbios, com área superficial de 10: 738 m² e se divide por uma extrema com a estrada geral e por outro com terrenos de João Groth Sobrinho e por outra com terrenos de herdeiros de Germano Moeleck e Leopoldo Groth para outro com o terreno de João Groth (...)

Huma casa de moradia, muito velha, em mau estado edificada nas terras acima citadas⁴⁵⁹.

Avaliados em 2:100\$000, os bens foram partilhados entre os herdeiros, sendo que os filhos João e Henrique receberam a maior parcela do terreno e casa, enquanto que os netos e genros herdaram “um quinhão” com área de 464m² - ver planta. As poucas informações encontradas acerca das famílias Klinger, Oliveira, Haack, Groth, permitiram observar a importância da trama de casamentos com as famílias locais – luso-brasileiros estabelecidos antes dos alemães – e/ou entre emigrantes alemães que chegados de outro país buscavam a inserção local na nova pátria.

⁴⁵⁷ HUNSCHE, Carlos Henrique. *O ano de 1826 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 586.

⁴⁵⁸ Integraram o processo de partilha dos bens da finada Elisabetha Juliana Dorothea Groth, os filhos João Groth e Henrique Groth; os netos e genros João Groth Sobrinho, Frederico Pedro Groth, Maria Luiza Groth e seu marido Carlos Felício Klein, Leopoldo Groth, Paulina Groth e seu marido Pedro Leopoldo Fahrian, Carlos Groth, Germano Augusto Jacobi e Ottilia Groth.

⁴⁵⁹ APERS, São Leopoldo, Partilha amigável, 1º Cartório Cível e Crime de São Leopoldo, maço 5, 1906, n. 182.

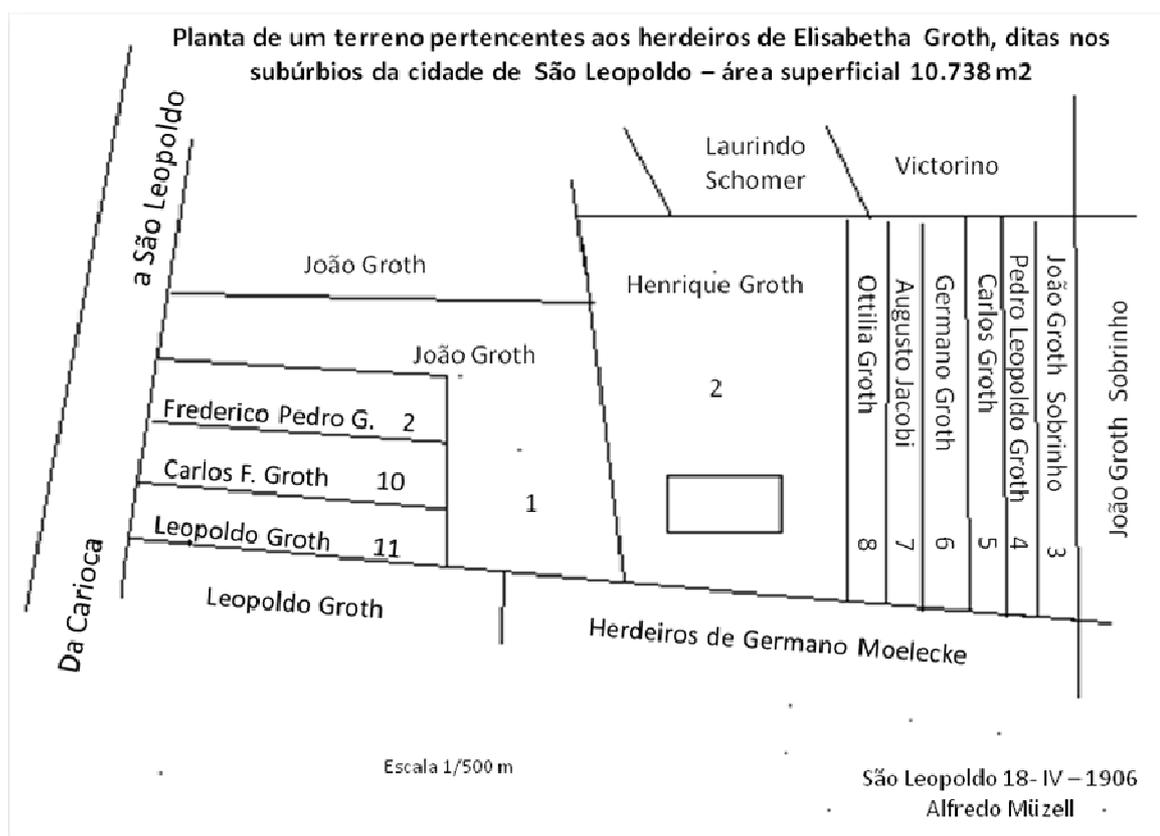


Figura 3 - Planta da divisão dos bens da finada Elisabeth Groth para seus herdeiros
Fonte: APERS, São Leopoldo, Partilha amigável, 1º Cartório Cível e Crime de São Leopoldo, maço 5, 1906, n. 182.

Dos mecklenburgueses chegados ao Rio Grande do Sul a partir de 1824, nem todos permaneceram na Colônia Alemã de São Leopoldo, isto é, a mobilidade geográfica fez parte da trajetória de inúmeras famílias de emigrantes – tanto na Europa, quanto no Brasil. A trajetória da família Marlow, por exemplo, permite visualizar aspectos da mobilidade geográfica. O diarista Adam Marlow – natural de Breitenfelde, 57 anos de idade – e sua esposa Maria Hagen – Lehsten, 54 anos – emigraram em 1824 com sua filha Charlotte Marlow – natural da Colônia de Kehding, com 24 anos de idade. Condenados por não ter pátria, compuseram o primeiro transporte de prisioneiros da Casa de Trabalho Rural de Güstrow. Embarcados no navio Georg Friedrich, chegaram à Colônia Alemã de São Leopoldo, em novembro de 1824⁴⁶⁰.

⁴⁶⁰ Ver: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

Sob o comando do Capitão Alexandre José Bernardes, a família Marlow também seguiu para a nova Colônia a ser fundada em São João das Missões. Como já vimos no primeiro capítulo, o trajeto até as Missões foi feito com muitas dificuldades. João Henrique Gutzeit, por exemplo, não compareceu no dia do embarque. João Frederico Valfarth morreu na jornada para as Missões, João Henrique Eichner voltou doente para o hospital e os demais migraram. Adam Marlow, esposa e filha retornaram a São Leopoldo, de onde seguiram para a Colônia de Torres⁴⁶¹.

Torres⁴⁶² foi a terceira Colônia Alemã a ser fundada no Rio Grande do Sul, em 1826, por iniciativa de José Feliciano Fernandes Pinheiro (a segunda colônia fundada com colonos alemães foi São João das Missões, em seis de janeiro de 1825). Segundo Hunsche, seguiram em vinte e quatro de setembro de 1826, “77 famílias com 312 pessoas e 40 solteiros”, totalizando 352 pessoas. Já em vinte e oito de setembro de 1826, seguiram 66 pessoas. Teriam chegado ao Presídio de Torres, no dia dezessete de novembro de 1826, “as últimas Carretas de transporte da Colônia Alemã”⁴⁶³.

‘Os collonos protestantes, como não precisavam serem socorridos pelo cura das Torres, os Colloquei com o seu pastor e médico 8 legôas mais ou menos distantes da Povuação ou Prezidio nas pingues margens do rio das 3 Forquilhas em duas linhas paralelas; os Collonos assim arraxados ficarão mui bem acomodados pela vantagem q. gozão da Navegação deste rio.

Os Collonos Catholicos Romanos que necessitavão serem socorridos do Pasto espiritual pelo cura das Torres, forão estabelecidos primeiramente pela estrada q. abri no Mampituba e o rio verde (rio este em q. se abrio um paço

⁴⁶¹ Assinou uma carta coletiva de agradecimento dirigida a D. Pedro I em dezembro de 1827. Provavelmente retornou com a família Klinger e Gerling.

⁴⁶² A demora em relação à medição e distribuição também se repetiu em Torres. “Em Torres, mais precisamente, em Três Forquilhas, as terras foram entregues aos colonos só em julho de 1827, depois de quase um ano de espera” (HUNSCHE, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 142). É interessante destacar que o agrimensor responsável pela medição e demarcação dos lotes foi o colono alemão mecklenburguês Frederico Carlos Voss. “Frederico Carlos Voss (1824/25 Missões 62) solteiro, cruzou o Atlântico na “Galera Hamburguesa Georg Friedrich” (1ª viagem), chegou ao RJ em 11/10/1824, seguiu viagem pela sumaca “Delfina” (1ª viagem) para Porto Alegre, onde chegou na segunda metade de novembro de 1824. Não foi levado a São Leopoldo, como ordenado originalmente (Aviso, 23/10/1824), mas seguiram em 26/11/1824, sob o comando do capitão Alexandre Jose Bernardes, para a nova colônia a ser fundada em São João das Missões, onde chegou só em 6/1/1825. A. Porto, p. 85-89: descrição da “terrível odisséia”. Por ser letrado e ter conhecimentos de agrimensor, Voss foi nomeado “piloto” pela Câmara de Santo Antônio da Patrulha para medir as terras ao redor de Torres para os colonos alemães. Voss, portanto, voltou das Missões e se estabeleceu em São Leopoldo, mas só depois de sua atuação como agrimensor em Torres, especialmente, em Três Forquilhas. Nos anos trinta, encontramos-lo como testemunha e escrevente no juizado da “Capela curada de São Leopoldo” (Ibid, p. 587).

⁴⁶³ Ibid, p. 137.

q. se acha arematado), mas como sobreviesse uma não esperada enundação q. dezaloujou a muitos de suas Cazas, por ordem do Exmo. Prezidente Maciel, forão transferidos pa. Os Terrenos devolutos q. avião entre a lagoa do morro do Forno e do Jacaré (...)⁴⁶⁴.

Estabelecidos em Três Forquilhas, Adam Marlow e Johann Bobsin assinaram uma carta de agradecimento, em dezembro de 1827, dirigida a D. Pedro I, no entanto os nomes não aparecem na lista dos imigrantes enviados para Torres (Aviso de 17/08/1826). Hunsche, constatando que os Marlow, Bobsin e Voss retornaram de São João das Missões, sugere que após a fundação de Torres, “tenham chegado mais integrantes daquele grupo infeliz enviado para as Missões”⁴⁶⁵.

Retomando nossa análise, Adam e sua esposa Maria Marlow tiveram uma única filha e, esta por sua vez, casou-se com Johann Bobsin – Bobsien, Bobsim, Popsin, etc. Conforme Hunsche, ele foi emigrante da “Galera Hamburgueza Georg Friedrich”, chegando em 1824 ao Rio Grande do Sul. Também foi enviado para as Missões, onde possivelmente estreitou laços afetivos com Charlotte Marlow, pois não encontramos o registro matrimonial nos Livros de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo e Três Forquilhas.

No interrogatório realizado em 1828 pela Comissão Dirigente da Casa de Correção Rural, dois desertores dos batalhões do Rio de Janeiro, relataram informações sobre o destino de alguns emigrantes. Nesse sentido, no que tange à família Marlow e Bobsin, os desertores relataram que

72. 73. e 74. Adam Marlow, sua esposa e filha, receberam em conjunto colônia própria. Quando de nossa emigração, chegando a Hamburgo, um agregado de aguardenteiro, que estava a serviço do taverneiro Reinholz, de Güstrow, e casado, mas havia abandonado sua mulher, se aproximou da filha de Marlow. Esse agregado de aguardenteiro acompanhou a família Marlow na viagem para o Brasil e casou-se com a filha de Marlow, quando de nosso desembarque no Rio de Janeiro, e as duas famílias administraram a colônia

⁴⁶⁴ HUNSCHE, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p. 139-140.

⁴⁶⁵ *Ibid*, p. 151.

em conjunto. Contudo, o marido da filha de Marlow só viveu um ano e morreu no Rio Grande⁴⁶⁶.

Não sabemos de fato se essa informação é verdadeira porque não possuímos informação dos enlaces matrimoniais realizados no Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin e se João Bobsin era solteiro ou casado, porém dessa união nasceram alguns filhos. Foram registrados no Livro de Registros da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas Johann Thorn Bobsin, Peter Friedrich Wilhelm, Ludwig, Carl, Friedrich, Johann Peter, Adam Martin e Margaretha Bobsin⁴⁶⁷.

Observando os enlaces matrimoniais dos filhos, netos e demais descendentes dos Marlow e Bobsin, destacamos que a atividade econômica predominante entre os mesmos foi a agricultura e, na maioria das vezes, possuíam um único terreno com uma pequena casa inacabada e alguns utensílios para trabalhar a terra. Percebemos a tendência do jovem casal se estabelecer próximo da propriedade dos pais do noivo, da noiva ou de algum parente. Para driblar as dificuldades e a divisão da herança se formava uma comunidade familiar, onde cada produzia na sua terra, entretanto, no momento da divisão evitava a pulverização da propriedade – como vimos, por exemplo, no caso da família Groth.

No que tange aos casamentos dos filhos de Johann Bobsin e Charlotte Marlow, o filho homem mais velho casou-se, em 30 de agosto de 1853 com Rosina Knippel – Klippel, Kluppel, Klappel – filha de Jacob Knippel e Margaretha Horn. Os Knippel também se estabeleceram inicialmente em São Leopoldo e, em 1826, integraram a caravana que seguiu para Torres, recebendo por dirigir-se voluntariamente para nova colônia, três enxadas, um machado, uma foice, um cavalo, duas éguas, dois bois e uma vaca⁴⁶⁸.

Dois filhos homens e uma filha mulher contraíram matrimônio com os filhos da família Jacoby⁴⁶⁹. O primeiro foi Peter Friedrich Wilhelm Bobsin a casar-se com Dorothea

⁴⁶⁶ Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I, s/p. Tradução de Martin Norberto Dreher.

⁴⁶⁷ Livro de Registros da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas (gentilmente cedido por Nilza Ely e Marcos Witt).

⁴⁶⁸ FENSTERSEIFER, Ellen. *Aspectos gerais da Colônia Alemã de Três Forquilhas*. 1973. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) -- UNISINOS, São Leopoldo, 1973.

⁴⁶⁹ Os Jacoby também estavam listados na relação nominal dos colonos que voluntariamente decidiram ir para Torres. Sob número 31, pai, mãe e quatro filhos receberam duas enxadas, um machado, uma foice, uma panela, um cavalo, duas éguas, dois bois e uma vaca. Ibid, anexo.

Jacoby⁴⁷⁰. Dessa união nasceram Philipp Jacob Bobsin – nascido em 8 de dezembro de 1883 - e Carl Leopoldo Bobsin – nascido em 26 de janeiro de 1878. Tanto os Jacoby quanto os Bobsin dedicavam-se à agricultura. Também era agricultor o sogro⁴⁷¹ de Carlos Leopoldo Bobsin. Em 1890 casou-se com Luiza Gross, residindo no segundo distrito de Torres. Esse enlace não foi duradouro, visto que em 27 de janeiro de 1921 faleceu Luiza e, na ocasião provavelmente Carlos Bobsin já havia falecido⁴⁷², pois no processo de partilha dos bens, o filho José Albino Bobsin aparece como inventariante da finada mãe⁴⁷³. Deixou como herança para José Albino Bobsin e para José Alfredo Tiethöhl – casado com Albertina Bobsin, tabelião do processo de partilha e herdeiro de metade do terreno,

hum terreno com 14 metros de frente por 2.200 ditos de fundos. Terreno de matos e capoeiras sita no Segundo Distrito de Torres havidos por herança da mãe da inventariada, fazendo frente ao oeste no Rio Tres Forquilhas e fundos ao leste no Rio do Chapeo, extremando pelo Sul com terrenos de Carlos Gross e pelo Norte com terrenos de José Albino Bobsin.

Adam Martin Bobsin foi o segundo filho homem a contrair enlace matrimonial com os Jacoby. Maria Christina Jacoby, filha legítima de Peter Jacoby e Barbara Helbig, provavelmente era prima ou possuía outro laço de parentesco com Dorothea Jacoby. Martin era agricultor e produzia rapadura, assim como seu cunhado Philipp Jacob Jacoby, casado com Margaretha Jacoby⁴⁷⁴.

⁴⁷⁰ Dorothea possuía mais 11 irmãos – dois casados e os demais com idade entre 41 a 8 anos. Em 1859, ano do falecimento de Barbara Jacoby – mãe e sogra de Peter Bobsin – a família acumulou um monte-mór de 2:269\$000 réis. Viviam basicamente da agricultura e da produção de cachaça, rapadura e farinha. “240 braças de terra na colônia, uma casa de moradia (...) hum engenho de cana com seus pertences, huma atafona de fazer farinha, hum forno de fazer rapadura, bois mancos, duas vacas manças, hum cavalo manco, huma meza, duas cachas, duas marquizes, hum machado, duas enchadas, duas foices, duas panelas, huma chaleira”. APERS, Torres, Inventário, Cartório de Órfãos e Ausentes de Torres, maço 1, 1859, n. 10.

⁴⁷¹ Philipp Gross e sua esposa Christina dos Santos eram pais de Luiza Gross, noiva de Carlos Bobsin.

⁴⁷² Em 1921, ocasião do óbito de Luiza Gross Bobsin, a mesma já era viúva, pois conforme informações do inventário, a “viúva do finado Carlos Bobsin, faleceu sem testamento e sem assistência médica”. APERS, Três Forquilhas, Partilha amigável, Cartório do Cível de Três Forquilhas, maço 12, 1909, n. 76.

⁴⁷³ “Luiza Gross Bobsin, falecida neste districto no domicilio de seu filho José Albino Bobsin, com quem vivia em 27 de janeiro de 1921, às 9 horas, com 49 anos, natural e residente neste districto, filha legitima de Felipe Gross e sua finada mulher Christina dos Santos (...). Foi sepultada no Cemitério Evangélico do Segundo distrito de Conceição do Arroio. APERS, Três Forquilhas, Partilha amigável, Cartório do Cível de Três Forquilhas, maço 12, 1909, n. 76.

⁴⁷⁴ Maria Jacoby Bobsin faleceu em 22.5.1908, sem testamento. Os bens inventariados para a partilha entre os oito herdeiros foi de 151m 80 cm de terras no lugar de moradia, huma casa de moradia e huma casa com engenho de rapaduras, avaliados em 2:618\$000. APERS, Três Forquilhas, Partilha amigável, Cartório do Cível de Três Forquilhas, maço 2, 1908, n. 69A.

Conforme Marcos Antônio Witt, os Jacoby figuravam entre os sobrenomes exponenciais da Colônia de Três Forquilhas. Carlos Jacoby e Pedro Jacoby, irmãos de Maria Christina Jacoby e filhos de Peter Jacoby e Barbara Helbig, uniram-se com as filhas do casal Schmitt-Justin, ambos considerados exponenciais. “Carlos Jacoby estudou em Porto Alegre, retornando à Colônia para ocupar o cargo de juiz de paz por volta de 1865 (...) e Pedro Jacoby, construiu um sobrado e instalou uma casa comercial”⁴⁷⁵.

Um dos filhos do casal Bobsin-Jacoby, Adolpho Bobsin, herdeiro de “32 metros 725 decímetros de terras de frente com 3520 de fundos nos 101 metros e 2 decímetros”⁴⁷⁶ e residente no 2º distrito de Torres – Três Forquilhas -, aparece no processo de arrolamento de bens, lavrado em 1906, em decorrência do falecimento de sua esposa Maria Catharina Schütt. No inventário foram descritos “bens de insignificante valor”, como por exemplo, “huma casa coberta de telhas, com paredes exteriores de tijolos, forrada e assoalhada, situada no local denominado Três Forquilhas, 2º districto de Torres, huma dita pequena também coberta de telhas, paredes exteriores afrontaladas somente assoalhadas, no mesmo lugar”⁴⁷⁷. Possivelmente a situação de pobreza em que se encontrava a família e a distância de um hospital, levou a óbito em 14 de agosto de 1906, às 8 horas da noite em seu domicílio, com 32 anos de idade, à filha de João de Deus da Silva Schütt e Dorothea Kellermann Schütt, Maria Catharina, que “falecendo sem assistência médica, proveniente de um parto” deixou seis filhos menores de idade – de 8 anos a 13 dias.

Cabe destacar que nem todos viveram em condições sociais tão precárias. Comparando o monte-mór da família Bobsin ao longo de suas gerações, observamos que Luiz Bobsin e sua esposa Elisabetha Dorothea Bobsin, nascida Dahl, acumulou ao longo de sua vida, bens no valor de 4:160\$000 réis. Apesar da maioria dos colonos serem pobres (deixavam um patrimônio médio de 1\$200 e 1\$500 réis), o casal Bobsin, segundo Amado, pode ser considerado rico, visto que deixaram um patrimônio superior a 3\$000 réis (“muito ricos conseguiam acumular 7\$000, 13\$000, 18\$000 mil e às vezes 30\$000 mil réis, a maior parte aplicada em terras”⁴⁷⁸). Tudo indica que, além de se dedicar à agricultura, também dispunha de uma casa de rapadura e outras para fazer farinha de mandioca. Dos oito filhos,

⁴⁷⁵ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 93-94.

⁴⁷⁶ APERS, Torres, Autos de arrolamento, Cartório de Órfãos e Ausentes de Torres, maço 9, 1906, n. 296.

⁴⁷⁷ APERS, Torres, Autos de arrolamento, Cartório de Órfãos e Ausentes de Torres, maço 9, 1906, n. 296.

⁴⁷⁸ AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 84.

três residiam em Maquiné, um em São Francisco de Paula de Cima da Serra e em relação aos demais não constava essa informação.

Os enlaces matrimoniais apresentados aqui estavam geralmente ligados às atividades sócio-econômicas, mas também a questão da proximidade foi determinante para as uniões⁴⁷⁹, como é possível perceber na descrição dos bens do viúvo Luiz Bobsin. Marcos Witt, ao analisar os registros de casamentos, também conclui que “a proximidade geográfica deve ter colaborado para aproximar jovens pretendentes”⁴⁸⁰. Sendo assim, Bobsin possuía quatro lotes de terra, sendo que um fazia divisa com as propriedades dos Pereira de Souza – José Pereira de Souza era genro de Luiz Bobsin -, duas faziam divisa com a propriedade dos Dahl – família da finada esposa – e uma junto às propriedades dos Bobsin. Esses dados reforçam a ideia da formação de uma comunidade familiar, identificada por Célia Maria Loureiro Muniz em relação aos produtores rurais de Vassouras.

Tentamos, a partir da poucas fontes encontradas, fazer uma análise dos enlaces matrimoniais de duas famílias estabelecidas em São Leopoldo e uma em Três Forquilhas, destacando as atividades socioeconômicas desenvolvidas pelas mesmas⁴⁸¹. Farinatti ao perseguir a trajetória das famílias de elite da Fronteira Sul do Brasil – Alegrete – destacou os benefícios desse tipo de análise, “se buscarmos perceber sua atuação sócio-econômica de forma conjugada com as alianças matrimoniais que estabeleciam”⁴⁸². Tomando a análise das três trajetórias, é possível perceber que os comportamentos identificados aqui provavelmente não foram exclusividade dessas famílias. O estabelecimento de alianças familiares através do casamento foi indispensável para a inserção local das famílias Klinger, Haacker e Marlow, mas não quero dizer que essa tenha sido a única forma e que foi igual para todos os

⁴⁷⁹ Janaína Amado conclui que o hábito dos indivíduos se casarem com parentes e vizinhos da mesma picada devia-se ao isolamento dos imigrantes. A historiografia recente mostrou que os colonos não permaneceram totalmente isolados, apesar do registro de inúmeros enlaces matrimoniais entre vizinhos. Ver AMADO, 2002, p. 45.

⁴⁸⁰ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p.101.

⁴⁸¹ Esse tipo de análise já vem sendo praticada por diversos historiadores. LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*, 2000; CERUTTI, Simona. *Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*, 1998; FRAGOSO, João Luis. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII - algumas notas de pesquisa*, 2003; KICZA, John. *Empresarios Coloniales. Familias y negocios em la Ciudad del México, durante los Borbones*, 1986; BRAGONI, Beatriz. *Los Hijos de la Revolución: familia, negocios y poder en Mendoza en el siglo XIX*, 1999; MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos. Trabalho, família, aliança e mobilidade social em Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*, 2005.

⁴⁸² FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: família de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado em História) -- PPGH-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007, p. 205.

indivíduos. Concordamos com Sheila Faria quando diz que “a organização familiar não se restringia aos laços de sangue. Era muito mais do que isto. As alianças rituais, em particular o compadrio, contavam tanto quanto e, até mesmo, mais do que as consangüíneas ou matrimoniais”⁴⁸³. Richard Graham reforça essa ideia, destacando que

Os limites de uma família iam muito além do pai, da mãe e dos filhos. A proteção em troca de lealdade, imposta pelos vínculos familiares, estendia-se primeiramente a uma ampla gama de relacionamentos consangüíneos e, em seguida, a um número igualmente grande de ligações por meio de casamento. Embora um pouco mais tênues, os laços de parentesco ritual também eram importantes. Ser padrinho e afilhado, compadre ou comadre no Brasil, como em outras culturas ibéricas, envolvia obrigações religiosas e materiais importantes⁴⁸⁴.

Além dos laços matrimoniais, o compadrio também permitiu o fortalecimento dos laços familiares entre os colonos alemães e descendentes no início do século XIX, no sul do Brasil. Essas alianças podiam ser estabelecidas com membros do mesmo grupo étnico, com o mesmo grupo étnico, mas de outros Estados Alemães e/ou ainda com os nacionais. Isto é, quem os mecklenburgueses, no contexto do século XIX, escolheram para ser padrinho e madrinha de seus filhos ou do próprio casamento? No próximo sub-capítulo analisaremos o compadrio das famílias Scheck e Witt.

5.2.2 Relações interpessoais: muitos parentes

*Tanto las prácticas como las normas se reproducen a lo largo de las generaciones dentro del entorno lentamente diferenciador de lo costumbre*⁴⁸⁵.

⁴⁸³ FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 384.

⁴⁸⁴ GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX.*, 1997, p.37 apud FARINATTI, 2007, p. 208.

⁴⁸⁵ THOMPSON, Edward Palmer. *Costumbres en común*. Barcelona: Editora Crítica, 1995, p. 20.

Dentre os estudos sobre imigração alemã, a organização social dos alemães e seus descendentes recentemente tem recebido um novo olhar e uma especial atenção. Novas metodologias e o cruzamento de variadas fontes – cartoriais, judiciais, eclesiásticas – permitem ao pesquisador, observar aspectos que até então não eram privilegiados no estudo acerca da imigração alemã. O estudo do compadrio, por exemplo, apresentou novas e importantes informações acerca da organização e comportamento dos escravos, negros e pardos livres. Cacilda Machado identificou que “o batismo foi o sacramento católico mais comum entre os escravos, que através dele multiplicaram os laços de parentesco espiritual, dentro e fora do cativeiro”⁴⁸⁶. Cabe destacar que o compadrio gerava uma relação de parentesco entre as famílias envolvidas, e essa relação, contudo, gerava um vínculo de cumplicidade e consolidava os laços de sociabilidade. Dito de outra forma, “através do compadrio, se solidificam laços entre sua família e a dos padrinhos e madrinhas”⁴⁸⁷.

No ato do batismo, a figura do padrinho representa uma espécie de ‘pai espiritual’ do batizando, assumindo o papel de representante da criança na cerimônia, seu guardião e protetor em potencial. Desse modo, o padrinho

⁴⁸⁶ MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX)*. 2006. Tese (Doutorado em História) -- UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2006, p. 280. Alguns trabalhos defendiam que raramente os senhores apadrinhava seus cativos. Outros que o compadrio era muito mais complexo, visto que havia laços de solidariedade entre padrinhos e afilhados e entre compadres. Para José Roberto Góes, “o compadrio era uma das formas de incorporar os africanos recém-chegados, e de propiciar meios de socialização de modo a formar uma comunidade escrava”. Mais informações, ver: GUEDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988. FERREIRA, Roberto Guedes. *Na Pia Batismal*. Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). 2000. Dissertação (Mestrado em História) -- PPGHIS-UFF, Niterói, 2000; NEVES, Maria de F. Rodrigues das. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: *História e População*. São Paulo: ABEP/IUSSP/CELADE, 1989; BOTELHO, Tarcísio R. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, pp. 108-115, v. 3; FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; BRÜGGER, Silvia MJ. *Minas Patriarcal - Família e Sociedade (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX)*, 2002, Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 2002, cap. 5. SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”, in ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. SP, Cia. das Letras, 1997, p. 271. GÓES, José Roberto. *O cativeiro imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória (ES): SEJC/SEE, 1993. RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul 1872-1920. 1990, Dissertação (Mestrado em História) -- PPGHIS-UFF, Niterói, 1990, pp. 56-59.

⁴⁸⁷ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos de São João del Rei, 1730-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, MG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

desfrutava de uma posição de respeito e prestígio junto aos demais envolvidos nas cerimônias⁴⁸⁸.

Tanto os enlaces matrimoniais analisados anteriormente, como o compadrio caracterizaram-se como redes sociais estabelecidas pelos mecklenburgueses vertical e horizontalmente para se inserir na sociedade local. Desse modo, utilizaremos registros paroquiais – batismo, casamento e óbito – e inventários para analisar o compadrio das famílias Scheck – estabelecidos em São Leopoldo e Porto Alegre - e Witt - estabelecidos em Três Forquilhas.

Via de regra, o dados encontrados nos registros eclesiásticos fornecem verdadeiras informações sobre a história de uma ou várias famílias. Informações como nome, naturalidade, idade dos pais, nome dos padrinhos da criança, nome do pastor da paróquia. Além disso, permitem observar a influência de uma família, através do número de apadrinhamentos, a mobilidade geográfica, ou seja, ajudam a defender o fim da *tese do isolamento*. Compartilhando da mesma ideia, Dreher afirma que,

os livros [paroquiais] nos dão não só informações a respeito da criança batizada, dos noivos ou dos falecidos. Mostram-nos verdadeira história familiar. Assim, somos informados sobre o local de nascimento dos pais, sobre as relações de compadrio, sobre o nome do padrinho ou madrinha, do qual a criança recebe o seu nome⁴⁸⁹.

Ana Paula Pruner de Siqueira lembra que

com esta documentação, é possível averiguar informações referentes à data do acontecimento, ao batizando, a seus pais, ao proprietário destes, aos padrinhos, a sua condição social; à origem e situação dos noivos, à origem, condição social e estado civil do falecido e por vezes o motivo do falecimento⁴⁹⁰.

⁴⁸⁸ MONTEIRO, Roberta Ruas. Apud SCHWARTZ, 1999, p. 66.

⁴⁸⁹ DREHER, Martin Norberto. São Leopoldo e Três Forquilhas – relações humanas. In: ELY, Nilza Huyer e BARROSO, Véra Lucia Maciel (Orgs.). *Raízes de Terra de Areia: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 1999a, p. 235-236

⁴⁹⁰ SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. As relações de compadrio em terras de pecuária na segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, Porto Alegre, 2008. Disponível em:

Dispondo desse tipo de fonte e em razão da carência de estudos acerca do compadrio entre os colonos alemães, intentamos acrescentar novos aspectos ao quadro historiográfico existente. Se o compadrio caracteriza-se como um laço não consanguíneo, no qual era proporcionada a socialização e a formação de uma nova comunidade, é nas escolhas dos padrinhos que verificamos tais aspectos. Os compadres e as comadres eram considerados integrantes da mesma família, pois eram vistos como “segundos pais”. No início da colonização, os padrinhos “tinham obrigações, que geralmente cumpriam de orientar, auxiliar e tomar a seu cargo o afilhado em caso de orfandade”⁴⁹¹. Após 1845, outros fatores passaram a determinar a escolha dos padrinhos. Como por exemplo, pertencer ao mesmo nível socioeconômico do afilhado e/ou escolher pessoas mais ricas. Dificilmente escolhiam padrinhos mais pobres que o afilhado.

Compadrio da família Witt

Johann Carl Witt e Maria Luiza Feldner deixaram o presídio e Casa de Correção, em dezembro de 1824. Ambos integraram a “turma” de 102 pessoas embarcadas no navio *Wilhelmine*. Johann Carl, na ocasião da saída, tinha 36 anos de idade, era solteiro e foi acusado de furtar um cavalo. Condenado a seis anos de reclusão, era mantido pela caixa da instituição. Maria Luiza, no entanto, seguiu para o Brasil na condição de criada de Johann Carl Witt, pois ainda não havia casado, já que ela tinha impedimento: já era casada. Condenada a quatro anos de reclusão por furto, Maria era mantida pela caixa criminal da Casa de Correção. O matrimônio do casal só foi realizado por um padre, pois ambos professavam religião luterana, em 21 de junho de 1825, em Porto Alegre⁴⁹². Para o padre, Maria Luiza (em primeiras núpcias) não fora casada, já que abençoada em seu matrimônio por pastor luterano, vivia em concubinato.

Ao que tudo indica, a família Witt se estabeleceu inicialmente em São Leopoldo e, em 1826, integrou a caravana que seguiu para Torres. Devido à falta do primeiro livro de óbitos

<http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158059_ARQUIVO_textointegralanpuh-rs.pdf>. Acesso em: 21 out. 2009.

⁴⁹¹ AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2ª Ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 46.

⁴⁹² Livro 3 de Casamentos da Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus, fl. 123.

de Três Forquilhas, não sabemos a data do óbito de Maria Luiza, mas podemos afirmar que ela se transferiu para Torres com seu marido e seu filho Johann Carl Philipp, uma vez que os nomes estavam listados na relação nominal dos colonos que voluntariamente decidiram ir para Torres (sob número 19, 20 e 21, Johann Carl Witt, sua mulher Maria e seu filho Johann Carl Philipp). Na lista da relação nominal, a família apareceu sob o número 5 e, na ocasião, receberam duas enxadas, um machado, uma foice, um cavalo, duas éguas, dois bois e uma vaca, ou seja, utensílios para trabalhar na agricultura⁴⁹³.

Em relação aos filhos do primeiro enlace matrimonial, cabe destacar que encontramos algumas informações incoerentes. Enquanto que no Códice 333 consta a informação de que Johann Carl e Maria Luiza tiveram duas filhas, ao analisar o Livro de registros da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas, deparamo-nos com a informação do nascimento de um filho do sexo masculino, porém batizado na religião católica. Já em relação ao outro filho, não encontramos informações.

Carl Witt, filho do seu primeiro casamento, nasceu em São Leopoldo e, em 1826, também seguiu para Torres. Provavelmente a família Witt conhecia a família de Catharina Hoffmann, sua noiva, antes do casamento, visto que, em 1851, os Hoffmann aparecem como padrinhos de um filho de Benis Witt (irmão paterno de Carl). Outro indicativo que leva-nos a pensar que ambas as famílias se conheciam antes do casamento, é o fato de que tanto a família Witt, quanto a família Hoffmann, viviam da agricultura.

Quanto à religião, constatamos que somente o casamento de Johann Carl Witt e o batismo dos filhos da primeira união foram realizados por um Padre. Os demais casamentos, batismos, óbitos da nossa análise, foram mantidos na tradição luterana. Conforme já foi enfatizado anteriormente, não sabemos quando Maria Luiza faleceu e quando Johann Carl se casou com Elisabeth Geb, em segundas núpcias. Partimos do pressuposto de que após o falecimento de Maria Luiza, Johann Carl Witt deixou Três Forquilhas para morar em São Leopoldo. Em relação à mobilidade espacial, as informações são compatíveis. Analisando o Livro de Registros da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas, observamos uma lacuna entre 1837 a 1848, correspondendo exatamente ao período em que Johann Carl Witt batizou, em São Leopoldo, cinco filhos, decorrentes do casamento com Elisabeth Geb. O primeiro filho, Peter Witt nasceu em vinte e dois de abril de 1839. Os padrinhos da criança foram Peter

⁴⁹³ Mais informações, ver: FENSTERSEIFER, Ellen. *Aspectos gerais da Colônia alemã de Três Forquilhas*. 1973. Trabalho de conclusão (Graduação em História) -- Unisinos, São Leopoldo, 1973.

Petersen e Catharina Niederauer. Jacob nasceu em dez de março de 1841 e faleceu no mesmo ano, com nove meses de vida, tendo como padrinho Jacob Beck, Heinrich Ernest Beck e Elisabetha Beck apadrinharam o quarto filho dos Witt, Heinrich nascido em vinte e dois de dezembro de 1845. Joanna Bárbara nasceu em vinte de setembro de 1842 e os pais estreitaram laços de parentesco com Johannes Dauth, Barbara Agner e Barbara Dauth. O último filho batizado em São Leopoldo foi Carl Witt, nascido em quatorze de novembro de 1846. Os padrinhos da criança foram Carl e Carolina Roth. Podemos perceber através dessas informações que os Witt objetivaram fortalecer laços com famílias que não eram provenientes das Casas de Correção. Dito de outra forma, houve uma ampliação da rede parental com pessoas do mesmo grupo étnico – destaca-se a manutenção da endogamia étnica -, no entanto de outros territórios germânicos. Os demais filhos foram batizados em Três Forquilhas - criando laços de parentesco com os Maschmann, Eberhardt, Knewitz, Hoffmann, Karst.

O casal Johann Carl e Elisabeth Geb teve nove filhos, e todos contraíram enlace matrimonial em Três Forquilhas, com exceção de um que viveu só nove meses. Os sobrenomes Knewitz, Beck, Geb e Bruschi aparecem com frequência, seja como cônjuges de filho ou filha dos Witt, como padrinhos de netos e/ou bisnetos do genearca Johann Carl Witt, ou ainda convidando membros da família Witt como padrinhos. Por exemplo, ainda em São Leopoldo, Witt foi padrinho de Carolina Beck, filha de agricultores.

Nesse caso, tudo indica que ocorreu uma espécie de ampliação da rede de relações sociais, via parentesco, amizade e vizinhança com uma geração já estabelecida na região, principalmente porque os cinco primeiros filhos do casal nasceram em São Leopoldo. Nesse sentido, havia a necessidade de firmar e ampliar os laços com famílias estabelecidas há mais tempo em Três Forquilhas. No caso de Benis Witt, provavelmente conheceu sua noiva bem antes do casamento, pois era conhecida dos Witt (Dorothea Geb tinha vínculos de parentesco com os Geb) em decorrência das segundas núpcias de Johann Carl. Além disso, constatamos o fortalecimento de laços com os iguais, isto é, com Heinrich Bruschi (acusado de furtar um cavalo) também era ex-prisioneiro de Mecklenburg-Schwerin e veio para o Brasil no mesmo navio que trouxe a família Witt.

O rompimento dos laços de endogamia pode ser verificado quando Carl Witt adotou Elia Witt (nascida em 11/01/1873), filha ilegítima de Maria Pereira de Souza. Provavelmente

era filha de Maria Gross, casada com José Pereira de Souza, mestre pedreiro e agricultor⁴⁹⁴. Não há mais informações acerca da adoção, mas a família Gross firmou laços matrimoniais com os Witt (esta atitude representa um laço de amizade). Não obstante, essa atitude sinaliza a ampliação da rede de relações sociais, na qual cônjuges de origem brasileira serão aceitos.

O filho do genearca, casal Carl Witt e Catharina Hoffmann teve sete filhos. Anna Maria nascida em 1855, foi apadrinhada por Peter e Anna Schütt, Anna Maria Hoffmann. Christian August, foi apadrinhado por August Hoffmann, Anna Elisabetha Knewitz e Elisabetha Eberhardt, em 1862. Em relação aos dois filhos, não encontramos informações sobre o matrimônio, talvez não se casaram, assim como Wilhelmina. Catharina Barbara, nascida em 1857 também foi apadrinhada pelas famílias Hoffmann, Kramer e Becker. Chamou atenção o laço matrimonial realizado, em 1875, entre o casal Catharina Bárbara e Joaquim Bruschi. Devido à não existência do livro de óbitos de Três Forquilhas, trabalhamos com a hipótese de que Joaquim Bruschi era viúvo (filho do falecido Johann Bruschi e Bárbara⁴⁹⁵). Esse fato explicaria a diferença de vinte e quatro anos em relação à idade da noiva. Cabe destacar que além do vínculo étnico e de amizade, o vínculo profissional deve ter desempenhado grande importância, visto que, Joaquim Bruschi foi agricultor e pecuarista em Três Forquilhas (fortalecimento e ampliação dos vínculos profissionais entre sogro e genro), assim como os Hoffmann.

Catharina foi a primeira mulher da família Witt a romper com a endogamia étnica. O noivo Louis Brandão Feijó (agricultor e curtidor), de origem brasileira, era filho ilegítimo de Maria Rosário da Conceição. Belarmina foi a segunda mulher a romper com a endogamia étnica, no momento do casamento com Profirio Martins de Spíndola, de origem brasileira e filho de José Martins Spíndola e Maria Joaquina Venatrio. Na ocasião do casamento, em 1879, o noivo tinha 28 anos de idade. Apesar de ambos os noivos professarem a religião católica, os matrimônios foram realizados e registrados no Livro de Registros da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas. A inserção de membros de origem brasileira no núcleo familiar dos Witt leva-nos a partir do pressuposto de que houve a necessidade de ampliação

⁴⁹⁴ José Pereira de Souza, “mestre-pedreiro” foi contratado pelo Pastor Voges para construir sua casa e a igreja, em Três Forquilhas. Mais informações, ver WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008.

⁴⁹⁵ Provavelmente o Johann Bruschi, sogro de Catharina Bárbara Witt, e Heinrich Bruschi, prisioneiro de Mecklenburg, eram a mesma pessoa. Analisando os autos acerca do recrutamento, consta na lista de emigrantes, o prisioneiro Heinrich Bruschi de 21 anos de idade, acusado por furtar um cavalo; foi condenado a dois anos de reclusão, sendo mantido pela caixa da instituição. Antes de ser encaminhado para a casa de correção, Bruschi era diarista em Wörbelin.

da rede de relações sociais, seja via laço de vizinhança, pois os Witt praticavam a agricultura no distrito de Maquiné (local de origem do noivo); seja via laço de amizade. O rompimento da endogamia étnica também pode ser verificado no apadrinhamento de Belarmina Felisbina – foram padrinhos Felisberto Francisco da Silva e Bernardina Maria de Jesus - e Maria Luiza – apadrinhada por Cristina Kramer, Friedrich Hoffmann, Maria Luiza Hoffmann e Henrietta Pereira da Fonseca.

Maria Luiza manteve a endogamia étnica, em decorrência do casamento com Jacob Menger, filho ilegítimo de Maria Menger, em quatro de novembro de 1880. Ao que tudo indica, as famílias Witt e Menger mantinham laços de amizade antes do matrimônio do casal. Ao analisar o livro de registros eclesiásticos, observamos que os Menger foram padrinhos de algumas famílias que mantinham laços de amizade, parentesco e vizinhança com os Witt. Podemos citar, por exemplo, os Sparrenberg, Hoffmann, Schwartzhaupt, Beck. Em 1866, Catharina Witt, juntamente com Elisabetha Hoffmann, Catharina Beck, nascida Schwartzhaupt, Christian Menger, foram padrinhos de Catharina Maria Schwartzhaupt, filha de Peter Schwartzhaupt e sua esposa Margaretha Menger.

Benício Witt, filho do genearca, casou-se com Dorothea Geb e dessa união nasceram nove filhos. Dos nove netos de Johann Carl Witt, somente Margarida rompeu o laço de endogamia étnica, ao contrair matrimônio com Manoel Ricardo de Azevedo, evangélico e filho ilegítimo de Ricarda Rodrigues Azevedo. No quadro abaixo, listamos mais informações acerca dos enlaces matrimoniais e dos apadrinhamentos dos filhos.

Sabemos que a família Witt residia em Conceição do Arroio e possuía terras nos distritos de Maquiné e São Domingos de Torres, conforme consta no inventário da família, em 1890. Nesta fonte encontramos informações sobre os laços matrimoniais realizados entre 1872 e 1887. Dos nove filhos, dois eram, na ocasião, menores de idade. Maria tinha 16 anos e Pedro Witt Sobrinho tinha 13 anos. Os três primeiros filhos, Miguel, Catharina e Christiano contraíram matrimônio com a família Gehrmann. Os cônjuges provavelmente eram descendentes do mesmo ramo familiar (irmãos). Tal fato reforça a hipótese de ampliação e fortalecimento de laços de parentesco.

Em relação à herança, mesmo após o falecimento de Benício Witt, a família permaneceu unida, uma vez que os nove filhos se fixaram “junto a casa de moradia de Miguel

[Maquiné] e nas terras situados no distrito de São Domingos de Torres”⁴⁹⁶. Miguel era o filho mais velho e o tutor dos irmãos menores.

Tabela 12 - Compadrio e matrimônio dos netos do casal pioneiro

Nome	Idade	Casamento	Cônjuge	Idade	Origem	Padrinho de batismo
Miguel	21	14/12/1872	Maria Christina Gehrmann	17	Três Forquilhas	Michael Eberhardt, Michael Hoffmann e Andreas Hoffmann
Catharina	23	24/07/1875	Johann Gehrmann	21	Três Forquilhas	Carl Witt e Catharina Witt
Christiano	28	28/04/1883	Maria Carolina Felicidade Gehrmann	26	Três Forquilhas	Christian Weckmann e Christian Hoffmann Junior
Luiza (Elisabetha)	19	04/06/1881	Carlos Hoffmann	27	Três Forquilhas	Johann Jacob Knewitz, Elisabetha Becker e Elisabetha Knewitz
Carolina	21	31/08/1880	Carlos Sparrenberg	21	Três Forquilhas	s/informações
Margarida	-	04/12/1887	Manoel Ricardo de Azevedo	20	Três Forquilhas	Johannes Knippel, Margaretha Eberhardt
Carlos Witt Sobrinho	21	18/06/1886	Maria Luiza Gross	18	Três Forquilhas	Carl Driesch, Carl Witt e Dorothea Eberhardt
	22	14/02/1887	Catharina Maria Gross (prima da Maria Luiza)	18	Três Forquilhas	Idem
Maria	Filha solteira, 16 anos. Padrinhos: Maria Gehrmann, Maria Witt, Christian Witt e Christian Eberhardt					
Pedro Sob.	Filho solteiro, 13 anos. Padrinhos: Peter Witt, Barbara Witt, Louisa Gehrmann					

Fonte: Livro de Registros da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas, APERS, Osório, Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário, nº 248, maço 8, 1890.

⁴⁹⁶ APERS, Osório, Inventário, Cartório de Órfãos e Ausentes de Osório, maço 8, 1890, nº 248.

A família do noivo de Luiza (Elisabetha) já era conhecida dos Witt, em decorrência da união de Carl Witt e Catharina Hoffmann (tia). Outro fato interessante é o matrimônio de Carlos Witt Sobrinho que, em 1886, casou-se com Maria Luiza Gross (faleceu no parto) e, em 1887, com sua prima, Catharina Maria Gross, pois provavelmente queria manter o laço de parentesco oficializado em 1886, em decorrência do seu primeiro matrimônio. Verificamos ao longo da análise dos livros de registros eclesiásticos que muitos laços de parentesco eram iniciados no momento do batismo dos filhos e, posteriormente, concretizados através do matrimônio.

O neto de Johann Carl Witt, Miguel Witt casou-se com Maria Gehrman e teve dez filhos. Miguel era filho mais velho do casal Benício Witt e Dorothea Geb. Conforme inventário⁴⁹⁷, faleceu aos três de maio de 1920, com 67 anos de idade, vitimado por moléstia natural e residia no 2º Distrito de Maquiné. Conforme consta no inventário, Miguel possuía

260 metros de frente de terras de matto e agricultura, com 3.520 ditos de extensão, no lugar denominado Três Forquilhas, 2º distrito d'este município, com frente ao rio do mesmo nome e fundos para a terra, extremado pelo sul com terras dos herdeiros de Christiano Witt Sobrinho e pelo norte com as de Christiam Etter, adquiridos pelo inventariado por compra a Luisa König Voges, escrivão [*sic*] publica lavrada em 25 de junho de 1892⁴⁹⁸.

Até 1920, Alberto, aos 23 anos de idade, apareceu como solteiro. Cristiano Witt Sobrinho casado com Mathilde Bruschi Witt, pais de sete filhos (tabela 13), faleceu no dia primeiro de abril de 1919, ou seja, um ano antes do óbito do pai.

José Albino, por sua vez já era viúvo, e segundo informações descritas no inventário, José “encontrava-se em lugar não sabido, no Estado de Santa Catarina, [...] que há dois annos, aproximadamente, ausentou-se d'este município”⁴⁹⁹. No quadro 3 constam as principais informações acerca das uniões matrimoniais e apadrinhamento dos filhos.

As filhas Carolina e Luiza, apadrinhadas pelas famílias Gehrman, Witt, Schwartzhaupt, romperam a endogamia étnica ao firmar laços matrimoniais com a família Flores da Silva. Residentes no distrito de Maquiné, provavelmente eram irmãos e filhos do mestre sapateiro e agricultor Serafim Flores da Silva e Carolina Fleck.

⁴⁹⁷ APERS, Osório, Inventário, Cartório de Órfãos e Ausentes de Osório, maço 24, 1920, nº 758.

⁴⁹⁸ APERS, Osório, Inventário, Cartório de Órfãos e Ausentes de Osório, maço 24, 1920, nº 758.

⁴⁹⁹ APERS, Osório, Inventário, Cartório de Órfãos e Ausentes de Osório, maço 24, 1920, nº 758.

Estratégia matrimonial semelhante foi adotada pelos irmãos João Leopoldo, Rosalina, Cristiano Witt Sobrinho e Carlos Witt Sobrinho. Os quatro filhos não vão romper com a endogamia étnica. Acreditamos que houve o fortalecimento dos laços de parentesco com a família Bruschi (Bruch), através do laço matrimonial entre Christian (neto do casal pioneiro) e Catharina Bárbara Bruschi. Portanto, partimos do pressuposto que neste caso (quatro uniões matrimoniais, tendo como cônjuge a família Bruschi), a manutenção do laço de parentesco por gerações, deve ter pesado na escolha do cônjuge, além de ambas as famílias serem do mesmo ramo profissional: a agricultura.

Em relação aos cônjuges Bruschi, podemos inferir que faziam parte da mesma parentela. Maria Bruschi, noiva de João Leopoldo, era filha de Joaquim Bruschi e Bárbara Witt. Carlos Bruschi, cônjuge da filha Rosalina, era filho de Johannes Bruschi Filho e Johanna Carolina Gehrman. Mathilde Bruschi, contudo, filha de Christian Luis Bruschi e Joanna Carolina Gehrman. Em relação à noiva de Carlos Witt Sobrinho não encontramos informações sobre o sogro e sogra. Mas ao que tudo indica, conforme afirmamos anteriormente, esses laços matrimoniais reforçam as relações sociais, via parentes, amizade e vizinhança, uma vez que os Gehrman, Bruschi já eram conhecidos dos Witt, seja como noivo, noiva, madrinha e/ ou padrinho.

Tabela 13 - Compadrio e matrimônio dos bisnetos do casal pioneiro

Nome	Idade	Casamento	Cônjuge	Idade	Origem	Padrinho de batismo
Carolina	47	-	Pedro Flores da Silva	-	Maquiné	Carolina Gehrman, Carolina Witt e Carl Witt
Luiza	41	-	Leopoldo Flores da Silva	-	Maquiné	Johann Gehrman, Carl Schwartzaupt, Johann e Wilhelmina Gehrman, Elisabetha Witt
João Leopoldo	40	-	Maria Bruschi	-	Maquiné	Johann Gehrman, Christina Eberhardt, Benis Witt
Carlos Sob.	38	-	Luiza Bruschi	-	Maquiné	Carolina Gehrman, Carl Gehrman e Carl Witt
Maria	36	-	Cristovão Etter	-	Maquiné	Leopoldo e Carl Gehrman, Maria Witt e Maria Witt

continua

continuação						
Gustavo	35	-	Ernestina Kellermann	-	Maquiné	Benis Witt, Johannes Schwartzhaupt, Margaretha Witt, Luiza Gehrmann
José Albino	31	Viúvo	-	-	Maquiné	Philipp e Philippina Becker, Peter Witt
Rosalina	25	-	Carlos Bruschi	-	Maquiné	s/informação
Alberto	23	Solteiro	-	-	Maquiné	s/informação
Cristiano Sob.		Faleceu em 01/04/1919	Mathilde Bruschi	-	Maquiné	Christian Ludwig, Christian Witt, Bina Gehrmann

Fonte: Livro de Registros da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas; APERS, Osório, Cartório de Órfãos e Ausentes, Inventário, nº 758, maço 24, 1920.

Nessa geração, percebemos também a inserção de cônjuges de outras famílias, como Etter (vizinho de Miguel Witt) e Kellermann. Cristóvão (Christoph Ettere) provavelmente era filho do mestre de alfaiate e agricultor, Joseph Ettere (natural da Baviera Renana) e Bárbara Justin. Os padrinhos de batismo de Christoph, em 1878, foram as famílias Kellermann, Justin e Schmitt. Decorre daí, possivelmente a aproximação de Gustavo com a família de Ernestina Kellermann. Percebe-se aqui a necessidade de ampliação da rede de sociabilidade com outras famílias de origem germânica, visto que, ao longo da trajetória apresentada, tais famílias não apareceram firmando laços matrimoniais.

O casal Christiano e Mathilde Witt teve sete filhos, antes do falecimento do chefe da família no dia primeiro de abril de 1919. A propriedade do casal estava localizada no 2º distrito de Conceição do Arroio.

127 metros de frente com 3520 ditos de fundos de terras de agricultura, sitas na moradia do inventariado, 2º distrito deste município, fazendo frente ao rio Três Forquilhas e fundos a serra, extremado-se pelo sul com terras de João Santos e pelo norte com Miguel Witt, havidos pelo inventariado por compra de João Leopoldo Witt, publica de 23 de outubro de 1916, [mais] 97 metros de frente com 3520 de fundos de terras de agricultura sitos no 2º distrito do município, fazendo frente ao Rio Três Forquilhas e fundos a Serra, extremado-se pelo sul com terras de Christiano Eberhardt e pelo norte com

de João Santos havidos pelo inventariado por compra a João Schwartzhaupt Sobrinho e José Albino Eberhardt⁵⁰⁰.

Os sete filhos do casal Christiano e Mathilde Witt, ainda eram menores de idade, quando o pai Christiano faleceu. Não possuímos informações sobre os casamentos dos filhos, por isso não podemos afirmar se a família privilegiou manter a endogamia étnica e se os cônjuges faziam parte da extensa rede social tecida pela família ao longo das gerações; já em relação ao compadrio, prevaleceram as famílias com as quais já haviam sido firmados laços de parentesco.

Nesta trajetória familiar, desde o casamento do casal pioneiro até 1870, não houve o rompimento com a endogamia étnica. Somente em 1871 ocorreu o primeiro matrimônio exogâmico entre Catharina Witt (neta do genearca) e Louis Brandão Feijó, enquanto que o primeiro compadrio exogâmico ocorreu 1879. A partir deste ano, em cada geração foi verificado rompimento com a endogamia étnica. Cabe destacar que foram as mulheres que casaram com cônjuges de origem brasileira.

Em nossa análise não privilegiamos estudar a socialização pelo trabalho, mas vale destacar que a ocupação profissional possivelmente foi determinante em alguns casos, visto que a maioria dos cônjuges dedicava-se à agricultura. Por exemplo, Joaquim Bruschi, além de agricultor era pecuarista, Louis Brandão Feijó, agricultor e curtidor e Cristovão, agricultor e mestre de alfaiate. Assim, além dos cônjuges, os filhos, netos e bisnetos dos Witt, exerciam atividades ligadas à terra.

Enfim, a trajetória da família Witt demonstra que não apenas sobreviveram ao estigma e às difíceis condições de vida inicial, sobretudo (embora de forma modesta) encontraram estratégias que permitiram a inserção e manutenção da família, através do compadrio, casamento, via parentes, amizade e vizinhança.

Dos cinco matrimônios exogâmicos que pudemos resgatar, todos decorrem da iniciativa das filhas dos Witt, ou seja, não encontramos referências, ao longo da genealogia apresentada, de que os filhos do sexo masculino tenham estabelecido laço matrimonial com noivas brasileiras.

⁵⁰⁰ APERS, Osório, Inventário, Cartório Órfãos e Ausentes de Osório, maço 14, 1919, nº 464.

Partimos do pressuposto de que esse tipo de união matrimonial era aceitável, apesar de a mulher ter sido vista como a responsável pela preservação dos laços comunitários e dos costumes. Nesse sentido, acreditamos que não houve a preocupação em manter a identidade étnica, contudo foi a estratégia encontrada pelos Witt para tentar livrar-se do estigma de “ladrões de cavalos” e inserir-se na comunidade. Dito de outra forma, as uniões exôgamicas (por iniciativa da mulher), observadas sob o ponto de vista étnico, devem ter representado uma forma de assimilação e inserção comunitária, pois é através do casamento que o indivíduo tem a oportunidade de criar e manter novos laços de sociabilidade (via parentesco, amizade e vizinhança).

Conforme afirma Botelho, o matrimônio deve ser entendido como uma das estratégias mais importantes de reprodução social, pois é a união de duas famílias que vai garantir a continuidade de um ramo familiar e principalmente ampliar as relações sociais. É nesse sentido que podemos avaliar os laços matrimoniais e o compadrio realizados ao longo da trajetória dos Witt, inicialmente entendidos como uma oportunidade de inserção na comunidade receptora e, posteriormente, como uma estratégia para manutenção e fortalecimento dos laços já existentes.

[...] os velhos arranjos matrimoniais também foram usados como ferramenta de alavancagem social pelos colonos [...]. A rede grupal de apoio foi arquitetada e mantida a partir de batismos e casamentos, pois o convite para ser padrinhos e o encaminhamento por vezes sutil de jovens para se casar com pretendentes escolhidos cristalizavam-se como a *rocha firme* [...] ⁵⁰¹.

Compadrio da família Scheck

Wilhelm Johann Scheck, nasceu no dia vinte e um de abril de 1743, na localidade de Damshagen/Mecklenburg. Casou-se com Maria Dorothea Wöhler, nascida em dezembro de 1784, em Dassow/Mecklenburg. Provavelmente o casamento do casal foi realizado no Estado Alemão antes de embarcar para o Brasil (tanto na lista de saída, quanto na lista de entrada de imigrantes, não encontramos informações exatas sobre a data do casamento do casal). Dessa

⁵⁰¹ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 281.

união, em dezoito de abril de 1820, em Damshagen/Mecklenburg, nasceu Johann Heinrich Scheck⁵⁰². No entanto, cruzando essas informações com a lista dos emigrantes da Casa de Correção Rural de Güstrow, observamos informações incoerentes, no que se refere ao local de nascimento da esposa e filho de Scheck. Por exemplo, na documentação consta “número 88, sua esposa D. E. Wahler, local de nascimento Lüttgenhoff, 40 anos de idade”; seu filho aparece como “número 89, seu filho Johann Scheck, local de nascimento Mohr, 4 anos de idade”.⁵⁰³ Nesse caso, destacamos que é recorrente a variação da escrita dos nomes, conforme apontado acima pode variar de uma fonte para outra⁵⁰⁴.

Na Europa, Scheck exercia a profissão de alfaiate e, provavelmente concomitantemente, praticava a agricultura familiar em pequena escala. Emílio Willems ressalta que era comum na Alemanha do século XIX, o sistema misto “agrícola-industrial”. Analisando a organização econômica européia, constata maior variedade profissional entre os operários especializados e artífices. A variedade profissional pode “dar a impressão de uma rigidez estrutural”, porém observa que, a maioria dos operários e artífices registrados era proveniente de áreas rurais ou semi-rurais. Dito de outra forma, paralelamente à atividade agrícola, diversos lavradores ou agricultores, para complementar a renda familiar, desenvolviam outras atividades profissionais como, por exemplo, Hans Blöcker, que era diarista e marinheiro; Peter Frehse era caseiro e jardineiro⁵⁰⁵; Johann Müller era servo da agricultura e soldado. Os exemplos citados caracterizam a estrutura econômica da época.

Nosso perseguido, Wilhelm Johann Scheck, como já foi apontado anteriormente, exercia a profissão de alfaiate. Ao que tudo indica, as transformações em Mecklenburgo, levaram Scheck a migrar com sua família para outra região em busca de melhores condições de vida. No entanto, migrar para Güstrow levou-os para a Casa de Correção. A família Scheck e os demais 130 emigrantes, que compuseram a primeira “turma” de apenas das Casas de

⁵⁰² ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes Alemães: 1824 – 1853*. Porto Alegre: EST, 2005, p. 100. Este livro corresponde à transcrição do Códice 333, no qual consta o nome e informações acerca dos imigrantes que entraram no Rio Grande do Sul entre os anos de 1824 e 1853.

⁵⁰³ Comprovação retificada. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend, p. 34-42. Tradução de Martin Norberto Dreher.

⁵⁰⁴ Marcos Antonio Witt, enfrentou a mesma dificuldade. (WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 102).

⁵⁰⁵ No anexo número oito, “Os primeiros imigrantes alemães no Rio Grande do Sul”, do livro Cem anos de Germanidade, encontramos a informação de que Frehse era originário de Mecklenburg-Schwerin, possuía a profissão de jardineiro, professava a religião protestante e faleceu em 1834, em São Leopoldo, sem deixar herdeiros, por constar como solteiro. VERBAND DEUTSCHER VEREINE. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999, p. 622.

Correção, aportaram na tarde do dia 11 de outubro, segunda-feira, na Praia da Armação, Rio de Janeiro. Permaneceram por alguns dias na Praia da Armação, provavelmente, tempo necessário para que fosse feita a seleção das pessoas que ficaram no Rio de Janeiro, exercendo o ofício de soldado, e as pessoas que seguiram para Porto Alegre, com o objetivo de colonizar o território do Rio Grande de São Pedro. Em 18 de outubro, os colonos embarcaram na Sumaca Delfina⁵⁰⁶ com destino a Porto Alegre, onde chegaram “na segunda metade de novembro de 1824”⁵⁰⁷, sendo enviados para São João das Missões.

Contrariando a historiografia clássica, diversas famílias e avulsos voltaram de São João. Alguns se estabeleceram em Três Forquilhas, Torres e São Leopoldo, como é o caso da família Scheck. Concordamos com Sheila de Castro Faria quando ressalta que “o homem pobre, [...] permanece por muito pouco tempo num mesmo lugar. Sua característica é a extrema mobilidade. Mover-se, em busca de melhores condições de sobrevivência, tornava-se uma atitude previsível e esperada”.⁵⁰⁸ Não sabemos, quando Wilhelm Johann Scheck chegou a São Leopoldo, mas ao que tudo indica não deve ter permanecido por muito tempo em São João das Missões, pois em dois de junho de 1843, seu filho Johann Heinrich Scheck casou-se com a Baronesa Mathilde Franciska Antoinette von Schlabrendorff, importante família católica. Após alguns anos, o livro de registros de óbitos da Comunidade de São Leopoldo informa que Wilhelm Johann Scheck faleceu no dia dezenove de junho de 1850 e Maria Dorothea Wöhler, sua esposa, faleceu em vinte e nove de dezembro de 1855, vítima da epidemia de cólera.

No ano de 1843, a 2 de junho, foram casados pelo Pastor Klenze:

O honrado e digno solteiro Johann Heinrich Scheck, de Damshagen, no Grão-ducado de Mecklenburg, 24 anos de idade, de igreja evangélica, alfaiate, residente em S. Leopoldo (junto ao Passo): legítimo filho de Wilhelm Johann Scheck, e de Maria Elisabeth, nasc. Wöhlert; e

⁵⁰⁶ Em 23 de outubro de 1824, foi expedido por Luiz Martinho Lima Álvares da Silva, oficial maior da Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros, lista dos colonos que devem ser transportados para Porto Alegre. Na lista constava terem sido embarcados na Sumaca Delfina 93 colonos, sendo que, quinze eram famílias e 26 avulsos. Desse total, a mulher de Joaquim Blecker, morreu antes do embarque. Frederico Alberto e sua mulher, Sofia Dorothea, não embarcaram porque o chefe da família queria ser soldado. Christiano Lichtsinnring, Guilherme Ahrens, Carlos Schroeder e Jacob Jette também não embarcaram, por querer assentar praça. *Correspondência recebida pelos Governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central (B-1.19, 1824)*.

⁵⁰⁷ HUNSCHÉ, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977, p.534.

⁵⁰⁸ FÁRIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, p. 102.

a honrada e virtuosa senhorita Mathilde Franciska Antoinette von Schlabrendorff, de Vechte, no Grão-Ducado de Oldenburg, 22 anos de idade, de igreja católica: legítima filha de Friedrich Wilhelm von Schlabrendorff e de Maria Friederike, nasc. Wrede⁵⁰⁹.

O mapa de população de 1868 informa que a família Scheck (agora referimo-nos à família do filho) residia no quarteirão número três do primeiro distrito da cidade de São Leopoldo. Não podemos aferir, (por falta de informações) se o casal se estabeleceu na propriedade da família Scheck ou adquiriu propriedade própria, bem como, quanto e o que Scheck herdou pelo falecimento de seus pais. Todavia, informações mais concretas poderiam ser apresentadas, se a família Scheck tivesse produzido inventário. Como Wilhelm Johann Scheck e Maria Dorothea faleceram nos anos 50, é provável que não exista inventário. Tramontini justifica o fato, afirmando que entre as décadas de 30 a 50 era comum a família não proceder os autos de inventário. Além dessas lacunas, é lícito pensar que provavelmente Scheck herdou do pai a profissão de alfaiate. Em 1868, contudo, o mapa de população informa que Scheck exercia a profissão de negociante, com rendimento mensal de 1:200\$000.

Analisando o livro de batismos de São Leopoldo, consta que a primeira filha do casal Scheck, Carolina Friederike Scheck, nasceu em 1848, na “Villa de São Leopoldo”. Os padrinhos da criança foram Barão Humbert Carl Anton Ludwig von Schlabrendorff, irmão de Mathilde, e a Baronesa Maria Frederike von Schlabrendorff, nascida Wrede, mãe de Mathilde (talvez para fortalecer os laços familiares). É possível verificar nos registros de batismo um costume da época, no qual a(o) batizada(o) recebe o nome da(o) madrinha (padrinho), no caso aqui apresentado, da avó materna.

A segunda filha nasceu em seis de janeiro de 1849. Carolina Johanna Scheck foi batizada em oito de abril, tendo como padrinhos Johann Bastian e Carolina, nascida Brenner. Nesse caso, Scheck ampliou os laços de parentela (vizinhança ou amizade), visto que o casal não tinha nenhum outro laço familiar. Além disso, o nome da criança, conforme já foi exposto, pode ter vindo tanto da madrinha quanto do padrinho. No livro de registros eclesiásticos de São Leopoldo somente duas filhas foram batizadas; quanto ao filho Henrique (aparece no mapa de população de 1868, como filho do casal e com 24 anos de idade) não encontramos informações.

⁵⁰⁹ DREHER, Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM).

Entre 1845 e 1876, a família Scheck apadrinhou quatorze crianças, sendo que quatro afilhados eram da família von Schlabrendorff. Das quatro, três crianças eram filhos do Pastor Evangélico de São Leopoldo, August Wilhelm Klenze casado com a Baronesa Clara Henriqueta Klenze, nascida von Schlabrendorff, irmã de Mathilde Franciska Scheck. A outra criança batizada era filha do casal Heinrich Bier e Joaquina Rita Bier, nascida von Schlabrendorff (irmã mais nova de Mathilde F. Scheck). O livro de batismo, além de mostrar “verdadeira história familiar”, permite constatar os laços de afetividade entre as famílias, bem como a influência da família na comunidade, através do número de apadrinhamentos. Para Siriani, “os padrinhos eram escolhidos entre os parentes mais próximos ou entre as figuras mais ilustres da sociedade local, uma forma de garantir não apenas a introdução da criança no seio da cristandade como também proporcionar-lhe certo status quando os padrinhos eram abastados”.⁵¹⁰

Tabela 14 - Compadrio de Johann Heinrich Scheck e Mathilde, nascida Schlabrendorff

Data de nascimento	Batizando	Pais da criança	Data do batismo	Padrinhos	Local
24/07/1845	Catharina Matte	Peter Philipp Matte Philippina, nasc. Schneider	11/05/1845	Catharina Stock e Johann Heinrich Scheck	São Leopoldo
02/04/1848	Francisco Johann Adolf Klenze	August Wilhelm Klenze e Clara, nasc Schlabrendorff	29/06/1848	Johann H. Scheck e Mathilde, nasc. Schlabrendorff	São Leopoldo
11/06/1849	Wilhelmine Mathilde Johanna Bier	Heinrich Bier e Joaquina Rita, nasc Schlabrendorff	06/01/1850	Johann Scheck e Mathilde, nasc. Schlabrendorff	São Leopoldo
08/06/1854	Mathilde Johanna Petersen	Carl Heinrich Petersen e Francisca, nasc. Wrede	12/08/1854	Heinrich Scheck e Mathilde, nasc. Schlabrendorff	São Leopoldo
13/10/1858	Gustav Heinrich Wilhelm Rothfuchs	Peter Rothfuchs e Catharina, nasc. Bier	06/03/1859	Heinrich Scheck e Wilhelmine Bier (rep. Joaquina Bier)	São Leopoldo
08/04/1859	Caecilie Henriette Catharine Klenze	August Wilhelm Klenze e Clara, nasc Schlabrendorff	24/05/1859	Heinrich Georg Lorenz Scheck e Catharina Dorothea Louise Keppler	São Leopoldo

continua

⁵¹⁰ SIRIANI, apud WITT, nota 101, 2008, p. 82.

continuação					
08/04/1859	Gabriel Louis Klenze	August Wilhelm Klenze e Clara, nasc Schlabrendorff	23/05/1859	Gabriel Carlsson (rep. Johann Scheck) Louise Mathilde (rep Mathilde Scheck)	São Leopoldo
19/10/1864	Johann Franz Petersen	Heinrich Petersen e Carolina, nasc. Crusius	01/01/1865	Johann Scheck e Mathilde Scheck	São Leopoldo
09/02/1867	Lina Mathilde Johanna Groskopf	Hermann Groskopf e Maria Carolina Groskopf	06/05/1867	Johann Scheck e Mathilde Scheck, Johann Schmidt e Carolina Schmidt	São Leopoldo
13/08/1871	Heinrich Anton Gass	Jacob Gass e Catharina Gass	08/10/1871	Heinrich Mathes, Heinrich Scheck, Elisabethe Dillingshausen, Anna Wink	São Leopoldo
27/08/1871	João Frederico Schiel	Jacob Schiel e Anna Christina, nasc Dröscher	22/10/1871	Johann Scheck e Mathilde Scheck	São Leopoldo
02/04/1873	Heinrich Joseph Christian Friedrich Becker	Johann Jacob Becker e Maria, nasc. Nabinger	23/11/1873	Heinrich Scheck, Joseph Wolfenbüttel, Mathilde Scheck e Cristiane Scheck	São Leopoldo
07/10/1870	Christian Friedrich Reichmann	Heinrich Reichmann e Luise, nasc. Wulf	25/12/1873	Heinrich Scheck e Cristiane Scheck	São Leopoldo
18/02/1877	Christiane Hermine Mathilde Stöckel	August Stöckel e Carolina Seidler	28/12/1876	Christian Kessler e Mathilde Scheck, rep. Hermann Schröder e Mathilde Schröder	São Leopoldo

Fonte: Livro de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM)

No registro geral dos colonos chegados (1824-1853) – C333 consta que Johann Heinrich faleceu em trinta de maio de 1893 em Porto Alegre. Não sabemos o ano que a família Scheck migrou para Porto Alegre; ao que tudo indica, a família montou um negócio. É lícito pensar isso, porque a filha Carolina Johanna Scheck casou-se em seis de janeiro de 1849 com Julio Issler. Conforme consta no livro de Magda Gans, Presença Teuta em Porto Alegre

no século XIX, Julio Issler era comerciante de secos e molhados (1873-1889) na Rua Bragança/PoA. (depois chamada Rua General Silva Tavares e atualmente Rua Marechal Floriano)⁵¹¹. Até 1845, a base econômica da Colônia era balizada entre a agricultura e o artesanato. Após este período, contudo, ocorreu uma rápida dinamização produtiva e comercial em São Leopoldo. Para Janaína Amado, os verdadeiros donos de São Leopoldo, na década de 70 eram os comerciantes, uma vez que, de simples colonos e pequenos proprietários transformaram-se, aos poucos, em ricos, poderosos e influentes habitantes (diversos colonos, após adquirir certo capital na colônia, migravam para Porto Alegre, onde estabeleciam casas de comércio). Muitos destes comerciantes “romperam com o círculo fechado da economia colonial: drenando a produção agrícola do lote até Porto Alegre, do produtor ao consumidor, tornaram-se o elo de ligação entre dois sistemas econômicos diversos”⁵¹². O exemplo abaixo reforça alguns aspectos levantados até aqui.

Em 1889, Julio Issler, negociante de secos e molhados na cidade de Porto Alegre, foi credor de Christiano Spindler, também negociante no lugar denominado Nova Palmira. Spindler comprou mercadorias no valor de 1:478\$210 para revender no seu estabelecimento. Issler moveu uma ação ordinária contra o suplicando porque este “ainda não pagou a dita importância das mercadorias que comprou para revender” e porque não compareceu no juízo conciliatório para quitar a dívida. No entanto, o 1º cartório julgou a causa passada e requer que “se digne mandar que se lhe dê [Christiano Spindler] a competente carta de sentença”⁵¹³.

Já a filha Malvina Carolina Issler nascida em cinco de março de 1873, casou-se em 1892, em Porto Alegre, com Matheus Aluísio (Luis) Leopoldo Englert⁵¹⁴, nascido em vinte e

⁵¹¹ GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no Século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/ANPUH/RS, 2004, p. 62.

⁵¹² AMADO, 2002, p. 85. A partir de 1845, São Leopoldo deu um grande salto, no que tange ao desenvolvimento econômico. Vimos que os comerciantes obtiveram inúmeras conquistas econômicas em decorrência das transformações. Era a única classe social preparada para acompanhar a evolução por que passava a Colônia. A medida que a produção crescia em São Leopoldo, mais Porto Alegre se interessava em fortalecer vínculos com as áreas produtoras. O comerciante tinha papel significativo nessa dinâmica, pois era ele que contactava diretamente com os produtores (agricultores). Através do controle do sistema de preços, houve um aumento das desigualdades, visto que, “o comerciante passou a lucrar mais em 1874, já vendia os produtos em Porto Alegre com um acréscimo de 55 a 60%” (AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 86), enquanto que o colono deveria contentar-se com o que lhe era concedido. “As trocas, no início eram feitas à vista, passavam para o sistema de contas correntes: cada mercadoria comprada ou vendida pelo colono era anotada num livro, na coluna ‘deve’ ou ‘haver’, conforme o caso. Nunca corria dinheiro nas transações: eram todas à base de permuta. O agricultor estava irremediavelmente preso à venda. Era sempre deverdor; o comerciante, credor” (Ibid, p. 86).

⁵¹³ APERS, São Leopoldo, Ação ordinária, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 20, 1887, n. 771.

⁵¹⁴ Era filho de Adolpho Englert e Maria Luiza, nascida Daudt; e neto do comerciante e ferreiro Johann Cornelius Franciscus Englert, de Heigenbruck, junto a Aschaffenburg e Phillipine, nascida Klein, de Tiefenbach, junto a Alt-Simmen. Por ocasião do seu falecimento em quinze de fevereiro de 1865, Johann Cornelius Englert deixou como herança “hum sobrado situado na Rua do Passo, com três portas e três janellas,

nove de agosto de 1861, em São Leopoldo. O enlace matrimonial foi realizado em dezanove de agosto de 1892, em Porto Alegre. Dessa união nasceram Maria Luisa Brunilde Englert, Luiz Adolpho Gaston, Irma Malvine, Lino Ignácio Victor, Clotilde Maria Paula, Luiz M. Nicolau, Rodolpho José Antônio e José Carlos Albano Englert. Luis Englert foi importante político, mineralogista e professor da escola de engenharia da UFRGS, tendo falecido em nove de dezembro de 1931. Encerro aqui, a trajetória de uma família descendente de ex-presidiários, que ao contrário da historiografia, conseguiu se estabelecer, acionar recursos e estratégias para se inserir, bem como adquirir prestígio e destaque na sociedade local.

Ao recuperarmos a trajetória de algumas famílias, buscamos analisar as relações sociais estabelecidas e organizadas pelas famílias para se inserirem na vida cotidiana da comunidade receptora. Essas relações sociais podem ser tanto as redes de parentesco, de vizinhança, de amizade, profissionais, confessionais quanto outras intrinsecamente ligadas ao cotidiano dos indivíduos. Dito de outra forma, se entendemos a sociabilidade como as múltiplas redes espontâneas estabelecidas entre os indivíduos em uma determinada sociedade, é dessa forma que devem ser entendidas as redes estabelecidas pelos Klinger, Haacker, Marlow, Scheck e Witt, ao longo das gerações.

Através da abordagem micro-analítica, é possível revisitar os temas já tradicionais na historiografia (imigração, família), bem como trazer à tona novas possibilidades para a análise dos comportamentos sociais, neste caso, as estratégias matrimoniais desenvolvidas no cotidiano das áreas de colonização do Rio Grande de São Pedro, uma vez que de outra forma (nível macro) não poderiam ser observadas. “As obras que trazem dados estatísticos colaboram para a análise da imigração; no entanto, muitas vezes deixam de estabelecer conexões entre os diversos núcleos coloniais, famílias ou redes de apoio”⁵¹⁵. Em outras

hum portão com o competente terreno (3:000\$000); huma casa na mesma rua com três janellas e duas portas com o competente terreno (3:000\$000); huma casa situada na Rua da Igreja desta cidade com hum portão e duas janelas (2:500\$000); huma colônia de terras de mattos situado no Padre Eterno (32\$000); ¾ de colônia na margem direita do Rio dos Sinos (500\$000) e oitenta pés de laranjeiras na mesma colônia (80\$000)”, totalizando um monte-mór de 9:112\$000 (APERS, São Leopoldo, Inventário, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de São Leopoldo, maço 13, 1865, n. 365.). Consta no inventário a venda do sobrado localizado na Rua do Passo com o objetivo de pagamento dos credores Adolfo Englert e André Jung. André Jung, em dez de junho de 1861, pagou a “Conta para o meu sogro João Cornelius de dinheiro que paguei pela Compostura de uma casa e um sobrado na Rua do Passo” (4.500 tijolos, sete linhas, duas dúzias de caibros, dois carros de pedra com soleiras, cinco dúzias de repasse telhas, ao petreiro E. Prack, taboas, uma linha e seis caibros, madeira e taboas, mil tijolos, carreteiro, cal, marcineiro, taboas, varias mendezas e mil e quinhentos tijolos, somando 924\$900). Adolfo Englert, em dez de junho de 1861 (...) pagou a “Conta para meu pai” (jornal de um negro, aos carpinteiros, ripas, caibro, arreia, uma dúzia de taboas, ao marcineiro, aos mesmos, ao Carlos Roth, no paço, ao petreiro, ao pintor, aos carreteiros, um coxo, ao Reichman, colletoria, ao Guilherme Hertel e A. C. Schlüter, somando 367\$900).

⁵¹⁵ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 281.

palavras, somente a partir da análise micro-analítica das estratégias matrimoniais e do compadrio foi possível constatar aspectos da vida cotidiana, as relações familiares com indivíduos e o meio social, ou seja, fazer uma história social da imigração.

O estudo dos laços matrimoniais e do compadrio, enquanto uma forma de observação dos comportamentos sociais daqueles sujeitos, permite também relativizar a tese do isolamento, da endogamia étnica e da homogeneidade dos imigrantes alemães. É lícito destacar que neste exercício privilegiamos, majoritariamente, os laços matrimoniais contraídos ao longo das gerações e o compadrio. Contudo, outros tipos de fontes podem ser cruzadas, obtendo assim informações sobre as atividades sócio-econômicas, a inserção ou não na política local, além dos possíveis desentendimentos presentes nas colônias – conforme veremos no próximo sub-capítulo, isto é, permite (re)pensar aspectos do viver em sociedade em áreas de imigração alemã e, principalmente, revisitar sob novas lentes, a própria história da família no Rio Grande do Sul.

5.2.3 Problemas de sociabilidade: crimes e conflitos

Em 1857, Luiza Wilborn⁵¹⁶, viúva do finado Peter Wilborn⁵¹⁷ moveu uma ação contra Felipe Schneider⁵¹⁸, alegando que este havia levado todos os bens do casal para a sua casa. O finado deixou para Luiza e seu filho herdeiro Augusto “meia colônia sob número 1 na Picada dos Dois Irmãos e outros bens móveis”. A outra metade da colônia foi vendida por 400\$000, sendo esse valor entregue a Felipe Schneider, genro do finado. No primeiro livro de Juiz de Paz de São Leopoldo consta a informação de que no dia vinte de março de 1838, portanto dez

⁵¹⁶ Luiza Ruppenthal, natural de Adesbach, em Altenburg, provavelmente contraiu matrimônio com Peter Wilborn no Brasil, pois na lista de saída aparece como solteiro. Dessa união nasceu João Adão Augusto que se casou com Luiza Mertens. Conforme mapa estatístico de 1886, Augusto residia na estância denominada Quatro Colônias, no terceiro quarteirão, do quarto distrito da Vila de São Leopoldo – Campo Bom. Nesse local, Augusto possuía uma propriedade com seis gados vacum, dois idem cavalares e 18 idem cordum. AHRs, Fundo Polícia, maço 35. DREHER, Livro de Registros da Comunidade Evangélica de São Leopoldo (CD-ROM), ROSA, 2005, p. 26.

⁵¹⁷ O nome de Peter Wilborn figura na listagem dos presidiários da Casa de Correção e da prisão de Dömitz embarcados para o Brasil em 6 de dezembro de 1824. Peter tinha 44 anos de idade, em 20 de novembro de 1820 quando foi encaminhado à Casa de Correção por ter cometido furtos. Ex-carniceiro e natural de Gr. Poserin foi condenado à prisão perpétua, sendo mantido pela caixa da instituição. Faleceu em Quatro Colônias em 31 de dezembro de 1848. Listagem dos presidiários da Casa de Correção e da Prisão de Dömitz embarcados para o Brasil, em 6 de dezembro de 1824. In: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl 26. Tradução de Martin Norberto Dreher.

⁵¹⁸ Casado com a filha da suplicante, de nome Carolina Wilborn.

anos antes do falecimento de Pedro Wilborn, o colono Gabriel Hatzenberger trocou a sua colônia pela colônia de Pedro Wilborn e Felipe Schneider.

N.82 Registro de um papel de troca de uma colônia de terras que fazem Gabriel Hazemberg (Hatzenberger) e sua mulher: O colono Gabriel Hatzenberger troca sua colônia inteira, na serra grande, à mão direita, com uma colônia igualmente inteira dos colonos Pedro Wilborn e Felipe Schneider, que é sita entre os colonos Paulo Diehl e Frederico Graf. (68v). E recebe o alemão Gabriel Hatzenberg de Pedro Wilborn e Felipe Schneider a quantia de quarenta mãos de milho que ficam na colônia. Este contrato é feito na presença de quatro testemunhas presentes, todas abaixo assinadas. São Leopoldo, vinte de março de mil e oitocentos e trinta e oito anos. Guilherme Hatzenberg, Ana Maria, Felipe Schneider, Carolina Schneider, Pedro Sieben, Henrique Ufflaker, Nicolau Mallmann e Nicolau Staudt. Nada mais se continha no dito papel de trato, que bem e fielmente copiei dos próprios, que ambas as partes me apresentaram e pediram lançasse em notas, o que bem e fielmente executei, em razão do meu ofício, nesta Capela Curada de Nossa Senhora da Conceição da Colônia de São Leopoldo, aos vinte e dois do mês de março de mil oitocentos e trinta e oito anos, e eu José Ferreira Soares, escrivão, escrevi⁵¹⁹.

Além da meia colônia, outros bens móveis e semoventes ficaram pelo falecimento de Peter Wilborn. Destes, alguns

se acha ainda em poder de Felipe Schneider: huma arma de fogo, duas pistolas, duas flautas, duas mezas grandes, dois bancos, quatro painéis de ferro, huma chaleira, huma trempe de ferro, huma frigideira, dois baldes de água, hum moinho de café, duas enxadas, dois machados, huma foice, duas correntes de ferro, huma dita de cobre, huma caixa de roupa, dois lansoles, seis facas de meza, oito pratos, seis tijelas, três pratos grandes, dois garrafone, duas colheres grandes de metal, huma peneira⁵²⁰.

Os bens estavam sob o poder de Schneider, porque logo após o falecimento do marido, a suplicante foi morar com o genro e a filha Carolina para onde levou todos os seus bens que

⁵¹⁹ HUNSCHE, Carlos Henrique. *Primórdios da vida judicial de São Leopoldo*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1979, p. 228.

⁵²⁰ APERS, São Leopoldo, Ação de Libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 16, 1857, n. 673.

adquiriu ao longo do enlace matrimonial com Pedro Wilborn. Outros, no entanto, especialmente os bens semoventes já haviam sido vendidos pelo valor de 385\$000⁵²¹.

Em 1857, ano do processo, Luiza alega que Felipe utilizou meios fraudulentos para se apossar da meia colônia que ficara como herança para o filho Augusto, e que “a força tem botado a supp^{te} para fora da sua casa ficando todos os seus bens moveis e semoventes”. Diante dessa situação, Luiza solicitou, através de uma audiência, para que o genro apresentasse “os seus documentos por onde mostre ser dono das terras que forcoza se quer apossar e não só desistir destas terras como também lhe entregar os bens moveis”. Felipe, no entanto, apresentou documento, na qual Pedro Wilborn entregou meia colônia como dote para a sua enteada e genro, sendo assinada e acordada por ambos⁵²².

Fizerão o contracto seguinte entre Pedro Wilborn e sua mulher Luiza Ruppenthal, o qual declara que é de sua livre vontade que o seo marido fique sendo só senhor da meia colônia cituada na Picada dos Dois Irmãos a qual foi vendida pela quantia de cento e noventa e dois mil réis, cuja quantia pertence a elle, isto no caso que haja separação de bens e em recompensa disto fica sendo a sua mulher a senhora da quarta parte da colônia de que comprou o seu genro Felipe Schneider⁵²³.

Apesar de alegar que concedeu o dote a sua filha contra vontade e que não autorizou Augusto Rodolpho a assinar a declaração, pelo fato de não saber escrever, a autora da ação foi “condenada nas custas em três dobro e que os documentos oferecidos são suficientes para dispresar-se emlimine o libello”⁵²⁴. Isto é, Felipe foi absolvido da instância e garantiu a meia colônia e os bens do finado Peter Wilborn.

O processo descrito anteriormente integra um conjunto de oito processos por nós levantados no arquivo referente a alguns mecklenburgueses e seus descendentes. O corpo documental é composto por cinco processos relativos a dívida e dois acerca da demarcação

⁵²¹ Foram vendidos por Felipe Schneider, um cavalo com um par de arreios, uma vaca mansa com cria, uma outra vaca com cria, dois terneiros, dezessete porcos grandes e pequenos, várias ferramentas de sapateiros, onze taboas de pedra, vários livros religiosos e 32\$000 em dinheiro.

⁵²² “Felipe Schneider e sua esposa possuem um quarto de colônia cita no lugar denominado Quatro Colonias, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição, dividindo-se pelo Norte com terras de Christiano Weinöhl, pelo Sul com os fundos da colônia de Campo Bom, pelo Leste com terras de Felipe Deiner e pelo Oeste com terras de Simião Kappel”. Villa de São Leopoldo, 8 de agosto de 1855. APERS, São Leopoldo, Ação de Libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 16, 1857, n. 673.

⁵²³ APERS, São Leopoldo, Ação de Libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 16, 1857, n. 673.

⁵²⁴ APERS, São Leopoldo, Ação de Libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 16, 1857, n. 673.

territorial. Esses processos revelam, em certa medida, indícios das dificuldades que inúmeros imigrantes enfrentaram para adequar-se às leis e normas impostas no local em que estavam inseridos e a necessidade de adaptação dos mesmos aos poucos recursos disponíveis no início do processo de colonização.

Cabe destacar que o processo criminal era o instrumento pelo qual se formalizava as denúncias ou queixas acerca das irregularidades legais. Entretanto, muitas vezes os desentendimentos permaneciam no âmbito informal, isto é não formalizavam um processo-crime, visto que resolviam o impasse através de recursos pessoais.

Livro Juiz de Paz de 1842 (In: M.H.V.S.L.), Jorge Bauermann, da Picada 48, faz queixa contra o seu cunhado Frederico Krug, por lhe insultar e soltar seus bichos na sua lavoura; George Adam, de São Leopoldo, queixa-se contra João Knewitz por colher suas frutas; Jacob Beck, de São Leopoldo, contra Henrique Ernesto Beck, por não lhe devolver uma escada e foice que emprestou; Carlos Witt (Feitoria) contra Doescher (?) por ter morto uma vaca; João Frisch contra Baltazar Devel (?) pedindo que este “acautelasse” sua vaca, Alexandre Dickel contra “Chulxepa” (?), pois os animais destes invadem sua roça; por igual motivo queixa-se João Frisch contra Jacob Mazmann e Gottfried Ebert; e Carlos “Chular” contra Paulo Müller, na Costa da Serra, por obstrução de um arroio; João Stoll, da Feitoria, contra Carlos Witt, por lhe ter devolvido uma porção de ferro de menor qualidade do que a emprestada (...)⁵²⁵.

Vimos no primeiro capítulo que, nos primórdios, a colonização em São Leopoldo foi marcada por conflitos intra e extra grupo. Segundo Tramontini, as queixas, desentendimentos verbais ou físicos significavam um meio de expressar o descontentamento e o desejo de ter seus direitos garantidos.

(...) primeiro período que poderíamos definir como de improviso, seguido por uma tentativa de ordenar a vida administrativa da Colônia, entre 1825 e 1826, que, (...) foi, em grande parte, fruto de reivindicações dos colonos, e, por último, por um período de dificuldades do governo para cumprir com os compromissos estabelecidos com os imigrantes, quando o inspetor

⁵²⁵ TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003, p. 265-267.

estabeleceu a prática de passar aos colonos bilhete/vales, que eram utilizados no comércio local⁵²⁶.

Mesmo existindo problemas de adaptação e sociabilidade, a população apresentou significativo aumento. Em 1835, já contava com 5.263 habitantes, diferentemente de 1824, quando contava só com 124 indivíduos alemães. Analisando a tabela abaixo, verificamos que a população tendia a aumentar ano após ano, chegando a apresentar, em 1870, um total de 14.103 habitantes (quase 14 mil habitantes a mais em quarenta e seis anos de fundação da colônia alemã).

Tabela 15 - População alemã e teuto-brasileira de São Leopoldo

Datas	Homens	Mulheres	Total	% crescimento da população	% crescimento médio anual da população
1824	80	46	124	0	0
1825	628	397	1025	87,7	87,7
1826	1019	784	1803	43,8	43,8
1827	1618	1283	2901	37,8	37,8
1828	1706	1344	3050	4,9	4,9
1829	2858	1922	4780	36,2	36,2
1830	3018	2016	5034	5,0	5,0
1831	3060	2047	5107	1,4	1,4
1832	3078	2083	5161	1,0	1,0
1833	3097	2092	5189	0,5	0,5
1834	3149	2114	5263	1,4	1,4
1842	2584	2234	4818	9,2	1,15
1845	2821	2572	7142	32,5	10,8
1848	4760	4290	9050	21,1	7,0
1849	0	0	9393	3,7	3,7
1850	4892	4570	9462	0,7	0,7
1853	0	0	11.346	16,6	5,5
1857	0	0	12.500	9,2	2,3
1870	0	0	14.103	11,4	0,4

Fonte: AMADO, 2002, p. 118.

⁵²⁶ Ibid, p. 109.

Esses colonos almejavam seu espaço e direito na nova pátria, por isso, outros exemplos de desentendimentos podem ser citados. Frederico Bier – filho da cunhada de João H. Scheck -, negociante de Porto Alegre e na Vila de São Leopoldo possuía uma “dacta de terras de matto”⁵²⁷ no lugar denominado Sapucaia, no primeiro distrito desta Vila. José Gomes de Freitas, por sua vez comprou de um tal Zeferino Tavares Freire umas braças de terras localizados no mesmo lugar das terras do Bier. Por ter “invadido sua propriedade”, Bier moveu uma ação contra José Gomes de Freitas com o intento de proibir a permanência do mesmo em suas terras e principalmente “não prosseguir no referido trabalho” de derrubada de mato, de roças e de edificar casas dentro dos limites da propriedade do suplicante. No mesmo ano ficou acordado que o embargado pagasse os custos relativos a ação de conciliação⁵²⁸, visto que José Gomes Freitas não compareceu na primeira audiência e Bier comprovou ser por direito proprietário das ditas terras. O mesmo Frederico Bier e sua esposa Anna Bier, em 1852, se envolveram em outra ação, na qual acusaram Marcelino José Martins de desejar construir uma casa nas suas terras⁵²⁹.

As execuções de sentença envolvendo Frederico Bier refletem a situação em que se encontrava a Colônia de São Leopoldo no que tange especialmente à questão da delimitação das propriedades ou lotes dos colonos alemães. Marcos Witt constatou que “em todas as Colônias estabeleceu-se o ‘conflito’ que tinha por objetivo conquistar espaço político e obter vantagens que, de fato, a legislação impedia. (...) Os conflitos remetem, sobretudo, à política e à disputa pela terra”⁵³⁰. Apesar da aprovação da Lei de Terras em 1850, “a disputa pela terra marcou a história da imigração alemã durante todo o século XIX”⁵³¹, uma vez que a terra era o bem mais importante que possuíam no Brasil, por isso lutavam por aquilo que concedia o sustento a sua família e lhes garantia uma vida digna. Para Janaína Amado, “poucas vezes se viu uma comunidade tão ‘briguenta’ quanto aquela. Os colonos discutiam por absolutamente tudo”⁵³². Comumente havia desavenças para escolher o padre, o professor, local da construção da Igreja, da escola na comunidade e, se fosse necessário, criticavam o vizinho.

⁵²⁷ “A dita dacta compreende quatro centas braças de frente e hum quarto de legoas de fundo, que foi concedida pelo governo da Província a Mauricio Antonio Fernandes, e hoje pertence ao Supp^e por contrato de compra do mesmo”. APERS, São Leopoldo, Autos de embargo, Cartório do Cível e Crime, maço 12, 1859, n. 542.

⁵²⁸ APERS, São Leopoldo, Autos de embargo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 12, 1859, n. 542.

⁵²⁹ APERS, São Leopoldo, Autos de embargo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 12, 1852, n. 535.

⁵³⁰ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 247.

⁵³¹ *Ibid*, p. 258.

⁵³² AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 51.

Os problemas de terra é que deixaram mais marcas. Mas entre 1835 e 1845 só foram praticados em São Leopoldo treze crimes de morte, dos quais cinco por alemães e teuto-brasileiros. O resto das brigas era do tipo comum a qualquer comunidade pequena, onde todos se conhecem e participam demais da vida dos outros. A pobreza e dificuldades uniam mas também criavam um clima favorável às brigas, que se tornavam um meio de extravasar a tensão. (...) Até 1845 os conflitos internos na colônia não chegaram a assumir papel preponderante porque não foram basicamente ocasionados por contradições referentes a relações de produção⁵³³.

Por muito tempo a historiografia interpretou os recorrentes conflitos como desvirtuamento e perda da germanidade dos alemães. Culpavam-se os “maus imigrantes”, que estavam constantemente embriagados, pela desordem. Os delitos cometidos pelos alemães – analisados aqui - podem ser considerados leves. Observamos que os alemães denunciados e denunciadores envolveram-se em discussões relativas à dívida e invasão de propriedade, pois possuir uma propriedade, lote ou terreno na Vila de São Leopoldo também significou uma oportunidade de inserção na comunidade local, respeito, dignidade e sobrevivência.

Além da disputa pela terra, as ações de petição de dívida foram constantemente acionadas pelos alemães e seus descendentes para formalizar e cobrar dívidas em dinheiro “proveniente de diversos gêneros (...) comprado”⁵³⁴ e pagamento por dívida, decorrente de “prejuízos, perdas e danos que os supp^{dos} lhe causarão com um embargo que lhe fizerão em uma porção de madeiras tiradas em mattos de legítima posse e domínio dos supp^{te}⁵³⁵”.

Em 1861, Frederico Bier⁵³⁶ protestou contra Catharina Ebert e a órfã Maria, mulher e filha do finado Henrique Ebert⁵³⁷, pelo fato desta ser devedora da quantia de 446\$990⁵³⁸. A

⁵³³ AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002, p. 53.

⁵³⁴ APERS, São Leopoldo, Ação de libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 17, 1861, n. 681.

⁵³⁵ APERS, São Leopoldo, Ação de libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 16, 1851, n. 653.

⁵³⁶ “Frederico Bier é negociante matriculado, residente na cidade de Porto Alegre, onde tem armazém de secos e molhados que negocia a varejo e por atacado, não só a dinheiro, como a prazo”. APERS, São Leopoldo, Ação de libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 17, 1861, n. 681.

⁵³⁷ O falecido Henrique Ebert, marido e pai dos reos, comquanto fosse patrão e dono de um lanxão que navegava constantemente desta Villa para a cidade de Porto Alegre, e vice versa, costumava comprar diversos gêneros, não só ao autor, como a outros negociantes daquela praça, já para seu gasto e já para satisfazer a diverças encomendas que lhe fazião os carregadores de seu lanxão e seus fregueses, cujos gêneros os conduzia”. APERS, São Leopoldo, Ação de libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 17, 1861, n. 681.

⁵³⁸ Em vinte e dois de dezembro comprou 150 alqueires de sal ao preço de 1\$100, totalizando 165\$000. No dia vinte e seis de dezembro pagou a Joaquim da Silva Fagundes em serviços que prestou com seu pranchão no valor de 40\$000. Comprou em dois de janeiro, dois sacos de café - 10 arrobas – no valor de 88\$000, e outros artigos como barril de vinho tinto, pimenta do reino, saco para a mesma, canela, totalizando 459\$950. Antes do óbito foram adquiridos sacos de farinha e frete de quatro sacos de aveia, perfazendo uma dívida de 446\$990. APERS, São Leopoldo, Ação de libelo, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo, maço 17, 1861, n. 681.

dívida do finado Henrique Ebertz era “proveniente de diverços generos que lhe (ele) houvera comprado” no armazém de secos e molhados de Bier. Ao final do processo, Catharina Ebert, esposa em segundas núpcias de Henrique Ebert, confessou ser devedora da quantia solicitada pelo autor.

Esse fato evidencia a importância do Rio dos Sinos como elo entre São Leopoldo e Porto Alegre, além de ser fundamental para o escoamento dos artigos produzidos na colônia. Analisando a navegação fluvial no Rio Grande do Sul, Dalva Reinheimer, destaca que o Rio dos Sinos,

foi significativo numa região onde desenvolveu-se uma sociedade que em poucas décadas, de 1824 a 1850, passou de uma base essencialmente agrícola para o exercício de todas as atividades que compõem a divisão de trabalho: agricultura, artesanato, comércio, indústria e serviços, e, através dessas atividades, integrou-se na evolução do Rio Grande do Sul e do Brasil⁵³⁹.

A amostragem apresentada aqui se refere a alguns crimes e delitos cometidos pelos alemães – emigrantes e descendentes – na Colônia Alemã de São Leopoldo nos primórdios da colonização. Com os exemplos citados anteriormente, não queremos dizer que só os mecklenburgueses envolveram-se em desentendimentos, mas que os delitos, crimes, xingamentos, desordem, brigas eram constantes entre os diferentes grupos sociais e contextos. Dito de outra forma, os mecklenburgueses e demais emigrantes almejavam respeito das autoridades, conquista de um espaço na sociedade e, sobretudo, objetivavam uma vida melhor e sobreviver na nova pátria.

Nesse sentido, analisamos os desentendimentos como uma forma de reivindicação, “pronunciamento de um grupo que, pelo menos na lei, praticamente não tinha direitos”⁵⁴⁰. A elite local e as autoridades viam esses conflitos com desconfiança, pois representavam o desvirtuamento, “a situação vexatória em que foram abandonados os imigrantes e seus

⁵³⁹ REINHEIMER, Dalva Neraci. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre a imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UNISINOS, São Leopoldo, 1999, p. 30.

⁵⁴⁰ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 252. Sobre problemas de sociabilidade numa São Paulo alemã, ver SIRIANI, Sílvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003, capítulo XIV.

descendentes por parte do Império e das províncias”⁵⁴¹. Cabe destacar que a utilização de fontes judiciais permitiu trazer à tona peculiaridades acerca do cotidiano de alguns mecklenburgueses e seus descendentes. Para Siriani, esse corpo documental “possibilita observar um universo de pequenas peculiaridades, que levam a um detalhamento minucioso dos fatos”⁵⁴², visto que o intento era apresentar aspectos da trajetória de alguns mecklenburgueses, inclusive os problemas de sociabilidade, aspectos estes que se fizeram presentes no cotidiano dos diferentes grupos sociais. Também no tocante a crimes, verificamos que os mecklenburgueses não merecem os epítetos que lhes foram consagrados.

⁵⁴¹ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008, p. 252.

⁵⁴² SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003, p. 271.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Leitura e análise de inúmeros documentos acerca do recrutamento e da trajetória de mecklenburgueses evidenciaram que os ex-prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin constituíram-se num grupo ativo e indispensável para a formação e o desenvolvimento das Colônias Alemãs de São Leopoldo e do Litoral Norte do Rio Grande do Sul (Três Forquilhas, Torres). Em contrapartida, constatamos que as principais obras acerca da história da imigração e dos imigrantes alemães, no Rio Grande do Sul, foram escritas tendo como intenção primordial enaltecer o “imigrante bom”. Buscaram disseminar a ideia de que estes imigrantes foram responsáveis pelo sucesso econômico, enquanto que os mecklenburgueses, recrutados para a distante Colônia Alemã de São João das Missões, desapareceram em decorrência de sua conduta imoral. Assim, os autores que integraram a chamada historiografia clássica valeram-se de uma narrativa para enaltecer um grupo de colonos alemães e descendentes e de outra para excluir e estigmatizar os mecklenburgueses.

Obras mais recentes (trabalhos acadêmicos), de Cunha, Tramontini e Witt, contestam a historiografia clássica, apresentando-nos novas versões acerca do elemento germânico. Já Schröder e, posteriormente, Cunha trabalharam com a documentação do Arquivo Secreto de Schwerin e fizeram algumas correções à temática. Tramontini e Witt, por sua vez, não estudaram especificamente os mecklenburgueses, mas apoiados na história social, apresentaram pesquisas que comprovam os sérios problemas dos quais passava São Leopoldo na fase pioneira. Verificaram o cotidiano, as estratégias sociais, a política, a religião, a economia e encontraram também aí conflitos.

Ao analisar o estado da arte, verificamos que as diversas versões sobre os mecklenburgueses apresentadas pela historiografia clássica não correspondiam ao que agora sabemos sobre as experiências cotidianas vivenciadas pela imensa maioria dos alemães que migraram para o Rio Grande do Sul. Também os mecklenburgueses conseguiram se inserir na comunidade receptora.

Ao analisar o local de origem dos ex-prisioneiros, constatamos que o Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin apresentava uma estrutura agrária que produzia a pobreza, com predomínio da servidão-da-gleba. A imensa maioria dos apenados eram filhos de pais pobres e, em situação de crise, carestia e de transformação na estrutura agrária milhares se viram

obrigados a mendigar, vagabundear, roubar, furtar, terminando por ser recolhidos à Casa de Correção. De fato, foi a situação de pobreza que imperou em Mecklenburg-Schwerin no início do século XIX, que levou pessoas à prisão e à emigração.

Foi neste contexto que o Grão-Duque Friedrich Franz de Mecklenburg-Schwerin e o Major von Schaeffer, representante do Império do Brasil, travaram negociações acerca do recrutamento de apenados para o Brasil. Percebemos, na leitura dos autos do Arquivo Secreto de Schwerin que houve preocupação do Grão-Duque com a situação, o destino dos apenados na nova pátria e o cumprimento das promessas feitas. Não se pode, pois, afirmar simplesmente que Mecklenburg queria se livrar dos mecklenburgueses.

O estudo dos crimes cometidos pelos mecklenburgueses abriu caminho para a compreensão do contexto em que estavam inseridos, traçar o perfil dos apenados emigrados para o Brasil, bem como demonstrar que os mecklenburgueses não merecem os qualificativos que lhes foram consagrados.

Diferentemente do que apontou a historiografia clássica, o Grão-Duque não permitiu a emigração dos criminosos mais perigosos, mas somente daqueles que poderiam vir a se tornar bons cidadãos na nova pátria. Percebemos que esse grupo de emigrantes era composto por criados, agricultores, mendigos, caçadores ou soldados, apátridas, isto é, a camada mais pobre e excluída da população que sofreu com o avanço e as transformações provocadas pela industrialização e pelo fim da servidão-da-gleba. Os dados apresentados no terceiro capítulo revelam que um número considerável de homens adultos e solteiros aportou no Brasil, confirmando-se nossa hipótese de que o Brasil recrutou preferencialmente homens adultos para servir como soldados no Exército Imperial, além de algumas famílias e casais para colonizar o Rio Grande do Sul e desenvolver a pequena propriedade.

Contrariando a tese do isolamento e a tese do desaparecimento, apontadas pela historiografia clássica, constatamos que os mecklenburgueses que migraram para o Rio Grande do Sul desenvolveram estratégias para conseguir se inserir na lógica da comunidade local (Três Forquilhas, Torres, São Leopoldo, Porto Alegre). O insucesso de São João das Missões não se deveu ao elemento humano.

Ao recuperarmos a trajetória de algumas famílias de mecklenburgueses, através dos enlaces matrimoniais e do compadrio, buscamos analisar as relações sociais estabelecidas pelas famílias para se inserirem na vida cotidiana da comunidade local. Baseados na história

social e na abordagem micro-analítica, foi possível revisitar os temas até então esquecidos pelos historiadores. Cabe destacar, ainda, que este tipo de abordagem (através de uma história social da imigração) permite ao pesquisador trazer à tona novas possibilidades de analisar os comportamentos sociais, especialmente daqueles indivíduos que estavam à margem da sociedade.

Se o objetivo de nossa dissertação era relativizar a tese do isolamento e a tese do desaparecimento dos mecklenburgueses no Rio Grande do Sul, acreditamos que através do estudo dos laços matrimoniais e do compadrio foi possível observar o comportamento social daqueles sujeitos estigmatizados e esquecidos pela historiografia. A história tem também a função de dar voz aos calados.

REFERÊNCIAS

Documentos manuscritos:

Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

Livro 3 de Casamentos da Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS)

Correspondência recebida pelos Governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central (B-1.19, 1824);

Correspondência recebida pelos Governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central (B-1.20, 1825);

Correspondência recebida pelos Governantes do Rio Grande do Sul de Ministros e outras autoridades do Governo Central (B-1.21, 1826);

Fundo: Imigração, Terras e Colonização;

C289 – Dados estatísticos da Colônia/São Leopoldo (1826-1853);

C290 – Ofícios recebidos de diversas autoridades/São Leopoldo (1844-1847 e 1866);

C332 – Registro da distribuição dos colonos pelas diferentes colônias/São Leopoldo (1848);

C333 - Registro geral dos colonos;

Sa255 – Registro de lotes e títulos definitivos do Município de Santo Ângelo das Missões.
Várias linhas/Santo Ângelo das Missões (1899-1921);

Fundo: Polícia (diversos);

Fundo: Requerimento (diversos);

Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul, n. 15-16, setembro-dezembro de 1924.

Correspondência Ativa do governo da Província com o governo central, 1824-1828, p. 11-78;

Correspondência Ativa do governo da Província com as diversas autoridades, 1824-1826, p.
79-175;

Ofícios de José Tomás de Lima, inspetor da colônia, ao governo da província, 1824-1830, p.
177-246;

Papeis avulsos – correspondência relativa ao movimento religioso das colônias, 1824-1828, p.
247-333.

Arquivo Nacional - Rio de Janeiro/RJ

Série Guerra – Gabinete do Ministro – IG¹192 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Guerra – 1860

Ofício nº 156, de 27.07.1860

Do: PP Joaquim Antão Fernandes Leão

Para: Conselheiro Sebastião do Rego Barros, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça.

Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1850 (1850/1856) – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça.

Ofício RESERVADO nº 9, Porto Alegre, 26.07.1850

Do: PP José Antonio Pimenta Bueno

Para: Euzébio de Queiroz - Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça.

Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1578 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1852 e 1853.

Ofício nº 57, de 05.06.1852

Do: Oliveira Bello

Para: José Ildefonso de Souza Ramos, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça.

Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1588 – Caixa 6639, Dep. 211. Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1866.

Ofício nº 36, de 9.02.1866:

Do: Pres. da Província Visconde da Boa Vista

Para: Conselheiro José Thomaz Nabuco de Araújo, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Justiça.

Série Justiça – Gabinete do Ministro – IJ1574 – Ofícios da Presidência da Província do RGS dirigidos ao Ministério dos Negócios da Justiça – 1840 e 1842.

Ofício N° 15, 20.04.1842

Do: PP Saturnino Souza e Oliveira

Para: Paulino José Soares de Souza

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

São Leopoldo:

Ação ordinária de Júlio Issler e Christiano Spindler, auto 771, maço 20, 1887, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Ação de libelo de Luiza Wilborn e Felipe Schneider, auto 673, maço 16, 1857, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Ação de libelo cível de petição de dívida de Catharina Ebertz e a órfã Maria Ebertz e Frederico Bier, auto 681, maço 17, 1861, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Ação de libelo entre Frederico Bier e Theobaldo Hermel, Pedro Hürth e Ulrich Deik, auto 653, maço 16, 1851, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Ação de libelo entre José Martinho Halbappe e Humberto de Schlabrendorff, auto 664, maço 16, 1853, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Autos de arrolamento de Pedro Groth e Rozina Groth, auto 910, maço 33, 1889, 1° Cartório de Órfãos de São Leopoldo;

Autos de embargo de Frederico Bier e Marcelino J. Martins, auto 535, maço 12, 1852, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Autos de embargo de Frederico Bier e José Gomes de Freitas, auto 542, maço 12, 1859, Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Autos de inventário de Joaquim José de Oliveira e Cândida Klinger de Oliveira, auto 813, maço 29, 1886, 1º Cartório de Órfãos de São Leopoldo;

Autos de inventário de João Cornelius Englert e Catharina Felisbina Englert, auto 365, maço 13, 1865, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de São Leopoldo;

Autos de inventário de Juliana Geÿer e Jacob Geÿer, auto 34, maço 1, 1870, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de São Leopoldo;

Autos de inventário de Augusth Guilherme Klenze e Clara Klenze, auto 289, maço 10, 1862, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de São Leopoldo;

Autos de inventário de Clara Klenze e Francisco Klenze, auto 289, maço 10, 1877, 1º Cartório de Órfãos e Ausentes de São Leopoldo;

Autos de protesto de Maria Catharina Bier e Adolfo Schlattaner, auto 1828, maço 49, 1867, 1º Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Partilha amigável de João Groth e outros herdeiros da finada D. Elisabetha Groth, auto 182, maço 5, 1906, 1º Cartório do Cível e Crime de São Leopoldo;

Livro do Tabelionato de São Leopoldo (de quatro de setembro de 1846 a sete de fevereiro de 1852);

Registro Paroquial de São Leopoldo (1856-1870);

Torres, Três Forquilhas e Osório

Ação executiva de Henrique Witt *[sic]*, auto 110, maço 2, 1908, Cartório do Cível de Torres;

Ação executiva de Carlos Witt, auto 154, maço 2, 1908, Cartório do Cível de Torres;

Ação executiva de Benício Witt, auto 100, maço 2, 1908, Cartório do Cível de Torres;

Ação executiva de Pedro Witt, auto 113, maço 2, 1908, Cartório do Cível de Torres;

Autos de arrolamento de Benício Witt e Maria Carolina Witt, auto 264, maço 8, 1900, Cartório de Órfãos e Ausentes de Torres;

Autos de arrolamento de Catharina Witt *[sic]* e João Gehrman, auto 223, maço 7, 1896, Cartório de Órfãos e Ausentes de Torres;

Autos de arrolamento de Henrique Witt e Luiza Carolina Witt, auto 685, maço 21, 1912, Cartório de Órfãos e Ausentes de Osório;

Autos de arrolamento de Pedro Witt e Balbina Witt, auto 26, maço 1, 1898, Cartório do Cível do 2º Distrito de Torres;

Autos de arrolamento de Mathilde Bruschi Witt e Cristiano Witt Sobrinho, auto 464, maço 14, 1919, Cartório de Órfãos e Ausentes de Osório;

Autos de arrolamento de Maria Germano Witt e Miguel Witt, auto 758, maço 24, 1920, Cartório de Órfãos e Ausentes de Osório;

Autos de arrolamento de Adolpho Bobsin e Maria Catharina Bobsin, auto 296, maço 9, 1906, Cartório de Órfãos e Ausentes de Torres;

Autos de inventário de Benício Witt e Dorothea Witt, auto 248, maço 8, 1890, Cartório de Órfãos e Ausentes de Conceição do Arroio;

Autos de inventário de Bárbara Jacoby e Pedro Jacoby, auto 10, maço 1, 1859, Cartório de Órfãos e Ausentes de Torres;

Autos de partilha amigável e convencional entre Maria Jacoby Bobsin e Martin Bobsin, auto 69A, maço 2, 1908, Cartório do Cível de Três Forquilhas;

Autos de partilha amigável e convencional entre Luiz Bobsin e Elisabetha Dorothea Bobsin, auto 76, maço 12, 1909, Cartório do Cível de Três Forquilhas;

Memorial de partilha amigável entre Luiza Gross e José Albino Bobsin, auto 78, maço 2, 1921, Cartório do Cível de Três Forquilhas;

Registro Paroquial de Torres (1851-1865);

Registro Paroquial de Osório (1855-1867);

Museu Histórico Visconde de São Leopoldo (MHVSL)

Correspondências, caixa 1, 1846, São Leopoldo;

Correspondências, caixa 1, 1847, São Leopoldo;

Correspondências, caixa 1, 1848, São Leopoldo.

Núcleo de Estudos Teuto-brasileiros (NETb)

Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Vol. 3: Acta, die erste Abführung von Landarbeitshäusern nach Brasilien betreffend;

Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin Mlha Schwerin. Kabinet I. Vol. 3^a: Rückwert: Brasilien, 1824(2), 1825(2), 1826, [1828];

Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin Mlha Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend;

Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - Mlha Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend.

Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin Mlha Schwerin Kabinett I.

Documentos transcritos:

DREHER, Martin Norberto (Org.). Livros de Registro da Comunidade Evangélica de São Leopoldo, Rio Grande do Sul, Brasil (século XIX). 2^a Edição. São Leopoldo: UNISINOS, 2004 (CD-ROM).

Livro de Registro da Comunidade Evangélica de Três Forquilhas (gentilmente cedido pelo historiador Marcos Antônio Witt).

Fundação de Economia e Estatística (FEE). De Província de São Pedro a Estado do Rio Grande do Sul – Censos do RS: 1803-1950. Porto Alegre, 1981.

Documentos on-line:

BIKER, Julio Firmino Judice. Supplemento á collecção dos tratados, convenções e actos publicos celebrados entre a Corôa de Portugal e as mais potencias desde 1640. Lisboa/Portugal: Imprensa Nacional, 1880, Tomo XIX, p. 324-329.

Bibliográficas:

AGULHON, Maurice. *História vagabunda. Etnología y política em La Francia contemporânea*. México: Instituto Mora, 1994.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A negra forca da princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)*. Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

AMADO, Janaína. *A revolta dos Mucker*. 2 ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

ANDRÄ, Helmut. *Deutsche Söldner in Brasilien, Band I: Ins Land gekommen während des I Kaiserreiches in den Jahren 1824 bis 1829: Gemeine*. São Paulo: KMK, 2000.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. 1 ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Centro de Memória da UNICAMP, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2001.

BARROS, José D'Assunção. *História Social: Caminhos de um Campo Histórico*. In: *Revista do Mestrado, nº 10*, Rio de Janeiro: Universidade Severino Sombra, 2007, p. 193-220. v. 9;

BARROSO, Vera Lucia Maciel. *Santo Antônio da Patrulha: vínculo, expansão, isolamento (1803-1889)*. 1979. Dissertação (Mestrado em História) -- PPGHIS/PUCRS, Porto Alegre, 1979.

BAUMAN, Zygmunt. *O mal-estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os Portos do Sul: Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro, c.1790- c.1825*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) -- PPGHIS/UFRGS, Porto Alegre, 2006.

BONNEFON, Charles. *História da Alemanha*. São Paulo: Companhia Ed. Nacional, 1945.

BÖSCHE, Eduardo Theodoro. *Quadros Alternados: impressões do Brasil de D. Pedro I.* Tradução de Vicente de Souza Queirós. São Paulo: Typ. da Casa Garraux, 1929.

BOTELHO, Tarcísio R. Batismo e compadrio de escravos: Montes Claros (MG), século XIX. *Locus Revista de História*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, pp. 108-115, v. 3;

BOTELHO, Tarcísio R. Estratégias matrimoniais entre a população livre de Minas Gerais: Catas Altas do Mato Dentro, 1815-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, MG, Brasil, 2004. Disponível em <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_65.pdf> Acesso em: 30 abril 2009.

BOTELHO, Tarcísio R. The demography of accomodation: the slave demography in Minas Gerais, Brazil, 18 century. *Paper* apresentado na ISOS *Conference 2003: Resistance and Accomodation: Strategies of Survival in Slave Societies*, Nottingham: University of Nottingham, 2003.

BOTELHO, Tarcísio R. *População e nação no Brasil do século XIX*. 1998, Tese (Doutorado em História) -- USP., São Paulo, 1998.

BRAGONI, Beatriz. *Los Hijos de la Revolución: familia, negocios y poder en Mendoza en el siglo XIX*, 1999;

BRAUBACH, Max. *Von der Französischen Revolution bis zum Wiener Kongreß*. Gebhardt Handbuch der deutschen Geschichte Band 13. München: Deutscher Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, 1974.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. Compadrio e Escravidão: uma análise do apadrinhamento de cativos de São João del Rei, 1730-1850. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, MG, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_119.pdf>. Acesso em: 15 out. 2009.

BRÜGGER, Silvia M J. *Minas Patriarcal - Família e Sociedade (São João del Rei, Séculos XVIII e XIX)*, 2002, Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 2002.

BURGUIÈRE, André (Org.). Social (História). In: *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1993, p. 717-724.

CABRAL, João de Pina e LIMA, Antônia Pedroso de. Como fazer uma história de família: um exercício de contextualização social. In: *Etnográfica*, v. 9, 2005, p. 255-388.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. *Conflitos, crimes e resistência: Uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858/1921)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História) -- PPG/UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

CASSIN, Bárbara; LORAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

CASTRO, Hebe. História social. In: CARDOSO, Ciro Flamorion e VAINFAS, Ronaldo. (Org.). *Domínios da história. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 45-59, 11ª tiragem.

CERUTTI, Simona. *Processo e Experiência: indivíduos, grupos e identidades em Turim no século XVII*, 1998;

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. In: *Anos 90: Revista de Programa de Pós-Graduação em História UFRGS/IFCH*. Porto Alegre, 2005, n. 21/22, p. 227-269, jan./dez. 2005, v. 12.

CUNHA, Alexandre Mendes e GODOY, Marcelo Magalhães. Redes Clientelares e as listas nominativas de 1831/32 para a Província de Minas Gerais: reflexões conceituais e metodológicas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14. Caxambú, MG, Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_534.pdf>. Acesso em: 01 maio 2009.

CUNHA, Jorge Luiz da. O Rio Grande do Sul e a colonização alemã entre 1824 e 1830. In: QUEVEDO, Júlio (org). *Rio Grande do Sul: quatro séculos de história*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1999.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die Deutsche Kolonisation: eine Beitrag zur Geschichte der deutsch – brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: UNISC, Gráfica Léo Quatke, 1995.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX – Ana Gertrudes de Jesus*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DREHER, Martin Norberto. A Câmara Municipal de São Leopoldo e o Conflito Mucker. In: SILVA, Heike Roselane Kleber da; HARRES, Marluza Marques. *A história da Câmara e a Câmara na história*. São Leopoldo: Oikos, 2006, 115-123.

DREHER, Martin Norberto. *A Igreja Latino-Americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sinodal, 1999.

DREHER, Martin Norberto. A lenda dos imigrantes de Mecklenburg e a Colonização do Litoral Norte/RS. In: ELY, Nilza Huyler (org). *Arroio do Sal marcas do tempo*. 4 Simpósio sobre Imigração Alemã no Litoral Norte. Porto Alegre: EST, 2007, p. 135-144.

DREHER, Martin Norberto. *Degredados de Mecklenburg-Schwerin e os primórdios da Imigração Alemã no Brasil*, 2010, (no prelo).

DREHER, Martin Norberto. *O caso de Maria Olga Duncker, detida no presídio de Bützow/Mecklenburg (1825)*, 2009, (no prelo).

DREHER, Martin Norberto. 1995. O fenômeno imigratório alemão para o Brasil. *Estudos Leopoldenses*. São Leopoldo, 1995, n. 142, Maio/Junho 1995, v. 31.

DREHER, Martin Norberto. São Leopoldo e Três Forquilhas – relações humanas. In: ELY, Nilza Huyler e BARROSO, Vera Lúcia Maciel (Org.). *Raízes de Terra de Areia: marcas do tempo*. Porto Alegre: EST, 1999^a.

DREHER, Martin Norberto. *Servidão da gleba em Mecklenburg* 2009, (no prelo).

DRIJARD, André. *Alemanha: panorama histórico e cultural*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FARIA, Octavio Augusto de. *Dicionário Geographico, História e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre e Santa Maria: Livraria do Globo, 2 ed., 1914.

FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Confins Meridionais: família de elite e sociedade agrária na Fronteira Sul do Brasil (1825-1865)*. 2007. Tese (Doutorado em História) -- PPGH-UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FENSTERSEIFER, Ellen. *Aspectos gerais da Colônia alemã de Três Forquilhas*. 1973. Trabalho de conclusão (Graduação em História) -- Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 1973.

FERNANDES, Evandro. Os matrimônios mistos na Colônia de São Leopoldo no Brasil Império. In: DREHER, Martin Norberto. *Imigração & Imprensa*. Porto Alegre/São Leopoldo:EST/Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

FERNÁNDEZ, Sandra. Sociabilidad, corporaciones e instituciones, Tomo 7, em BARRIERA, Darío (dir.) *Nueva Historia de Santa Fé*, Prohistoria/ La Capital, Rosario, 2006.

FERNÁNDEZ, Sandra e CALDO, Paula. *Por los senderos Del epistolário: lãs huellas de La sociabilidad*, (mimeo).

FERREIRA, Roberto Guedes. *Na Pia Batismal*. Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro (Primeira Metade do Século XIX). 2000. Dissertação (Mestrado em História) -- PPGHIS-UFF, Niterói, 2000;

FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos.Trabalho, família, aliança e mobilidade social em Porto Feliz, São Paulo,c. 1798 – c. 1850*, 2005.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGOSO, João. Afogando em nomes: temas e experiências em história econômica. In: *Topoi*. Revista de História do PPG em História Social da UFRJ. Rio de Janeiro. 2002. v. 5.

FRAGOSO, João Luis. *A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII - algumas notas de pesquisa*, 2003;

FRANZ, Günther (Ed.). *Quellen zur Geschichte des deutschen Bauernstandes in der Neuzeit*. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1963.

GANS, Magda Roswita. *Presença Teuta em Porto Alegre no século XIX (1850-1889)*. Porto Alegre: UFRGS/ANPUH/RS, 2004.

GERTZ, René E. Cidadania e Nacionalidade: História e Conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo Lauro. *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994, p. 13-26.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand, 1989, p. 169-178.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GINZBURG, Carlo. Micro-história: duas ou três coisas que sei a respeito. In: *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

GÓES, José Roberto. *O cativo imperfeito*. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX. Vitória (ES): SEJC/SEE, 1993.

GOFFMANN, Erving. *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4 ed. São Paulo: LTC, s. d.

GRUBE, Hans B. (ed.). *Reuters Werke. In zwölf Teilen, Zwölfter Teil: Schnurr-Murr – Kleinere Schriften*. Berlin, Leipzig, Wien, Stuttgart: Deutsches Verlagshaus Bong & Co, s.d.

GRÜTZMANN, Imgart; DREHER, Martin Norberto e FELDENS, Jorge Augusto. *Imigração alemã no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: Oikos: UNISINOS, 2008.

GUDEMAN, Stephen & SCHWARTZ, Stuart. Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII, In: REIS, João José (Org.) *Escravidão e Invenção da Liberdade*. Estudos sobre o negro no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1988.

HAMEISTER, Martha Daisson. *Para dar calor à nova povoação: estudo sobre as estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da Vila de Rio Grande (1738-1763)*. 2006. Tese (Doutorado em História) -- PPG-UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

HÖRMEYER, Joseph. *O Rio Grande do Sul de 1850: descrição da Província do Rio Grande do Sul no Brasil meridional*. Porto Alegre: EDUNI-SUL, 1986.

HUNSCHE, Carlos H. *O biênio 1824/25 da Imigração e Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Província de São Pedro. 2 ed. Porto Alegre: A Nação, 1975.

HUNSCHE, Carlos H. *O ano de 1826 da imigração alemã no Rio Grande do Sul (Província de São Pedro)*. Porto Alegre: Metrópole, 1977.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *O quadriênio 1827-1830 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: G & W, 2004, Tomos I, II e III.

HUNSCHE, Carlos Henrique. *Primórdios da vida judicial de São Leopoldo*. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia de São Lourenço de Brindes, 1979.

IOTTI, Luiza Horn (Org.). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Porto Alegre/Caxias do Sul: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul/EDUCS, 2001.

KICZA, John. *Empresarios Coloniales. Familias y negocios em la Ciudad del México, durante los Borbones*, 1986;

KRISTEVA, Julia. *Estranhos para nós mesmos*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

KÜHN, Fabio. *Breve história do Rio Grande do Sul*. 2 ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.

LANDO, Aldair M. e BARROS, Eliane C. Capitalismo e colonização – os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José H. e GONZAGA, Sergius. *RS: Imigração e colonização*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p. 9-46.

LAYTANO, Dante de. *Açorianos e alemães no desenvolvimento da colonização e agricultura no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1948.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os Mercenários do Imperador: A primeira corrente imigratória alemã no Brasil (1824-1930)*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

LENZ, Sylvia. *Brasil, cidades hanseáticas e Prússia: uma história social dos alemães no Rio de Janeiro (1815-1866)*. 1999. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 1999.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Sobre micro-história. In: BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

LEVI, Giovanni. Comportamentos, recursos, processo: antes da 'revolução' do consumo. In: REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de Escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

MACHADO, Beatriz Piffer. *Punição e ordem social. Consideração acerca das penalizações ao longo da história.* Disponível em: <<http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/13745/13309>>. Acesso em: 25 jun. 2009.

MACHADO, Cacilda. Casamento & Compadrio. Estudo sobre relações sociais entre livres, libertos e escravos na passagem do século XVIII para o XIX (São José dos Pinhais - PR). In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., Caxambu, MG, Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_134.pdf>. Acesso em: 30 abril 2009.

MACHADO, Cacilda. *A Trama das Vontades. Negros, pardos e brancos na produção da hierarquia social (São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX).* 2006. Tese (Doutorado em História) -- UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2006.

MACHADO, Cacilda. As muitas faces do compadrio de escravos: o caso da Freguesia de São José dos Pinhais (PR), na passagem do século XVIII para o XIX. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 26, n. 52, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882006000200004>. Acesso em: 21 out. 2009.

MATOS, Paulo Lopes. *O nascimento fora do Matrimónio na Freguesia da ibeira Seca da Ilha de São Jorge (Açores): 1800-1910.* Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS)/Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais, 2007.

MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista (Brasil, século XIX)* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998;

MONTEIRO, Roberta Ruas. Compadrio de Escravos no Rio de Janeiro Setecentista. In: *ENCONTRO DE HISTÓRIA*, 13, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212953674_ARQUIVO_Compadrio_deescravos_anpuh.pdf>. Acesso em: 21 out. 2009.

MOTTA, José Flávio. A família escrava na historiografia brasileira: os últimos 25 anos. In: SAMARA, Eni de Mesquita (org.). *Historiografia brasileira em debate: olhares, recortes e tendências.* São Paulo: Humanitas, CEDHAL. 2002, p. 235-254.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889).* 2006. Tese (Doutorado em História) -- UFF, Niterói, 2006.

MUGGE, Miquéias Henrique. *Os apenados de Mecklenburg-Schwerin e a formação do exército imperial brasileiro (1823-1831)*. 2009. Trabalho de Conclusão (Graduação em História) -- UNISINOS, São Leopoldo, 2009.

MÜHLEN, Caroline von. Eram os mecklenburgueses “ladrões de cavalos”? análise do perfil dos prisioneiros de Mecklenburg-Schwerin (1824-1826). In: *VII Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2009, p. 39-59.

MÜHLEN, Caroline von. “Quem quiser viver mais uma vez feliz deve viajar para o Brasil”. A trajetória dos degredados de Mecklenburg no Rio Grande do Sul. In: *VI Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2008, p. 239-258.

MÜHLEN, Caroline von. Sociabilidade e estratégia matrimonial entre ex-prisioneiros mecklenburgueses no Rio Grande de São Pedro oitocentista. In: COSTA, Miguel Ângelo S. da, DREHER, Martin N. Dreher, CARVALHO, Enildo de M. (Org.). *Explorando possibilidades: experiências sociais entre imigrantes alemães, seus descendentes e outros mais no Brasil Meridional*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009, p. 149-176.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Uma metodologia para o estudo de famílias de cafeicultores do Vale do Paraíba no século XIX. In: *COLÓQUIO DO LAHES*, 1., Juiz de Fora, 2005. *Anais...* Juiz de Fora: LAHES, 2005.

NADALIN, Sérgio Odilon. *Imigrantes de origem germânica no Brasil: ciclos matrimoniais e etnicidade*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2001.

NEVES, Maria de F. Rodrigues das. Ampliando a família escrava: compadrio de escravos em São Paulo do século XIX. In: *História e População*. São Paulo: ABEP/IUSSP/CELADE, 1989;

OBERACKER JR., Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1957.

OLIVEIRA, Vinícius Pereira de. *De Manoel Congo a Manoel de Paula: um africano ladino em terras meridionais*. Porto Alegre: EST, 2006.

PELLANDA, Ernesto. *A colonização Germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. 4. ed. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Anais da Província de São Pedro: História da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. 4. ed. Petrópolis/Brasília: Vozes/INL, 1978.

PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Est. Graf. S. Terezinha, 1934.

PRADO, Maria Emília. *Memorial das desigualdades: os impactos da cidadania no Brasil (1870-1902)*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

QUAQUARELLI, Cláudia. Sociabilidades e relações afetivas entre os gêneros do universo popular. *História: Questões & Debates*, Paraná, ano 16, n. 30, p. 39-56, jan./jun. 1999.

RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz. Cidades e sociabilidades (1822-1889). In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Org.). PICCOLO, Helga Iracema Landgraf; PADOIN, Maria Medianeira (Dir.; Coord.). *Império*. Passo Fundo: Mérito, 2006. v. 2, cap. 19. (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção social*. In: _____. *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REINHEIMER, Dalva Neraci. *As colônias alemãs, rios e Porto Alegre: estudo sobre a imigração alemã e navegação fluvial no Rio Grande do Sul (1850-1900)*. 1999. Dissertação (Mestrado em História) – PPGH-UNISINOS, São Leopoldo, 1999.

RHEINHEIMER, Martin. *Pobres, mendigos y vagabundos: la supervivencia en la necesidad, 1450-1850*. Tradução de Carlos Martín Ramírez. Madrid: Siglo XXI de España, 2009.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e Transição*. Famílias negras em Paraíba do Sul 1872-1920. 1990, Dissertação (Mestrado em História) -- PPGHIS-UFF, Niterói, 1990,

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 1.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. v. 2.

ROSA, Gilson Justino da. *Imigrantes Alemães: 1824 – 1853*. Porto Alegre: EST, 2005.

ROSENFELD, Ernst. Verschickung freiwillig auswandernder Insassen der Gefängnisse von Mecklenburg nach Brasilien in den Jahren 1824 und 1825. In: *Zeitschrift für die gesamte Strafrechtswissenschaft*. Band 24. Berlin: J. Guttentag, Verlagsbuchhandlung, 1904.

SALLES, Maria do Rosário R. Imigração, Família e redes sociais: a experiência dos 'deslocados de guerra' em São Paulo, no pós Segunda Guerra Mundial. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14, Caxambú, MG, Brasil, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_586.pdf>. Acesso em: 30 abril 2009.

SANT'ANNA, Marilene Antunes. Trabalho e conflitos na Casa de Correção do Rio de Janeiro. In: MAIA, Clarissa Nunes et al. *História das prisões no Brasil*. Rio de Janeiro: Rocco, 2009. v. 1.

SCHÄFER, Georg Anton von. *O Brasil como Império independente: analisado sob aspectos históricos, mercantilísticos e político*. Tradução, apresentação, notas e edição de Arthur Blasio Rambo. Santa Maria: Editora da UFSM, 2007.

SCHLICHTHORST, C. *O Rio de Janeiro como é (1824-1826): uma vez e nunca mais: contribuições de um diário para a historia atual, os costumes e especialmente a situação da tropa estrangeira na capital do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2000.

SCHMAL, Helmut. *Die Auswanderung aus Rheinhessen im 18. und 19. Jahrhundert unter besonderer Berücksichtigung von Ober-Flörsheim und Umgebung*. Mainz: Selbstverlag, 1993.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques. *A História Nova*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil até 1859*. São Leopoldo e Porto Alegre: EDIPUCRS e UNISINOS, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenho e escravos na sociedade colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SCHWEIZER LEXIKON, vol. 6. Zürich Encyclios – Verlag, s.d.

SCHUMACHER, P. H.: Beschreibung meiner Reise von Hamburg nach Brasilien im Juni 1824 nebst Nachrichten über Brasilien bis zum Sommer 1825 über die Auswanderer dahin. Der Wahrheit gemäs und zur Warnung niedergeschrieben. Friedrich Vieweg, Braunschweig, 1826.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil: eleições sob Dom Pedro I, dissolução do Legislativo, que redundou no destino das tropas estrangeiras e das colônias alemãs no Brasil*. Senado Federal, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Imigração no Brasil: os preceitos de exclusão. In: *Reportagens: Brasil: migrações internacionais e identidades*. Disponível em <<http://www.comciencia.br/reportagens/migracoes/migr03.htm>>. Acesso em: 11 maio 2008.

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. As relações de compadrio em terras de pecuária na segunda metade do século XIX. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 9, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212158059_ARQUIVO_textointegralanpuh-rs.pdf>. Acesso em: 21 out. 2009.

SILVA, Maria Helena Chaves. Importância da Bahia para a história da colonização alemã no Brasil. In: *Seminário Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-brasileiras. História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã: Teutônia e Wesfália/RS*. São Leopoldo: Oikos, 2005. p. 207-217.

SILVA, Mozart Linhares da. *Do Império da lei às grades da cidade*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.

SIMMEL, Georg. *Sobre La individualidad y las formas sociales*. Buenos Aires: UNQ Ediciones, 2002.

SIRIANI, Silvia Cristina Lambert. *Uma São Paulo alemã: vida cotidiana dos imigrantes germânicos na região da capital (1827-1889)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2003.

SLENES, Robert W. “Senhores e Subalternos no Oeste Paulista”, in ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). *História da Vida Privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional*. SP, Cia. das Letras, 1997.

SMOLKA, Georg. 1953. *Die Auswanderung als politisches Problem in der Ära des deutschen Bundes (1815-1866)*. Speyer: Speyerer Forschungsberichte, 1953, p. 48.

SOUZA, Gustavo Pinto de. Casa de Correção da Corte: Hierarquias e relações de poder numa sociedade multifacetada pelas diferenças e desigualdades sociais. In: “*Usos do passado*” – XII Encontro Regional de História/ANPUH-RJ, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumbres en común*. Barcelona: Crítica, 1995.

THOMPSON, Edward Palmer. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A organização de São Leopoldo: a colônia de São Leopoldo na fase pioneira 1824-1850* (Originalmente apresentada como tese). São Leopoldo: Editora UNISINOS, 2003.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Cláudia e VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no Sul do Brasil: cultura, etnicidade e história*. Canoas: Editora da ULBRA, 1994, p. 55-63.

TRAMONTINI, Marcos Justo. O 'mau' imigrante: má origem ou capacidade de organização e luta. In: ELY, Nilza Huyer (Org.) e BARROSO, Véra Lúcia Maciel. *Raízes de Terra de Areia*. Porto Alegre: EST, 1999, p. 202.

TRUDA, Francisco de Leonardo. *A Colonização Alemã no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930.

UHLHORN, Friedrich e SCHLESINGER, Walter. *Die deutscher Territorien*. Gebhardt Handbuch der deutschen Geschichte Band 13. München: Deutschen Taschenbuch Verlag GmbH & Co. KG, 1974.

VERBAND DEUTSCHER VEREINE. *Cem anos de germanidade no Rio Grande do Sul*. Tradução de Arthur Blásio Rambo. São Leopoldo: UNISINOS, 1999.

ZÄCH, Alfred. O realismo. In: BOESCH, Bruno (Org.). *História da Literatura Alemã*. São Paulo: Editora Herder/Editora da USP, 1967, p. 370-396.

WALKER, Mack. *Germany and the emigration (1816-1885)*. Cambridge, Mass., Harvard University Press.

WEBER, Max. Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha. In: *Ensaaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

WEIGERT, Daniele. Escravidão, compadrio e família em Palmas na Província do Paraná: um estudo de trajetórias de famílias cativas. In: *4 Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional*. Curitiba, 2009. Disponível em: <<http://www.labhstc.ufsc.br/ivenccontro/pdfs/comunicacoes/DanieleWeigert.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2009.

WILLEMS, Emílio. *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1980.

WILD, Bianca. *Georg Simmel: Compreensão inicial*. Disponível em: <<http://recantodasletras.uol.com.br/artigos/645632>>. Acesso em: 11 jun. 2009.

WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, Século XIX*, São Leopoldo: Oikos, 2008.

WOLF, Wilhelm. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo, 1824-1937*. Neustadt an der Aischi: Verlag Degener & Co., Inhaber Gehard Geßner, 1964.

WOORTMANN, Ellen Fensterseifer. *Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste*. São Paulo/Brasília: HUCITEC/EdUNB. 1995.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Adam, Elisabetha Juliana Dorothea **187, 190**
 Agner, Barbara **203**
 Ahrens, Christian **139**
 Amstad, Theodor **18, 20, 31, 33, 40, 48, 53, 63, 74, 121, 166**
 Avé-Lallemant, Roberto **54, 55, 57, 58 59**

B

Bastian, Johann **214**
 Bauer, Louise **176**
 Beck, Elisabetha **203**
 Beck, Heinrich Ernest **203**
 Beck, Jacob **203, 222**
 Becker, Claus **140**
 Becker, Nicolau **19, 32**
 Behrends, Christian **92, 93**
 Bier, Anna **224**
 Bier, Frederico **224, 225**
 Bier, Heinrich **215**
 Bier, Joaquina Rita **215**
 Bier, Maria Catharina **173**
 Bier, Nicolau **173**
 Biesterfeld, Cônsul, **109, 110**
 Blöcker, Hans **212**
 Bobsin, Adolpho **196**
 Bobsin, Albertina **195**
 Bobsin, Carl Leopoldo **195**
 Bobsin, Carlos **195**
 Bobsin, Elisabetha Dorothea **196**
 Bobsin, Johann **193, 194**
 Bobsin, José Albino **195**
 Bobsin, Luiz **196, 197**
 Bobsin, Peter Friedrich Wilhelm **194**
 Bobsin, Philipp Jacob **195**
 Bösche, Eduardo Theodoro **20, 48, 53, 54, 57, 58, 59, 61, 118, 120**
 Breitenfeld, Johann **47**
 Brenner, Carolina **214**
 Bruschi, Heinrich **203, 204**
 Bruschi, Joaquim **204, 208, 210**

C

Cunha, Jorge Luiz da **21, 24, 60, 63, 64, 74, 129, 130, 148, 228**

D

Dauth, Barbara **203**
 Dauth, Johannes **203**
 Dias, Maria Odila Leite da Silva **22**
 Duncker, Maria Olga Carolina **82, 136, 137**

E

Ebert, Catharina **225, 226**
 Ebert, Henrique **225, 226**
 Ehrcke, Marie **139**
 Eichner, João Henrique **50, 192**
 Englert, Matheus Aluísio (Luis) Leopoldo **217**
 Eschlotthauer, João Adolpho **173, 174**

F

Feijó, Louis Brandão **204, 210**
 Feldner, Maria **106, 154, 201**
 Frehse, Peter **46, 212**
 Freire, Zeferino Tavares **224**
 Freitas, José Gomes de **224**

G

Gaeth, Johann **139**
 Geb, Elisabeth **202, 203**
 Gebert, Christian Heinrich **47**
 Gehrman, Maria **206, 207**
 Gerling, Joaquim Christoph **185**
 Gerling, Johann **185**
 Gräbin, Johann **18, 32**
 Gross, Catharina Maria **207**
 Gross, Luiza **195**
 Groth, Friedrich Johann **186, 187, 188**
 Groth, Heinrich Friedrich J. **186, 187, 188, 190**
 Groth, Johann **189**
 Groth, Johannes **189**
 Groth, Peter **188, 189**
 Günther, Johann Daniel **43, 44, 101, 111, 153**
 Gutzeit, João Henrique **50, 192**

H

Haack, Joaquim Christian **47**
 Haacker, Johann **186, 187**
 Hagen, Maria **191**
 Hanfft, Capitão **24, 102, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114**
 Harloff, Carl Heinrich **177**
 Harloff, Maria Christina **176, 177, 185,**
 Hatzenberger, Gabriel **220**
 Heinecke, Heinrich Jacob **187**
 Heinecke, Maria Catharina C. **187**
 Helbig, Barbara **195, 196**
 Hillebrand, João Daniel **59, 116, 118,**
 Hoffmann, Catharina **202, 204, 207**
 Hörmeyer, Joseph **52**
 Horn, Margaretha **194**
 Hunsche, Carlos Henrique, **17, 20, 40, 41, 43, 46, 56, 63, 113, 116, 117, 118 177, 180, 189, 192, 193**

I

Issler, Julio **216, 217**
 Issler, Malvina Carolina **217**

J

Jacoby, Carlos **196**
 Jacoby, Dorothea **194, 195**
 Jacoby, Margaretha **195**
 Jacoby, Maria Christina **195**
 Jacoby, Pedro **196**
 Jacoby, Peter **195, 196**
 Janssen, Johann **139**

K

Kant, Immanuel **96**
 Klenze, August Wilhelm **215, 216**
 Klenze, Henriqueta **215**
 Klinger, Candida (de Oliveira), **180, 181, 182, 183**
 Klinger, Johannes (Johann) **176, 177, 180, 181, 185, 186**
 Knippel, Jacob **194**
 Knippel, Rosina **194**

L

Lange, Maria Sophia Dorothea **185**
 Langhoff, Wilhelm **133, 134**
 Laytano, Dante de **34**

Lembck, Christóvão Godofredo **185, 186**
 Lembcke, Johann **139**
 Lemos, Juvencio Saldanha **42, 43, 46, 47, 53, 110**
 Leppin, Christina **137**

M

Marlow, Adam **191, 192, 193**
 Marlow, Charlotte **191, 193, 194**
 Martens, Wilhelmine **186**
 Martins, Marcelino José **224**
 Mehl, **63, 135**
 Menger, Jacob **205**
 Meyer, Lene **92, 93**
 Miranda, Monsenhor, **19, 35, 114**
 Müller, Johann **212**

N

Niederauer, Catharina **203**

O

Oberacker, Jr., Carlos **19, 20, 39, 40, 132**
 Oertzen, Major von **99, 106, 272**
 Oliveira, Carlos Klinger de **181, 182**
 Oliveira, Major Joaquim José de **181, 182**
 Osten-Sacken, Friedrich Ludwig, Conde von **63, 78, 84, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 104, 106, 119, 121, 141**

P

Pellanda, Ernesto **20, 34, 48, 61**
 Petersen, Peter **203**
 Philipp, Arno **18, 31, 63, 74**
 Philipp, Johann Carl **202**
 Pinheiro, José Feliciano Fernandes **19, 35, 50, 71, 179, 192**
 Piralý, Brigadeiro, **102, 103, 104, 105**
 Porto, Aurélio **19, 20, 35, 36, 41, 42, 53, 61, 63, 67, 177**

R

Reuter, Fritz **89, 158, 160**
 Ritzel, Guilherme **189**
 Ritzel, Rozina **188**
 Roche, Jean **20, 48, 50**
 Roth, Carl **203**

S

Sadler, Luiz **59**
 Schaeffer, Georg Anton von **17, 18, 19, 20, 21, 35, 37, 39, 40, 43, 45, 48, 53, 56, 60, 71, 74, 84, 92, 94, 98, 99, 100, 105, 108, 114, 116, 117, 118, 149, 157, 229**
 Scheck, Carolina Frederike **214**
 Scheck, Carolina Johanna **214, 216**
 Scheck, Johann Heinrich **212, 213, 215**

 Scheck, Wilhelm Johann **211, 212, 213, 214**
 Schlabrendorff, Humbert Carl Anton von Ludwig von **214**
 Schlabrendorff, Maria Frederike von **214**
 Schlabrendorff, Mathilde Franciska Antoinette von **213, 214, 215**
 Schlichthorst, C. **56, 57, 61**
 Schneider, Felipe **69, 219, 220, 221**
 Schröder, Ferdinand **18, 20, 21, 24, 40, 41, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 74, 130, 227**
 Schult, Krischan **89, 90, 158, 159, 160**
 Schulze, Friedrich **153**
 Schütt, Maria Catharina **196**
 Seidler, Carl **57, 58, 59, 61, 118, 120**
 Sichtling, Johann F. **43, 44, 101, 111, 153**
 Spindler, Christiano **217**
 Spindola, Profilho Martins de **204**

T

Tietböhl, José Alfredo **195**
 Tramontini, Marcos Justo **21, 48, 60, 64, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 112, 147, 179, 214, 222, 228**
 Trotsche, Conselheiro da Corte, **99**
 Truda, Francisco de Leonardo **20, 34, 40, 48**
 Tschierpe, Burgomestre, **106**
 Tschudi, Johann Jacob von **67, 70**

V

Valfarth, João Frederico **50, 192**
 Vetter, Luiza **188, 189**
 Voss, Friedrich **46**

W

Wilborn, Luiza **219**
 Wilborn, Peter **219, 220, 221**

Willems, Emílio **20, 45, 48, 65, 66, 67, 72, 212**
 Witt, Ana Maria **204**
 Witt, Belarmina **204**
 Witt, Carl **202, 203, 204, 205, 207**
 Witt, Catharina Barbara **204, 210**
 Witt, Elia **203**
 Witt, Johann Carl **106, 154, 201, 202, 203, 205, 207**
 Witt, José Albino, **207, 209**
 Witt, Marcos Antônio **21, 48, 60, 63, 72, 73, 74, 196, 197, 224, 228**
 Witt, Maria Luiza **205**
 Witt, Miguel **207, 209**
 Witt, Peter **202, 206**
 Witt Sobrinho, Christiano **207, 208**
 Witt, Sobrinho, Pedro **205**
 Wöhler, Maria Dorothea **211, 213**

ÍNDICE DE LOCALIDADE

B

Bahia, **19, 32, 37, 42, 199**
 Banzkow, **103**
 Blankenese, **102, 104, 114**
 Bützow, **24, 44, 101, 106, 107, 130, 133, 136, 137**

C

Conceição do Arroio, **195, 205, 209**

D

Damshagen, **211, 212, 213**
 Dassow, **211**
 Dömitz, **25, 44, 62, 95, 97, 98, 99, 101, 104, 106, 108, 129, 130, 135**

G

Grabow, **92**
 Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, **17, 18, 20, 21, 23, 24, 27, 31, 39, 40, 41, 43, 50, 60, 61, 62, 65, 67, 70, 73, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 89, 90, 91, 93, 94, 101, 113, 114, 118, 125, 126, 129, 132, 145, 150, 151, 157, 158, 159, 163, 164, 174, 176, 185, 186, 194, 203, 228, 229**
 Güstrow, **25, 33, 44, 62, 84, 87, 93, 94, 95, 99, 101, 102, 103, 106, 107, 114, 115, 119, 130, 133, 134, 137, 176, 187, 191, 193, 212**

H

Hamburgo, **18, 27, 35, 56, 62, 65, 102, 108, 109, 114, 116, 118, 124, 127, 193**

I

Itapecerica, **43, 66**

L

Linha Nova, **173**
 Ludwigslust, **92, 102, 103, 106, 186, 187**

M

Maquiné, **197, 205, 206, 207, 208, 209**
 Mecklenburg-Strelitz, **79, 80**

N

Nova Friburgo, **43, 111, 112, 114**
 Nova Palmira, **217**

P

Porto Alegre, **42, 46, 54, 63, 154, 180, 181, 187, 196, 200, 201, 213, 216, 217, 218, 224, 226, 229**
 Prússia **90, 92, 93, 115, 143, 145, 158, 159, 160, 189**

R

Rostock, **62, 79, 94, 102, 104, 103, 114, 119, 124, 130**

S

Santa Catarina, **33, 58, 207**
 São Francisco de Paula de Cima da Serra, **197**
 São João das Missões, **17, 19, 21, 23, 35, 36, 41, 42, 46, 47, 49, 50, 56, 62, 63, 67, 70, 71, 94, 148, 152, 170, 177, 178, 179, 180, 185, 192, 193, 213, 228, 229**
 São Pedro de Alcântara, **63**
 Sapucaia, **224**
 Schwantow, **103**
 Sibéria, **43, 93**
 Sete Povos das Missões, **40, 55, 178**

T

Torres, **23, 41, 46, 72, 94, 148, 152, 170, 179, 180, 192, 193, 194, 195, 196, 201, 202, 205, 206, 213, 228, 229**
 Três Forquilhas, **23, 26, 36, 46, 61, 63, 131, 148, 152, 170, 174, 180, 193, 194, 196, 197, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 209, 213, 228, 229**

W

Wittenberg, **176**

**APÊNDICE A - PROFISSÃO ANTERIOR DOS PRISIONEIRO DESPACHADOS
PARA BRASIL (1ª DEPORTAÇÃO – 1824)**

Profissão anterior	Homens	%	Mulheres	%
Garoto de recados (Jornaleiro)	2	2,3	-	-
Soldado desincorporado	9	10,1	-	-
Diarista	25	28,1	6	26,0
Escrevente	1	1,3	-	-
Servo	18	20,2	3	13,0
Pedreiro	4	4,5	-	-
Cirurgião	1	1,3	-	-
Carpinteiro	3	3,4	-	-
Estampador de chitas	1	1,3	-	-
Sapateiro	2	2,3	1	4,4
Sub-oficial desincorporado	1	1,3	76,1-	-
Caçador	1	1,3	-	-
Carniceiro	1	1,3	-	-
Marceneiro	2	2,3	1	4,4
Oleiro	1	1,3	-	-
Padeiro	3	3,4	1	4,4
Marinheiro	2	2,3	-	-
Serralheiro	1	1,3	-	-
Seleiro	1	1,3	-	-
Alfaiate	3	3,4	-	-
Tanoeiro	1	1,3	-	-
Tecelão	1	1,3	-	-
Não informado	5	5,6	11	47,8
TOTAL ⁵⁴³	89	100	23	100

Fonte: MLHA. Schwerin Kabinett I – Vol. 3. Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin. p. 34-42. Tradução de Martin Norberto Dreher.

⁵⁴³ Do total de 144 prisioneiros, 112 eram adultos e 32 eram crianças.

**APÊNDICE B - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIRO DESPACHADOS PARA O
BRASIL (1ª DEPORTAÇÃO – 1824)**

Faixa etária	nº homens	%	nº mulheres	%
0-4	8	7,3	3	8,8
5-9	7	6,4	6	17,6
10-14	6	5,4	2	5,9
Infantes	21	19,1	11	32,4
15-19	2	1,8	1	2,9
20-24	10	9,1	4	11,8
25-29	8	7,3	4	11,8
30-34	11	10,0	2	5,9
35-39	12	10,9	3	8,8
40-44	17	15,4	6	17,6
45-49	7	6,4	1	2,9
Adultos	57	60,9	21	61,7
50-54	9	8,2	2	5,9
55-59	9	8,2	-	-
60-64	2	1,8	-	-
65-69	1	0,9	-	-
Mais de 70	-	-	-	-
Idosos	21	19,1	2	5,9
Não informado	2	0,9	-	-
Total	110	100	34	100

Fonte: MLHA. Schwerin Kabinett I – Vol. 3. Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin. p. 34-42. Tradução de Martin Norberto Dreher.

**APÊNDICE C - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIRO DESPACHADOS PARA O
BRASIL (2ª DEPORTAÇÃO – 6 DE DEZEMBRO DE 1824)**

Faixa etária	nº homens	%	nº mulheres	%
0-4	-	-	-	-
5-9	-	-	-	-
10-14	-	-	-	-
Infantes	-	-	-	-
15-19	2	2,4	-	-
20-24	10	11,9	1	5,5
25-29	10	11,9	3	16,7
30-34	16	19,1	6	33,4
35-39	18	21,4	4	22,2
40-44	9	10,7	3	16,7
45-49	6	7,2	-	-
Adultos	71	84,6	17	94,5
50-54	5	5,9	1	5,5
55-59	-	-	-	-
60-64	3	3,6	-	-
65-69	-	-	-	-
Mais de 70	-	-	-	-
Idosos	8	9,5	1	5,5
Não informado	5	5,9	-	-
Total	84	100	18	100

Fonte: MLHA Schwerin. Kabinett I. Sig. 54: Acta, die Abführung von Stock – und Zuchthausgefangenen nach Brasilien Betreffend. P. 25-33. Tradução de Martin Norberto Dreher

**APÊNDICE D - CRIMES COMETIDOS, POR GÊNERO DOS PRISIONEIROs (2ª
DEPORTAÇÃO – 6 DE DEZEMBRO DE 1824)**

Crimes cometidos	nº homens	%	nº mulheres	%
Furto (furtos continuados, furto de cavalos, ladroíce, roubo)	60	71,4	6	33,4
Vagabundear	3	3,6	-	11,1
Assassinato	2	2,4	2	-
Maus tratos/delitos	2	2,4	-	-
Tumultos e excessos	1	1,2	-	-
Deserção	11	13,1	-	-
Infanticídio	-	-	4	22,2
Para detenção	-	-	1	5,5
Pessoa livre	-	-	5	27,8
Não informado	5	5,9	-	-
Total	84	100	18	100

Fonte: MLHA Schwerin. Kabinett I. Sig. 54: Acta, die Abführung von Stock – und Zuchthausgefangenen nach Brasilien Betreffend., fl. 25-33. Tradução de Martin Norberto Dreher.

**APÊNDICE E - PROFISSÃO ANTERIOR, POR SEXO, DOS PRISIONEIRO
DESPACHADOS PARA BRASIL (2ª DEPORTAÇÃO – 6 DE DEZEMBRO DE 1824)**

Profissão anterior	nº homens	%	nº mulheres	%
Venda de quinquilharias	1	1,2	-	-
Aguardenteiro	2	2,4	-	-
Negociante (comercio)	5	5,9	-	-
Carpinteiro	2	2,4	-	-
Afiador de tesouras	1	1,2	-	-
Servo	8	9,5	-	-
Moleiro	3	3,6	-	-
Diarista (agricultura)	12	14,3	-	-
Carniceiro	2	2,4	-	-
Telheiro	1	1,2	-	-
Cesteiro	2	2,4	-	-
Comerciante	2	2,4	-	-
Ferreiro	3	3,6	-	-
Marceneiro	1	1,2	-	-
Jornaleiro	6	7,2	1	5,5
Caldeireiro ambulante	1	1,2	-	-
Caçador (soldado, militar)	13	15,6	-	-
Marinheiro	3	3,6	-	-
Sapateiro	1	1,2	-	-
Pescador	2	2,4	-	-
Vidreiro	1	1,2	-	-
Criado			8	44,5
Montador de aros	1	1,2	-	-
Vagabundo	2	2,4	-	-
Cadeireiro	1	1,2	-	-
Pedreiro	2	2,4	-	-
Pessoa livre	4	4,7	5	27,8
Não informado	2	2,4	4	22,2
Total	84	100	18	100

Fonte: MLHA Schwerin. Kabinett I. Sig. 54: Acta, die Abführung von Stock – und Zuchthausgefangenen nach Brasilien Betreffend. P. 25-33. Tradução de Martin Norberto Dreher.

**APÊNDICE F - ESTADO CIVIL DOS PRISIONEIRO E LOCAL DA PRISÃO
(2ª DEPORTAÇÃO)**

Estado civil	nº homens	%	nº mulheres	%
Casado	56	66,7	9	50,0
Divorciado	16	19,1	5	27,8
Solteiro	4	4,7	1	5,5
Viúvo	1	1,2	3	16,7
Não informado	7	8,3	-	-
Total	84	100	18	100
	Local de nascimento = residência anterior ou local da prisão	%		
Sim	26	25,5		
Não	63	61,8		
Não informado	13	12,7		
Total	102	100		

Fonte: MLHA Schwerin. Kabinett I. Sig. 54: Acta, die Abführung von Stock – und Zuchthausgefangenen nach Brasilien Betreffend. P. 25-33. Tradução de Martin Norberto Dreher.

**APÊNDICE G - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIRO DESPACHADOS PARA O
BRASIL (3ª DEPORTAÇÃO – 1825 - GÜSTROW)**

Faixa etária	nº homens	%	nº mulheres	%
0-4	-	-	1	12,5
5-9	-	-	1	12,5
10-14	-	-	-	-
Infantes	-	-	2	25,0
15-19	2	6,3	-	-
20-24	-	-	1	12,5
25-29	3	9,4	1	12,5
30-34	3	9,4	-	-
35-39	6	18,7	-	-
40-44	7	21,9	2	25,0
45-49	5	15,6	1	12,5
Adultos	26	81,3	5	62,5
50-54	3	9,4	-	-
55-59	2	6,3	-	-
60-64	1	3,0	1	12,5
65-69	-	-	-	-
Mais de 70	-	-	-	-
Idosos	6	18,7	1	12,5
Não informado	-	-	-	-
Total	32	100	8	100

Fonte: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher. (Anexo C, Ad N I – Relação de todas pessoas da casa de Correção que deram sua livre declaração, cada um individualmente, em ata de emigrar para o Brasil)

**APÊNDICE H - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROS DESPACHADOS PARA O
BRASIL (3ª DEPORTAÇÃO – 1825 - BÜTZOW)**

Faixa etária	nº homens	%	nº mulheres	%
0-4	-	-		
5-9	-	-		
10-14	-	-		
Infantes	-	-	-	
15-19	-	-		
20-24	3	30,0		
25-29	2	20,0		
30-34	1	10,0		
35-39	3	30,0		
40-44	-	-		
45-49	1	10,0		
Adultos	10	100,0	-	
50-54	-	-		
55-59	-	-		
60-64	-	-		
65-69	-	-		
Mais de 70	-	-		
Idosos	-	-	-	
Não informado	-	-		
Total	10	100	-	

Fonte: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher. (Anexo C. Ad N II – Relação daquelas pessoas que estão encarceradas nas Prisões Criminais de Bützow e que com base em Altíssima determinação para tanto expedida, deram livre declaração para a emigração ao Brasil)

**APÊNDICE I - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROSP DESPACHADOS PARA O
BRASIL (3ª DEPORTAÇÃO – 1825 - DÖMITZ)**

Faixa etária	nº homens	%	nº mulheres	%
0-4	-	-	-	-
5-9	-	-	-	-
10-14	-	-	-	-
Infantes	-	-	-	-
15-19	-	-	-	-
20-24	7	26,0	3	50,0
25-29	3	11,1	2	33,3
30-34	6	22,2	-	-
35-39	2	7,4	-	-
40-44	2	7,4	1	16,7
45-49	1	3,7	-	-
Adultos	21	77,8	6	100,0
50-54	3	11,1	-	-
55-59	1	3,7	-	-
60-64	2	7,4	-	-
65-69	-	-	-	-
Mais de 70	-	-	-	-
Idosos	6	22,2	-	-
Não informado	-	-	-	-
Total	27	100	6	100

Fonte: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher. (Anexo D. Ad N III – Relação de todas pessoas de correção e prisões de Dömitz, as quais deram sua livre declaração, cada um individualmente em ata, para emigrar ao Brasil).

**APÊNDICE J - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIROs ENCAMINHADOS PARA O
BRASIL DOS PRESÍDIOS DE DÖMITZ, BÜTZOW E GÜSTROW.
(3ª DEPORTAÇÃO)**

Faixa etária	Homens	%	mulheres	%
Infantes	0	0	2	14,2
Adultos	57	82,6	11	78,6
Idosos	12	17,4	1	7,2
Total	69	100	14	100

Fonte: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

**APÊNDICE K - PROFISSÃO EXERCIDA ANTERIORMENTE DA PRISÃO
(GÜSTROW, BÜTZOW E DÖMITZ – 3ª DEPORTAÇÃO / 1825)**

Profissão anterior	nº homens	%	nº mulheres	%
Açougueiro	2	2,9	-	-
Agricultor	1	1,4	-	-
Aguardenteiro (cervejeiro)	3	4,4	1	7,2
Alfaiate	3	4,4	-	-
Cirurgião	2	2,9	-	-
Comerciante	2	2,9	-	-
Caçador	3	4,4	-	-
Cavaliço	1	1,4	-	-
Diarista	4	5,8	-	-
Empregada doméstica	-	-	5	35,7
Holandês	2	2,9	-	-
Marceneiro	1	1,4	-	-
Mestre boticário	1	1,4	-	-
Marinheiro	1	1,4	-	-
Servo (criado / caseiro)	9	13,0	1	7,2
Padeiro	1	1,4	-	-
Torneiro	1	1,4	-	-
Jornaleiro	10	14,5	-	-
Tecelão	1	1,4	-	-
Soldado	11	15,9	-	-
Oficial de carpinteiro	1	1,4	-	-
Oficial de moleiro	1	1,4	-	-
Oficial de marceneiro	1	1,4	-	-
Oficial de pedreiro	1	1,4	-	-
Barqueiro	1	1,4	-	-
Servidor de tribunal	1	1,4	-	-
Tijoleiro	1	1,4	-	-
Não informado	3	4,4	7	50,0
Total	69	100	14	100

Fonte: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

APÊNDICE L - CRIMES COMETIDOS PELOS PRISIONEIROs
(3ª DEPORTAÇÃO - 1825)

Delito	nº homens	%	nº mulheres	%
Sem pátria	18	26,1	2	14,3
Para correção	10	14,5	2	14,3
Por vagabundagem	3	4,4	2	14,3
Falta de legitimação	2	2,9	-	-
Furto (roubo, ladroíce, furto qualificado e furto de cavalo)	24	34,8	2	14,3
Homicídio	1	1,4	-	-
Sodomia	1	1,4	-	-
Depressão	-	-	1	7,1
Tumulto	2	2,9	-	-
Ocultação de parto			1	7,1
Assassinato (participação em assassinato)	1	1,4	2	14,3
Mutilação deliberada	1	1,4	-	-
Refratário	1	1,4	-	-
Desertor	3	4,4	-	-
Resistência	1	1,4	-	-
Mau-trato	1	1,4	-	-
Não informado	-	-	2	14,3
Total	69	100	14	100

Fonte: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

**APÊNDICE M - “PENA A SER IMPUTADA, NA OPINIÃO DO LOUVÁVEL
COLÉGIO CRIMINAL E QUAIS PENAS JÁ FORAM PRONUNCIADAS”**

Se e quais penas já foram pronunciadas	nº homens	%	nº mulheres	%
Alguns meses	3	4,4	1	7,2
Um ano de cadeia	2	2,9	1	7,2
Dois anos de cadeia	4	5,8	1	7,2
Três anos de cadeia	3	4,4	-	-
Quatro anos de cadeia	2	2,9	1	7,2
Cinco anos de cadeia	2	2,9	-	-
Seis anos de cadeia	4	5,8	1	7,2
Dez anos de cadeia	1	1,4	-	-
Doze anos de cadeia	1	1,4	-	-
Casa de correção por alguns anos	2	2,9	-	-
Casa de correção por diversos anos	7	10,2	-	-
Perpétua	5	7,2	-	-
Indeterminado	33	47,8	9	64,2
Total	69	100	14	100

Fonte: Mecklb. Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin - MLHA Schwerin. Kabinett I. Acta, Abführung von Sträflinge und Vagabunden aus Dömitz, Bützow und Güstrow nach Brasilien durch Rittmeister Hanfft, betreffend. Tradução de Martin Norberto Dreher.

**APÊNDICE N - FAIXA ETÁRIA DOS PRISIONEIRO DESPACHADOS PARA O
BRASIL RELATIVO AS TRÊS DEPORTAÇÕES**

Faixa etária	nº homens	%	nº mulheres	%
0-4	8	3,1	4	6,1
5-9	7	2,6	7	10,6
10-14	6	2,3	2	3,0
Infantes	21	8,0	13	19,7
15-19	6	2,3	1	1,5
20-24	30	11,4	9	13,6
25-29	26	9,9	10	15,2
30-34	37	14,0	8	12,1
35-39	41	15,6	7	10,6
40-44	35	13,3	12	18,2
45-49	20	7,6	2	3,0
Adultos	195	74,1	49	74,2
50-54	20	7,6	3	4,6
55-59	12	4,6	-	-
60-64	8	3,0	1	1,5
65-69	1	0,4	-	-
Mais de 70	-	-	-	-
Idosos	41	15,6	4	6,1
Não informado	6	2,3	-	-
Total	263	100	66	100

Fonte: Apêndice B, C, G, H e I.

APÊNDICE O - EXTRATO

Por incumbência Altíssima do Governo Territorial do Grão-Ducado de Mecklenburg-Schwerin, com a reserva de sua Altíssima ratificação, foi estabelecido e celebrado entre a Comissão Dirigente da Casa de Trabalho Rural de Güstrow e o Representante Plenipotenciário do Alto Governo Brasileiro para os colonos, Senhor Major von Schaefer, Cavaleiro da Ordem de Cristo etc, por causa da aceitação das pessoas que se apresentaram como colonos no Brasil, o contrato abaixo:

Etc. etc. etc. etc. etc. etc. etc.

§ 4.

Os colonos não pagarão quando de sua chegada ao Brasil qualquer ressarcimento para seu traslado ao Brasil, para si e para os objetos que lhes for permitido levar consigo, bem como para a alimentação, auxílio médico e medicamento fornecidos durante o mesmo, seja em forma de moeda efetiva, valor monetário ou serviços. Aqueles colonos que se destinarem ao estamento militar receberão desde o dia de seu embarque em Hamburgo, além da ração, o salário determinado em moeda efetiva, equivalente a 8 schilling segundo a moeda daqui.

§ 5.

Quando da chegada ao Brasil, cada um deles é livre para ser colono na agricultura, em um ofício ou uma arte, ou ainda exercer um negócio, ou ser soldado.

§ 6.

Como colono para a agricultura o mesmo receberá e é assegurada a todo.

1. em uma das províncias do sul do Império, com clima adequado a alemães, para cada família com cerca de 2 a 5 crianças 200 geiras de terra à 120 varas quadradas, e proporcionalmente mais, quando a família for maior.
2. Uma casa adequada à extensão dessas terras.
3. Os animais, o inventário para o campo e para a casa necessários à condução de uma lavoura; como cavalos, muares, bois, vacas, cabras etc.
4. As sementes necessárias para a sementeira, como milho, arroz, feijão etc.
5. Víveres para si e sua família por dezoito meses.
6. Todos os colonos serão abrigados, até que as casas próprias que lhes serão entregues estejam construídas, em casas vizinhas.
7. Pelo espaço de oito anos, liberação de todos os impostos públicos, quer consistam de dinheiro ou produtos ou serviços.

Finalmente

8. Todos os objetos mencionados do nº 1 ao 5 inclusive permanecerão para sempre livre propriedade dos colonos.

§ 7.

Como artista ou artesão, o mesmo receberá, enquanto o desejar:

- a. Trabalho de parte do Governo contra o pagamento usual no Brasil, e além disso
- b. durante esse tempo uma mordida que lhe será assinalada.

§ 8.

Caso o colono adventício escolher o serviço como soldado, os mesmo receberá:

- a. uma capitulação por 6 anos.
- b. Durante este tempo, o vestuário, alimentação e soldo determinado no Brasil.
- c. Após este tempo, também terá a liberdade de exercer uma arte ou ofício.
O soldado desincorporado receberá, então, tudo aquilo que foi prometido a estes colonos nos parágrafos 6 e 7, caso não opte em assumir nova capitulação e terá o direito precípua de escolher a parte do Império, na qual queira se assentar.
- d. Assim como é prometido a cada um esperança de um avancement no exército e àquelas patentes para as quais se qualificar mercê seu bom comportamento moral e suas capacidades, assim qualquer um que se tornar inválido poderá contar com certeza com a providência e o apoio do Governo.

§ 9.

Todo o colono também tornar-se-á, a partir do instante de seu embarque para o Brasil, cidadão brasileiro e gozará dos mesmos direitos como os demais residentes natos.

Passados 10 anos todo o colono, que talvez tenha adquirido alguma riqueza, terá a liberdade, às próprias custas, de deixar o Brasil e retornar e o alto Governo do Brasil não oporá qualquer impedimento a essa partida.

§ 10.

Cada colono adulto do sexo masculino receberá quando de sua partida, por conta da Casa de Trabalho Rural, um enxoval prescrito pelo Major von Schaefer, consistindo de

- Um casacão
- Um casaco de linho
- Duas camisas
- Duas calças
- Um par de coturnos e
- Um boné,

os quais o senhor Major von Schaefer promete fornecer por 10 rixdaler.

Este contrato foi diversas vezes aprovado e assinado por ambas as partes.

Assim dado em *Güstrow*, a 3 de maio de 1824.

Por Altíssima incumbência do Governo Territorial do Grão-Ducado de
Mecklenburg-Schwerin.

A comissão dirigente da Casa de Trabalho Rural de *Güstrow*.

(assinaturas) *J. v. Oertzen. F.L. Conde v. d. Osten Sacken.*

Comissário do alto Governo do Brasil

Georg Anton von Schaeffer, Dr.
Major da Guarda Imperial do Brasil e Cavaleiro de Cristo, etc.

Fonte: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54:
Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 7-8.
Tradução de Martin Norberto Dreher.

APÊNDICE P - PASSAPORTE

Com base no Altíssimo Comissório que me foi outorgado pelo Alto Governo Territorial, dado em Schwerin aos 25 dias do mês de outubro de 1824, concede-se pelo presente a

Friedrich Marlow

*Nascido em Pentzlin no Grão-Ducado de
Mecklenburg Schwerin*

em consequência de sua humilíssima solicitação, não só [a permissão] de emigrar ao Brasil com o navio destinado a velejar com diversos colonos, a 11 de dezembro do corrente ano, a partir de Hamburgo, em direção ao Rio de Janeiro; mas se lhe concede também este certificado como passaporte para que se possa legitimar, onde se vier a tornar necessário.

Bellin, no Grão-Ducado de Mecklenburg
a 1º de dezembro de 1824.

F.L. Conde v.d.Osten-Sacken,
na qualidade de Alto Comissário
do Alto Governo Territorial,
no tocante a essa emigração

Fonte: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54: Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend., fl. 50. Tradução de Martin Norberto Dreher.

APÊNDICE Q - CARTA

Sua Alteza Real, o Sereníssimo Grão-Duque de Mecklenburg-Schwerin, dignaram-se magnanimamente, após mais submisso pedido dos presidiários da Fortaleza de Dömitz, e seguindo meu relato:

A indultar aqueles prisioneiros do Presídio e da Casa de Correção da Fortaleza de Dömitz que se decidirem livremente à emigração ao Brasil, sob as conhecidas e vantajosas e que realmente partirem para lá, sendo apenas excluído desse indulto o malafamadíssimo chefe de bando Johann Mehl.

Já em 25 de outubro do corrente ano recebi o Altíssimo Comissório de encaminhar não só a emigração daqueles prisioneiros junto ao agente do governo do Brasil e de estabelecer com o mesmo um convênio; mas também de executar o mesmo.

Com base no convênio estabelecido, a 6 do corrente mês, sob escolta de Gendarmeria, 102 pessoas que haviam se declarado, em ata, para tanto livremente dispostas, foram conduzidas em veículo para tanto preparado, através do rio Elba, até o navio destinado para o seu transporte ao Brasil e que se achava ancorado junto a Hamburgo e ali entregues.

Como entre aqueles prisioneiros indultados e emigrados também se encontra

Joachim Stange

Caldeireiro ambulante, 44 anos de idade, nascido em

Weitendorff, posteriormente residente em Schwerin, condenado em razão de furto e roubo à prisão perpétua, desde 25 de julho de 1816. na Fortaleza de Dömitz,

senti-me na obrigação levar o fato a seu conhecimento.

Bellin, junto a Güstrow, aos 10 de dezembro de 1824.

À

*Louvável autoridade da propriedade rural
de Weitendorff*

H. L. Conde von der Osten Sacken

junto a Brühl

Fonte: Mecklenburg Geheimes und Haupt-Archiv Schwerin MLHA Schwerin Kabinett I – Sig. 54:
Acta, die zweite Abführung von Stock- und Zuchthausgefangenen nach Brasilien betreffend, fl. 51.
Tradução de Martin Norberto Dreher